IMAGO DEI

Antropologia Reformada



PAULO ANGLADA

KNOX

Imago Dei: Antropologia Reformada
de Paulo Roberto Batista Anglada © 2013
Knox Publicações. Todos os direitos reservados.

1ª edição: 2013

Revisão
Anna Layse Davis
Layse Anglada

Editoração e Capa
Paulus Anglada

Anglada, Paulo Roberto Batista
A589i Imago Dei – Antropologia Reformada / Paulo Roberto Batista Anglada – Ananindeua: Knox Publicações, 2013.
352p.; 14x21x1cm.

ISBN: 978-85-61184-09-4
1. Teologia Sistemtica. 2. Antropologia.

CDD 21ed. 218

KNOX PUBLICAÇÕES
Estrada do Caixa Pará, 49 - Levilândia
CEP: 67015-520 / Ananindeua - PA
Fone: (11) 3042-9930
contato@knoxpublicacoes.com.br
www.knoxpublicacoes.com.br

Aos queridos irmãos e irmãs,
membros da Igreja Presbiteriana Central do Pará
(Filipenses 1:3-11)

PREFÁCIO

Este é o terceiro volume de uma trilogia de estudos sobre teologia histórica reformada, com base na Confissão de Fé de Westminster. Os três volumes exploram temas teológicos fundamentais para uma cosmovisão bíblica: a Bíblia, Deus e o homem. O primeiro volume, *Sola Scriptura*, publicado em 1998 e 2013, aborda a doutrina das Escrituras.[1] O segundo volume, *Soli Deo Gloria*, publicado em 2007,[2] investiga o ensino bíblico acerca do ser e da obra de Deus. O presente volume, *Imago Dei*, se propõe a apresentar ao leitor a doutrina bíblica concernente ao ser humano. Os três volumes têm como propósito introduzir os leitores ao ensino bíblico-reformado com relação a esses três departamentos basilares da teologia sistemática.

À semelhança dos dois primeiros volumes, o presente livro não é uma obra acadêmica. Ele não é destinado primariamente a teólogos ou a especialistas em estudos bíblicos. Por outro lado, não se trata de uma obra superficial, na qual estudantes de teologia e crentes maduros não possam encontrar conteúdo suficiente para aprofundarem os seus conhecimentos e a sua compreensão de temas teológicos importantes relacionados ao ser humano.

E m *Imago Dei*, assuntos relevantes, tais como a origem e os elementos essenciais do homem, a doutrina da *imago Dei*, o homem nos estados de inocência, de pecado e de graça, os pactos de obras e da redenção, a doutrina do pecado e a *ordo salutis* são investigadas seriamente, por meio de exegese sadia das passagens bíblicas relacionadas ao assunto, à luz da literatura reformada histórica e contemporânea representativa. Na abordagem desses temas, tópicos controvertidos como a natureza dicotômica ou tricotômica do homem, a origem da alma, a doutrina do livre arbítrio, o dispensacionalismo e os papéis do homem redimido na sociedade, assim como sua relação para com a criação, também são discutidos, à luz das Escrituras.

Assim como os outros dois volumes dessa trilogia, os estudos que resultaram no presente volume foram inicialmente desenvolvidos no contexto do meu ministério como pastor da Igreja Presbiteriana Central

do Pará, na cidade de Belém, com o propósito de instruir a igreja com relação às doutrinas reformadas acerca do homem, apresentando-as de maneira sistemática e acessível. Esses estudos foram posteriormente ampliados e ministrados no curso de Mestrado em Teologia da Faculdade Teológica Batista Equatorial e no curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Internacional de Teologia Reformada.

Eles seguem, especialmente, os capítulos 4, 6, 7 e 9 da Confissão de Fé de Westminster. Entretanto, outros símbolos de fé e obras representativas mais recentes da teologia reformada também foram utilizados e citados.

Agradeço à minha família, especialmente, à minha esposa Layse, companheira fiel, paciente e dedicada de todos os momentos, pelo indispensável apoio. Agradeço igualmente aos membros da Igreja Presbiteriana Central do Pará, pela valiosa cooperação durante os cerca de vinte e oito anos como pastor efetivo da igreja e, agora, como pastor emérito. Agradeço, ainda, ao querido irmão em Cristo Presb. Josias Baía e família, pela importante contribuição para a publicação deste livro. Sou grato principalmente ao Senhor Deus, o qual não apenas soberanamente me elegeu desde a eternidade, graciosamente me redimiu em Cristo e regenerou pelo seu Espírito, como também me tem suprido em todas as coisas, e permitido servi-lo até aqui.

Paulo R. B. Anglada
30 de maio de 2013

---

[1] A primeira edição (1998) foi publicada pela Editora Os Puritanos, com o título *Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras*. A segunda edição (2013), atualizada, está sendo republicada agora, com o mesmo título, em conjunto com esta obra, pela editora Knox Publicações.

[2] Pela editora Knox Publicações, com o título *Soli Deo Gloria: O Ser e Obras de Deus*.

CONTEÚDO

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO
- Divisão do Assunto na Confissão de Fé
- Ordem e Abordagem do Assunto na Confissão
- Abordagens Reformada e Humanista
- Dificuldade do Estudo

O HOMEM NO ESTADO ORIGINAL
- A Origem do Homem
- Idade e Unidade da Raça Humana
- A Natureza Essencial do Homem
- A Doutrina da *Imago Dei*
- Conclusão

O PACTO DE OBRAS
- Termos, Conceito e Natureza do Pacto de Obras
- Elementos do Pacto de Obras
- Princípios Gerais Revelados no Pacto de Obras
- O Pacto de Obras no Contexto dos Mandatos da Criação
- Conclusão

O HOMEM NO ESTADO DE PECADO
- Origem do Pecado
- Natureza do Pecado
- Transmissão do Pecado e da Culpa
- Resultados do Pecado
- Conclusão

O PACTO DA REDENÇÃO
- Terminologia, Natureza e Evidências
- Elementos do Pacto da Redenção
- A Questão Dispensacionalista
- O Pacto na Antiga Dispensação
- O Pacto na Nova Dispensação
- Unidade do Pacto nas Duas Dispensações
- Conclusão

O LIVRE-ARBÍTRIO
- Ensino Pelagiano, Semipelagiano e Arminiano
- Doutrina Reformada
- A Vontade e os Estados Humanos
- Ensino dos Símbolos de Fé
- Conclusão

O HOMEM NO ESTADO DE GRAÇA: A *ORDO SALUTIS*
- Introdução
- O Chamado para a Salvação
- A Regeneração
- A Conversão
- A Justificação
- A Adoção
- A Santificação
- A União Mística do Crente com Cristo
- Perseverança na Santidade
- Certeza de Salvação

O HOMEM NO ESTADO DE GRAÇA: RESTAURAÇÃO DA *IMAGO DEI*
- Restauração da *Imago Dei* Ontológica
- Restauração da *Imago Dei* Espiritual E Moral
- Restauração da *Imago Dei* Funcional

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O Salmo 8 é frequentemente lembrado com relação ao estudo bíblico acerca do homem. Nesse salmo, ao mesmo tempo em que reconhece a pequenez humana diante do macrocosmo criado por Deus, o salmista louva ao seu Criador em reconhecimento da sua glória refletida no homem – a coroa da sua criação – especialmente no que concerne ao seu domínio sobre as demais criaturas, exclamando:

> Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembres? E o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste (vv. 3-6).

Referindo-se a essa passagem, Richard Lints observa que ela:

> Nos lembra tanto a fragilidade da nossa humanidade como a sua glória. Somos meras criaturas, cuja condição é uma pungente recordação de que não somos Deus... Ainda assim, como o salmista também escreve, a nossa dignidade reside no próprio ato de sermos criados por Deus... Qualquer consideração, portanto, da identidade humana precisa considerar o Deus que criou os humanos à sua imagem ou sofrer as consequências de negar essa ligação.[1]

DIVISÃO DO ASSUNTO NA CONFISSÃO DE FÉ

O ensino da Confissão de Fé de Westminster acerca do homem encontra-se distribuído principalmente nos seguintes capítulos:

Capítulo 4:2: O Homem no Estado Original de Inocência

- A Origem do Homem: explicação bíblica e a unidade da raça humana
- A Constituição ou Natureza Humana: elementos essenciais e a origem da alma
- A Doutrina da *Imago Dei*: conceitos diversos, conceito reformado, *imago Dei* ontológica, moral e funcional
- O Pacto de Obras: partes, natureza, condição e promessa (também no cap. 7:2)

Capítulo 6: O Homem em Estado de Pecado

- Origem do Pecado: a queda (1-2)
- Transmissão do Pecado: imputação (3)
- Natureza do Pecado: transgressão (6)
- Resultados do Pecado: depravação espiritual, miséria temporal e morte eterna (4-6)

Capítulo 7: O Pacto da Graça

- Necessidade do Pacto da Graça (1)

Natureza, Condição e Promessa do Pacto da Graça (3-4)
O Pacto da Graça no Regime da Lei (5)
O Pacto da Graça no Regime do Evangelho (6)

Capítulo 9: O Livre-Arbítrio

O Homem no Estado de Inocência (1-2)
O Homem no Estado de Pecado (3)
O Homem no Estado de Graça (4)
O Homem no Estado de Glória (5)

ORDEM E ABORDAGEM DO ASSUNTO NA CONFISSÃO

Esses parágrafos da Confissão de Fé de Westminster sintetizam a doutrina bíblica a respeito do homem. Eles representam um resumo autorizado do ensino reformado acerca de um importante departamento da teologia sistemática, a antropologia, que procura sistematizar a revelação bíblica a respeito do ser humano. Trata-se, portanto, de uma antropologia teológica e bíblica. Teológica, no sentido em que estuda o homem e suas relações do ponto de vista de Deus. Bíblica, porque tem como fonte de informação fundamental as Escrituras Sagradas.

A ordem em que as doutrinas bíblicas são abordadas na Confissão de Fé de Westminster é lógica e reflete o arcabouço teológico reformado. Primeiramente, a Confissão estabelece a doutrina das Escrituras, porque elas são a única regra de fé e prática reformadas, a base em que se sustentam todas as demais doutrinas.[2] Depois, ela trata da pessoa e da obra de Deus, porque o pensamento reformado não é humanista, mas teológico.[3] A seguir, a Confissão resume o pensamento reformado acerca do homem, visto que, além de ser a coroa da criação, é o objeto da obra da redenção e a ele se destina a revelação divina. Antes de apresentar as doutrinas da salvação e de Cristo, a Confissão de Westminster explica as razões pelas quais o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, veio a cair e a necessitar da redenção realizada por Cristo, o Salvador divino-humano.

É natural, portanto, que, após estudar a doutrina das Escrituras e da pessoa e a obra geral de Deus, e antes de abordar a doutrina acerca da pessoa e a obra de Cristo – o Mediador entre Deus e o homem – a Confissão de Fé de Westminster resuma o pensamento reformada a respeito do homem. No entendimento reformado, não faz sentido estudar

o homem antes investigar a revelação bíblica acerca do seu Soberano Criador. Igualmente, não faz sentido investigar a revelação bíblica acerca do Mediador entre Deus e o homem, sem antes estudar o que as Escrituras têm a dizer a respeito do homem, da sua origem, da sua natureza e dos seus estados.

ABORDAGENS REFORMADA E HUMANISTA

Na ordem e ênfase da abordagem desses temas teológicos fundamentais reside um dos abismos entre o pensamento reformado e o pensamento humanista. Na teologia reformada, a primazia é atribuída a Deus. A criação inteira, incluindo a raça humana, existe para a glória de Deus; e o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, só poder ser compreendido à luz da sua relação com o Criador. Como Michael Horton explica:

> Calvino entendia que o conhecimento de Deus e da humanidade eram complementários e dialéticos: a consideração de um guia-nos pelas mãos ao outro e nos trás de volta. Para Calvino, nenhum desses tópicos pode ser abstraído do outro, o que significa, para a presente discussão, que qualquer assim chamada antropologia "cristã" que comece com noções gerais (que é o mesmo que dizer secular) da pessoa humana já é uma casa edificada sobre areia.[4]

O pensamento humanista moderno, entretanto, reverte essa ordem, de sorte que Deus, se existir, existe para a glória do homem.

Outro abismo profundo entre a abordagem reformada e a filosofia humanista moderna diz respeito à natureza humana. A fé reformada olha para o homem natural tendo em mente a queda. Ela vê o ser humano em estado de pecado, como corrompido, inclinado para o mal e incapaz de, por si mesmo, libertar-se dessa condição. A filosofia humanista, entretanto, desconsidera a queda e insiste em ver o homem como se ele ainda se encontrasse no estado de inocência em que foi originalmente criado. Todo o pensamento, cultura e ciência modernos estão profundamente impregnados dessa idéia humanista.

Ao desconectar o homem de Deus, considerando-o mero produto de evolução natural e não um ser criado à imagem de Deus, o humanismo não apenas rebaixa o ser humano ao nível do reino animal. Ele também abre as portas para que se justifique o feminismo, o homossexualismo, o adultério, o aborto, a eutanásia, a clonagem humana, etc. Se o ser humano não carrega a imagem de Deus, como um ser espiritual e moral,

então ele não está sujeito à vontade revelada do Criador, não tem noção de conceitos como conversão e santificação, sendo limitado apenas pela moral social corrompida de uma sociedade moralmente depravada.

DIFICULDADE DO ESTUDO

O ser humano – sua origem, natureza, estados, etc. – é o tema deste livro. O assunto não será estudado do ponto de vista do próprio homem (humanista), cujo coração é enganoso e corrupto, mas do ponto de vista do Deus que o criou, conforme revelado na Bíblia.

Pode-se pensar que o assunto é de fácil compreensão. Afinal, nós próprios somos o objeto da presente investigação. Contudo, isso não é verdade. Por se tratar de uma auto-investigação, falta-nos objetividade. É difícil para o ser humano ver-se como realmente é. Conforme reconhece Basílio, "somos mais aptos a conhecer os céus do que a nós mesmos".[5] Ou, conforme observa Agostinho, "há algo concernente à pessoa humana que é desconhecido até para o próprio espírito do homem, que nele está".[6]

De fato, entre os diversos ramos da ciência, as ciências humanas são as menos exatas e as que manifestam menor avanço. O progresso das ciências exatas e biológicas é evidente. Contudo, que dizer das ciências humanas e sociais? Pode-se honestamente afirmar que tem havido real evolução na compreensão da natureza, do comportamento e das relações humanas e, especialmente, no desenvolvimento do seu comportamento e das suas relações? Existem hoje menos conflitos sociais do que no passado? Há menos guerras, mais entendimento, mais compreensão? Será que a conduta e os relacionamentos humanos, de fato, evoluíram? Penso que uma breve leitura dos jornais responde essas perguntas. As pessoas não se entendem, as nações se destroem, as famílias se desfazem, as escolas são depredadas, os homens se matam, as instituições humanas em geral encontram-se desacreditadas. Na qualidade de um ser moral e espiritual, o homem, distante do seu Criador, é um fracasso.

Como se explica essa situação? Segundo a revelação bíblica, a causa de tudo isso está na queda da raça humana em Adão, em razão da natureza humana depravada decorrente da desobediência dos nossos primeiros pais. O mundo é o que é hoje porque o homem trocou a

verdade de Deus em mentira; porque ele se rebelou contra o conhecimento de Deus. Como resultado, o próprio Deus o entregou a uma disposição mental reprovável para praticar toda sorte de coisas inconvenientes. É por isso que nações guerreiam, instituições se corrompem e governantes se corrompem. Por causa disso, o homem mata, violenta sexualmente, sequestra e rouba. Devido a isso, empregados se revoltam contra seus patrões e patrões exploram seus empregados. Por essa razão, filhos desobedecem aos pais e pais desprezam e abandonam seus filhos. Por causa da queda, crianças se drogam, mulheres se prostituem e cônjuges adulteram. Pela mesma razão, as pessoas não somente se comportam dessa maneira, mas também aprovam os que assim procedem, com lemos no capítulo primeiro da carta de Paulo aos Romanos.

A antropologia bíblica é a constatação do elevado estado em que o ser humano foi criado – à imagem de Deus – e o diagnóstico divino da enfermidade espiritual e moral do homem caído. A soterologia bíblica é o remédio divino para essa doença mortal.

---

1 Richard Lints, "Introduction: Theological Anthropology in Context", em Richard Lints, Michael S. Horton and Mark R. Talbot, eds., *Personal Identity in Theological Perspective* (Grand Rapids and Cambridge: Eerdmans, 2006), 1.

2 Para uma exposição da doutrina reformada das Escrituras, conforme sintetizada na *Confissão de Fé de Westminster*, ver Anglada, *Sola Scriptura*.

3 Para uma exposição da teontologia reformada, conforme sintetizada na *Confissão de de Westminster*, ver Anglada, *Soli Deo Gloria*.

4 Michael S. Horton, "Post-Reformation Reformed Anthropology", em *Personal Identity in Theological Perspective*, 46.

5 Citado em Robert Louis Wilken, "Biblical Humanism: The Patristic Convictions", em *Personal Identity in Theological Perspective*, 18.

6 Ibid.

O HOMEM NO ESTADO ORIGINAL[1]

O parágrafo segundo do capítulo quatro da Confissão de Fé de Westminster, transcrito abaixo, fornece o pano de fundo para a doutrina bíblica do homem em seu relacionamento com Deus. Dois temas gerais são abordados nesse parágrafo: a origem e a natureza ou constituição do homem.

> Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com alma racional e imortal, e dotou-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita no seu coração e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, que era mutável. Além dessa lei escrita no coração, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.[2]

Algumas questões de ordem científica, relacionadas à origem do homem, já foram discutidas no segundo volume dessa trilogia.[3] Consideraremos aqui, portanto, apenas a explicação bíblica para a origem do homem e a questão da unidade da raça humana.

Com relação à natureza ou constituição humana, há dois assuntos a serem considerados: a natureza essencial do homem e o homem como imagem de Deus.

A ORIGEM DO HOMEM

A ciência materialista moderna tem procurado, sem sucesso, explicar a origem do homem por meio da teoria da evolução e da existência eterna da matéria. Para ela, como sabemos, o homem descende de animais inferiores, através de seleção natural ou de mutações genéticas.[4] Evolução "é a palavra mágica que em nossos dias deve, de alguma forma, resolver todos os problemas sobre a origem e essência de todas as criaturas."[5]

Vern Poythress observa que o evolucionismo naturalista não é apenas uma teoria biológica, mas uma cosmovisão que, como tal, procura oferecer respostas a questões fundamentais relacionadas ao significado e destino do ser humano. Segundo Poythress, os conceitos do evolucionismo naturalista:

> Vão muito além de investigações biológicas do registro fóssil, embriologia e genética. Na realidade, eles envolvem suposições metafísicas e religiosas de grande alcance. As suposições são religiosas porque decidem sobre a existência e natureza de Deus. Apesar disso, por causa de vários fatores na sociedade contemporânea, o evolucionismo naturalista tende a desfrutar do prestígio de ciência, e seus fundamentos metafísicos tendem a permanecer inquestionados.[6]

As Escrituras, diferentemente, explicam a origem do homem por meio da doutrina da criação. Conforme o relato bíblico, nos primeiros capítulos do livro de Gênesis, a raça humana inteira descende de um único casal, criado imediatamente por Deus, como coroa da criação e vice-regente de Deus (cf. Gn 1:26-31 e 2:7-23).

Um Ato Imediato

Tentativas também têm sido feitas com o propósito de conciliar a doutrina da criação com a teoria da evolução: o evolucionismo conhecido como *teísta* (melhor seria: *deísta*). Segundo essa teoria, Deus teria criado o homem por meio de um processo evolutivo. Ele teria apenas dado a partida, criando a vida na sua forma mais simples e primitiva, da qual teriam evoluído todos os seres vivos e, finalmente, o homem.

Entretanto, essa hipótese (pois ela não passa disso) não tem fundamento bíblico. O relato do livro de Gênesis declara que o homem foi criado diretamente por Deus. O Deus Triúno não decidiu criar apenas a vida. O ser humano não é o resultado de um processo de desenvolvimento. O Senhor decidiu criar o homem, e assim o fez, de forma direta e imediata, modelando pessoalmente o seu corpo e soprando-lhe diretamente o fôlego da vida, tornando-o alma vivente.

Singularidade e Superioridade da Raça Humana

O relato bíblico, no início do livro de Gênesis, indica que o homem é a coroa da criação, "o clímax da atividade criadora de Deus".[7] Toda a ênfase do relato bíblico nos primeiros capítulos de Gênesis recai sobre a singularidade do ser humano em relação ao restante da criação. "Essa especial atenção dedicada à origem do homem", observa Bavinck, "serve como evidência de que o homem é o propósito e o fim, o cabeça e a coroa de toda a obra da criação".[8] O próprio espaço concedido à criação do homem no relato bíblico e a ordem da criação chamam a atenção dos leitores para origem da humanidade. Enquanto a criação de todos os

demais seres é mencionada brevemente no primeiro capítulo, a criação dos seres humana é descrita de maneira bem mais pormenorizada no primeiro e no segundo capítulo de Gênesis, apresentando várias peculiaridades importantes.

O ser humano também foi o último ser criado, porque tudo o mais foi feito para ser o seu *habitat* e provisão abundante, com vistas a sua subsistência e felicidade. No segundo capítulo de Gênesis, o homem é introduzido em primeiro lugar, exatamente porque todo o restante da criação foi preparado para ele. "Todas as criaturas devem servi-lo a fim de que ele possa servir ao seu Deus."[9] O nosso planeta fornece inúmeras evidências de haver sido especialmente preparado para possibilitar a manutenção da vida humana. A atmosfera, a distância em que se encontra do Sol, a força gravitacional, os movimentos de rotação e translação, a abundância de água, as características do solo terrestre, a vegetação, a vida animal e tudo o mais é imprescindível e perfeitamente adequado à vida humana.

Resultado de um Conselho Divino

A criação dos seres humanos é ressaltada como resultado de um conselho divino, de uma deliberação soberana do Deus Triúno.

Com relação à luz, aos astros celestes, ao firmamento, aos vegetais e aos animais, lemos simplesmente que Deus ordenou: "haja", "produza", "povoem-se". Com relação ao homem, entretanto, a Bíblia sublinha que foi necessário um conselho divino: "façamos". "Até aqui," Calvino observa, "Deus é introduzido simplesmente como ordenando; agora, quando ele vai realizar a mais excelente de todas as suas obras, ele faz uma reunião".[10]

Embora alguns estudiosos das Escrituras tentem fornecer outras explicações para o uso da forma verbal no plural, na expressão "façamos o homem..." (em Gn 1:26), ela indica, pelo menos, que 'Deus existe como uma "pluralidade"'[11]. À luz do Novo Testamento, compreendemos que o plural se explica à luz da doutrina da Trindade: trata-se de uma decisão formal das três pessoas da Trindade Santa. Pareceu bem ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, após santa e perfeita consideração, criar a raça humana.

Alma Vivente

Mais importantes do que a ordem e o espaço concedidos à criação do homem são a maneira e o modelo conforme ele foi criado. Diferentemente dos vegetais e dos animais, Adão foi feito alma vivente a partir do sopro divino (2:7) e foi criado à imagem e semelhança de Deus (1:26-27).

Com relação ao modelo, discutiremos posteriormente a importante doutrina da *Imago Dei*. No momento, desejo apenas ressaltar que o ser humano, diferentemente das demais criaturas, foi criado a partir do modelo divino. Isso significa que ele reflete qualidades ontológicas, morais e funcionais do Criador: foi criado como um ser pessoal, racional, moral, espiritual, em retidão e para exercer domínio sobre a criação. A relevância e as implicações desse fato, como veremos posteriormente, são importantíssimas.

Quanto à maneira como foi criado, desejo destacar algumas expressões empregadas no verso 2:7: "Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente". Essa importante passagem fornece pormenores da criação de Adão. Ela revela que o seu corpo foi formado do pó da terra, e que ele se tornou alma vivente quando Deus lhe soprou nas narinas o fôlego da vida.

Isso significa, por um lado, que o ser humano é terreno. Ele foi formado do pó da terra. A constituição física da raça humana também é especial, visto que foi especialmente modelada por Deus. A postura, as mãos e a face do homem manifestam a sua peculiaridade. Apesar disso, o corpo humano é formado dos mesmos elementos que as demais criaturas terrenas: "da terra" (*hadamah*). O próprio termo "homem" (*adam*) ressalta a sua origem terrena. Não devemos estranhar, portanto, as semelhanças entre a constituição física do ser humano e de outros seres terrenos; nem que o homem seja chamado de "alma vivente" ou "ser vivente", assim como os animais (cf. Gn 1:20,24; 2:19).[12] Paulo explica que há corpo natural e corpo espiritual. Enquanto o primeiro homem representativo, Adão, foi feito "alma vivente", o último Adão, Cristo, é espírito vivificante. Enquanto "o primeiro homem, formado da terra, é terreno; o segundo homem é do céu". E que, assim "como foi o

primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos" (1 Co 15:44-49).

Por outro lado, a maneira como o homem foi criado também revela que, apesar de terreno, o ser humano é um ser vivente especial. Seu fôlego de vida foi direta, imediata e especialmente comunicado por Deus. "Ele é um ser físico, mas também é um ser espiritual, racional e moral."[13] Ele é um ser único. Por um lado, ele é capaz de se relacionar com o Criador. Por outro, foi criado com as qualidades necessárias para governar a criação.

Homem e Mulher

A raça humana foi criada sexuada, isto é, homem e mulher, com funções próprias. Deus ordenou que eles procriassem, que dessem continuidade à raça humana. Por conseguinte, o homossexualismo é consequência da queda, do pecado, e não obra da criação (cf. Rm 1:18-27).

O relato mais detalhado da criação do homem e da mulher (em Gênesis 2) pode parecer indicar que a criação da mulher foi uma decisão circunstancial e posterior; que só depois de haver criado o homem, Deus percebeu que ele estava infeliz por não dispor de uma companheira idônea (isto é, compatível, à sua altura). Todavia, nenhuma obra divina é circunstancial. Tal idéia não se coaduna com a revelação bíblica sobre os atributos de Deus. De acordo com as Escrituras, todas as coisas estão incluídas no seu plano eterno (Ef 1:11). Gênesis 1:27 (incluindo homem e mulher) deixa evidente que a palavra *homem* (אָדָם), no verso anterior, é genérica. Ela se refere à raça humana. Portanto, a criação do homem e da mulher foi uma decisão eterna, embora a criação do homem tenha precedido a criação da mulher.

A criação da raça humana com pluralidade de gêneros não parece estar relacionada à imagem de Deus, como Barth e outros sugerem.[14] Não obstante, trata-se, sem dúvida, de uma característica altamente significativa da criação da humanidade. Apesar de todos os privilégios que Adão havia recebido – incluindo a imagem de Deus, o paraíso e o governo sobre a criação – ele não estava satisfeito ou realizado, pois não tinha uma companheira. O ser humano precisa expressar-se, revelar-se, dar-se, completar-se. "A mais preciosa dádiva que pode ser concedida

ao homem nessa terra é a mulher... ela ajuda o homem a cumprir sua vocação de sujeitar a terra".[15]

Vice-Regente de Deus

No curso dos nossos estudos, teremos oportunidade de refletir melhor sobre o papel do ser humano, com relação a Deus, com relação aos demais seres humanos e com relação ao restante da criação. Ele foi criado como ser teológico, social e ecológico. O seu relacionamento com a raça humana e com o restante da criação seria determinado com base no seu relacionamento com Deus. Adão deveria dominar a terra, cultivando-a para extrair dela os seus recursos. Para que isso fosse possível, argumenta Bavinck, ele deveria cultivar também a sua relação com Deus, por meio da obediência à sua vontade revelada.

> Trabalho e descanso, domínio e serviço, vocação terrena e celestial, civilização e religião, cultura e culto, esses pares caminham juntos desde o princípio. Eles pertencem e estão contidos na vocação do grande, santo e glorioso propósito do homem. Toda cultura, isto é, todo trabalho que ele realiza para subjugar a terra, seja através da agricultura, da pecuária, do comércio, da indústria, da ciência, ou de qualquer outra forma, é o cumprimento de um mandato divino. Mas para que o homem realmente cumpra esse mandato divino ele tem que depender e obedecer à Palavra de Deus.[16]

Conclusão

Todos esses fatos relacionados à criação da raça humana encerram implicações éticas importantes. Eles lançam luz sobre questões tais como feminismo, homossexualismo, aborto, eutanásia, suicídio, relações humanas, sociais, econômicas e ecológicas, clonagem humana e cremação de corpos humanos. Haver sido criado diretamente por Deus, do pó da terra, mas como um ser espiritual único, conforme o modelo divino, como homem e mulher, para exercer domínio sobre a criação são realidades que ressaltam a dignidade da raça humana, os seus privilégios e responsabilidades singulares.

Evidentemente, a queda corrompeu a imagem e semelhança de Deus no ser humano. Entretanto, graças à bondade e à misericórdia de Deus, a redenção planejada pelo Pai, realizada por Cristo e aplicada pelo seu Espírito ao coração humano restaura progressivamente a imagem de Deus perdida na queda, habilitando-nos a nos relacionar devidamente com ele e, consequentemente, com os demais seres humanos e com o

restante da criação.

IDADE E UNIDADE DA RAÇA HUMANA

O relato bíblico da criação do homem nos remete a duas questões relacionadas, as quais têm sido objeto de debate científico e teológico. Refiro-me à idade e à unidade da raça humana.

A Idade da Raça Humana

Segundo a revelação bíblica, a raça humana foi criada imediatamente por Deus, no sexto dia da criação. Quando, cronologicamente, teria ocorrido a criação da Terra e do homem em particular, e qual a relevância teológica desse fato?

A Idade do Homem segundo a Ciência

A ciência moderna atribui à Terra e ao homem idades muito antigas, mas extremamente variadas.

Baseados principalmente em métodos radioativos de datação, geólogos e geofísicos estimam que o nosso planeta teria aproximadamente de 4,5 bilhões de anos. Quanto ao homem, as datas são mais modestas. Sugere-se que o seu ancestral mais antigo teria de dois a três milhões de anos, e que os primeiros assim chamados *homo-sapiens* surgiram há cerca de 400 e 150 mil anos. Para a teoria da evolução, essas datas elevadas são indispensáveis para explicar todo o processo evolutivo necessário ao surgimento da vida a partir da matéria, e do ser humano a partir de formas de vida rudimentares.

Ainda assim, segundo a ciência, os primeiros vestígios de cultura humana não teriam mais do que 50 mil anos, e o cérebro humano somente teria alcançado a média moderna (cerca de 1.400 cm^3), há cerca de 10 mil anos atrás.[17]

As evidências históricas, mais precisas e menos questionáveis do que os métodos de datação fósseis, parecem colocar o surgimento do homem dentro do limite dos 10 mil anos indicados acima. Apesar das imprecisões com relação às cronologias históricas dos monumentos e registros históricos e culturais dos povos antigos, como os egípcios, os assírios e os babilônicos, nada parece sugerir uma data mais antiga para a criação da raça humana.

Já tive oportunidade de considerar alguns aspectos gerais da relação

entre teologia e ciência, bem como questões científicas relacionadas à falibilidade das teorias científicas, à teoria da evolução e aos métodos de datação de fósseis, quando abordei a doutrina da criação, no meu livro sobre teontologia.[18] Por essa razão, não é necessário discutir novamente essas questões.

A Idade do Homem segundo a Bíblia

Do ponto de vista bíblico, também não é possível precisar a idade do mundo e da raça humana. Com relação ao nosso planeta, a expressão adverbial "no princípio" (בְּרֵאשִׁית), qualificando a obra criadora no primeiro versículo do livro de Gênesis, não determina uma data. Indica apenas o primeiro passo da obra criadora divina. Se a distinção reformada entre *criatio prima* e *criatio secunda* – designando duas etapas na obra da criação do mundo - procede, é impossível precisar o intervalo de tempo decorrido entre os versos 1 e 3 do primeiro capítulo de Gênesis.[19] Isso significa que, do ponto de vista bíblico, a idade da terra é uma questão em aberto. Para os defensores da *terra nova* o nosso planeta teria sido criado há, provavelmente, menos de dez mil anos, mas já com uma aparência antiga. Contudo, essa não é a única interpretação possível.[20]

Com relação à idade da raça humana, devido à influência das cronologias bíblicas desenvolvidas por James Usher[21] e por Denis Pétau[22], com base nas genealogias mencionadas na Bíblia, tradicionalmente têm-se datado a criação do homem entre 4038 e 3983 AC. Entretanto, como também já observei em outro lugar, vários estudiosos demonstraram que as genealogias bíblicas não têm o propósito de suprir esse tipo de informação. Elas são apenas representativas, indicando a linhagem familiar das pessoas em questão.[23] Referindo-se às genealogias de Noé (em Gênesis 5) e de Abraão (em Gênesis 11), Warfield conclui:

> Por tudo o que sabemos, ao invés de vinte gerações e cerca de dois mil anos medindo o intervalo entre a criação e o nascimento de Abraão, duzentas gerações e algo em torno de vinte mil anos, ou mesmo duas mil gerações e algo em torno de duzentos mil anos podem ter decorrido.[24]

Assim sendo, apesar de não ser necessário, biblicamente é possível atribuir à raça humana idades tão antigas como 8, 10, 15 mil ou mais

anos. Por essa razão, conclui Hodge, "se os fatos da ciência ou da história por fim precisassem admitir que oito ou dez mil anos transcorreram desde a criação do homem, não há nada na Bíblia que impeça tal concessão".[25]

Além disso, uma antiguidade superior à tradicional para a criação da raça humana não encerra qualquer implicação teológica. Do ponto de vista bíblico, não faz diferença se o ser humano foi criado há 6, 10, 20 ou 40 mil anos atrás. "A questão da antiguidade do homem é, portanto, uma questão puramente científica, com relação à qual o teólogo como tal não tem interesse".[26]

A Unidade da Raça Humana

Outro assunto diretamente relacionado à origem do homem é a unidade da raça humana.

Importância Teológica

Enquanto a antiguidade do homem não apresenta implicações teológicas relevantes, o mesmo não se pode dizer acerca da unidade da raça humana. O relato bíblico da criação revela claramente que toda humanidade descende de um único casal criado diretamente por Deus: Adão e Eva. Paulo também escreve, em Atos 17:26, que Deus, "de um só fez toda raça humana para habitar sobre a face da terra".[27]

A unidade da raça humana é fundamental também para a doutrina bíblica da imputação da culpa e do pecado original à raça humana, bem como para a imputação da justiça de Cristo aos redimidos, ensinada pelo apóstolo Paulo em Romanos 5:18:[28] "Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida".[29] Warfield ressalta que:

> Longe de ser irrelevante para a teologia... seria mais verdadeiro dizer que a estrutura teológica inteira da explicação bíblica da redenção está fundada na suposição de que a raça humana é um todo orgânico, e pode ser tratada como tal. É porque todos são um em Adão que, em matéria de pecado, não há diferença, mas todos carecem da glória de Deus (Rm 3:22s)... A unidade do velho homem em Adão é o postulado da unidade do novo homem em Cristo".[30]

Bavinck também conclui que a unidade da raça humana é importantíssima. Para ele, "a solidariedade da raça humana, o pecado

original, a expiação de Cristo, a universalidade do reino de Deus, a catolicidade da igreja e o amor ao próximo – tudo isso está fundamentado na unidade da humanidade".[31]

Argumentos Históricos e Científicos

Ocasionalmente, teorias têm sido propostas com o fim de negar o ensino bíblico da unidade da raça humana.[32] Entretanto, as evidências históricas, linguísticas, fisiológicas e psicológicas confirmam a explicação bíblica de que a raça humana tem origem comum.

A história das civilizações antigas e das migrações dos povos indicam uma origem comum, no centro da Ásia central, compreendendo as bacias dos rios Tigre e Eufrates, ao norte do Golfo Pérsico, passando pela Palestina e se estendendo até a bacia do Rio Nilo, no Egito. A região é conhecida como *fértil crescente*, porque nela se encontram as evidências históricas e arqueológicas mais antigas de civilizações.

O estudo comparado das línguas também aponta para um tronco comum. As milhares de línguas e dialetos existentes agrupam-se em famílias procedentes de ramos comuns que, por sua vez, apontam para um único tronco original.

A constituição física do homem é essencialmente a mesma. As diferenças físicas entre as raças humanas, tais como cor, altura, tipo de olhos etc., não passam de variações típicas de uma raça, muito mais insignificantes do que as variações dos animais e vegetais. A evidência fisiológica mais concreta da unidade da raça humana é que pessoas de diferentes etnias ou raças podem procriar sem problema algum.

As semelhanças não materiais entre a raça humana são ainda mais significativas. Todos os seres humanos apresentam apetites, instintos, tendências e capacidades mentais e morais semelhantes, e são sujeitos às mesmas deficiências. É verdade que o ser humano amplia e aprofunda os seus conhecimentos com o passar dos séculos. Ele acumula experiências, desenvolve raciocínios cada vez mais elaborados, etc. Apesar disso, a sua capacidade moral e intelectual é essencialmente a mesma. A humanidade tem em comum o intelecto, a fala, a memória, a consciência, o sentimento, a criatividade, a espiritualidade e várias outras características morais, sociais, políticas, religiosas, etc., que evidenciam a unidade da raça humana.

A NATUREZA ESSENCIAL DO HOMEM

Uma das revelações mais importantes no relato bíblico acerca da criação do homem diz respeito à sua natureza essencial, à sua constituição.

Animal Racional ou Criatura Especial?

Por causa da concepção materialista da ciência e da educação modernas, o homem tem sido considerado meramente um animal racional. Até certo ponto, nos acostumamos à idéia de que pertencemos ao reino animal, de que somos apenas uma espécie animal mais evoluída, que se distingue dos demais animais apenas por haver alcançado um cérebro maior e capacidade intelectual mais desenvolvida.

Entretanto, essa concepção contraria o ensino bíblico. Nós somos criaturas humanas e não animais racionais. A natureza humana é essencialmente diferente da natureza animal. O homem constitui um reino à parte. Uma é a natureza animal, outra a natureza humana, outra a natureza angelical, e outra ainda, infinitamente superior a todas as demais, a natureza divina. Cada uma dessas naturezas apresenta atributos próprios e peculiares, que a distingue das demais. O abismo entre o homem e os animais é consideravelmente maior do que o que separa os animais dos vegetais, ou mesmo os vegetais dos minerais: o homem é uma criatura racional, moral e, principalmente, espiritual.

Quando Deus criou o homem, empregou elementos existentes na terra para dar-lhe um corpo. Isso explica as semelhanças físicas entre os seres humanos e os animais. Ambos viemos do pó da terra e somos habitantes deste mundo terreno – embora, por haver sido modelado especialmente por Deus, o próprio corpo humano se distinga, em excelência, do corpo dos animais. Diferentemente dos animais, entretanto, Deus soprou no homem "o fôlego da vida e o homem passou a ser alma vivente" (Gn 2:7). Isto significa que o corpo do homem procede da terra, mas a sua alma vem de Deus. É isso que torna o homem uma criatura especial, completamente diferente de qualquer outra: além do corpo, ele tem uma alma que procede de Deus. Bavinck ressalta que, "por meio dessa combinação, a Escritura concede ao homem um lugar único e independente e evita tanto o panteísmo como o materialismo".[33]

Os vegetais e os animais foram criados segundo as suas espécies (Gn 1:11, 12, 21, 24 e 25). O homem, diferentemente, foi criado à semelhança do modelo divino; foi criado à imagem de Deus (Gn 1:26 e 27). Na qualidade de um ser pessoal, racional, moral e espiritual, o ser humano foi não apenas colocado em posição singular de autoridade e responsabilidade sobre a criação. Ele, e apenas ele, em toda a criação visível, pode conhecer a Deus, crer nele, amá-lo, obedecê-lo, adorá-lo, promover o seu reino e viver para a sua honra e glória.

Elementos Essenciais do Homem

Uma questão muito debatida, desde os dias dos pais da igreja, e que, portanto, merece tratamento mais elaborado, diz respeito ao número de elementos essenciais da natureza humana.

Teorias Principais

Filósofos gregos, alguns pais da igreja grega – tais como Irineu, Clemente de Alexandria, Orígenes e Gregório de Nissa – alguns reformadores,[34] e teólogos alemães e ingleses do século passado[35] sustentam a tese tricomista. Para eles, a natureza humana é constituída de três elementos essenciais: *corpo* (בָּשָׂר, σῶμα, σάρξ), *alma* (נֶפֶשׁ, ψυχή) *e espírito* (רוּחַ, πνεῦμα). Algumas dessas pessoas concebem o corpo como o elemento material, a alma como o princípio de vida "animal", e o espírito como o elemento racional e imortal. Outros sustentam que a alma compreende as faculdades distintivamente humanas do intelecto, sentimento e vontade, enquanto o espírito incluiria uma faculdade mais elevada, que capacita o homem a entrar e manter comunhão com Deus.[36]

Outros pais da igreja grega, tais como Atanásio e Teodoro, os teólogos latinos de modo geral, Agostinho, vários reformadores e a maioria dos teólogos reformados, incluindo Herman Bavinck, Gresham Machen, Louis Berkhof, Charles Hodge, Alexander Hodge, Robert Dabney, Benjamin Warfield, Anthony Hoekema, William Hendriksen (apenas para mencionar alguns), sustentam o ponto de vista conhecido como dicotomista. Eles entendem que a natureza humana tem apenas dois elementos essenciais: um elemento material, o corpo (בָּשָׂר, σῶμα, σάρξ), e um elemento imaterial, a alma (נֶפֶשׁ, ψυχή) *ou* espírito (רוּחַ, πνεῦμα). Para os dicotomistas, os termos *alma* e *espírito* são sinônimos,

e como geralmente ocorre com palavras sinônimas, contêm um núcleo de significado comum, ao mesmo tempo em que comunicam nuances peculiares de significados.[37] Quando aplicados ao ser humano, essas palavras designam um único elemento imaterial, o qual inclui vários aspectos ou faculdades, tais como intelecto, emoções, vontade, amor e capacidade de se relacionar com Deus. Essa capacidade de se relacionar com o Criador é, às vezes, referida pelo termo espírito, mas trata-se de uma faculdade da alma, não de outro elemento essencial do homem, distinto da alma.[38]

Conforme explica Bavinck,

> O homem é "espírito" porque ele, diferentemente dos animais... teve o fôlego de vida soprado nele por Deus (Gn 2:7); porque recebeu seu princípio de vida de Deus (Ec 12:7); porque tem o seu próprio espírito, distinto do Espírito de Deus... e porque como tal se assemelha aos anjos, também pode pensar em coisas espirituais e celestiais, e se necessário também pode existir sem um corpo. Mas é "alma", porque desde o princípio o seu componente espiritual (diferentemente do dos anjos) é adaptado e organizado para um corpo e está ligado, também para a sua vida intelectual e espiritual, às faculdades sensoriais e externas...[39]

A filosofia materialista moderna e o idealismo ou espiritualismo absoluto favorecem um terceiro conceito, o *monismo*. Para esses filósofos, tanto o corpo como a alma humana provêm de um só elemento primitivo. Segundo a filosofia materialista, esse elemento primitivo é a matéria. A vida (alma) humana procede da matéria, do corpo. Para eles, a vida, a razão, o sentimento, a vontade e a moral não passam de subprodutos dos órgãos humanos. Por outro lado, o idealismo ou espiritualismo absoluto considera que o único elemento essencial da natureza humana é espiritual. Para os filósofos idealistas, o corpo emana do espírito, é uma materialização da alma. É evidente que essas concepções monistas da natureza humana não têm fundamento bíblico. Ademais, como observa Berkhof, "coisas tão diferentes como corpo e alma não podem ser deduzidas uma da outra".[40]

Argumentos Tricotomistas

Dois argumentos relacionados são geralmente apresentados a favor da concepção tricotômica da natureza humana.

Primeiro, as Escrituras frequentemente empregariam termos diferentes para designar o elemento imaterial do homem: *alma* (נֶפֶשׁ, ψυχή) e

espírito (רוּחַ, πνεῦμα).

Segundo, nas seguintes passagens bíblicas, esses termos são utilizados juntos, supostamente indicando a natureza tricotômica do homem:

> O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo, sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo (1 Ts 5:23).
>
> Porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração (Hb 4:12).
>
> Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente. Porém o homem espiritual julga todas as coisas, mas ele mesmo não é julgado por ninguém (1 Co 2:14-15).

Refutação dos Argumentos Tricotomistas

Com relação ao primeiro argumento, o uso de termos diferentes não significa necessariamente elementos essenciais diferentes. É comum o uso de palavras sinônimas para designar as mesmas coisas na Bíblia, vistas por aspectos diferentes. Os termos *pastor* (ποιμήν), *bispo* (ἐπίσκοπος) e *presbítero* (πρεσβύτερος), por exemplo, são empregados no Novo Testamento para designar um mesmo ofício, ressaltando aspectos peculiares desses oficiais eclesiásticos: o cuidado pastoral, a supervisão espiritual e a maturidade. O mesmo ocorre com relação ao elemento imaterial do ser humano. Além disso, outras palavras e expressões, além de *alma* e *espírito*, tais como *coração*, *consciência*, *mente*, *entendimento* e *homem interior*, são empregadas com referência a aspetos ou faculdades características de um mesmo elemento imaterial essencial do homem.

Com relação às passagens bíblicas, onde as palavras *alma* e *espírito* ocorrem juntas, é preciso observar que o contexto dessas passagens não é antropológico. Essas passagens não têm como objetivo instruir a igreja com relação aos elementos essenciais da natureza humana.

A primeira passagem (1 Ts 5:23) é uma oração que enfatiza a totalidade do ser humano.[41] Nela, Paulo expressa o seu anelo pela santificação plena dos crentes de Tessalônica por ocasião da segunda vinda de Cristo. Comentando a passagem, John Stott argumenta

acertadamente que a formulação de Paulo não dever ser pressionada, como se fosse uma declaração científica ou teológica acerca da constituição humana. Segundo Stott, há, nessa declaração, certamente, um elemento retórico, como em Marcos 12:30, onde se lê que devemos amar a Deus de todo o nosso coração, alma, entendimento e força.[42] F. F. Bruce chama a atenção dos leitores para a semelhança entre a oração de Paulo em 1 Tessalonicenses 5:23-24 e a sua oração em 3:11-13. Ambas concluem uma seção da carta, ambas empregam aoristos optativos, ambas começam com o pronome enfático αὐτός, e ambas terminam com uma nota escatológica. Por essa razão, ele afirma que "é precário tentar construir uma doutrina tripartite da natureza humana com base na justaposição dos três substantivos πνεῦμα, ψυχή e σῶμα. Os três juntos dão ênfase adicional à completa santificação pela qual ele [Paulo] ora, mas acrescentam pouco ao sentido de ὑμῶν τὰς καρδίας (vosso coração) em 3:13".[43] Hoekema, semelhantemente, argumenta como segue:

> Esta passagem não é uma declaração doutrinária, mas uma oração; Paulo ora que seus leitores tessalonicenses sejam totalmente santificados e completamente preservados ou guardados por Deus até que Cristo volte... Ele não está tentando dividir o homem em três partes, assim como Jesus não tenciona dividir o homem em quatro partes quando disse: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento" (Lucas 10:27).[44]

A explicação mais provável para o uso que Paulo faz dos três termos aqui parece ser aquela defendida por Howard Marshall e outros intérpretes. Após argumentar que, em outras passagens bíblicas, "Paulo pensa no homem como sendo corpo e alma ou como corpo e espírito sem nenhuma diferenciação muito clara entre alma e espírito",[45] Marshall escreve:

> Paulo aqui distingue três partes da personalidade do cristão, sua vida em relação com Deus, através da parte "espiritual" da sua natureza, da sua personalidade ou alma, e do corpo humano mediante o qual age e se expressa. As distinções são frouxas, e não sugerem três "partes" do homem que podem ser nitidamente separadas, mas, sim, três aspectos da sua existência. Paulo as alista juntas aqui para enfatizar que é realmente a pessoa inteira que é o objeto da salvação.[46]

De fato, o contexto anterior de 1 Tessalonicenses 5:23-24 favorece essa interpretação. Paulo vinha exortando a igreja contra a impureza

sexual (4:1-7), acerca do relacionamento deles com outras pessoas (5:12-15), e com referência ao relacionamento deles com Deus (5:16-22). É natural, portanto, que no final da carta, Paulo expresse o seu desejo quanto à consumação da santificação dos crentes de Tessalônica em todas as áreas, utilizando as palavras espírito, alma e corpo.

A segunda passagem (Hb 4:12), conforme observa Hoekema, descreve em linguagem figurada "o poder penetrante da Palavra de Deus" para julgar as intenções do coração.[47] Comentando a passagem, Lane explica que "o predicado atribuído à palavra de Deus... introduz linguagem figurativa e popular, que transmite efetivamente a noção de um poder extremo de penetração. A palavra de Deus é capaz de penetrar os recessos mais profundos da personalidade humana".[48] Hodge chama atenção para o fato de que, assim como junta e medula não são substâncias diferentes da natureza humana, mas pertencem a um mesmo elemento material: o corpo, assim também "alma e espírito são uma e a mesma substância sob diferentes aspectos ou relações".[49]

Essa interpretação faz justiça ao contexto. A expressão "penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas"[50] é elucidada pelas outras partes do predicado (adjetivos ou particípios adjetivados): "viva", "eficaz", "mais cortante do que qualquer espada de dois gumes", e "apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração". Todas essas expressões descrevem o poder manifestador da palavra de Deus. Elas apontam para a capacidade que a palavra de Deus tem para manifestar os mais variados aspectos da pecaminosidade do coração humano, a fim de advertir aos leitores acerca do perigo em que se encontram aqueles que são infiéis à aliança e desobedientes aos seus termos (cf. v. 11). O verso 13 esclarece mais ainda o significado do verso 12: "e não há criatura que não seja manifesta na sua presença; pelo contrário, todas as coisas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos de prestar contas".

Não há, portanto, nada de antropológico no contexto. Tudo no texto e no seu contexto aponta para uma solene advertência acerca do poder escrutinador e perscrutador da Palavra de Deus. A passagem nos remete naturalmente à descrição figurada de Jesus como aquele que tem olhos como chama de fogo e uma espada afiada de dois gumes saindo de sua

boca, em Apocalipse 2:14 e 16.[51]

Com relação à terceira passagem (1 Co 2:14-15), longe de favorecer a tese tricotomista, devidamente interpretada, ela sustenta a tese oposta. As expressões "homem natural" (ψυχυκὸς ἄνθρωπος) e "homem espiritual" (πνευματικὸς ἄνθρωπος) não apontam para dois elementos imateriais diferentes da natureza humana: alma e espírito. Elas designam dois estados espirituais em que os seres humanos podem se encontrar nesta vida: o estado de pecado daqueles que não têm o Espírito Santo, e o estado de graça, daqueles que têm o Espírito Santo habitando neles.

Desde o verso 17 do capítulo primeiro, Paulo vem contrastando a falsa sabedoria humana com a verdadeira sabedoria de Deus. A primeira, tão desejada pelos gregos, não passa de ostentação de linguagem ou persuasão de palavras. A segunda, apesar de parecer loucura para os incrédulos, manifesta o poder de Deus nas pessoas humildes a quem o Senhor chama para a salvação. Por essa razão, Paulo preferia pregar o evangelho não "em linguagem persuasiva de sabedoria humana, mas em demonstração do Espírito e de poder" (2:4).

Na seção em que os versos que estamos considerando se encontram (que compreende os versos 6 ao 16), o apóstolo Paulo continua a contrastar a pseudo-sabedoria dos poderosos deste século, que se reduz a nada, com a sabedoria comunicada por Deus, por meio da qual os seus mistérios podem ser compreendidos pelos que são chamados pelo seu Espírito. Em cada um dos quatro versos anteriores ao nosso texto (versos 10 a 13), o apóstolo faz referências diretas ao Espírito Santo que o homem regenerado recebe da parte de Deus. É o Espírito Santo quem perscruta e conhece as profundezas de Deus, e quem revela e ensina as verdades de Deus àqueles que o possuem, capacitando-os a comparar coisas espirituais com espirituais.

É nesse contexto que Paulo declara que "o homem natural [isto é, o homem no estado de pecado, o homem não regenerado, o qual não tem o Espírito de Deus] não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente. Porém o homem espiritual [isto é, o homem no estado de graça, o homem regenerado, o qual tem o Espírito de Deus] julga [isto é, discerne] todas as coisas, mas ele mesmo não é julgado por

ninguém".[52]

Argumentos Dicotomistas

Os defensores da natureza dicotômica do homem apresentam os seguintes argumentos em favor dessa concepção:

Primeiro, o relato bíblico da criação não faz qualquer distinção entre alma e espírito. Como vimos, Deus não tomou o ser vivente Adão e soprou-lhe o espírito. Ele tomou o seu corpo formado do pó da terra e comunicou-lhe o fôlego da vida, fazendo-o alma vivente (Gn 2:7). Há, portanto, nessa passagem, apenas dois elementos: um material e outro espiritual.

Segundo, os termos *alma* e *espírito* são apenas sinônimos, e como tais, denotam um mesmo elemento, embora, como já ressaltei, possam apontar para aspectos diferentes desse elemento.[53] Isso se prova pelo uso intercambiável dessas duas palavras nas Escrituras. Tanto o termo *alma* pode denotar o elemento racional e imortal do homem, como o termo *espírito* pode significar a vida "animal" (do corpo).

Terceiro, em Eclesiastes 3:21, o termo *espírito* (רוּחַ) é usado com relação aos animais: "Quem sabe que o *fôlego de vida* (רוּחַ) dos filhos dos homens se dirige para cima, e o (רוּחַ) dos animais para baixo, para a terra?"

Quarto, as Escrituras empregam geralmente apenas dois termos para designar a pessoa humana: *corpo* e *alma* (Sl 31:9; 44:25; 63:1; Pv 16:24; Mt 6:25; 10:28) ou *corpo* e *espírito* (Ec 12:7; Rm 8:10; 1 Co 5:3,5; 7:34; Cl 2:5; Tg 2:26). Exemplos:

> Não temais os que matam o *corpo* e não podem matar a *alma*; temei, antes, aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo (Mt 10:28).
>
> Porque assim como o *corpo* sem o *espírito* é morto, assim também a fé sem obras é morta (Tg 2:26).

Quinto, a salvação se refere tanto à *alma* (Tg 1:21; 5:20; 1 Pe 1:9) como ao *espírito* (1 Co 5:5). Exemplos:

> Acolhei com mansidão, a palavra em vós implantada, a qual é poderosa para salvar a vossa *alma* (Tg 1:21).
>
> Seja... entregue a Satanás para a destruição da carne, a fim de que o *espírito* seja salvo no Dia do Senhor Jesus (1 Co 5:5).

Sexto, tanto o termo *alma* (Gn 35:18; 1 Rs 17:21; Mt 10:28; At 15:26;

Ap 6:9; 20:4) como o termo *espírito* (Sl 31:5; Lc 23:46; At 7:59; Hb 12:23) são empregados para designar o elemento imaterial dos mortos. Exemplos:

> Quando ele [o Cordeiro] abriu o quinto selo, vi, debaixo do altar, as *almas* daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam (Ap 6:9).
>
> Mas tendes chegado ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e a incontáveis hostes de anjos, e à universal assembléia e igreja dos primogênitos arrolados nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos *espíritos* dos justos aperfeiçoados (Hb 12:22ss).

Sétimo, o termo alma também é empregado com relação a Deus:[54]

> Eis aqui o meu servo, a quem sustenho; o meu escolhido em quem a minha *alma* se compraz; pus sobre ele o meu Espírito, e ele promulgará o direito para os gentios (Is 42:1).
>
> O meu justo viverá pela fé; e: Se retroceder, nele não se compraz a minha *alma* (Hb 10:38).

Finalmente, o homem só tem consciência de dois elementos essenciais: um material e outro imaterial. Não temos consciência de nenhuma distinção na nossa natureza imaterial.

Conclusão

A terminologia empregada para designar a posição dos que sustentam que a natureza humana é composta de dois elementos essenciais, "corpo" e "alma" *ou* "espírito" (*dicotomia*),[55] pode não ser a mais adequada. Os termos hebraicos e gregos, geralmente traduzidos como *corpo*, *alma* e *espírito*, apontam mais para o ser humano como um todo, do que para as suas partes.[56] Além disso, é necessário, por um lado, evitar a dicotomia gnóstica entre matéria e espírito, e, por outro, enfatizar a salvação integral do ser humano, inclusive do corpo. Por essa razão, alguns teólogos reformados, como Anthony A. Hoekema[57] e John Murray,[58] ao invés de *dicotomia*, preferem falar da *unidade psicossomática* do homem. Ao mesmo tempo em que a expressão reconhece a dupla distinção essencial da natureza humana (corpo e alma), enfatiza a inteireza ou unidade orgânica com que o ser humano é visto na Bíblia.

O fato é que o uso que o Antigo e o Novo Testamento fazem dos termos geralmente traduzidos por alma e espírito indica que se trata de

palavras sinônimas. Eles apontam para aspectos ou faculdades específicos pelos quais o ser humano é considerado, e não para elementos essenciais distintos que comporiam a natureza humana.

A Origem da Alma

A origem das almas individuais é uma questão filosófica e teológica debatida pelos filósofos gregos e pelos pais da igreja. Ela teve sua relevância renovada, em virtude de questões éticas contemporâneas como o aborto, a fertilização *in vitro* e as pesquisas genéticas com embriões. O grande debate envolvido na questão, como sabemos, está relacionado à quando se origina a vida humana. Evidentemente, essa discussão está relacionada à questão teológica da origem da alma.

Três explicações têm sido propostas para a origem das almas dos descendentes de Adão. Essas posições são conhecidas como preexistencialismo, traducionismo e criacionismo.

Preexistencialismo

O *preexistencialismo* foi defendido por filósofos gregos, tais como Platão, e por alguns teólogos de Alexandria, sendo Orígenes (c. 185 – c. 254) o principal representante desse pensamento. Essa corrente ensina a preexistência das almas individuais antes da concepção e admite a transmigração das almas. Orígenes cria na queda pré-temporal das almas humanas, e explicava as desigualdades físicas e morais da presente existência dos seres humanos como castigo por pecados cometidos em uma existência anterior. Essa explicação é puramente especulativa, não tem qualquer fundamento bíblico, baseando-se no dualismo pagão que encara o corpo como acidental ou mesmo como uma prisão para a alma, e não difere substancialmente da doutrina espírita e de algumas religiões orientais que ensinam a transmigração das almas.

Traducionismo

O traducionismo[59] afirma que a alma de cada indivíduo procede dos pais, mediante geração natural, à semelhança do que ocorre com o corpo. Tertuliano[60], Rufino, Apolinário, Gregório de Nissa, Lutero e os luteranos em geral, e alguns teólogos reformados, entre os quais, Jonathan Edwards, William Shedd e Augustus Strong, defendem essa explicação para a origem das almas individuais.

Os principais argumentos em favor dessa teoria são os seguintes:

1. Com relação à criação. Está mais de acordo com o fato de que a obra criativa ordinária de Deus encerrou-se com a criação dos nossos primeiros pais, conforme Gênesis 2:2: "E, havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito". Somente no relato bíblico da criação original se lê que Deus comunicou diretamente vida ao homem. Nem com relação à Eva, menciona-se a criação ou comunicação de uma alma. Por conseguinte, segundo a tese traducionista, ela teria recebido não apenas o corpo, mas a alma de Adão.

2. Psicológico. Explica as semelhanças intelectuais, emocionais e morais entre pais e filhos. Como os filhos herdariam as semelhanças de caráter dos pais, senão por meio de alguma forma de comunicação da alma dos pais aos filhos?

3. Hamartológico. Explica melhor a transmissão da depravação moral e espiritual de Adão para todos os seus descendentes. Nesse caso, a culpa é imputada, mas a depravação é herdada.

Apesar dos argumentos favoráveis a essa teoria, o traducionismo apresenta as seguintes dificuldades:

1. Filosófica. A comunicação das almas dos pais para os filhos é difícil de ser conciliada com a idéia prevalecente de que as almas, por serem imateriais, são únicas e indivisíveis.

2. Ontológica. Se as almas são propagadas dos pais para os filhos, elas são originárias de quem? Dos pais, das mães, ou são combinações das almas de ambos? De qualquer modo, se as almas dos filhos não são parte ou desmembramento da alma dos pais, elas são novas almas, criadas a partir dos pais, e isso seria um tipo de criacionismo.

3. Cristológica. Se as almas humanas são herdadas dos progenitores, e são responsáveis pela transmissão da pecaminosidade aos filhos, visto que Cristo teve uma alma realmente humana, ele herdaria a pecaminosidade de Adão, por meio de Maria.

Criacionismo

O criacionismo teve defensores na igreja antiga, incluindo Jerônimo e Hilário; na Idade Média, como Tomás de Aquino; e na Reforma, tais como Calvino e muitos teólogos reformados. Para os criacionistas, a

alma humana é imediatamente criada por Deus por ocasião da concepção de cada pessoa.

Os seguintes argumentos são apresentados em favor dessa tese:

1) Filosófico. Está em harmonia com a idéia filosófica acerca da alma como simples e indivisível, em função da sua imaterialidade e espiritualidade.

2) Bíblico. Algumas passagens bíblicas parecem sustentar a tese criacionista:

> Ó Deus, *Autor e Conservador de toda a vida* [espírito e carne], acaso, por pecar um só homem, indignar-te-ás contra toda esta congregação? (Nm 16:22).
>
> O pó volte à terra, como o era, e *o espírito volte a Deus, que o deu* (Ec 12:7).
>
> Assim diz Deus, o Senhor, que criou os céus e os estendeu, formou a terra e a tudo quanto produz; que *dá fôlego de vida ao povo que nela está e o espírito* aos que andam nela (Is 42:5).
>
> Tão certo como vive *o Senhor, que nos deu a vida* [alma], não te matarei, nem te entregarei nas mãos desses homens que procuram tirar-te a vida [alma] (Jr 38:16).
>
> Fala o Senhor, o que estendeu o céu, fundou a terra e *formou o espírito do homem dentro dele*... (Zc 12:1).
>
> Tínhamos os nossos pais segundo a carne, que nos corrigiam, e os respeitávamos; não havemos de estar em muito maior submissão ao *Pai espiritual [dos espíritos]*, e, então, viveremos? (Hb 12:9).

3) Cristológico. Favorece o ensino bíblico acerca da natureza humana sem pecado de Cristo. Cristo tornou-se verdadeiro homem, mas sem pecado porque sua alma, criada santa por Deus, permaneceu nessa condição por obra do Espírito Santo.

Entretanto, essa teoria também apresenta dificuldades. As mais frequentemente levantadas são as seguintes:

1) Hamartológica. Se as almas individuais são criadas imediatamente por Deus, como explicar a propagação da depravação de Adão para os seus descendentes? Deus não criaria as almas em estado de pecado. Como elas se depravariam? Pelo contato com o corpo? Através de um processo criativo no contexto físico e espiritual pecaminoso dos pais, como sugere Bavinck?[61] Ou independentemente do corpo e da alma, como propõe Calvino?[62]

2) Psicológica. Se as almas individuais são criadas imediatamente por Deus, como explicar as semelhanças psicológicas (intelectuais,

emocionais e morais) entre pais e filhos, senão pela hereditariedade?

3) Relacionada à Criação. Como conciliar a obra criadora regular da criação das almas individuais, com o término da obra da criação em Gênesis 2:2? Resposta criacionista: Deus não criou o mundo e se afastou como pensam os deístas. A obra criadora espiritual de Deus continua. Por que não a criação das almas individuais?

Conclusão

Temos que admitir que o nosso conhecimento da alma humana é bastante limitado, e que a revelação bíblica com relação ao assunto também não é suficientemente clara para que se possa solucionar a questão. Essas dificuldades fizeram com que Agostinho deixasse a questão em aberto, e levam vários teólogos reformados a reconhecerem-se incapazes de solucionar a questão. No meio reformado, apesar de haver preferência pelo criacionismo, reconhece-se que a revelação bíblica sobre o assunto não é clara, que os argumentos em prol do traducionismo e do criacionismo são quase equivalentes, e que o mesmo acontece com as dificuldades que ambas as teorias encontram.

Berkhof, por exemplo, apesar de preferir o criacionismo, reconhece que "os argumentos em prol de ambos os lados são bem equilibrados", e que, "não temos ensino claro das Escrituras sobre o ponto em questão"[63]. Bavinck também, embora defenda o ponto de vista criacionista, admite que "os argumentos entre o traducionismo e o criacionismo permanecem indefinidos na teologia Cristã".[64] Para ele, "no que diz respeito à força dos argumentos, o traducionismo e o criacionismo são quase equivalentes"[65], e "ambos são incapazes de solucionar as dificuldades presentes nessas áreas"[66]. E Morton Smith, embora favoreça o criacionismo, adverte que "a Bíblia não é clara sobre o assunto. Ele permanece um mistério, e parece melhor não sermos tão dogmáticos em tais casos".[67]

Essa parece, portanto, ser uma daquelas questões teológicas que só serão definitivamente compreendidas no estado eterno. Por enquanto, precisamos apenas reconhecer que as almas humanas são de origem divina, e se distinguem essencialmente das almas dos animais, por suas capacidades psicológicas, morais, espirituais e funcionais.

De um modo ou de outro, não há razão para supor que a alma (vida) seja comunicada ao feto apenas semanas ou meses após a sua concepção. Coincidência ou não, convém observar que o desprezo para com a vida antes do nascimento – que começou com o aborto, e continuou com o descarte de embriões não fertilizados e com as pesquisas com células-troco – têm sido acompanhado pelo desprezo à vida de crianças recém-nascidas, abandonadas ou mortas pelos próprios pais. Recentemente, vários casos têm sido noticiados pelos jornais.

A DOUTRINA DA *IMAGO DEI*

Uma das verdades bíblicas mais sublimes a respeito do homem consiste em ter sido ele criado *imago Dei*, isto é, à imagem e semelhança de Deus.

É verdade que toda a criação revela a Deus e espelha os seus atributos e perfeições. Como exclama o salmista, "os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos" (Sl 19:1).[68] Entretanto, entre todas as criaturas, somente o ser humano foi criado conforme o arquétipo divino.[69]

A doutrina reformada da *imago Dei* é de fundamental importância para a compreensão da natureza humana, da queda e da redenção. Ela explica a essência da natureza humana. Ademais, a racionalidade e a moralidade humanas explicam o pecado e tornam possível a redenção e a própria encarnação do Verbo, "porque a nossa natureza foi criada conforme a sua imagem e, portanto, compatível com a sua natureza divina".[70]

Em que consiste essa imagem e semelhança de Deus?

Passagens Bíblicas Relacionadas à *Imago Dei*

A doutrina bíblica da *imago Dei* é encontrada principalmente nas seguintes passagens, no livro de Gênesis:

> Disse Deus: Façamos *o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança*; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou (Gn 1:26-27).
>
> Este é o livro da genealogia de Adão. No dia em que Deus criou o homem, *à semelhança de Deus* o fez; homem e mulher os criou... (Gn 5:1-2).
>
> Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque *Deus fez o homem segundo a sua imagem* (Gn 9:6).

O Novo Testamento refere-se diretamente a essa doutrina apenas em 1 Coríntios 11:7, "o homem não deve cobrir a cabeça, por ser ele *imagem e glória de Deus*"; e em Tiago 3:9, "com ela [a língua], bendizemos ao Senhor e Pai; também, com ela, amaldiçoamos os homens, *feitos à semelhança de Deus*". Entretanto, ela faz referências indiretas em Efésios 4:24, "e vos revistais do novo homem, *criado segundo Deus*, em justiça e retidão procedentes da verdade"; Colossenses 3:10, "vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, *segundo a imagem daquele que o criou*"; e em 1 Coríntios 15:49, "assim como trouxemos a imagem do que é terreno, *devemos trazer também a imagem do celestial*". Apesar de essas passagens referirem-se à nova natureza regenerada, criada por Deus conforme a sua imagem, indiretamente elas se referem à criação original. As palavras empregadas por Paulo fazem clara alusão ao relato da criação, em Gênesis 1:27. Ademais, como explica Bavinck:

> A segunda criação [da redenção] – conforme toda a Escritura ensina – não é uma "criação do nada", mas uma renovação de tudo o que existe... Subjacente a Efésios 4:24 e Colossenses 3:10, portanto, estão as idéias de que a humanidade foi originalmente criada à imagem de Deus e de que na recriação, é renovada conforme àquele modelo.[71]

Distinção entre *Imagem* e *Semelhança*

Com frequência, especialmente antes da Reforma Religiosa do Século XVI, fez-se distinção entre os termos *imagem* (צֶלֶם, εἰκών) e *semelhança* (דְּמוּת, ὁμοίωσις) empregados em Gênesis 1:26, como se eles se referissem à elementos, qualidades ou atributos diferentes do ser humano.

Vários pais da igreja defenderam que *imagem* se refere à natureza essencial e imperdível do ser humano (qualidades tais como a razão e a liberdade); enquanto *semelhança* se refere às suas qualidades não essenciais, e, portanto, perdíveis (as quais só são restauradas através da obra da redenção). Para Irineu, por exemplo, *imagem* refere-se ao elemento material do homem, enquanto *semelhança* refere-se ao espírito. Para Agostinho, *imagem* diz respeito às faculdades intelectuais, ao passo que *semelhança* diz respeito às qualidades morais.

Os escolásticos, por sua vez, interpretaram o termo *imagem* como designando os dons naturais do homem: a razão e a liberdade; e o termo

semelhança, como sendo o dom sobrenatural da justiça original.

Conceito Naturalista

Há vários conceitos equivocados com relação à doutrina antropológica d a *imago Dei*. Entre os principais estão os conceitos naturalista, sobrenaturalista e comunitário ou relacional.

Com base na ocorrência dos termos *imagem* e *semelhança* em Gênesis 1:26 e apenas *imagem*, no verso seguinte, os naturalistas, entre os quais, Clemente de Alexandria e Orígenes, seguidos por pelagianos, socinianos, arminianos e outros, sustentam que *imagem* indica apenas a racionalidade. A *semelhança* moral (santidade positiva) seria alcançada somente como consecução humana, por meio da obediência a Deus, através do uso devido do livre arbítrio humano. Segundo esse conceito, o homem foi criado em um estado original de inocência ou de neutralidade moral. Ele não era nem bom nem mal. Deus nos teria dado a capacidade (a imagem), mas a vontade para alcançar a retidão moral (a semelhança) depende de nós.[72]

Entretanto, esse pensamento não faz justiça ao ensino bíblico. Conforme argumenta Machen:

> Ele envolve o erro mortal segundo o qual a vontade ou pessoa livre é representada como suspensa em um tipo de vácuo não determinado por qualquer caráter da pessoa, tanto bom como mal. A Bíblia não sustenta tal idéia. A Bíblia diz: "a boca fala do que está cheio o coração" (Mt 12:34), e: "não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons" (Mt 7:18). De acordo com a Bíblia, boas ações procedem de uma pessoa boa e más ações procedem de pessoas más... Não podemos falar de uma pessoa que é moralmente neutra, cuja qualidade moral é deixada para ser determinada pelas suas próprias ações futuras, sendo boa somente quando cada ação individual é boa, e má somente quando cada ação individual é má.[73]

Conceito Sobrenaturalista

O conceito sobrenaturalista de *imago Dei* se baseia na doutrina católico-romana dos dons sobre-adicionados (*donum superadditum*), formulada inicialmente por Alexandre de Hales, adotada pelos escolásticos e incorporada ao Catecismo Romano, de 1566. De acordo com o Catecismo Romano, Deus "criou a alma do homem à sua própria imagem e semelhança; dotou-o de uma vontade livre, e equilibrou todos os seus impulsos e apetites de forma a sujeitá-los sempre aos ditames da

razão. Ele então adicionou o admirável dom da retidão original".[74]

Esse conceito não é essencialmente diferente do anterior, pois concorda que a *imago Dei* original exclui a retidão moral. Entretanto, ele tenta evitar a dificuldade mencionada, introduzindo a idéia de uma retidão sobrenatural adicionada à criação original.

Vários teólogos católico-romanos associam esse conceito sobrenaturalista de *imago Dei* à distinção escolástica entre os termos *imagem* e *semelhança*. A expressão i*magem de Deus*, para esses teólogos, designa apenas os dons naturais (*dona naturalia*) da natureza humana, isto é, a espiritualidade, a imortalidade da alma, a racionalidade e a liberdade da vontade. Os mais baixos desses dons naturais (ira, fome, desejo sexual, etc.) seriam subordinados aos dons mais elevados. A tendência dos dons naturais mais baixos sobre os mais elevados seria a concupiscência, que só é pecaminosa quando consentida pela vontade ou levada à prática.

Deus teria conferido também ao homem dons sobrenaturais *(dona supernaturalia*), dentre eles, o dom da retidão original, pelos quais o homem poderia refrear a sua baixa natureza. A teologia católico-romana tende a identificar esses dons sobrenaturais com a *semelhança* de Deus. Foram esses dons sobrenaturais que o homem perdeu na queda: a semelhança, não a imagem.[75] Essencial ao conceito sobrenaturalista católico-romano da *imago Dei* é a idéia de que a retidão original pôde ser perdida na queda porque ela é uma propriedade sobrenatural incidental e não essencial da natureza humana.[76]

Conceito Comunitário ou Relacional

Karl Barth, Emil Brunner e outros teólogos contemporâneos sustentam o que se pode chamar de conceito comunitário, relacional ou genérico (que diz respeito ao gênero) da *imago Dei*. Baseados em Gênesis 1:27, onde, logo após a declaração: "criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou", lê-se: "homem e mulher os criou", esses teólogos ligam a existência relacional divina, entre as pessoas da Trindade, com a existência relacional da humanidade, entre o homem e a mulher. Para esses teólogos, a pluralidade sexual com que a raça humana foi criada e a sua natureza comunitária refletem a pluralidade do ser divino e a sua natureza comunitária no relacionamento entre o Pai, o

Filho e o Espírito Santo.

Entretanto, é altamente improvável que o aspecto comunitário, relacional ou sexual humano deva ser identificado com a *imago Dei*, visto que animais também apresentam essas qualidades, mas não foram criados à imagem de Deus. Na realidade, nenhum aspecto particular da humanidade deve ser identificado com a *imago Dei*: espírito ou corpo; personalidade, racionalidade, sentimentalidade ou arbítrio; o domínio, sexualidade ou o caráter comunal da humanidade.[77]

Conceito Reformado

Diferentemente dos conceitos anteriores, a teologia reformada rejeita a distinção entre os termos *imagem* e *semelhança*. O uso que as próprias Escrituras fazem dessas palavras demonstra que elas são aplicadas à natureza humana como termos sinônimos.[78] Tanto é assim que, na segunda parte de Gênesis 1:27, apenas o termo *imagem* é empregado para indicar a efetiva criação do homem. O uso dos dois termos em Gênesis 1:26, ao invés de denotar qualquer distinção essencial, indica ênfase e expansão. Aprouve a Deus fazer o homem *realmente* segundo o modelo divino, com atributos semelhantes, que lhe permitiriam relacionar-se com o Criador. O segundo termo (semelhança), mais amplo do que o primeiro (imagem), apenas qualifica, intensifica e complementa o primeiro. O termo "imagem" indica que Deus é o arquétipo... "semelhança" ressalta que a imagem corresponde integralmente ao original.[79]

O conceito reformado da imagem de Deus também é mais amplo do que os conceitos mencionados acima. Ele não se limita a apenas um ou outro aspecto da existência humana, mas abrange o ser, as faculdades e a funcionalidade do homem. Ele inclui a essência da natureza humana[80] e o seu próprio corpo. Para Calvino, por exemplo, embora a *imago Dei* se encontre especialmente na alma humana, ela inclui toda a natureza humana. Para ele, o termo denota:

> A integridade com a qual Adão esteve adornado quando gozava de retidão de espírito, quando seus afetos e todos os seus sentidos eram regulados pela razão, e quando representava verdadeiramente, com suas graças e dons, a excelência do seu Criador. E ainda que a principal sede e lugar da imagem de Deus estivesse na mente e no espírito e no coração, na alma e nas suas propriedades, ainda assim, não havia

parte alguma, incluindo o seu próprio corpo, em que não brilhassem alguns raios de glória.[81]

A Confissão de Fé de Westminster reflete a abrangência do conceito reformado da *imago Dei* ao declarar que Deus criou Adão e Eva "com almas racionais e imortais, dotados de conhecimento, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações e o poder de cumpri-la..." e com "domínio sobre as criaturas."[82]

Evidentemente, a *imago Dei* não é essencial, no sentido de que Deus tenha comunicado ao homem a sua essência divina. A natureza humana é distinta da natureza divina. Ela também não é corpórea, no sentido de que o homem tenha sido criado com um corpo semelhante ao de Deus, visto que Deus é espírito puro, incorpóreo. Apesar disso, a procedência divina se manifesta também na perfeição do corpo humano e por ser este o instrumento de manifestação da alma, como veremos adiante.

Na teologia reformada, portanto, resume Bavinck:

> A criação à imagem de Deus não é restrita, nem do lado do arquétipo, nem do lado da sua reprodução. Não é declarado que o homem foi criado apenas em termos de alguns atributos, ou em termos de apenas uma pessoa no ser divino, nem que o homem trás a imagem e semelhança apenas em parte, seja somente na alma, ou no intelecto, ou em santidade. A realidade é que a pessoa humana inteira é a imagem da deidade inteira.
>
> O ser inteiro, portanto, e não alguma coisa no homem, mas o próprio homem é a imagem de Deus.[83]

Sintetizando, na concepção reformada, a *imago Dei* é integral: ontológica, moral e funcional. Ela inclui o ser, as faculdades e o papel do ser humano.

Imago Dei Ontológica: a Semelhança do Ser

O ser de Deus é infinitamente superior ao ser humano. O Ser Divino é absolutamente e infinitamente perfeito. Deus não comunicou ao homem a sua essência divina ou os atributos peculiares à divindade, tais como a onipotência, a onipresença e a onisciência. Não obstante, o ser do homem é semelhante ao Ser de Deus. Como observa Schultze, o homem é naturalmente inclinado para expandir seu poder, seu conhecimento e suas limitações espaciais.[84] A *imago Dei* funcional requer a *imago Dei* ontológica. Porque o homem foi criado para dominar sobre a criação, ele

foi criado com poder, conhecimento e locomoção, e precisa desenvolver essas qualidades.

Além disso, à semelhança de Deus, o homem foi criado como um ser espiritual, pessoal, racional, moral, livre e imortal.

O homem não é somente espírito, como Deus e os anjos.[85] Ele também tem um corpo. Entretanto, o *espírito* (ou alma) humano, embora esteja íntima e misteriosamente associado ao corpo, pode existir independentemente dele, como ocorre no estado intermediário, isto é, naquele período entre a morte e a ressurreição do corpo. Como já vimos, é principalmente o espírito ou alma humana e seus atributos que distinguem o ser humano das demais criaturas terrenas e explicam a sua excelência. É, principalmente, porque o homem é um ser espiritual, que ele pode se relacionar com o Criador.

A *pessoa* humana é una, enquanto a pessoa divina é triúna. O ser de Deus subsiste nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo, permitindo o relacionamento interpessoal entre essas três pessoas. A pessoa humana, evidentemente, não apresenta essa qualidade. Dupla personalidade e esquizofrenia são patologias mentais decorrentes da queda, e não qualidades da *Imago Dei*. Por outro lado, apenas o ser humano, dentre toda a criação visível, apresenta essa qualidade pessoal, que o habilita a se relacionar livre e inteligentemente com outras criaturas. "O inter-relacionamento no mundo sub-humano parece controlado por leis puramente naturais a ele impostas, mas no homem, você encontrará um princípio criativo operando por causa das qualidades da mente e da vontade humanas".[86]

A *inteligência* humana é limitada. A inteligência divina é ilimitada. Apesar disso, o homem é um ser racional, assim como Deus e as criaturas angelicais. Diferentemente dos animais, que têm apenas instinto e uma capacidade muito limitada de aprendizado, o ser humano foi criado com enorme capacidade para raciocinar, discernir, compreender, aprender e memorizar. A razão, a inteligência e o conhecimento são fundamentais na natureza humana. A palavra hebraica שָׁעַר, traduzida por "imagina", em provérbios 23:7, "como *imagina* em sua alma, assim ele é", significa "raciocina", "pensa". O que o ser humano é, portanto, está intimamente associado ao que ele pensa. Por essa razão, argumenta

Roberts, "para sermos corretos, precisamos pensar corretamente. Pensamentos errôneos jamais produzirão vida reta".[87]

Conforme Colossenses 3:10, o homem regenerado se revestiu "do novo homem que se refaz *para o pleno conhecimento*, *segundo a imagem daquele que o criou*". O conhecimento a que Paulo se refere aqui (incluído na *imago Dei*, como já consideramos) não se trata de mero conhecimento intelectual. "Ele inclui, também, uma verdadeira apreensão de Deus".[88] Contudo, essa qualidade pressupõe capacidade intelectual, racionalidade e conhecimento do mundo. Mesmo com as profundas limitações mentais ocasionadas pela queda,[89] o potencial mental do ser humano é manifestado nas suas surpreendentes realizações científicas e tecnológicas. É porque a razão, encontrada no homem, é de natureza semelhante à razão divina revelada na criação, que o ser humano pode conhecer o mundo, compreender as suas leis e desenvolver a criação. Se assim não fosse, o conhecimento e o desenvolvimento científicos seriam simplesmente impossíveis.[90] Porque a razão humana espelha a razão divina, Deus pode se revelar ao homem e este pode alcançar um conhecimento salvífico de Cristo e de sua obra redentora.

A *vontade* humana foi criada positivamente inclinada para o bem, mas com a possibilidade de inclinar-se para o mal, de modo que a moralidade humana poderia degenerar-se em imoralidade, coisas a que Deus não está, de maneira alguma, sujeito. Contudo, o homem, assim como Deus e os anjos, tem noção de certo e errado, do bom e do mal, da justiça e da injustiça. O ser humano foi criado com uma versão da lei moral de Deus gravada na sua alma: a consciência. O ser humano não foi criado como um autômato, sem capacidade para deliberar. Ele foi criado *livre* para arbitrar e escolher, de conformidade com a sua razão e sentimentos puros. Mesmo após a queda, como veremos posteriormente, o ser humano não deixou de ser responsável pelas suas decisões e atos.

A *imortalidade* do homem também se distingue da imortalidade divina: a imortalidade divina é inerente e imutável, enquanto a imortalidade humana lhe foi conferida, é condicional e apenas existencial no caso dos perdidos (nesse caso, pode-se falar de existência eterna dos ímpios ou de morte eterna, mas não de vida eterna). Por essas razões, as Escrituras

afirmam que Deus é "o único que possui imortalidade" (1 Tm 6:16). Contudo, há um sentido verdadeiro em que o homem é imortal. A sua alma, criada imediatamente por Deus ou comunicada pelos pais, jamais deixará de existir.

Não há, portanto, uma identidade ontológica entre o homem e Deus. Se assim fosse, os homens seriam deuses. Há, entretanto, uma verdadeira semelhança: o ser humano foi criado como um ser espiritual, pessoal, racional, moral, livre e imortal, com base no modelo ou padrão divino. Nisso consiste a *imago Dei* ontológica.

A semelhança ontológica original do homem com Deus não foi perdida com a queda. Ela foi contaminada pelo pecado, foi maculada, deformada, mas não perdida. Mesmo depois da queda, o homem continua sendo um ser espiritual, pessoal, racional, moral, livre e imortal. A queda não transformou o homem em um animal irracional, amoral e irresponsável pelas suas decisões e ações.

Imago Dei Moral: Santidade Original

Em geral, os teólogos reformados fazem distinção entre *imago Dei* ontológica e *imago Dei* moral. Termos diferentes são empregados para denotar essa distinção: *imagem mais ampla e mais restrita* (Herman Bavinck e Louis Berkhof), *imagem formal e material* (Emil Brunner), *imagem de substância e relações* (Hendrikus Berkhof), *imagem estrutural e funcional* (Anthony Hoekema), etc.[91]

Por *imago Dei* moral, queremos dizer que o ser humano foi criado moralmente santo, que existe uma semelhança não apenas ontológica, mas também ética entre ele e Deus. A teologia reformada tradicional geralmente entende a *imago Dei* moral em termos de verdadeiro conhecimento, retidão e santidade. À semelhança de Deus, o homem foi criado não apenas com intelecto, vontade e emoções, mas com intelecto, vontade e emoções *santificados*. Isto significa que "o homem não foi criado como um ser neutro, com poderes e potencialidades moralmente indiferentes, mas foi feito imediatamente, fisicamente e eticamente maduro, com conhecimento na mente, retidão na vontade e santidade no coração".[92]

Esse aspecto da *imago Dei* é indicado em Efésios 4:24, "e vos revistais do novo homem, criado segundo Deus, *em justiça e retidão*

procedentes da verdade". Esse verso declara que a *imago Dei* inclui retidão moral e relaciona essa retidão com a verdade.

Como um ser *intelectualmente santo*, o homem foi criado com verdadeiro conhecimento espiritual. O conhecimento de nossos primeiros pais não era exaustivo, nem era equivalente ao conhecimento que alcançaremos no estado de glória, mas era genuíno e verdadeiro. Tudo o que eles sabiam acerca de Deus, de si próprio e do mundo era verdadeiro.[93] Adão e Eva vieram a este mundo com "a lei de Deus escrita em seus corações",[94] e em perfeita harmonia com essa lei. Em Colossenses 3:10, o apóstolo Paulo afirma que pela regeneração, a natureza humana é refeita para o pleno conhecimento: "vos revestistes do novo homem que se refaz[95] para o pleno conhecimento[96], segundo a imagem daquele que o criou." Essa declaração, como já vimos, indica que conhecimento genuíno é um componente da *imago Dei*. Eles também foram criados com habilidade natural para conhecerem a Deus e a sua vontade, e com inteligência para progredir nesse conhecimento, por meio da revelação natural, da experiência pessoal e da comunhão com o Criador.

Na qualidade de um ser *volitivamente santo*, o homem foi criado com predisposição para querer o bem, com a vontade positivamente inclinada para obedecer a Deus. Em estado de pecado, o homem tem a vontade necessariamente rebelde e inclinada para o mal. Ela só pode tornar-se submissa e inclinada para o bem por meio de uma transformação radical na sua natureza (que a Bíblia chama de regeneração). No estado de inocência, diferentemente, Adão tinha a sua vontade santamente submissa a Deus e inclinada para o bem. Ela só pôde tornar-se rebelde e inclinada para o mal porque houve uma transformação radical na sua natureza, quando ele caiu, devido a sua deliberada desobediência à vontade de Deus.

Como um ser *emocionalmente santo*, o homem foi criado com sentimentos santos, com emoções perfeitamente harmonizadas e submissas ao verdadeiro conhecimento de Deus e da sua vontade. Assim, a alegria original do homem consistia em amar a Deus e ao próximo como a si mesmo. Ele experimentava perfeito contentamento, prazer e satisfação em pensar santamente e em agir retamente. Sua

alegria máxima consistia em viver justa, reta e santamente, para a glória de Deus.

Essa santa moralidade original do homem, incluindo conhecimento verdadeiro, vontade santa e sentimentos em perfeita harmonia com esse conhecimento e essa vontade, são o que se chama de *justiça*, *retidão* ou *santidade original*. É nessa santidade ou retidão moral original do homem que se revela, de modo especial, a *imago Dei*.[97] A diferença principal entre essa qualidade do Criador e do homem no estado original reside no fato de que a santidade divina é absoluta, infinita e imutavelmente perfeita, enquanto a santidade original do homem, embora semelhante, era relativamente (à santidade de Deus) finita e mutável. Exatamente por ter sido criado como um ser pessoal, racional e moral, o homem poderia cair desse estado, o que, de fato, veio a acontecer.

Com a queda, o homem perdeu completamente a sua retidão ou santidade original. Em estado de pecado, o homem não é mais santo. Não é possível falar em graus de santidade do homem em estado de pecado. Ele não pode ser um pouco santo ou parcialmente santo. Ele perdeu o verdadeiro conhecimento de Deus e da sua vontade. A sua vontade tornou-se rebelde. E os seus sentimentos tornaram-se corrompidos e desordenados, ao ponto de passar a ter prazer no pecado, alegrar-se em quebrar a lei de Deus e, por outro lado, a sentir desconforto com a santidade e com a presença de Deus.[98]

O ensino bíblico acerca da *imago Dei* moral encerra implicações importantes, entre as quais, desejo destacar as seguintes:

Implicação soteriológica: visto que a queda destruiu a *imago Dei* moral, e que a *imago Dei* moral abrange o intelecto, a vontade e as emoções, todas essas faculdades do homem precisam ser restauradas pelo Espírito Santo. Para isso, ele precisa reconhecer, por obra da graça de Deus em Cristo, que, naturalmente, ele não conhece, não quer servir e não ama a Deus.

Implicação moral: conforme ressalta Roberts:

> Retidão e santidade não são qualidades arbitrárias dependentes de opiniões subjetivas ou relativas. O sentido dessas qualidades é baseado e derivado do caráter de Deus. Deus é um Deus moral: ele é "infinito, eterno e imutável em sua... santidade, retidão, bondade e verdade".[99] Porque ele é infinito, eterno e imutável nesses atributos morais, ele é o padrão moral pelo qual devemos nos medir a nós

próprios.[100]

Implicação pedagógica: visto que o homem em estado de pecado perdeu o conhecimento verdadeiro de Deus, de si mesmo e do mundo, a principal tarefa da escola cristã é cooperar com a igreja, no que diz respeito à restauração desse aspecto da imagem de Deus no homem regenerado, especialmente no que diz respeito ao genuíno conhecimento do ser humano e do mundo.

Imago Dei Funcional: Domínio sobre a Criação

O homem também foi criado *funcionalmente* à imagem e semelhança do seu Criador. Ele foi criado para exercer funções semelhantes a funções exercidas pelo próprio Deus. Foi designado governante e representante de Deus. Para o exercício desse papel, ele foi provido de qualidades especiais e lhe foi conferido autoridade sobre toda a criação.

Base Bíblica

Esse aspecto funcional da *imago Dei* é enfatizado no primeiro capítulo de Gênesis e no Salmo de número oito:

> Disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; *tenha ele domínio* sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam sobre a terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou... (Gn 1:26-27; cf. também o v. 29).
>
> Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembres? E o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. *Deste-lhe domínio* sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste: ovelhas e bois, todos, e também os animais do campo; as aves do céu, e os peixes do mar, e tudo o que percorre as sendas dos mares. (Sl 8:3-8).

Governo ou Domínio sobre a Criação

A atribuição ao homem desta função de sujeitar e dominar a criação, inserida no contexto dessas passagens, sugere que se trata de outro aspecto da *imago Dei*. Algo do domínio e da autoridade que Deus exerce sobre a criação, ordenando todas as coisas conforme o conselho da sua vontade, foi conferido ao homem, de modo que ele pode exercer legitimamente essa função, para a glória de Deus.

Este aspecto da *imago Dei* é conhecido como "o mandato cultural da humanidade". Ele inclui, particularmente, o uso pleno "dos dons, talentos

e recursos que Deus deu, de tal maneira que o seu nome é santificado, o seu reino promovido e a sua vontade feita na terra".[101] O mandato cultural está especialmente relacionado às nossas vocações: conhecer, dominar, administrar, desenvolver e utilizar as potencialidades da criação.

Esse mandato deve ocorrer nas mais diversas áreas da atividade humana: educação, trabalho, agricultura, pecuária, indústria, comércio, serviços, cultura, ciência, artes, política, lazer, etc. Conforme observa Kuyper, "Não existe nenhum aspecto da vida, no qual Jesus não coloque seus dedos e diga: é meu, é meu." O mandato cultural (assim como o mandato espiritual e o mandato social) deve nortear a família, a igreja, a escola, as organizações em geral e o Estado. A igreja, a família, a escola e a universidade exercem papel relevante na preparação das crianças, dos jovens e dos adultos para o exercício legítimo desse aspecto da imagem de Deus no mundo.

Evidências do Domínio Humano sobre a Criação

Apesar da queda e de todas as suas consequências negativas para o homem e para o restante da criação, a história humana é testemunha de como o homem domina as leis, forças e recursos naturais para realizar os seus objetivos. Um autor reformado elabora essa realidade como segue:

> Ele [o homem] exerce domínio sobre os mares, e eles se rendem, entregando-lhe uma fonte aparentemente inesgotável de alimento e o transportam e as suas preciosas cargas nos seus navios aos vários portos do mundo. Ele exerce domínio sobre a terra, e ela lhe serve dando-lhe valiosos cereais, minerais e uma infinidade de outras coisas numerosas demais para mencionar. Ele comanda os ventos e eles lhe fornecem força para levá-los voando aos seus destinos escolhidos. Ele exerce domínio sobre os próprios céus, e eles se curvam para guiá-lo, quando deixam suas habitações, para fornecer-lhe aquecimento e oferecer-lhe um registro do tempo.[102]

Realmente, à medida que o homem progride no seu conhecimento, compreensão e domínio da criação, ele descobre mais maneiras de subjugar a natureza e utilizar os seus recursos para o seu conforto e desenvolvimento. Um exemplo disso verifica-se na extração de energia, a partir do petróleo, do carvão, da força das águas, do vento, do sol e até de átomos.

Parece difícil negar: Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, concedendo-lhe domínio sobre a criação e habilidades naturais para fazê-

lo.

Representação ou Mediação entre Deus e o Mundo

A imagem de Deus funcional significa também que o ser humano foi criado como um representante ou vigário de Deus, conforme entendem alguns reformadores.[103] O ser humano funciona como uma espécie de mediador entre Deus e o restante da criação visível. Ele é o representante de Deus no mundo e o representante do mundo perante Deus.[104] A própria imagem de Deus com que o homem foi criado, como um ser espiritual, pessoal, racional, moral e corpóreo, também o qualifica para essa função. Ao mesmo tempo em que ele, na condição de criatura espiritual, está ligado e se relaciona com Deus, na condição de criatura terrena, também se identifica e se relaciona com a criação. Ademais, é justo que o ser humano exerça essa mediação. Afinal, todo o universo sofre as consequências da queda humana, e a sua redenção depende da redenção do homem. Conforme lemos em Romanos:

> A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus. Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora" (Rm 8:19-22).

Na condição de governante, como vimos, o homem deve dominar a criação, conhecendo, desenvolvendo e utilizando os seus recursos e potenciais para a promoção do reino e da glória de Deus. Em um mundo caído, em que a raça humana falha terrivelmente com relação ao exercício desse papel, utilizando de forma pecaminosa a criação (com desperdício e para a luxúria, ao invés de fazer isso para a promoção do reino e para a glória de Deus), o crente deve manifestar a *imago Dei* funcional com prudência, sabedoria, moderação, justiça e amor. Ele deve, por um lado, ser instrumento da graça comum de Deus para o mundo, e, por outro, deve ser mediador da graça especial de Deus, como instrumento para a redenção dos eleitos e, consequentemente, da própria criação, que, como Paulo deixa claro em Romanos, depende da consumação da redenção de todos os eleitos de Deus.[105]

Imago Dei Funcional e Ecologia

O homem tem o direito legítimo de explorar os recursos naturais que

Deus proporciona na criação para o seu benefício e conforto. Alguns recursos e forças da natureza, tais como o carvão mineral, o petróleo, os minérios, a energia elétrica e as ondas magnéticas parecem ter sido disponibilizados especialmente para o uso, proveito e conforto humano. O domínio do homem sobre a criação é um fato que, apesar da queda e das suas consequências danosas para todo o universo, é claramente demonstrado nas realizações humanas.

Na qualidade de um ser criado à imagem ontológica e moral de Deus, o ser humano não deve fazer uso desordenado e irresponsável dos recursos naturais. A *imago Dei* funcional não autoriza o homem a destruir a criação, a degradá-la, devastá-la ou abusar dela. No entanto, a queda corrompeu também esse aspecto da *imago Dei*. Os efeitos da queda se fizeram sentir imediata e diretamente sobre a natureza, de sorte que ela sofre as consequências da queda e do pecado. Em adição a esses efeitos imediatos da queda, o homem em estado de pecado não trata a criação como um soberano sábio e prudente, mas de forma imprudente, egoísta e irresponsável. Frequentemente, inclusive os crentes, nos quais está sendo restaurada a imagem de Deus, parecem não perceber bem as responsabilidades envolvidas na *imago Dei* quanto à sua relação com a criação. Isso ocorre, por exemplo, quando desperdiçamos alimentos, energia ou outros recursos naturais.

Apesar disso, a natureza não deve ser jamais divinizada ou mesmo preservada à custa do ser humano, como ecologistas extremados parecem defender. O ser humano, coroa da criação, feito à imagem e semelhança de Deus, vale infinitamente mais do que macacos, pinguins, peixes-boi, araras, tartarugas, jacarés, mognos, ipês, sucupiras, cedros e jacarandás. Também é preciso evitar atitudes alarmistas, às vezes por razões mais políticas e ideológicas do que realmente científicas, preconizando consequências catastróficas em curto prazo para o mundo inteiro. Isso parece estar ocorrendo com relação ao questionável aquecimento global (que, para outros cientistas, é um fenômeno cíclico não causado pelo homem e não representa ameaça real para a humanidade).

A *imago Dei* funcional é uma enorme responsabilidade, que o homem regenerado deve desempenhar conforme a intenção do Criador: para a promoção do reino e da glória de Deus no mundo. Para isso, ele, mais do

que ninguém, deve fazer uso da autoridade que recebeu de modo sábio, responsável, prudente, moderado e santo, com vistas ao seu bem estar e das gerações futuras. Na condição de governante e mediador entre Deus e a criação, ele deve ser instrumento da graça comum para o mundo, e mediador da graça especial, com vistas à redenção dos eleitos e, consequentemente, da própria criação.

Pretendo demonstrar posteriormente, que, como em muitas outras áreas, a fé cristã oferece diagnósticos mais precisos e respostas mais profundas para os problemas do homem e do mundo. Ela vai à raiz dos problemas e proporciona respostas definitivas para ele. Conforme a Bíblia, o cativeiro da criação é decorrente da queda, foi agravado pela deformação da imagem de Deus no homem, depende da restauração da *imago Dei* no crente, e só será definitivamente resolvido quando o último eleito de Deus for redimido; e o mundo presente for libertado de todas as consequências da queda e do pecado, e gloriosamente redimido para habitação do homem redimido e glória de Deus.

CONCLUSÃO

Contrariando a teoria da evolução, as Escrituras revelam que a raça humana descende de um único casal, Adão e Eva, criado diretamente por Deus como coroa da criação, e como resultado de um conselho divino eterno. As evidências históricas, filológicas, fisiológicas e psicológicas confirmam o ensino bíblico com relação à unidade da raça humana.

A concepção evolucionista de que o homem não passa de um animal racional não corresponde à revelação bíblica. A natureza humana é distinta da natureza animal. O homem é um ser pessoal e espiritual, cujo corpo foi formado da terra, e cuja alma foi comunicada diretamente por Deus. Adão e Eva foram criados à imagem e semelhança do Criador, isto é, de acordo com o modelo divino, refletindo as suas características ontológicas, seus atributos morais e suas qualidades funcionais.

Não parece ser possível determinar biblicamente se as almas dos descendentes de Adão procedem dos pais, por geração natural (teoria traducionista) ou são imediatamente criadas por Deus (teoria criacionista). Entretanto, com relação aos elementos essenciais da natureza humana, o uso dos termos corpo, alma e espírito na Bíblia favorece a interpretação dicotômica: corpo e alma (ou espírito), embora

se possa questionar a propriedade do termo, tendo em vista a ênfase bíblica na totalidade da natureza humana.

A verdade fundamental acerca do ser humano consiste em ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. É essa qualidade que distingue o homem das demais criaturas e explica a sua excelência. Esses termos não designam qualidades essencialmente distintas, nem se restringem a aspectos específicos da natureza humana. A *imago Dei* é integral: ontológica, moral e funcional. Ela inclui o ser, as faculdades e o papel do ser humano. O homem é homem porque foi criado assim, à imagem e semelhança de Deus.

---

[1] Ler Gênesis 1:26-31; 2:7-9, 15-23.

[2] *Confissão de Fé de Westminster*, 4:2. Cf. *Fé para Hoje: Confissão de Fé Batista de 1689*, capítulo 4:2.

[3] Ver Anglada, *Soli Deo Gloria*, 227-45.

[4] Para uma discussão de questões científicas e teológicas acerca da criação do mundo visível e da relação entre teologia e ciência, ver Anglada, *Soli Deo Gloria*, 227-45.

[5] Hermann Bavinck, *Teologia Sistemática: Fundamentos Teológicos da Fé Cristã*, trad. Vagner Barbosa (Santa Bárbora d'Oeste, São Paulo: SOCEP, 2001), 206.

[6] Vern S. Poythress, *Redeeming Science: A God-Centered Approach* (Wheaton, Illinois: Crossway Books, 2006), 79-80.

[7] Morton H. Smith, *Systematic Theology*, vol. 1 (Greenville, South Carolina: Greenville Seminary Press, 1994), 226.

[8] Bavinck, *Teologia Sistemática*, 199.

[9] Hoeksema, *Reformed Dogmatics* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1966), 197.

[10] Citado em Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, p. 226.

[11] Anthony A Hoekema, *Created in God's Image* (Grand Rapids: Eerdmans & Curlisle, UK: Paternoster Press, 1986), 12.

[12] A mesma expressão hebraica נֶפֶשׁ חַיָּה, "alma vivente", "ser vivente"

[13] Bavinck, *Teologia Sistemática*, 204.

[14] Cf. Charles Sherlock, *The Doctrine of Humanity: Contours of Christian Theology* (Downers Grove: InterVarsity Press, 1996), 34-35.

[15] Bavinck, *Teologia Sistemática*, 205.

16 Bavinck, *Teologia Sistemática*, 203.

17 O volume cerebral do ser humano moderno pode variar de cerca de mil a dois mil centímetros cúbicos.

18 Anglada, *Soli Deo Gloria*, 228-39.

19 Ibid., 239-41.

20 Ver Davis A. Young, "Scripture in the Hands of Geologists", partes 1 e 2, *Westminster Theological Journal* 49:1 (1987): 1-34; e 49:2 (1987): 257-304, especialmente a conclusão da segunda parte.

21 Publicada com o título: *Annales veteris testamenti, a prima mundi origine deducti*, em 1650 e 1654.

22 Publicada primeiramente em 1627, com o título *Opus de doctrina temporum*. Em 1633 o seu trabalho foi publicado em forma abreviada, com o título *Rationarium temporum*.

23 Ver Anglada, *Soli Deo Gloria*, 244; B. B. Warfield, "On the Antiquity and the Unity of the Human Race", em *Studies in Theology* (Dallas: Digital Publications, 2003), pp 162-73; e William Henry Green, "Primeval Chronology", *Bibliotheca Sacra* (April, 1890): 285-303.

24 Warfield, "On the Antiquity", 168.

25 Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, trad. Valter Martins (São Paulo: Hagnos, 2001), 514. Cf. também J. Gresham Machen, *The Christian View of Man*, 2 ed. (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 2002), 119.

26 Warfield, "On the Antiquity", 169.

27 Cf. Mateus 19:4.

28 Essas doutrinas serão consideradas adiante.

29 Cf. também Romanos 5:12-21 e 1 Coríntios 15:21-22.

30 Warfield, "On the Antiquity", 177.

31 Hermann Bavinck, *Reformed Dogmatics*; vol. 2, God and Creation, trad. John Vriend (Grand Rapids: Baker Academic, 2004), 526.

32 Ver Louis Berkhof, *Teologia Sistematica*, 3 ed. (Grand Rapids: T.E.L.L, 1976), 222.

33 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 555.

34 Lutero é tido como tricotomista por uns e dicotomista por outros. Strong transcreve a seguinte citação de Lutero, feita por Thamasius, onde ele parece sustentar uma compreensão dicotômica da natureza humana: "a alma é o mesmo espírito... mas

com outro tipo de atividade, qual seja, esta, que ela anima o corpo a age através dele..." Cf. Augustus Strong, *Systematic Theology*, vol. 2 (Albany: AGES, 2000), 211.

35 Como, por exemplo, Franz Delitzsch, *A System of Biblical Psychology* (Edinburgh: T & T Clark, 1867), 246-66 e J. T. Beck, *Outlines of Biblical Psychology* (Edinburgh: T & T Clark, 1877), 38.

36 Conforme resume Machen, *The Christian View of Man*, 141.

37 Para uma análise dos significados desses termos no Antigo e no Novo Testamento, ver Hoekema, *Created in God's Image*, 210-16; e Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, pp. 244-59

38 Lown-Nida definem ψυχή como "a essência da vida em termos de pensamento, vontade e sentimento" e πνεῦμα como "a faculdade não material psicológica que é potencialmente sensitiva e responsiva a Deus", distinguindo-os, não como elementos diferentes, mas como faculdades do elemento imaterial do ser humano. Johannes P. Louw e Eugene A. Nida, eds. *Greek-English Lexicon of the New Testament Based on Semantic Domains*, 2 vols., 2 ed. (New York: United Bible Societies, 1989), s.v. "ψυχή" [26.4] e "πνεῦμα" [26.9].

39 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 556

40 Berkhof, *Systematic Theology*, 195.

41 Observar os adjetivos traduzidos por *em tudo* (ὁλοτελεῖς, *todo*) e *íntegros* (ὁλόκληρον, *total, completo*).

42 John R. W. Stott, *The Message of Thessalonians: The Gospel & the End of Time*. The Bible Speaks Today, ed. John R. W. Stott (Loicester, England and Downers Grove, Illinois: Inter-Varsity Press, 1991), 133.

43 F. F. Bruce, *1 & 2 Thessalonians*. Word Biblical Commentary, vol. 45, ed. David A. Hubbard, Glenn W. Barker et al (Waco: Word Books, 1988), 130.

44 Hoekema, *Created in God's Image*, 208-09.

45 I. Howard Marshall, *I e II Tessalonicenses: Introdução e Comentário*. Série Cultura Bíblica, trad. Gordon Chown (reimpressão, São Paulo: Vida Nova, 2005), 193.

46 Ibid., 194. Cf. também William Hendriksen, *1 e 2 Tessalonicenses*. Comentário do Novo Testamento (São Paulo: Cultura Cristã, 1998), 216-22. Em defesa da tese dicotomista, Hendriksen sustenta que o adjetivo ὁλοκληρον, "íntegro", encontra-se na posição predicativa, no original, e não na posição atributiva. Por essa razão, e porque esse adjetivo encontra-se antes de πνεῦμα, enquanto o advérbio ἀμέμπτως, "irrepreensivelmente", encontra-se após o substantivo σῶμα, o verso deve ser traduzido por duas alocuções, como segue: "E sem defeito [ou íntegro] seja o vosso espírito, e a vossa alma e corpo sejam conservados sem mácula na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo".

47 Hoekema, *Created in God's Image*, 208.

[48] William L. Lane, *Hebrews 1-8*, Word Biblical Commentary, vol. 47A, ed. David A. Hubbard, Glenn W. Barker et al (Dallas: Word Books, 1991), 103.

[49] Hodge, *Teologia Sistemática*, 521.

[50] A forma verbal "penetra" traduz o particípio adjetival grego διικνούμενος, "que penetra", "penetrante".

[51] Ver outras objeções à interpretação tricotômica dessas passagens em Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 556; e Berkhof, *Systematic Theology*, 194.

[52] Conferir a interpretação de Machen de 1 Coríntios 2:14-15 e 1 Tessalonicenses 5:3 na mesma linha, em Machen, *The Christian View of Man*, 140-43.

[53] Observar o uso dos termos no paralelismo de Lucas 1:46-47, "Disse Maria: A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador."

[54] Ver também Jeremias 9:9 e Amós 6:8 (no texto hebraico).

[55] Do grego διχῆ- *em dois*, *duplamente* + τέμνω- *cortar*, *dividir*.

[56] Ver Hoekema, *Created in God's Image*, 210-16.

[57] Ibid., 217-18.

[58] "Trichotomy", em *Colected Writings of John Murray*, vol. 2, p. 33.

[59] Do latim *tradux*: herança, propagação.

[60] Sobre o ensino de Tertuliano, ver Tertuliano. "A Treatise on the Soul", em *The Ante-Nicene Fathers*, vol. 3, pp. 335-447; e B. B. Warfield, *Studies in Tertullian and Augustine* (Dallas: Digital Publications, 2003).

[61] Segundo Bavinck: "a alma, apesar de ser chamada à existência como um ente racional e espiritual por uma atividade criativa de Deus, não obstante, essa atividade foi realizada na vida psíquica do feto, isto é, na vida dos pais e ancestrais, de modo que ela recebe a sua existência, não de cima ou de fora, mas sob as condições e em meio ao nexo pecaminoso que oprime a raça humana" (cf. Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 584).

[62] Para Calvino, "a causa do contágio não está nem na substância da carne nem na alma, mas aprouve a Deus ordenar que aqueles dons que ele conferiu ao primeiro homem, que o homem os perdesse com relação aos seus descendentes, assim como para si próprio" (cf. *Institutas*, 2.1.7).

[63] Berkhof, *Systematic Theology*, 200.

[64] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 580.

[65] Ibid., 581.

[66] Ibid.

[67] Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, p. 232.

[68] Cf. Romanos 1:18ss.

[69] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 530.

[70] Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, p. 233.

[71] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 532.

[72] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, pp. 534-39.

[73] Machen, *The Christian View of Man*, 146.

[74] Capítulo 1.

[75] Ver, por exemplo, Tomás de Aquino, *Summa Theologica* (Albany: Ages, 1997): 1:95 e 2:75-101.

[76] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, pp. 546-47.

[77] Mais sobre esse conceito em Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, pp. 236-38.

[78] Ver, por exemplo, Gênesis 1:27; 9:6; Colossenses 3:10 e Tiago 3:9, onde uma ou outra dessas palavras é empregada indistintamente e de modo suficiente para expressar todo o conceito da *imago Dei*.

[79] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 532.

[80] Ibid, p. 550.

[81] *Institutas*, 1.15.3.

[82] Capítulo 5, parágrafo 2º.

[83] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, pp. 533 e 554.

[84] Ver Henry Schultze, "God's Image Bearer in the State of Perfection: Man's Twofold Function in Life", em *Fundamentals in Christian Education: Theory and Practice*, ed. Cornelius Jaarsma (Grand Rapids: Eerdmans, 1953), 150-51.

[85] Sobre a espiritualidade e corporeidade angelical, ver Anglada, *Soli Deo Glória*, 209-10

[86] Schultze, "God's Image Bearer", 143.

[87] Linleigh J. Roberts, *Let Us Make Man* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1988), 10.

[88] Machen, *The Christian View of Man*, 150.

[89] O que, provavelmente, explica a utilização reduzida dos seus bilhões de neurônios e a morte de grande número deles durante a vida humana.

[90] Ver Schultze, "God's Image Bearer", 143.

[91] Ver Anthony Hoekema, *Created in God's Image*, 69-70.

[92] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, pp. 557-58.

[93] Ver Roberts, *Let Us Make Man*, 8; e Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 2, p. 558.

[94] *Confissão de Fé de Westminster*, 4:2. Cf. também *Fé para Hoje*, 4:2.

[95] No original:τὸν ἀνακαινούμενον, *que é refeita*, isto é, que é restaurada ao estado anterior à queda.

[96] A preposição ἐπι prefixada à palavra γνώσις é intensiva, podendo ser traduzida de modo que intensifique o conhecimento, como, por exemplo, conhecimento genuíno ou verdadeiro.

[97] Conforme já mencionado, os pelagianos do séc. V e os socinianos do século XVI negam a justiça original positiva do homem. Para eles, Adão e Eva tinham apenas uma santidade negativa, isto é, a ausência de pecado e de inclinação para o mal. Mas essa neutralidade é impossível; a alma de Adão não era uma folha em branco, sem conhecimento, vontade ou emoções. Textos como Gênesis 1:26-27,31 e Eclesiastes 7:20, não permitem tal interpretação. Convém observar também que a santidade, biblicamente, procede da verdade (cf. Ef 4:24 e Jo 17:17).

[98] O assunto será abordado mais pormenorizadamente adiante, no capítulo sobre o homem no estado de pecado. As seguintes passagens bíblicas demonstram a natureza do estrago que a queda acarretou à *imago Dei* moral: João 3:19,20; 5:40 e Romanos 1:28-32; 3:10-12; 8:7-8.

[99] *Breve Catecismo*, resposta 4.

[100] Roberts, *Let Us Make Man*, 10-11.

[101] Roberts, *Let Us Make Man*, 10-12.

[102] Schultze, "God's Image Bearer", 144.

[103] Como, Peter Vermigli. Conferir Horton, "Post-Reformation Reformed Anthropology", 63.

[104] Cf. Schultze, "God's Image Bearer", 145-47 e 151-55.

[105] Ver, especialmente, Romanos 8:19.

O PACTO DE OBRAS[1]

Entre o estado de inocência em que Adão foi criado e o estado de pecado, no qual toda a sua descendência vem ao mundo, encontra-se a transação divino-humana descrita em Gênesis 2:8-9 e 15-17:

> E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado. Do solo fez o Senhor Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; e também a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal... Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar. E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

A grande maioria dos teólogos reformados, incluindo Herman Bavinck,[2] Charles Hodge,[3] Alexander Hodge,[4] Robert L. Dabney,[5] William G. T. Shedd,[6] Geerhardus Vos,[7] Louis Berkhof,[8] Meredith Kline[9] e Palmer Robertson,[10] explica essa passagem em termos de um pacto: o pacto de obras.[11] Mesmo aqueles que não atribuem o nome *pacto* à transação divino-humana descrita em Gênesis 2 reconhecem a representatividade de Adão e as verdades gerais aí ensinadas.[12]

TERMOS, CONCEITO E NATUREZA DO PACTO DE OBRAS

Outros Termos

Outros termos são empregados para designar o acordo firmado por Deus com Adão, no segundo capítulo do livro de Gênesis. Em virtude do estado da parte humana envolvida, alguns denominam esse acordo de *pacto da natureza*, visto que se trata de um pacto feito com o homem quando este se encontrava no estado natural, original, em que foi criado. Por causa da sua condição, esse pacto também é chamado de *pacto legal*, pelo fato de requerer obediência perfeita do homem à vontade de Deus. Tendo em vista a sua promessa, o pacto de obras também é chamado de *pacto de vida*, porquanto era essa a recompensa do seu cumprimento. Devido ao lugar onde Adão se encontrava, o pacto de obras também é denominado *pacto edênico*, visto que foi feito quando o

homem ainda estava no paraíso, no Éden. Também é conhecido como *pacto adâmico*, por ter sido feito com Adão. Contudo, a terminologia utilizada não é importante, e sim, a verdade revelada.

O Conceito de Pacto

A doutrina do pacto (incluindo o pacto de obras, o pacto da redenção e o pacto da graça) é uma doutrina relativamente recente quanto a sua formulação. Embora alguns dos seus elementos já houvessem sido mencionados anteriormente, ela só foi formulada, nos termos em que hoje a professamos, pelos reformadores posteriores, especialmente holandeses, por volta da metade do século XVII.

A relutância de alguns em aceitar essa doutrina se deve, principalmente, ao fato de o termo *pacto* ou *aliança* (בְּרִית, διαθήκη) não ser empregado no relato bíblico da criação. Entretanto, essa não é uma razão justificável para a não aceitação da doutrina. O termo Trindade, por exemplo, não é bíblico, mas a doutrina é. Além disso, o termo é encontrado em Oséias 6:7, uma referência explícita ao pacto adâmico. Referindo-se ao povo de Israel, diz o Senhor: "eles transgrediram a aliança (בְּרִית), como Adão; eles se portaram aleivosamente contra mim".

O fato é que o acontecimento narrado nos versículos que estão sendo considerados aponta para o conceito bíblico de um pacto, semelhante ao pacto de Deus com Noé e com Abraão.

Em termos gerais, um pacto feito entre iguais é a concordância entre duas ou mais vontades, um contrato entre duas ou mais partes, que se comprometem mutuamente, por meio de um sinal visível: selo, assinatura, carimbo, etc., assumindo compromissos umas para com as outras no sentido de transferir direitos ou assumir obrigações. O grego clássico geralmente emprega o termo συνθήκη para designar esse tipo de pacto entre iguais.

Entretanto, a concepção antiga e bíblica de pacto, na qual uma das partes é muito superior à outra, como no caso do pacto de um soberano com o seu povo, não era exatamente essa. Nesse caso, a parte muito superior apenas comunicava a sua determinação e exigências à outra parte, que era obrigada a concordar com as determinações e condições soberanamente impostas. Esse tipo de pacto tem o seu correspondente atual, até certo ponto, na promulgação de decretos e leis governamentais.

Em um pacto ou aliança de Deus com o homem, portanto, em virtude da infinita superioridade e absoluta soberania do Senhor, esse aspecto unilateral é evidente e legítimo. Como criador e mantenedor soberano do Universo, Deus tem o direito de impor a sua vontade ao homem. Por essa razão, outro termo grego é empregado para denotar os pactos divinos: διαθήκη. Um pacto de Deus com o homem, na concepção bíblica, é, em essência, uma promessa condicional acompanhada de um selo, um sinal visível (a circuncisão, por exemplo). Por meio de um pacto, Deus se compromete a conferir benefícios aos homens (e sela esse compromisso com um símbolo visível), se estes cumprirem determinadas condições; advertindo-os com relação à consequência ou punição que o não cumprimento dessas condições acarretaria.

Natureza do Pacto de Obras

O pacto de obras é uma dessas alianças ou contratos feitos por Deus com o homem; no caso, com Adão, na condição de representante da raça humana. O termo *pacto de obras*, por enfatizar a condição exigida pelo pacto, ou seja, a obediência de Adão, pode eclipsar a sua natureza graciosa. O pacto de Deus com Adão é uma manifestação da graça divina para com a raça humana.

Por causa do resultado desastroso advindo sobre o homem em virtude da sua desobediência ao pacto de obras – isto é, a queda – podemos deixar de perceber a natureza graciosa desse acordo. Não obstante, o propósito de Deus com essa aliança manifesta o favor divino, do mesmo modo como ocorre no pacto da graça. Por meio desse pacto, Deus ofereceu a Adão a oportunidade de assegurar eternamente à raça humana o estado de santidade em que ele foi criado. Nas melhores condições possíveis, por meio de uma exigência perfeitamente razoável e favorável, Deus ofereceu aos nossos primeiros pais a oportunidade de confirmar a sua natureza santa, garantindo, assim, a imutabilidade da *imago Dei*. Obedecendo à razoável condição imposta por Deus, nossos eles poderiam ser elevados a um estado ideal, no qual não mais poderiam pecar, e assim transmitiriam, por geração, essa natureza impecável a toda a sua posteridade.

O pacto de obras é, portanto, uma manifestação da bondade e da condescendência de Deus, "pela qual uma obediência temporária poderia

ser graciosamente aceita como fundamento para que Deus assegurasse a Adão eterna santidade, felicidade e comunhão com Deus."[13]

Esse continua sendo o propósito de Deus para o homem. Agora, contudo, apenas os eleitos podem ser alcançados, e exclusivamente por meio da obra da redenção (através do pacto da graça). As Escrituras revelam os princípios e meios pelos quais Deus consumará o seu gracioso propósito original para com a raça humana: a restauração da *imago Dei*, a qual poderia ter sido eternamente assegurada por Adão no Éden.

O pacto de obras não é, portanto, essencialmente diferente do pacto da graça. Ambos oferecem graciosamente a *imago Dei* ao homem (confirmada, no primeiro pacto, ou restaurada, no segundo) sob a condição de obediência irrestrita de um representante idôneo à vontade expressa de Deus. A diferença fundamental entre o pacto de obras e o pacto da graça é que, no primeiro, a obediência foi requerida do próprio homem (visto que santo); enquanto no segundo, a obediência de um Mediador divino é aceita e imputada ao homem, por meio da fé salvadora.

ELEMENTOS DO PACTO DE OBRAS

Embora, como já mencionado, o termo *pacto* não seja empregado em Gênesis 2:7-17, percebe-se explícita ou implicitamente no texto todos os elementos essenciais que caracterizam um pacto divino-humano, isto é: as partes pactuantes, o selo do pacto, a promessa, a condição e a penalidade, em caso do não cumprimento da condição exigida.

Partes Envolvidas

As partes envolvidas no pacto de obras foram Deus e Adão. Ou melhor, a Trindade e a raça humana representada na pessoa de Adão. Isto significa que os atos de Adão seriam considerados como atos de toda a sua posteridade, nele representada.

A representatividade de Adão no pacto de obras é bíblica, como se pode perceber: (1) do argumento do apóstolo Paulo em Romanos 5:12-19 e em 1 Coríntios 15:22,47, onde a representatividade de Cristo é comparada à representatividade de Adão; (2) da afirmativa bíblica de que o pecado e a morte vieram como resultado do pecado de Adão (Rm 5:12 e 1 Co 15:22); e (3) do fato incontestável de que as penalidade da quebra

do pacto – a morte (Gn 2:17), bem como a dificuldade para conseguir sustento e as dores de parto (3:16-19) – recaíram sobre toda a raça humana e não apenas sobre Adão e Eva.[14]

O Selo do Pacto

Todo pacto tem um selo, um sinal visível que o simboliza e assegura. Pode ser uma assinatura, um carimbo, uma solenidade pública, um aperto de mãos, uma aliança de casamento, etc.

Nos pactos de Deus com o homem, o Senhor também empregou selos para simbolizar e garantir o cumprimento da sua promessa. Quando ele fez um pacto com Noé, comprometendo-se a não mais destruir a terra por meio de uma inundação, selou essa aliança com um arco-íris (Gn 9:12-13). Quando ele entrou em aliança com Abraão, prometendo-lhe ser o seu Deus e da numerosa descendência que dele procederia para ser bênção para todos os povos da terra, selou essa aliança com o sacramento da circuncisão (Gn 17:9-11; Rm 4:11). Quando renovou esse pacto, com a igreja, na nova dispensação, instituiu o batismo cristão como selo da nova aliança (Mt 28:19; Cl 2:11-12 e Gl 3:26-27).

De maneira semelhante, a *árvore da vida,* que Deus fez nascer no centro do jardim do Éden, é interpretada por teólogos reformados como o selo do pacto de obras.[15] Não se tratava de uma árvore que produzia frutos com poderes inerentes para conferir imortalidade aos que dela comessem. Era, sim, um símbolo visível, que apontava para a promessa do pacto. O texto não destaca a árvore da vida porque Adão escolheu a árvore proibida da ciência do bem e do mal. Nada o impedia de ter escolhido a árvore da vida que estava bem no centro do jardim. Se Adão dela comesse, ao invés de comer do fruto proibido, teria assegurado a *imago Dei*, garantindo assim, eternamente, o estado de santidade em que foi criado. Contudo, visto que ele preferiu comer do fruto da árvore proibida, quebrando o pacto, foi expulso do jardim (o templo de Deus) e impedido de comer da árvore da vida, o sacramento do pacto de obras.

A igreja comerá um dia da árvore da vida, no novo Éden, o novo céu e nova terra, o templo de Deus, onde Deus tabernaculará com o povo da aliança. Essa árvore permanece como selo de confirmação da *imago Dei* e da vida eterna.[16]

Promessa do Pacto

A promessa do pacto de obras é a vida eterna. Não apenas a imortalidade; não apenas a existência eterna; nem mesmo apenas a *imago Dei* com a qual Adão foi criado, pois esta era mutável. A promessa do pacto de obras é a mesma do pacto da graça: a *imago Dei* eterna, a confirmação do ser, da santidade e da funcionalidade originais do homem.

O texto de Gênesis 2 não afirma explicitamente que essa é a promessa do pacto com Adão. Contudo, ela é necessariamente inferida: (1) "Da menção da árvore da vida, e da expulsão do homem do Éden após a queda, a fim de que não comesse dessa árvore".[17] (2) Da penalidade do pacto. Se a morte eterna é o castigo pela desobediência ao pacto, a recompensa pelo seu cumprimento só poderia ser a vida eterna. Adão já possuía, por natureza, a imortalidade e a santidade. Apesar disso, ele encontrava-se em um estado no qual ainda poderia pecar. A recompensa do pacto seria a confirmação da *imago Dei*. Isso significaria a mudança do estado original de santidade para um estado de glória, no qual estaria eternamente eliminada a possibilidade de transgressão da vontade de Deus e definitivamente assegurada a vida eterna. Vida eterna é a comunhão perfeita e eterna com Deus, o que só pode ser alcançado quando qualquer possibilidade de pecado é definitivamente excluída.

Várias passagens bíblicas ensinam o princípio geral pelo qual a vida está essencialmente relacionada à obediência aos preceitos divinos. Exemplos:

> Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles (Lv 18:5; cf. Dt 30:15 e Ez 20:11).
>
> Respondeu-lhe [ao jovem rico] Jesus: Por que me perguntas acerca do que é bom? Bom, só existe um. Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos (Mt 19:17).
>
> Ora, a lei não procede de fé, mas: Aquele que observar os seus preceitos, por eles viverá (Gl 3:12).[18]

Condição do Pacto

A condição do pacto edênico era a obediência irrestrita à vontade de Deus, simbolizada pelo fruto proibido. Vida eterna, isto é, existência eterna em comunhão com Deus, decorre necessariamente da submissão

e obediência perfeitas à sua vontade revelada. Adão poderia tê-la alcançado por sua própria obediência, em virtude do estado original de santidade e retidão em que foi criado (por isso o pacto é chamado de pacto de obras). Depois da queda, entretanto, a vida eterna só pode ser alcançada em Cristo, visto que somente ele obedeceu integralmente à vontade de Deus.

Os teólogos reformados entendem que a condição de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal é representativa, isto é, inclui toda a lei moral que havia sido impregnada por Deus na consciência dos nossos primeiros pais. Obedecendo a esse mandamento de Deus, Adão demonstraria a sua completa submissão, de coração e na prática, à vontade soberana do seu Criador.[19] Conforme observa Bavinck: "O mandamento probatório colocou Adão diante das seguintes alternativas: Deus ou o homem, a palavra divina ou o discernimento humano, a obediência implícita ou a investigação própria, a fé ou a dúvida."[20]

A doutrina reformada do pacto de obras também sustenta que a condição do pacto foi temporária. Trata-se de uma prova a que Adão foi submetido por um determinado tempo, e não indefinidamente. Tratava-se de uma decisão quase que imediata, de uma escolha que logo se resolveria: ou Adão escolheria a árvore da morte ou a árvore da vida, e a condição estaria definida. A fé reformada entende, portanto, que as duas árvores especiais colocadas no jardim do Éden eram exclusivas: ou Adão comeria uma ou a outra, definindo imediatamente o seu destino e o destino da raça humana. Visto que ele escolheu o fruto proibido, não mais poderia comer do fruto da árvore da vida. Se houvesse escolhido comer da árvore da vida, não mais poderia lançar mão da árvore do conhecimento do bem e do mal: teria assegurado, assim, imediatamente e para sempre a *imago Dei*.

Essa interpretação está em harmonia com a compreensão reformada quanto à revelação bíblica acerca da queda dos anjos: os anjos eleitos, que não caíram, foram imediatamente confirmados no estado de santidade, do qual não podem mais cair.[21]

Penalidade do Pacto

A penalidade que a transgressão do pacto adâmico acarretaria é

explicitamente declarada em Gênesis 2:17: "no dia em que dela comeres, certamente morrerás". A morte seria o resultado inevitável e terrível da desobediência ao pacto de obras.

Este é outro princípio bíblico geral: "a alma que pecar, essa morrerá" (Ez 18:4). "O salário do pecado é a morte" (Rm 5:23). Contudo, é preciso compreender que o sentido bíblico de morte não é de extinção ou aniquilação do ser, mas de separação: separação da fonte da vida, separação de Deus, com o inevitável resultado da corrupção e da miséria. Imediatamente após a transgressão de Adão ao pacto, ele passou a experimentar a morte.

O sentido da penalidade do pacto de obras (a morte) é, portanto, abrangente. Ele inclui: (1) a *morte física*: a separação entre a alma e o corpo e a inevitável corrupção do corpo até voltar ao pó (Ec 12:7; Hb 12:23); (2) a *morte espiritual*: a separação temporal entre o homem e Deus, com a destruição da *imago Dei* moral e a depravação do homem (Is 52:2; Mt 7:23; Ef 2:1; 1 Tm 5:6; Ap 3:1); e (3) a *morte eterna*: a separação eterna de Deus, quando os ímpios serão definitivamente lançados no inferno (Ap 20:6-14).[22]

PRINCÍPIOS GERAIS REVELADOS NO PACTO

O ensino bíblico sobre a natureza original do homem e sobre o pacto revela algumas verdades ou princípios gerais fundamentais:[23]

Princípios da Vida e da Morte, Simbolizados na Árvore da Vida

Verdadeira vida, nas Escrituras, é algo que o homem só desfruta quando está ligado a Deus. Daí a árvore da vida ser empregada como sacramento do pacto, cuja recompensa era a vida eterna. Quando Jesus se compara a uma videira, em João 15:6, e afirma que aqueles que não permanecem nele secarão e serão queimados no fogo, está empregando esse símbolo para indicar o princípio bíblico fundamental, segundo o qual, a verdadeira vida depende de comunhão com Deus.

Por outro lado, morte, nas Escrituras, consiste em separação de Deus, sendo que a causa a separação de Deus é o pecado. A retirada da árvore da vida do jardim do Éden, quando o homem pecou, simboliza a separação de Deus e a morte, a que o homem ficou sujeito. Quando o

pecado separa o homem de Deus, este começa a definhar, física e espiritualmente, como um galho separado da árvore.

Princípios da Provação e da Tentação,
Simbolizados na Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal

Deus lida com o homem por meio de provas. Na condição de criatura moral, o ser humano é submetido a testes por meio dos quais Deus deseja aprová-lo, aperfeiçoá-lo e elevá-lo a um estado superior. Os mesmos testes, por outro lado, são empregados pelo diabo para tentar o homem, com vistas a reprová-lo, desqualificá-lo e destruí-lo. A árvore do conhecimento do bem e do mal simboliza, portanto, pela perspectiva divina, a provação, e, pela perspectiva satânica, a tentação. O emprego de uma só palavra, tanto no hebraico (o substantivo [24](נָסָה/מַסָּה como no grego (πειρασμός/πειράζω),[25] para denotar provação e tentação, parece confirmar esse duplo simbolismo da árvore do conhecimento do bem e do mal.

Princípio da Representatividade,
Simbolizado em Adão

Deus também lida com o homem por meio do princípio da representatividade. Na realidade, a natureza da obra da redenção só pode ser compreendida à luz desse princípio.

Adão, como o primeiro ser humano criado, representa e simboliza toda a raça humana, de modo que a culpa do seu pecado é legitimamente imputada ou considerada de toda a sua descendência.

De modo semelhante, Cristo, o cabeça da igreja, representa legalmente todos os eleitos de Deus, de modo que a sua justiça é legitimamente imputada ou considerada de todos os que nele crêem. Por essa razão, ele é chamado de "o segundo Adão".[26]

O PACTO DE OBRAS NO CONTEXTO DOS MANDATOS DA CRIAÇÃO

Nos nossos estudos sobre o pacto de obras, temos ressaltado que a condição do pacto (não comer do fruto proibido) era representativa. Ela incluía toda a lei moral que havia sido gravada por Deus no coração dos nossos primeiros pais (cf. Rm 2:14-15). Obedecendo a esse mandamento específico, de ordem não moral, Adão demonstraria e

selaria a sua completa submissão à vontade revelada de Deus.

Ordenanças Gerais

A obediência requerida de Adão abrangia, especialmente, três ordenanças ou mandatos incluídos na ordem da criação: o sábado, o trabalho e o casamento. O mandato religioso, o mandato cultural e o mandato familiar.

Esses três mandatos encontram implícitos ou explícitos em Gênesis 2:1-3 e Êxodo 20:8-11 (mandato religioso); em Gênesis 1:26-28 e 2:15 (mandato cultural); e em Gênesis 2:18, 21-24 (mandato familiar).

Importância/Perigo

Palmer Robertson adverte contra o perigo do dualismo que pode resultar da falta de compreensão acerca da responsabilidade humana total incluída no pacto da criação. A obediência ou desobediência de Adão ao mandamento específico de não comer do fruto proibido teria implicações tanto espirituais ou religiosas, como culturais e familiares. O pacto de obras compreendia e influenciaria não somente a relação do homem com Deus, mas a sua relação com a criação e com a mulher. Abrangia e influenciaria o seu culto, o seu trabalho e o seu casamento.

Para Robertson, nisso reside a diferença entre o fundamentalismo e a fé reformada. Os fundamentalistas tendem a confinar a religião à salvação da alma, deixando de considerar devidamente os efeitos da redenção em todas as áreas da vida, incluindo a família, o trabalho, a ciência, as artes, o lazer, e a cultura em geral. Segundo ele:

> O "fundamentalista" pode conceber o significado do Cristianismo mais estritamente em termos da salvação da sua "alma". Muito frequentemente, ele pode falhar em considerar adequadamente os efeitos da redenção sobre o estilo de vida total do homem no contexto de uma aliança todo-abrangente. Essa visão resulta frequentemente em deixar de lado as responsabilidades do homem redimido de transportar as implicações da sua salvação ao mundo da economia, da política, dos negócios e da cultura.[27]

Mandato Religioso

O sábado foi concedido ao ser humano como uma bênção de Deus (cf. Mc 2:27). Seu fim era proporcionar-lhe descanso para o corpo (um antídoto contra a escravidão ao trabalho) e a edificação da alma. Deus criou o mundo de tal maneira que, com o trabalho de apenas seis dias, o

homem poderia suprir as suas necessidades e as necessidades da sua família durante sete dias.

Desse modo, ele poderia glorificar a Deus e alegrar-se no seu culto e na sua Palavra. O sábado não é uma ordenança cerimonial, é uma ordenança da criação. Ele está incluído nos dez mandamentos e reflete o padrão da criação em Gênesis 1-2. Ele foi alterado para o primeiro dia da semana porque, apesar de ainda restar um descanso para o povo de Deus (Hb 10), o crente não olha mais para o futuro, aguardando a redenção, mas para o passado, onde Cristo realizou a sua redenção. Por isso, Cristo ressuscitou nesse dia e a igreja passou a adorar no domingo (Mt 28:1; At 20:7 e 1 Co 16:2), "o dia do Senhor" (Ap 1:10).

Como explica Robertson:

> É apropriado que a nova aliança altere radicalmente a perspectiva do sábado. O crente atual não segue o padrão do povo da antiga aliança. Ele não trabalha seis dias primeiro, olhando com esperança para o descanso. Ao invés, ele começa a semana regozijando-se no descanso já realizado pelo evento cósmico da ressurreição de Cristo. Então, ele começa com alegria os seus seis dias de trabalho, confiante no sucesso por meio da vitória que Cristo já conquistou.[28]

Mandato Cultural

A ordenança do sábado pressupõe a ordenança do trabalho. Um dia de descanso dentre sete, implica seis dias de trabalho. Foi atribuída explicitamente a Adão a responsabilidade de "dominar", "cultivar e guardar" a terra (Gn 1:26-27; 2:15). Esse mandato cultural da humanidade implica desenvolver as potencialidades da criação para o benefício da humanidade e para a glória de Deus. Ele inclui o trabalho, a agricultura, a indústria, o comércio, a ciência, a cultura, as artes, etc.

Por essa razão, o trabalho é tão enfatizado no Antigo e no Novo Testamento.[29] Por isso, também, a desobediência ao pacto resultou em consequências diretas relacionadas ao trabalho (Gn 3:17-20).

Mandato Familiar

O casamento também foi concedido como bênção de Deus para o ser humano. No contexto da criação, Deus mesmo declarou: "não é bom que o homem esteja só" (Gn 2:18; cf. Pv 18:22). O matrimônio não apenas está incluído no contexto do pacto da criação, mas é ele próprio um pacto de companheirismo entre iguais, com funções especiais para

cada um. Juntos, o homem como cabeça e a mulher como auxiliadora idônea, deveriam povoar e dominar a terra para a glória de Deus.

O casamento pode ser definido como: uma aliança de companheirismo entre iguais, com papeis próprios, que resulta em unidade, com o propósito de exercer domínio sobre a criação, para a glória de Deus, por meio da obediência à sua vontade revelada.[30]

O mandato familiar inclui: o casamento; a complementação mútua física, funcional, intelectual, emocional, espiritual, etc.; e a criação dos filhos na disciplina e na admoestação do Senhor (exigindo amor, oração, exemplo, ensino, correção, encorajamento, etc.). Ele tem como propósito desenvolver as potencialidades da criação, com vistas à promoção do reino e da glória de Deus. Por isso, também, o mandato familiar foi diretamente afetado pela queda (cf. Gn 3:16).

CONCLUSÃO

A desobediência de Adão ao pacto de obras foi a terrível ponte que introduziu o homem no estado de pecado. O termo *pacto de obras* não deve eclipsar a natureza graciosa do pacto adâmico, pois o seu propósito era garantir a imutabilidade da i*mago Dei*. A natureza da transação divino-humana registrada em Gênesis 2:8-9 e 15-17 pode perfeitamente ser caracterizada como um pacto, na concepção bíblica do termo, tendo em vista que apresenta os elementos essenciais de um pacto, e ainda porque a referência ao pacto com Adão, em Oséias 6:7, confirma a natureza pactual de Gênesis 2.

As partes desse pacto foram Deus e Adão, na condição de representante legal da raça humana. O selo ou sinal visível foi a árvore da vida. A promessa era a vida eterna – a confirmação da *imago Dei*. A condição era a obediência irrestrita à vontade revelada de Deus, simbolizada na abstinência do fruto proibido. A penalidade pela desobediência ao pacto foi a morte física, espiritual e eterna.

O pacto de obras revela princípios fundamentais pelos quais Deus lida com a raça humana na história da redenção: os princípios da vida e da morte, simbolizados na árvore da vida; da provação e da tentação, simbolizados na árvore do conhecimento do bem e do mal; e o princípio da representatividade, simbolizado em Adão. Vida física, espiritual e eterna dependem da nossa ligação com Deus. O pecado separa o homem

de Deus. Somente a expiação de Cristo religa o pecador a Deus. Nesta vida, somos provados por Deus e tentados pelo diabo. É assim que devemos encarar as dificuldades que enfrentamos. Existe apenas um meio de salvação: a justiça de Cristo imputada através da fé a todos os que se confiam a Cristo como o seu único Salvador.

Em Cristo, não nos encontramos mais debaixo do pacto de obras. Nem poderíamos jamais obedecer integralmente à vontade de Deus. Estamos debaixo do pacto da graça: Cristo, o segundo Adão, obedeceu para nós inteira e plenamente a vontade do Pai. Contudo, como povo da aliança, compete-nos obedecer aos mandatos da criação: o mandato religioso (o domingo), o mandato cultural (o trabalho) e o mandato familiar (o casamento).

---

[1] Ler a *Confissão de Fé de Westminster*, 7:2.

[2] *Reformed Dogmatics*, vol.1, p. 308 e vol. 3, pp. 65, 77, 103, 139, 212, 278, 379, 494 e 532.

[3] *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 117-22.

[4] *Outlines of Theology* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1991), 309-14; e *The Confession of Faith* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1992), 109-15.

[5] *Systematic Theology* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1985), 302-05.

[6] *Dogmatic Theology*, vol. 2 (Grand Rapids: Zondervan, s.d.), 152ss.

[7] *Biblical Theology*: *Old and New Testaments* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1992), 27-40.

[8] *Teologia Sistematica*, 250-59.

[9] *By Oath Consigned* (Grand Rapids: Eerdmans, 1968), 27-32

[10] *The Christ of the Covenants* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1980), 54-57 e 68-87.

[11] John L. Dagg, fundador da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, também explica Gênesis 2 em termos de um pacto. Ver seu *Manual de Teologia* (São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 1989), 120-23.

[12] É o caso de Herman Hoekesema, *Reformed Dogmatics*, 217-20; John Murray, "The Adamic Administration", *Collected Writings of John Murray*, vol. 2, p. 49; e Anthony Hoekema, *Created in God's Image*, 119-21.

[13] Robert. L. Dabney, *Systematic Theology* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1985), 302.

[14] Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, pp. 280-81.

[15] Ver, por exemplo, Berkhof, *Teologia Sistematica*, 257-58; Geerhardus Vos, *Biblical Theology*, 27-28; e Dabney, *Systematic Theology*, 305.

[16] Comparar Gênesis 2:9 e 3:22,24 com Apocalipse 2:7 e 22:2,14.

[17] Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, p. 282.

[18] Ver também o contraste que Paulo faz em Romanos 5:17.

[19] Cf. Deuteronômio 27:26; Gálatas 3:10 e Tiago 2:10.

[20] *Gereformeerde Dogmatiek*, vol. 2, p. 618 (citado em Berkhof, *Teologia Sistematica*, 257).

[21] Cf. 1 Timóteo 5:21.

[22] Consideraremos melhor o assunto, adiante, no capítulo seguinte, sobre o homem no estado de pecado.

[23] Para um tratamento mais completo deste assunto, ver Vos, *Biblical Theology*, 27-40.

[24] Comparar Salmo 95:8 e Deuteronômio 6:16 com Deuteronômio 7:19 e Jó 9:23.

[25] Cf. Tiago 1:12-13.

[26] Ver Romanos 5:17-19.

[27] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 82-83.

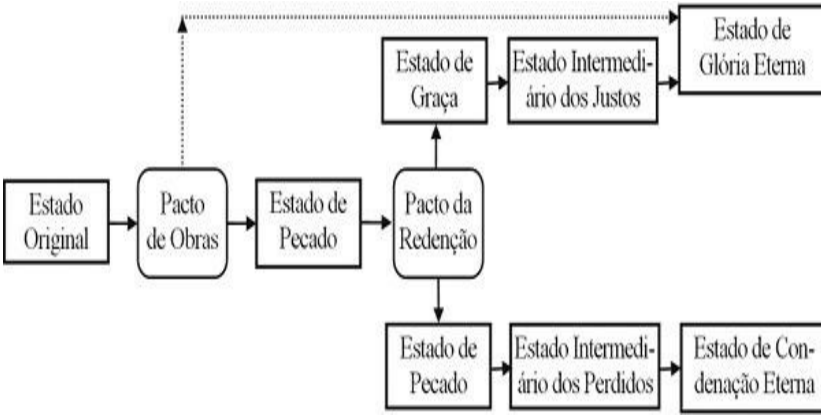
[28] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 73.

[29] Ver especialmente o livro de Provérbios e passagens no Novo Testamento, como Lucas 10:7; Efésios 4:28; 1 Tessalonicenses 4:11-12 e 2 Tessalonicenses 3:10-12.

[30] Ver Gênesis 1:26-28; 2:18-24; Deuteronômio 6-7; Provérbios 31:10-31 e Efésios 5:15-6:4.

O HOMEM NO ESTADO DE PECADO

As Escrituras ensinam que o ser humano passa por estados diferentes desde a sua criação até o estado eterno: estado *de inocência* (em que foi criado), estado *de pecado* (em que nascem todos os descendentes de Adão), estado *de graça* (em que se encontram os redimidos nesta vida), estado *intermediário dos salvos* (entre a morte e a ressurreição), estado *intermediário dos perdidos* (também entre a morte e a ressurreição); estado de *glória eterna* (destinado aos salvos após a ressurreição do corpo), e de *condenação eterna* (destinado aos perdidos após a ressurreição do corpo). O diagrama a seguir ilustra os diferentes estados da existência humana:



Até aqui, estivemos considerando o primeiro desses estados: o estado original, de inocência, no qual nossos primeiros pais foram criados e viveram antes da queda; e o pacto de obras de Deus com Adão, na qualidade de representante da raça humana. Agora, passaremos a considerar o segundo estado da existência humana: o estado de pecado, no qual todos nós, descendentes de Adão, viemos ao mundo.

Neste capítulo estudaremos: (1) a *origem do pecado*: a queda; (2) a *natureza do pecado*: transgressão; (3) a *transmissão do pecado*: imputação; e (4) os *resultados do pecado*: depravação espiritual, miséria temporal e morte eterna.[1]

ORIGEM DO PECADO

A presença do mal no mundo é uma constatação óbvia, universal e inegável. A criação não revela apenas a glória do seu Criador, revela também miséria e morte. Ela manifesta deformações, corrupções, desvios, degradações físicas e morais. Pouco depois de haver sido criado, o mundo perdeu o seu esplendor. "A sua retidão foi transformada em culpa, sua santidade em impureza, sua glória em desgraça, sua bem-aventurança em miséria, sua harmonia em desordem, sua vida em morte, sua luz em trevas".[2] Como explicar tal estado de coisas? Como explicar especialmente o estado de corrupção física, moral e espiritual que caracteriza a raça humana? Essa tem sido uma das grandes questões filosóficas e religiosas em todos os tempos: a questão da origem do mal.

O gnosticismo considera que o mal é inerente à matéria, e que a alma humana é contaminada quando entra em contato com ela. Outros, como Schleiermacher, atribuem o mal à natureza sensual do homem, ou à sua ignorância (Ritschl).[3] Para os evolucionistas, o mal é explicado como resquícios da natureza animal no processo de evolução humana. Evidentemente, essas idéias estão longe de explicar a origem do mal ou do pecado.

A igreja Cristã tem caminhado em duas direções distintas com relação à questão. Os pais da igreja oriental, os pelagianos,[4] os socinianos,[5] e, até certo ponto, os arminianos, tendem, assim como os racionalistas e os evolucionistas, a dissociar a pecaminosidade da raça humana do pecado de Adão. Para todos eles, a corrupção da humanidade não tem relação direta com a queda de nossos primeiros pais. Os pais da igreja ocidental, Agostinho, os reformadores e boa parte do protestantismo, por outro lado, explicam o estado de pecado em que a raça humana se encontra como consequência direta e inevitável do pecado original, da desobediência de Adão ao pacto de obras.

Explicação Bíblica para a Origem do Mal

A Queda Angelical

A explicação bíblica para a origem do mal está na queda, no pecado, na transgressão. Inicialmente, na queda angelical; subsequentemente, na queda dos nossos primeiros pais. A presença de um instrumento de

tentação, a serpente, induzindo propositadamente Eva ao pecado, deixa evidente que a origem do mal no universo precede à queda de Adão e Eva. O pecado surgiu no mundo angelical.

De fato, a origem do mal é explicada biblicamente pela queda de Satanás e de seus anjos. Deus não criou o mal. Ao contemplar a sua criação, viu que tudo era bom (Gn 1:31). Contudo, as Escrituras revelam que alguns anjos pecaram. Eles não permaneceram em seu estado original, e se corromperam: "e a anjos, os que não guardaram o seu estado original,[6] mas abandonaram o seu próprio domicílio, ele tem guardado sob trevas, em algemas eternas, para o juízo do grande Dia" (Jd 6). Como resultado, eles foram condenados à morte eterna: "Deus não poupou a anjos quando pecaram, antes, precipitando-os no inferno, os entregou a abismos de trevas, reservando-os para juízo" (2 Pe 2:4).

É difícil encontrar explicação satisfatória para o surgimento do pecado em seres originalmente perfeitos e santos como os anjos. Entretanto, as passagens citadas de Judas 6 e 2 Pedro 2:4, a interpretação protestante tradicional das profecias contra Tiro (Ez 28:11-19) e contra a Babilônia (Is 14:12-15), e a advertência de Paulo, em 1 Timóteo 3:6, contra a ordenação de um neófito ao episcopado: "para não suceder que se ensoberbeça, e incorra na condenação do diabo", têm levado a igreja, de um modo geral, a reconhecer que o orgulho foi a causa da queda angelical. Lúcifer, aquele ser de natureza tão elevada, teria se ensoberbecido por causa da sua formosura espiritual, e se rebelado, insatisfeito com a posição, poder e governo que lhe foram confiados, dando à luz ao pecado na criação.[7]

A Queda Humana

A explicação bíblica para a pecaminosidade da raça humana está na queda, descrita no capítulo três do livro de Gênesis. Ela se encontra na desobediência de Adão à vontade revelada de Deus, representada pela árvore do conhecimento do bem e do mal. O elo entre a queda angelical e a queda humana está na serpente, como instrumento de tentação. Por sua instrumentalidade, o diabo induziu Eva ao pecado, e esta a Adão. A causa imediata da pecaminosidade humana está na desobediência de Adão ao pacto de obras.

O relato bíblico a respeito do instrumento de tentação, a serpente, tem

sido interpretado indevidamente de duas maneiras: por meio de interpretações alegóricas e de interpretações literalistas. Os intérpretes alegóricos, por um lado, negam o caráter histórico da queda, explicando o relato bíblico como mera alegoria ou mito, simbolizando a depravação peculiar da raça humana, a cobiça, o desejo sexual, etc.[8] Os intérpretes literalistas, por outro lado, atribuem à serpente não a instrumentalidade, mas a própria agência da tentação. Nesse caso, não o diabo, mas um animal, a serpente, teria induzido Eva ao pecado.

É evidente que essas interpretações não fazem justiça ao relato bíblico. Por um lado, não se pode conceber que um mero animal irracional, não moral, tenha sido o agente pessoal da tentação. Por outro, não há nada em Gênesis 3, indicando que o relato é uma alegoria. Pelo contrário, várias passagens bíblicas se referem ao fato como histórico.[9]

A explicação bíblica correta é que a serpente, em virtude da sua sagacidade natural e da sua picada mortal, foi empregada como real instrumento do diabo e símbolo adequado da sua atividade maligna. Em virtude de ser uma criatura espiritual, o diabo e seus demônios costumam apossar-se de corpos de pessoas e animais para manifestarem-se corporalmente neste mundo. Encontramos esse fenômeno com frequência no Novo Testamento, inclusive apossando-se de corpos de porcos[10] (também apropriado como símbolo da imundície moral desses seres demoníacos).

O fato é que Satanás é explicitamente identificado com a serpente em Apocalipse 12:9: "E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a terra, e, com ele, os seus anjos." A promessa do proto-evangelho, em Gênesis 3:15, de que o descendente da mulher feriria a cabeça da serpente refere-se, portanto, a Satanás. Paulo certamente faz referência a essa promessa quando declara que "o Deus da paz, em breve, esmagará debaixo dos vossos pés a Satanás" (Rm 16:20).

É preciso ressaltar, contudo, que a intervenção satânica não justifica a queda de Adão e Eva. A tentação de Satanás, portanto, "foi a ocasião, mas não a causa da queda do homem".[11] Conforme Tiago, o pecado é concebido no coração humano, "pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz" (Tg 1:14). Na condição de seres morais, criados à imagem

e semelhança de Deus, nas melhores condições possíveis, eles poderiam ter resistido à tentação e escolhido o caminho da obediência a Deus. Mesmo nós, que nos encontramos no estado de graça, embora ainda tenhamos uma natureza corrompida, inclinada para o mal, podemos resistir ao diabo (Tg 4:7).

O fato é que, visto que nossos primeiros pais sucumbiram à tentação e permitiram que o pecado brotasse em seus próprios corações, eles arcaram com as consequências naturais e legais da desobediência: a corrupção da *imago Dei*, a separação de Deus e a morte. A desobediência ao pacto transportou os nossos primeiros pais – e a toda a descendência deles – do estado de inocência em que foram criados para o estado de pecado, em que todo ser humano vem ao mundo.

A dificuldade consiste em como explicar o surgimento do pecado no coração puro e santo de Adão e Eva. Isso não conseguimos compreender.

Natureza da Queda

Outra questão difícil de ser satisfatoriamente respondida diz respeito à natureza da queda, isto é, ao processo através do qual Adão e Eva, criados à imagem e semelhança de Deus, vieram a cair desse estado.

Para compreendermos melhor essa questão, é preciso responder às seguintes perguntas: Qual é a essência ou o primeiro pecado interior do homem? Como ele se desenvolveu? E como ele se consumou?

Essência: Incredulidade

Qual é a essência da queda? Jesus declara que "do coração procedem maus desígnios" (Mt 15:19; cf. Mc 7:21). Ele ilustra essa verdade no sermão do monte, ao ensinar que a ira equivale ao assassinato e o olhar impuro, ao adultério (Mt 5:21-22 e 26-28). Isso significa que a desobediência externa de Adão e Eva aos termos do pacto de obras foi precedida de algum pecado anterior inicial que constitui a sua essência. Qual foi esse pecado?

Teólogos católico-romanos geralmente apontam o orgulho como o primeiro pecado do homem. Teólogos reformados em geral, entretanto, entendem que foi a incredulidade. Dabney explica a razão, argumentando como segue:

> O orgulho não poderia ser naturalmente sugerido à alma da criatura, a não ser que

> antes a incredulidade tivesse obliterado a sua compreensão da sua relação com um Deus infinito; porque a incredulidade na mente geralmente determina sentimentos e determinações na vontade; porque a tentação parece ter objetivado primeiramente produzir incredulidade (Gn 3:1), através do descuido da criatura; e porque o elemento inicial de erro deve ter-se feito presente no entendimento, visto que a vontade era, até então, santa.[12]

De fato, pode-se perceber no processo da tentação que a estratégia empregada pelo tentador para alcançar o seu objetivo foi a de semear dúvida sobre a razoabilidade da ordem divina e sobre a sinceridade das intenções do Criador. Satanás lançou dúvida sobre a justiça e a veracidade de Deus.

Sob a premissa falsa de que Deus havia impedido Eva de comer de todas as árvores do jardim, Satanás semeou na mente dela a idéia pecaminosa de que Deus era um tirano injusto, um Ser desonesto na sua relação com a criatura: "É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?" (Gn 3:1). Mesmo reconhecendo que a insinuação era falsa, Eva sucumbiu a essa tentação inicial, acrescentando que não podiam sequer tocar no fruto.

O diabo entendeu imediatamente que uma brecha havia sido aberta e deu o bote mortal, lançando dúvida com relação às verdadeiras intenções de Deus. "O que Deus quer", sugeriu Satanás, "é manter vocês em sujeição, em uma condição inferior. Ele não quer que vocês comam da árvore, não porque isso acarretará a morte, mas porque assim fazendo, vocês também se tornarão deuses".

Desenvolvimento: nos Desejos Naturais Moralmente Indiferentes

O relato bíblico da queda parece indicar que a semente da incredulidade desenvolveu-se no campo dos desejos naturais, em si mesmos moralmente indiferentes, de comer de um fruto apetitoso e de adquirir mais conhecimento. Esses desejos não são pecaminosos em si mesmos. Deus criou o homem com instintos, com inclinações naturais. O próprio Criador concedeu à raça humana o paladar e a disposição intelectual para conhecer a criação e dominá-la. Contudo, essas inclinações e capacidades naturais do ser humano deveriam ser mantidas sob a obediência à vontade revelada de Deus.

Na concepção reformada, portanto, a incredulidade foi o pecado que

possibilitou que desejos naturais, em si mesmos moralmente indiferentes, degenerassem na concupiscência pecaminosa, no orgulho e na rebeldia.

Havendo germinado a semente da incredulidade com relação à excelência dos atributos do Criador (justiça e verdade), os desejos naturais dos nossos primeiros pais extrapolaram o limite da obediência à vontade de Deus, e deram a luz: (1) à concupiscência, o desejo incontrolável de comer do fruto proibido; (2) ao orgulho, à soberba, à insatisfação com o seu estado, ao desejo maligno de ser como Deus; e (3) à rebeldia, à rebelião, ao desafio à vontade de Deus.

Consumação: na Desobediência

A incredulidade de nossos primeiros pais concretizou-se, externamente, em um ato explícito de desobediência ao pacto: eles comeram do único fruto que Deus havia proibido que comessem. O fato de o diabo haver tentado Eva em primeiro lugar não indica necessariamente que a mulher seja mais inclinada ao pecado do que o homem. É mais provável que Satanás a tenha tentado primeiramente por não ter ela recebido a advertência diretamente de Deus e por ser um instrumento eficaz para tentar a Adão.

De qualquer modo, ao comerem do fruto proibido, Adão e Eva manifestaram externa e visivelmente a sua rebelião contra o Criador. Por meio desse ato, eles trocaram a verdade de Deus em mentira, e deram crédito ao diabo, ao invés de acreditarem no Criador. Eles inverteram terrivelmente as posições, e creram que quem queria o bem deles era o diabo, que pelo seu "sábio" conselho os estava ajudando a libertarem-se do domínio de um Criador injusto, tirano e mentiroso. Comer do fruto proibido representaria para eles a libertação da vontade, a iluminação do intelecto, a satisfação de prazeres maiores, a liberação de todas as potencialidades da criatura. Sob a orientação da serpente, os homens poderiam ser deuses.

Ironicamente, entretanto, o homem já havia sido criado à imagem e semelhança de Deus, com vontade livre, intelecto iluminado, sentimentos santos e com domínio sobre a criação. Entretanto, quando foram contaminados pela incredulidade e quiseram extrapolar os limites da vontade revelada de Deus, eles perderam a liberdade da vontade, tiveram o intelecto entenebrecido, seus sentimentos tornaram-se pecaminosos, e

as potencialidades do homem e da criação em geral tornaram-se limitadas e corrompidas.

Porque quis ser Deus, o homem decaiu do estado exaltado em que havia sido criado, e tornou-se semelhante ao diabo.

A Queda e a Vontade Soberana de Deus

Uma terceira questão importante relacionada à queda diz respeito à sua relação com a vontade soberana de Deus: por que Deus permitiu que anjos e homens caíssem? Visto que Deus é absolutamente soberano, inclusive sobre as ações das criaturas morais, ele não seria, em última instância, responsável pelo pecado e pelo mal no mundo? A resposta bíblica é um retumbante NÃO! E podemos explicá-la por meio das seguintes proposições:

Deus É Soberano

Segundo a Bíblia, os decretos de Deus são todo-abrangentes. Eles incluem a obra da criação, da providência e da redenção. Consequentemente, é certo que a queda dos anjos e do homem e a presença do mal no mundo não foram acontecimentos fortuitos, não previstos, fora do controle de Deus e não incluídos no seu plano eterno. Tal idéia contrariaria o ensino bíblico. Segundo a Bíblia, tudo acontece "segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade" (Ef 1:11). Conforme o Senhor mesmo declarou, no livro de Isaías: "Como pensei, assim sucederá, e como *determinei*, assim se efetuará" (Is 14:24).

> Eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu *conselho* permanecerá de pé, farei toda a minha *vontade*... Eu o disse, eu também o cumprirei; tomei este *propósito*, também o executarei (Is 46:9b-11).

O propósito eterno de Deus abrange inclusive a vontade e as decisões humanas. Lemos no livro de Provérbios que "do Senhor procede toda decisão" (Pv 16:33); e que, "como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do Senhor; este, segundo o seu querer, o inclina" (Pv 21:1). Em Filipenses, Paulo declara que "Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2:13).

Até mesmo a condenação e a morte de Jesus, conforme Atos 2:23, ocorreram segundo a vontade soberana de Deus: "sendo este entregue

pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos".

Deus Não é o Autor do Pecado

Apesar disso, não se pode admitir, sob nenhuma hipótese, que Deus seja o autor, a causa ou o responsável pela queda do homem e, consequentemente, pela existência do mal no mundo. Essa idéia contrariaria frontalmente a revelação bíblica com relação aos atributos de Deus. Conforme Moisés, as obras de Deus "são perfeitas, porque todos os seus caminhos são juízo; Deus é fidelidade, e não há nele injustiça; é justo e reto" (Dt 32:4). Segundo João, "Deus é luz, e não há nele treva nenhuma" (1 Jo 1:5). De acordo com Tiago:

> Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta. Ao contrário, cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz. Então, a cobiça, depois de haver concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte. Não vos enganeis, meus amados irmãos. Toda boa dádiva e todo dom perfeito são lá do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não pode existir variação ou sombra de mudança (Tg 1:13-17).

As Criaturas Morais São Responsáveis pelo Pecado

A chave para a solução do problema da origem do mal está no reconhecimento do seguinte paradoxo bíblico: a vontade soberana e eficaz do Senhor do universo não violenta a vontade das suas criaturas morais, as quais permanecem plenamente responsáveis pelos seus atos. Embora o propósito de Deus seja eterno, imutável, soberano, independente e eficaz, ele é realizado de tal modo que os agentes morais envolvidos permanecem livres e responsáveis.

Por essa razão, embora a morte de Cristo tenha ocorrido exatamente como o propósito de Deus predeterminou, aqueles que o mataram não foram forçados a assim procederem, mas agiram livremente, sendo, portanto, plenamente responsáveis pelo que fizeram.

Por conseguinte, na condição de seres morais, livres e perfeitamente conscientes acerca da advertência divina e da punição que adviria como consequência da desobediência, Adão e Eva foram plenamente responsáveis pelos seus atos e são os reais culpados pelo surgimento do pecado entre os seres humanos.

Não obstante, à luz dos atributos divinos, tais como a soberania, a

onisciência, a onipresença e a onipotência, é preciso reconhecer que a queda foi soberanamente determinada por um decreto permissivo de Deus, com vistas à manifestação da glória dos seus atributos. A queda estava incluída no seu propósito ou plano (πρόθεσις),[13] não porque representasse a sua vontade, querer ou desejo (θέλημα)[14] que o pecado existisse, mas porque até mesmo os atos pecaminosos dos homens e das criaturas espirituais são soberanamente usados por Deus para a consecução dos seus propósitos eternos, de modo que venham a redundar na sua própria glória.

Deus não teve prazer com a queda do homem. Ele não provocou ou forçou o homem a pecar, nem aprovou, de modo algum, o pecado de Adão. Não obstante, a queda estava sob o seu absoluto controle. Deus não apenas a permite, mas limita, regula e governa inclusive as ações pecaminosas do homem, com vistas à consecução da sua santa e sábia vontade, e ao louvor do seu nome.[15]

Efeitos Imediatos da Queda

Os resultados imediatos da queda foram de ordem natural e legal. Eles ocorreram como consequência natural e como punição determinada por Deus em virtude da incredulidade, do orgulho e da desobediência. Em ambos os sentidos, eles foram terríveis.

Depravação da Imago Dei

Um dos trágicos resultados da queda foi a depravação total (ontológica, moral e funcional) de nossos primeiros pais. Isto não significa que eles tenham alcançado imediatamente o último grau possível de depravação. Contudo, todas as áreas de suas vidas foram verdadeira e gravemente afetadas pelo pecado.[16]

O próprio ser dos nossos primeiros pais foi deformado. Corpo e alma experimentaram corrupção. Aqueles seres espirituais, pessoais, racionais, morais e livres foram terrivelmente maculados pelo pecado, de modo que a sua personalidade, racionalidade, moralidade e liberdade foram gravemente afetadas. Adão e Eva passaram imediatamente a experimentar a vergonha dos seus próprios corpos (Gn 3:7) e o medo de Deus (Gn 3:10). Os seus olhos se abriram para o pecado e para a culpa. A consciência passou imediatamente a acusá-los.

Eles perderam completamente a *imago Dei* moral. A santidade, a pureza moral com que foram criados foi destruída. A capacidade natural que eles possuíam para conhecer a Deus foi perdida. A vontade, outrora submissa e inclinada para o bem, mas agora rebelde, se inclina inevitavelmente para o mal. Os sentimentos, outrora harmonizados com o verdadeiro conhecimento de Deus, se desordenaram. Por essa razão, a alegria do homem no estado de pecado não mais consiste em amar, obedecer e servir a Deus.

A *imago Dei* funcional também foi severamente afetada: aquele domínio natural, legítimo e santo que o homem deveria exercer sobre a criação passaria a ser exercido pela força, com muita dificuldade, em meio a enormes conflitos e abusos. Acusações mútuas, tentativas de isentarem-se de culpa, dissensões e agressões caracterizariam o relacionamento entre os seres humanos e com o restante da criação. O capítulo seguinte de Gênesis ilustra a corrupção funcional do homem, com a história de Abel e Caim.

Vergonha e Alienação

A depravação imediata de nossos primeiros pais, contaminando todo o ser deles com o pecado, resultou em imediata alienação de Deus. A santidade de Deus não admite o pecado, nem o pecador suporta a presença de um Deus santo. A queda distanciou Adão imediatamente do seu Criador. Ele escondeu-se da presença do Senhor (Gn 3:8). "Aqui está um dos mais tristes anticlímaxes da história: eles comeram, esperavam resultados maravilhosos, aguardaram – e brota neles o sentimento de vergonha".[17] Eles foram confrontados com a realidade: eles tinham desobedecido ao Criador, haviam transgredido os termos da aliança, e agora, encontravam-se debaixo do juízo de Deus. Agora, nada podiam fazer para reverter a situação. Puderam apenas tentar esconder-se um do outro e de Deus.

Esta é uma consequência inevitável e imediata do pecado: ele nos separa de Deus, impede a comunhão da criatura com o Criador, conforme declara Isaías (59:2). Somente por meio de Cristo essa comunhão pode ser restaurada. Também o crente conhece o terrível efeito alienador do pecado. O pecado faz separação entre o homem e Deus. Ele indispõe o nosso coração para com Deus.

Deus também se afasta do pecador. A sua santidade não pode conviver com o pecado. Não é improvável, portanto, que a expulsão de Adão do paraíso, o templo de Deus, também simbolize essa verdade. Contudo, Deus proveria um meio pelo qual o pecador poderia ser perdoado, purificado e reconciliado consigo: a fé na morte expiatória do Salvador, prefigurada nos ritos e símbolos da antiga aliança.

Morte

A morte é o resultado natural da depravação do homem e da alienação de Deus. A vida provém de Deus, e se essa relação é interrompida, a morte é iniciada, do mesmo modo como um galho começa a morrer no momento em que é cortado da árvore.

Entretanto, a morte é também um resultado legal da queda, a punição pela desobediência ao pacto: "da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2:17). Como já observei, isso inclui a morte física (a separação entre o corpo e alma), a morte espiritual (a separação entre o homem e Deus) e a morte eterna (a separação total e eterna de Deus).

Degeneração da Criação

O pecado ocasionou consequências cósmicas. Ele deflagrou a degradação da criação: "maldita é a terra por tua causa... ela produzirá também cardos e abrolhos" (Gn 3:17-18). O texto refere-se especialmente a um aspecto dessa degeneração da criação relacionado à agricultura. Nessa conexão, explica Calvino: "assim como a bênção da terra significa, na linguagem da Escritura, aquela fertilidade que Deus infunde pelo seu secreto poder, assim a maldição não é nada mais do que a privação oposta, quando Deus retrai o seu favor".[18]

A realidade é que: "tudo o que é prejudicial ao homem no mundo orgânico, vegetal e animal é efeito da maldição pronunciada sobre a terra por causa do pecado de Adão".[19] Todo tipo de desordem, de pragas e de calamidades naturais estão incluídas nesse resultado legal da queda. Como consequência da queda, "toda a criação geme e suporta angústias até agora" (Rm 8:22), enquanto aguarda a redenção da vaidade e do cativeiro da corrupção a que foi sujeita (Rm 8:20-21).

A redenção da criação somente ocorrerá quando vier "o Dia do Senhor, no qual os céus passarão com estrepitoso estrondo, e os

elementos se desfarão abrasados". Nessa ocasião, "também a terra e as obras que nela existem serão atingidas" (2 Pe 3:10). "Os céus, incendiados, serão desfeitos, e os elementos abrasados se derreterão" (v. 12). Somente então, os céus e a terra serão libertados da corrupção decorrente da queda, e renovados para serem o *habitat* da igreja no estado eterno, para a glória de Deus (cf. 2 Pe 3:15 e Ap 21:1).

Sofrimento, Dor e Conflitos

As consequências imediatas da queda atingiram a função e a relação principal da mulher: a procriação e a sua relação conjugal. A sua gravidez seria difícil, o seu parto seria doloroso e a sua relação com seu esposo seria conflituosa. Aquelas coisas que lhe seriam extremamente prazerosas, se transformariam em dor e problema. "E à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará" (3:16). Isso não significa que os papéis atribuídos na Bíblia ao homem e à mulher sejam decorrentes da queda. Desde a criação, Eva já tinha a função de auxiliadora (2:18). A consequência da queda que estamos considerando diz respeito apenas à corrupção desse relacionamento entre o homem e a mulher no casamento.

Com base na semelhança da construção hebraica entre as expressões, "o teu desejo será para o teu marido" (em Gn 3:16) e "o teu desejo será contra ti" (em 4:7), é possível que a rebeldia natural da mulher contra a liderança do marido deva ser entendida como maldição da queda. Assim como o desejo de Caim queria dominá-lo, assim também, como consequência da queda, Eva se revoltaria contra a liderança de Adão. Este, por sua vez, também como resultado da queda, teria dificuldade para exercer corretamente liderança sadia sobre Eva.[20]

Fadiga no Trabalho

As consequências da queda também atingiram a função e a relação principal de Adão: o trabalho e a sua relação conjugal. O seu trabalho seria penoso e tedioso, e a sua relação com sua esposa seria conflituosa. Para Adão também, aquelas relações e atividades que lhe deveriam ser prazerosas, seriam caracterizadas por fadiga e tensão. "Em fadiga obterás dela [da terra] o sustento durante os dias de tua vida... No suor do rosto comerás o teu pão..." (3:17,19). Isso não significa que o

trabalho em si próprio seja consequência da queda. O trabalho é uma bênção. Anteriormente à queda, o Senhor Deus havia atribuído a Adão as funções de cultivar e guardar o jardim do Éden (Gn 2:15). A passagem refere-se à corrupção da criação e das relações trabalhistas. Somente com dificuldade e em meio a muitos conflitos o homem conseguiria extrair da terra o seu sustento e o de sua família.

Conclusão

A criação não pode ser compreendida à parte da revelação bíblica acerca da queda e de suas consequências. A queda corrompeu profundamente todo o universo. A terra geme por causa do pecado de Adão. O sofrimento e dores relacionados à gravidez e ao parto também não podem ser compreendidos à parte da queda. O mesmo ocorre no que diz respeito aos conflitos conjugais, econômicos e trabalhistas. Todos esses problemas e conflitos têm explicação e solução transcendentais. Eles envolvem acontecimentos, noções e conceitos que o mundo moderno não aceita nem reconhece.

O processo por meio do qual nossos primeiros pais caíram revela um padrão que se repete nas transgressões posteriores da sua descendência. A incredulidade com relação à vontade revelada de Deus é a semente que germina no campo dos desejos e dá origem a atos externos de desobediência ao Criador. Por essa razão, a incredulidade deve ser repudiada e os nossos desejos naturais devem ser mantidos sob os limites da lei de Deus, cativos à obediência de Cristo.

Assim como Adão e Eva, o homem natural, iludido por Satanás, continua pensando que sua emancipação de Deus representa a libertação da sua vontade, a iluminação do seu intelecto, a satisfação de prazeres maiores e a liberação das suas potencialidades. Na realidade, essa pretensa emancipação significa escravidão da vontade, ignorância espiritual, depravação moral e profundas limitações das suas potencialidades originais. Significa corrupção, ignorância, miséria, juízo e morte (ver Rm 1:18-32 e 2 Co 4:3-4).

Apesar de tudo, devemos dar graças a Deus pela criação, pela procriação, pelo casamento e pelo trabalho, especialmente quando estamos em Cristo e vivemos à luz da eternidade, com vistas à promoção do reino e da glória de Deus. Mesmo diante de todas essas

consequências do pecado (depravação da *imago Dei*, vergonha e alienação, morte, degeneração da criação, sofrimento, dor, fadiga e conflitos conjugais e trabalhistas), podemos perceber ainda a misericórdia e a graça de Deus: o homem não foi transformado em um animal ou um demônio; Deus proveu vestes para a sua vergonha (Gn 3:21); Adão e Eva não morreram imediatamente e a criação não deixa de manifestar a bondade (Sl 33:5) e a glória de Deus (Sl 19:1); após a dor do parto, vem a alegria diante dos filhos recém-nascidos; e o homem continua conseguindo extrair da terra o seu sustento e o de sua família, podendo exercer com alegria a sua vocação, e desfrutar dos resultados do seu labor.

A manifestação final da graça de Deus, entretanto, para a solução de todos os problemas do homem, encontra-se apenas em Cristo. Somente em virtude da sua obra redentora, as relações familiares podem ser restauradas e o trabalho pode voltar a ser um ato prazeroso de serviço e louvor a Deus – como antes da queda. Apenas pela obra de Cristo a criação pode ser recuperada e a vida eterna pode ser alcançada.

NATUREZA DO PECADO

A universalidade do pecado é incontestável. O homem, na condição de um ser moral, tem consciência disso e não consegue desvencilhar-se dessa realidade, por mais que tente. Deus mesmo deu o seu veredicto sobre o estado do homem após a queda: "Viu o Senhor que a maldade do homem se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração" (Gn 6:5).[21]

Frequentemente têm surgido utopistas pretendendo negar a existência do pecado ou concebendo uma sociedade ideal neste mundo. Chegou-se a sonhar que a educação e o progresso santificariam a sociedade. Contudo, os anos passaram e a evidência é outra: a maldade continua a se multiplicar na terra, e continua mau todo o desígnio do coração humano. A universalidade do pecado comprova que as ações pecaminosas do homem não passam de sintomas de uma enfermidade mais profunda: a pecaminosidade natural da sua natureza depravada. O homem no estado de pecado simplesmente não pode deixar de pecar.

Nós já vimos que essa realidade se explica biblicamente por meio do pecado original, ou seja, da queda de nossos primeiros pais. O pecado

humano originou-se com a desobediência de Adão ao pacto de obras. Contudo, outra importante questão precisa ser respondida: o que é o pecado? Qual a natureza essencial do pecado?

Conceitos Filosóficos e Religiosos

Diferentes respostas filosóficas e religiosas têm sido oferecidas a essas perguntas. A maioria delas tenta explicar o pecado em termos metafísicos e não morais, como se o pecado tivesse existência própria, como se fosse um ser ou um princípio. Eis algumas das teorias mais conhecidas a respeito do pecado (ou do mal, como é indevidamente generalizado).

Conceito Dualista-Gnósico-Ascético

A antiga filosofia dualista grega "propõe uma antítese primordial entre dois princípios originais (luz e trevas) em termos dos quais toda forma de bem e mal é deduzida em última instância".[22] Ela concebe o pecado como um princípio eterno independente, que se manifesta neste mundo através da matéria (ὑλή) e é oposto ao princípio eterno do bem, associado ao espírito (πνεῦμα).

O gnosticismo é uma filosofia dualista que se introduziu no Cristianismo antigo, em formas variadas. Segundo a filosofia dualista gnóstica, o espírito do homem é contaminado pelo contato com o corpo material, sendo necessário o emprego de meios físicos para enfraquecer as influências do corpo sobre o espírito, tais como a abstinência e o ascetismo.

O ascetismo também embute noções dualistas gnósticas. A idéia de pecado em termos de triunfo dos apetites do corpo sobre o espírito humano reflete a associação dualista-gnóstica do pecado com o corpo. Contudo, pecado não deve ser concebido como aquilo que atrapalha a liberação da alma ou espírito do mundo material. Desfrutar das coisas boas que Deus criou não pode ser considerado necessariamente como pecado. O ascetismo não tem valor algum contra a sensualidade, argumenta Paulo (Cl 2:21-23). "Do Senhor é a terra e a sua plenitude" (1 Co 10:26). "Tudo o que Deus criou é bom, e, recebido com ações de graças, nada é recusável, porque, pela palavra de Deus e pela oração, é santificado" (1 Tm 4:4-5). O mundo material não é necessariamente mal. Nossos instintos carnais foram afetados pela queda assim como a nossa

alma. A palavra "carne" quando usada no sentido de pecado na Bíblia, não se refere apenas ao nosso corpo ou instintos, mas à natureza humana inteira, caída e separada de Deus, à natureza humana governada pelo pecado e antagônica à sua santa vontade.[23]

Essa filosofia contraria a revelação bíblica. Ela elimina a soberania de Deus sobre o mal e retira o pecado da esfera moral, concebendo-o em termos puramente metafísicos. A encarnação de Cristo lança por terra a filosofia dualista: o Deus santo se fez matéria, sem pecado. O diabo e seus demônios, por outro lado, apesar de espirituais e incorpóreos, são criaturas altamente pecaminosas e corrompidas pelo pecado. Segundo a Bíblia, o pecado não é um princípio eterno independente, nem está necessária ou exclusivamente ligado à matéria.

Conceito Negativo

Para outros,[24] o pecado ou mal é apenas o oposto do ser. Quanto mais limitado for o ser, mais pecaminoso será. Quanto menos limitado, menos pecaminoso. Deus, por ser ilimitado, é perfeito – não tem pecado. O mundo, por ser limitado e finito, é necessariamente mal. Para os que defendem esse conceito, o pecado é, portanto, uma privação, uma limitação, uma negação. A diferença entre mal e bem é meramente quantitativa: mais ser, mais bem; menos ser, menos bem (ou mais mal).

Essa teoria apresenta um conceito natural de pecado, tornando-o necessário, uma vez que as limitações naturais do homem e do mundo tornam o mal e o pecado inevitáveis. Além disso, como observa Smith, apesar de pretender inocentar Deus com relação à existência do mal no mundo, Leibnitz acaba tornando "Deus responsável pelo mal, porque Deus criou o mundo limitado, o qual é necessariamente mal".[25]

Conceito Pelagiano

O conceito pelagiano de pecado difere radicalmente do conceito reformado. Seu axioma fundamental é a plena capacidade humana de escolher entre o bem e o mal: "Se eu devo, eu posso". Se Deus exige que façamos o bem, é porque podemos fazê-lo, sustenta o pelagianismo.

Essa concepção rejeita a contaminação da raça humana pelo pecado de nossos primeiros pais. Para os que assim pensam, cada pessoa vem ao mundo exatamente nas mesmas condições de Adão: perfeitamente livre

para fazer o que Deus dela requer, à parte da graça especial do Espírito Santo.

No conceito pelagiano, portanto, pecado consiste apenas na escolha deliberada do mal, à luz do conhecimento obtido.[26]

Conceitos Particulares

Frequentemente, se tem procurado explicar o pecado em termos particulares, isto é, em termos de alguma das suas manifestações específicas. Contudo, dificilmente qualquer pecado específico pode ser suficientemente genérico ao ponto de se constituir na essência do pecado.

Alguns protestantes, por exemplo, procuraram explicar o pecado em termos específicos de egoísmo. Para A. H. Strong, Jonathan Edwards e outros, a essência do pecado está na indevida preferência pela nossa própria felicidade, em detrimento da felicidade e do bem-estar dos outros, ou seja, no egoísmo, no amor-próprio desmesurado. É verdade que todo egoísmo é pecado, e pode-se admitir que, em muitas manifestações de pecado, um elemento de egoísmo se faça presente. Não obstante, esse conceito tem sido rejeitado pelos teólogos reformados em geral,[27] por não ser suficientemente abrangente e por não relacionar o pecado à lei de Deus.

Conceito Evolucionista

Para os evolucionistas, o pecado é apenas a consciência moral de impulsos naturais. É uma característica natural do estágio evolutivo da humanidade. À medida que o *homo sapiens* evoluiu, ele naturalmente passou a adquirir noções sociais de certo e errado, daquilo que é aprovado ou rejeitado pela sociedade. O pecado ou mal moral seria, portanto, essa luta da razão recém-adquirida contra os instintos naturais animais. Assim como, em um extremo, não se pode falar de pecado com relação aos animais irracionais, assim também, no outro extremo, não mais se falará de pecado quando o homem alcançar um estágio mais elevado na cadeia evolutiva. Os instintos primitivos humanos se enfraquecerão cada vez mais, e a razão evoluirá ao ponto de romper e vencer o dilema moral no qual os humanos se encontram atualmente.

Esse conceito contradiz frontalmente o ensino bíblico e as evidências históricas. Segundo a Bíblia, o ser humano não é produto de um

processo evolutivo natural. Ele foi criado direta, imediata e extraordinariamente por Deus à sua própria imagem e semelhança moral; e se corrompeu como consequência da queda. Por outro lado, pode-se, porventura, honestamente sustentar que a razão humana, no atual estágio da "cadeia evolutiva", tem prevalecido mais sobre os seus instintos pecaminosos do que no passado?

Conceito Sociológico

Provavelmente, o conceito mais popular de pecado, atualmente, é aquele que podemos chamar de sociológico. Para muitos, a noção de moralidade está ligada à experiência social ou cultural humana. Ela representa apenas o padrão aceito pela maioria das pessoas nos diversos grupos sociais e culturais, isto é, o conjunto de atitudes que, na compreensão da maioria, contribui para a felicidade geral da coletividade. Nesse contexto, moralidade representa apenas a conduta social da maioria, e "pecado é apenas outro nome – um nome muito inapropriado – para a conduta anti-social", como observa Machen.[28]

O conceito sociológico de pecado é obviamente antagônico ao conceito bíblico, relacionado diretamente com Deus e com a sua lei. Pecado, conforme as Escrituras, não consiste em conduta anti-social, mas em conduta (e não apenas conduta) anti-bíblica, isto é, atitude contrária à vontade revelada de Deus. As palavras do salmista sintetizam bem o conceito bíblico e contradizem o contexto sociológico de pecado: "Pequei contra ti, contra ti somente, e fiz o que é mau perante os teus olhos" (Sl 51:4).

Doutrina Bíblica do Pecado

Pressupostos Básicos

Os pressupostos fundamentais da doutrina do pecado são a existência de Deus e a responsabilidade moral do homem. Na concepção reformada, não se pode abordar a questão do pecado à parte dessas duas verdades bíblicas fundamentais. Se Deus não existe, ou se não tem os atributos que as Escrituras revelam, tais como soberania, santidade e justiça, ou se o homem não é uma criatura moralmente responsável, não faz sentido falar de pecado.

Definição Reformada

A definição reformada de pecado não é filosófica nem especulativa. É bíblica. O Breve Catecismo de Westminster, por exemplo, define pecado como "qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei."[29] Trata-se de um conceito suficientemente abrangente para incluir toda e qualquer forma de pecado.

Transgressão

O pecado original – a queda – foi uma transgressão da vontade revelada de Deus a Adão. O pecado de Adão consistiu na desobediência à lei divina.

A terminologia bíblica transmite essa idéia. O Antigo Testamento emprega os seguintes termos para pecado: עָוֹן (*iniquidade, depravação*), פֶּשַׁע (*transgressão, rebelião*) , מַעַל (*transgressão, violação*), e רֶשַׁע(*impiedade, oposição a Deus*). O Novo Testamento usa termos como: ἀδικία (*injustiça, violação da lei*), ἀνομία (ἀ+νόμος-*quebra da lei, ilegalidade, transgressão*), παραπτωμα (*queda, desvio*), παράβασις(*transgressão*), ἀσεβεία (*impiedade*) e ὀφείλημα (*dívida*). Os termos mais comuns e gerais para pecado na Bíblia são חַטָּאת(no hebraico) e ἁμαρτία (no grego); ambos compartilham as idéias básicas d e *errar o alvo*, *não alcançar o propósito*, *desviar-se da meta estabelecida*. Todas essas palavras encerram a idéia de falta de conformação ou transgressão da vontade revelada de Deus.

As próprias Escrituras definem pecado em termos de transgressão da lei de Deus: "todo aquele que pratica o pecado transgride a lei, porque o pecado é a transgressão da lei" (1 Jo 3:4).[30]

Mal Moral

Em geral, os conceitos filosóficos de pecado não fazem distinção entre mal e pecado. Na realidade, raramente sequer concebem a idéia bíblica de pecado. De acordo com o ensino bíblico, entretanto, pecado é um tipo específico de mal: um mal moral, a não conformação a um padrão moral divinamente determinado. Os outros males são todos decorrentes do pecado.

Embora alguns autores bíblicos, como o apóstolo Paulo, cheguem a empregar uma linguagem tão vívida que parece personificar o pecado, as Escrituras sempre enfatizam o caráter ético do pecado. Não se trata, portanto, como reconhece Berkhof, de:

> Uma calamidade que pegou o homem desprevenido... e arruinou a sua felicidade, e, sim, um caminho mau que o homem determinou deliberadamente seguir, o qual traz consigo indizível miséria... o pecado não é algo passivo, como por exemplo, uma enfermidade, uma falta ou uma imperfeição, da qual não podemos nos considerar responsáveis; mas sim uma oposição ativa contra Deus e uma transgressão positiva da sua lei, que constituem culpa.[31]

Passagens bíblicas como Gênesis 3:1-6 e Romanos 1:18-32 deixam evidente o caráter moral do pecado, como um ato deliberado de rebeldia contra a vontade do Criador.

Relação com a Lei

Além de ser um mal moral, biblicamente, a idéia de pecado está inseparavelmente associada à lei de Deus. Paulo afirma que "pela lei vem o pleno conhecimento do pecado" (Rm 3:20); e reconhece que não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei (Rm 7:7).

Na definição reformada de pecado, além de *transgressão*, outros dois termos precisam ser definidos: *falta de conformidade* e *lei*.

A palavra *lei* é empregada, nessa definição, no sentido restrito de lei de Deus. Há leis naturais e leis humanas (governamentais, paternas, etc.). Embora a quebra dessas leis possam se constituir em pecado, isso nem sempre acontece, e não é esse o sentido da palavra na definição reformada.

A lei, aqui mencionada, é a lei de Deus no sentido mais amplo, incluindo toda a vontade revelada do Criador. Não apenas a Lei dada a Moisés, mas toda a vontade de Deus implícita nessa lei, a qual expressa o caráter santo de Deus. Jesus resume a lei em dois mandamentos: amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo entendimento e ao próximo como a si mesmo (Mt 22:37-40).

Falta de conformidade significa qualquer desacordo ou desarmonia com relação a esses dois mandamentos fundamentais e a todas as suas implicações. Inclui atos, omissões, hábitos, pensamentos e o próprio estado em que o homem se encontra como consequência do pecado original. Toda ação ou omissão humana em desacordo com a vontade revelada de Deus é pecado. Fazer o que Deus não ordena ou deixar de fazer o que ele ordena significa falta de conformidade com a lei de Deus, e é o que define o conceito de pecado.

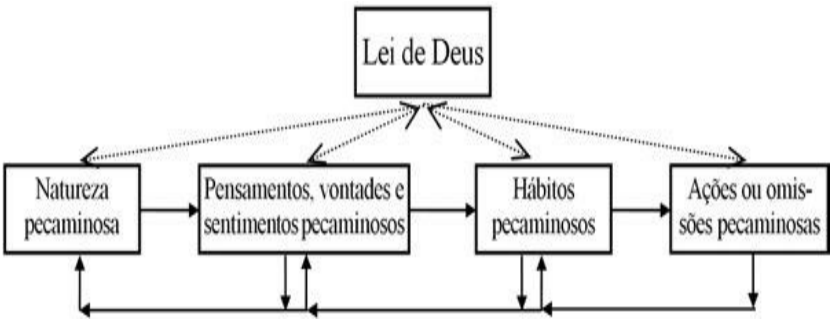
Relação com o Coração

A interpretação que Jesus dá à lei revela claramente que toda intenção impura do coração já se constitui pecado, como, por exemplo, a ira indevida,[32] e o olhar impuro (Mt 5:22,28). De acordo com as Escrituras, é do coração, da própria alma humana, que o pecado procede:

> Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá? (Jr 17:9).
>
> Porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias. São estas coisas que contaminam o homem... (Mt 15:19s).

Com base no ensino geral da Bíblia, especialmente em passagens como essas, a concepção reformada de pecado inclui o próprio estado do homem natural maculado pelo pecado e os hábitos viciados decorrentes desse estado. Todo descendente de Adão, independentemente dos seus atos, dos seus hábitos, ou mesmo dos seus pensamentos, já nasce em estado de corrupção moral e culpado, em virtude da queda. Todos nascemos com um coração perverso de incredulidade, que tende a nos afastar do Deus vivo (Hb 3:12), e com uma natureza carnal que milita contra o espírito, porque são opostos entre si (Gl 5:17). A lei do pecado reside em nosso ser (Rm 7:18,21). "Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para que se cale toda boca, e todo mundo seja culpável perante Deus" (Rm 3:19).

O gráfico a seguir ilustra a concepção bíblica do pecado:



TRANSMISSÃO DO PECADO E DA CULPA

Como vimos, a revelação bíblica e a experiência comum deixam claro que o pecado é um mal universal: "Todos pecaram e carecem da glória

de Deus" (Rm 3:23). A criação não revela apenas a glória do seu Criador, revela também miséria e morte. Ela manifesta deformações, corrupções, desvios, degradação física e moral, como consequências do pecado.

Já abordamos a questão da origem do mal e do pecado, a saber: a queda. Já consideramos também a questão da natureza do pecado. O pecado é um mal moral, "é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei."[33] Conforme a própria definição bíblica, "pecado é a transgressão da lei" (1 Jo 3:4). Isto abrange omissões, hábitos, pensamentos e o próprio estado em que o homem se encontra como consequência do pecado original.

O assunto que precisamos abordar agora diz respeito à transmissão do pecado, isto é, à relação entre o pecado de Adão e a pecaminosidade da raça humana em geral.

Conceitos Equivocados

Diferentes respostas têm sido oferecidas a essa questão:

Negação da Transmissão do Pecado Original

O pelagianismo e a moderna filosofia evolucionista negam a transmissão do pecado original. Para os pelagianos, a queda de Adão em nada afetou os seus descendentes. Todos vêm ao mundo nas mesmas condições que Adão e Eva: nem bons, nem maus. Para os evolucionistas, não se pode sequer falar de queda, visto que pecado, no presente estágio da cadeia evolutiva da raça humana, não passaria de um conflito entre os resquícios dos seus instintos naturais e a sua razão.

Unidade Numérica da Raça

De acordo com Tertuliano, Agostinho, William Shedd, Augustus Strong, Greijdanus e outros,[34] a raça humana inteira teria, em Adão, uma unidade numérica. Toda a raça humana estaria de maneira seminal em Adão. Logo, não foi apenas ele quem pecou, e sim a raça humana inteira, que se encontrava nele. Essa teoria é conhecida como realista, visto que todo o gênero humano teria realmente pecado, em Adão.

Transmissão Natural

Alguns pais da Igreja e muitos teólogos modernos explicam a pecaminosidade da raça humana em termos meramente naturais. Para

eles, o pecado de Adão foi transmitido aos seus descendentes por geração natural. Adão teria simplesmente comunicado à sua descendência o seu próprio estado corrompido.

Imputação Mediata

Imputação mediata é a explicação defendida inicialmente por Placeus (1596-1655), na França, e depois adotada por teólogos da Nova Inglaterra.[35] Segundo os defensores desta idéia, a culpa foi imputada à raça humana, em virtude da sua própria depravação, herdada de Adão por geração natural. Isto implica que a raça humana não nasce depravada por ser culpada em Adão, mas é considerada culpada por causa da sua própria depravação. Isto é, o estado de pecado da raça humana não se fundamenta em um ato legal de condenação; o ato legal de condenação é que se baseia no estado de pecado.

Conceito Reformado

A doutrina reformada da transmissão do pecado sustenta que Adão tem dupla relação com a raça humana em geral: uma relação natural e outra legal.

Do ponto de vista natural, na condição de primeiro homem criado, Adão é o pai de toda a raça humana. Todos nós descendemos dele e, consequentemente, herdamos a sua natureza corrompida em virtude da queda. Todo ser humano já nasce com uma natureza pecaminosa, inclinado para o mal, com a *imago Dei* corrompida. Herdamos naturalmente essa condição dos nossos primeiros pais.

Entretanto, essa não é a única relação de Adão com a raça humana. Além dessa relação natural, ele também foi colocado por Deus em uma relação legal com a humanidade, como representante legal ou federal de todos os seus descendentes. O pacto feito por Deus no Éden foi realizado com Adão na condição de representante de toda a raça humana. Portanto, tanto a promessa do pacto (a vida eterna), como a punição decorrente da sua desobediência (a morte eterna) eram para ele e para todos os seus descendentes.

Assim sendo, o estado de pecado em que nasce todo ser humano deve ser explicado tanto naturalmente como legalmente. O pecado foi herdado naturalmente, e a culpa imputada legalmente à raça humana, como consequência da transgressão de Adão ao pacto de obras. Isto implica

dizer que a raça humana não é legalmente culpada por ser naturalmente depravada, mas que a depravação da raça humana é consequência da imputação legal da culpa de Adão. Não foi a depravação da raça que produziu a culpa, e sim a culpa de Adão que produziu a depravação da humanidade.

É verdade que a depravação da raça humana também resulta em culpa, uma culpa adicional que também é levada em conta. No estado de pecado em que nasce, toda a descendência de Adão reitera o pecado, sendo, portanto, pessoalmente culpada. Não obstante, independentemente dos pecados pessoais, todo ser humano já nasce culpado, por causa da imputação da culpa de Adão: "o julgamento derivou de uma só ofensa... por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação..." (Rm 5:16,18).

Doutrina da Imputação

A fé reformada sustenta, portanto, a doutrina da imputação. Na concepção reformada, o verbo *imputar* (hebraico חָשַׁב e grego λογίζομαι) significa *considerar como*, *ter por*, *atribuir* alguma coisa a alguém, com base em razões adequadas, como a razão judicial ou legal de recompensa ou punição.[36] O termo aponta para uma decisão judicial, pela qual alguém é considerado culpado ou justificado, com base em uma razão legalmente suficiente. Assim, imputar é *reconhecer legalmente como*, é *lançar legalmente na conta de alguém*. Teologicamente, o termo é usado com referência à imputação da culpa de Adão e da justiça de Cristo. A doutrina reformada da imputação é importante para a compreensão das doutrinas do pecado, da expiação e da justificação.

Entendemos, portanto, que a culpa de Adão (e provavelmente o seu pecado) foram imputados à sua descendência, isto é, considerada dela, com base na transgressão de Adão ao pacto, como representante legal da raça humana. De modo semelhante, sustentamos que a culpa dos eleitos de Deus é imputada a Cristo, ou seja, é considerada dele, como segundo Adão, um segundo representante legal do povo de Deus. Ele tornou-se maldito em nosso lugar, responsabilizando-se legalmente por nossa culpa. Afirmamos ainda que, na condição de representante legal de todo aquele que nele crê, Cristo nos imputa a sua justiça, a qual é considerada legalmente nossa.

A doutrina da imputação está, portanto, relacionada com a justiça, com a lei de Deus. No sistema judiciário divino, há lugar, como já vimos, para o princípio da representatividade legal.

A doutrina reformada concernente à transmissão do pecado é resumida na Confissão de Fé de Westminster, deste modo:

> Sendo eles [Adão e Eva] o tronco da humanidade, o delito [a culpa][37] de seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária. Desta corrupção original, pela qual ficamos totalmente indispostos, incapazes e adversos a todo bem e inteiramente inclinados a todo mal, é que procedem todas as transgressões atuais.[38]

Com relação à transmissão da natureza pecaminosa de Adão, por geração ordinária, à sua posteridade, as igrejas reformadas, luteranas e protestantes, em geral, concordam. O mesmo, entretanto, não ocorre com relação à imputação legal da culpa de Adão aos seus descendentes.

Evidências Bíblicas da Doutrina da Imputação

Existem várias evidências bíblicas para a doutrina da imputação:

Primeiro, o relato bíblico da queda deixa evidente que Adão foi considerado representante da raça humana. Tudo o que foi dito a ele, dizia respeito não somente a ele, mas à sua posteridade, como, por exemplo, o domínio sobre a criação, a ordem para procriar, as condenações pela transgressão ao pacto: a morte, comer o pão com o suor do rosto, dar à luz com dor, etc.

Segundo, a Bíblia revela que Deus não se relaciona com os homens apenas individualmente. No seu governo soberano, aprouve a Deus também instituir a família, o Estado e a Igreja, com os quais se relaciona de maneira solidária, e seus membros devem reconhecer suas relações e responsabilidades cooperativas.[39] As decisões dos nossos representantes legais em cada uma dessas instituições divinas envolvem legalmente os seus representados, como se pode depreender, por exemplo, de Êxodo 20 e de 2 Samuel 21.

Em Êxodo 20:5-6, no segundo mandamento, referindo-se à confecção de imagens de escultura com fim religioso, o Senhor Deus refere-se à solidariedade familiar para o bem e para o mal:

> Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o Senhor, teu Deus, Deus

> zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

Em 2 Samuel 21:1, a solidariedade da igreja-estado é ilustrada, como segue:

> Houve, em dias de Davi, uma fome de três anos consecutivos. Davi consultou ao Senhor, e o Senhor lhe disse: Há culpa de sangue sobre Saul e sobre a sua casa, porque ele matou os gibeonitas.

Terceiro, o Novo Testamento ensina explicitamente essa doutrina, em 1 Coríntios 15 e Romanos 5.

Em 1 Coríntios 15:21-22 e 45-49, o apóstolo Paulo demonstra a doutrina da ressurreição dos salvos com base na doutrina da representatividade de Adão: assim como em Adão (isto é, por causa da condição legal de Adão como representante da raça) todos morreram, isto é, as demandas da lei recaíram sobre todos, assim também em Cristo (isto é, por causa da representatividade de Cristo), todos (os eleitos) serão vivificados.

Essa passagem revela claramente o seguinte: (1) Adão é tipo de Cristo: Cristo é comparado a Adão exatamente por serem ambos representantes da raça humana (vv. 45-49). (2) A solidariedade da raça humana com o pecado de Adão: a raça humana é considerada culpada (foi condenada à morte) por causa do pecado de Adão. (3) A solidariedade dos salvos com a ressurreição de Cristo: os eleitos são considerados justos (vivificados) por causa da justiça de Cristo.

Em Romanos 5:12-19, o apóstolo Paulo ensina a doutrina reformada da imputação do modo mais direto e explícito possível. Com relação ao contexto geral da carta, convém observar o seguinte: (1) O seu tema é a doutrina da justificação pela graça mediante a fé (Rm 1:16-17). (2) O apóstolo vinha exatamente demonstrando a pecaminosidade universal: "Não há justo, nem sequer um..." (3:10) , e a culpabilidade universal: "Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para que se cale toda boca, e todo mundo seja culpável perante Deus" (3:19). (3) Ele já havia declarado que a solução de Deus para o pecado do homem está em Cristo, na justificação gratuita mediante a redenção que há em Cristo Jesus (3:24). (4) Segundo Paulo, é com base na justiça de Cristo que Deus pode ser justo e o justificador daquele que tem fé em

Jesus (3:26). Pode-se afirmar, portanto, que o propósito da Epístola aos Romanos consiste exatamente em demonstrar que a justiça de um homem (Jesus) pode ser legitimamente imputada aos que crêem, e ser considerada como base suficiente para a justificação deles.

A fim de tornar essa doutrina mais evidente, o apóstolo se refere ao caso análogo da condenação da raça humana por causa do pecado de Adão. Ele explica que o pecado de Adão é a base judicial da condenação de toda a humanidade, nele legalmente representada. Isso torna Adão um tipo de Cristo. Daí Cristo ser chamado de segundo Adão, o segundo representante legal do povo de Deus.

Nos versos 18 e 19 do capítulo 5, o apóstolo afirma de modo explícito que a condenação de toda a raça humana se fundamenta legalmente na ofensa de um só: Adão; assim como a justificação de todos os que crêem se fundamenta legalmente na obediência de um só homem: Jesus. Ele traça o seguinte paralelo com relação ao *modus operandi* de Deus quanto à solidariedade de Adão e de Cristo com a raça humana:

Adão: pecado → condenação → morte

Cristo: justiça → justificação → vida

O Objeto da Imputação

Os teólogos reformados discutem o que, especificamente, foi imputado à raça humana caída, em virtude da solidariedade da raça humana com Adão: a culpa ou a culpa e o pecado de Adão.

Alguns, como Charles Hodge e William Cunningham, conhecidos teólogos presbiterianos, defendem que apenas a culpa de Adão foi imputada à sua descendência. Hodge, por exemplo, escreveu que "imputar pecado, na linguagem bíblica e teológica, é imputar a culpa do pecado. E por culpa não se quer dizer criminalidade... ou demérito, muito menos depravação moral, mas a obrigação judicial de satisfazer justiça".[40]

John Murray, reivindicando expressar a posição de John Owen, Calvino, Zanchius, Turretine e outros, defende de maneira erudita e convincente que não apenas a culpa de Adão, mas também o seu pecado foi imputado à sua descendência, em virtude da solidariedade da raça humana com Adão. Ele sustenta a sua tese, principalmente, na declaração de Paulo em Romanos 5:12, onde ele afirma que "a morte

passou a todos os homens, *porque todos pecaram*". Segundo Murray, o significado dessa expressão (em uma comparação incompleta)[41] é elucidado pela comparação completa que Paulo faz nos versos 18 e 19 (após o parêntesis que compreende os versos 13-17). Para ele, todos pecaram em Adão, isto é, em virtude da solidariedade legal da raça humana com Adão. Seu argumento é que:

> Paulo não apenas considera a *morte* como penetrando tudo e reinando sobre tudo por meio de uma transgressão (vv. 12, 14, 15, 17), e não apenas a *condenação* como vindo sobre todos através de uma transgressão, mas também o fato de que todos foram feitos *pecadores*. Isto significa dizer que, não apenas o salário do pecado veio sobre todos, não apenas o julgamento de condenação recaiu sobre todos, mas que todos são culpados do pecado que é a base do julgamento condenatório e do qual a morte é o salário.[42]

As palavras de Paulo em Romanos 5:12-19, parecem indicar, portanto, que não apenas a culpa, mas o próprio pecado de Adão foram imputados à raça humana, em virtude da relação solidária legal entre Adão e todos os seus descendentes.

Conclusão

O homem não nasce moralmente neutro ou bom. Nasce corrompido e culpado. Ele herda a sua corrupção de Adão por transmissão natural, através dos seus progenitores; e o pecado e a culpa por imputação legal, em virtude da solidariedade do gênero humano com Adão. Portanto, o pecado e a culpa de Adão são considerados nossos. Além disso, somos culpados por nossos próprios pecados individuais.

A falta de compreensão ou rejeição dessas verdades tem consequências gravíssimas. Aí reside a falácia e o fracasso das teorias e práticas educacionais e psicológicas humanistas e de muitas políticas governamentais sociais, econômicas, de segurança pública, etc. O homem não necessita apenas de cuidados, educação, exemplos, orientação e correção. Ele precisa de regeneração.

Essa é a necessidade mais fundamental e importante de todo ser humano. E ela só pode ser alcançada por meio da imputação dos nossos pecados a Cristo e da justiça de Cristo a nós, mediante a convicção do pecado e da culpa, arrependimento e fé em Cristo. Apenas o Espírito Santo pode fazer isso, utilizando-se da Palavra de Deus.

RESULTADOS DO PECADO

Já consideramos a origem, a natureza e a transmissão do pecado. Vimos que o estado de pecado em que nasce toda a raça humana é decorrente da queda de Adão. Ressaltamos que o pecado consiste na transgressão da lei de Deus. E observamos que a natureza corrompida de Adão foi naturalmente transmitida à sua posteridade por geração ordinária, e a sua culpa (e provavelmente o pecado original) foi legalmente imputada a toda a raça humana por decisão judicial divina.

Resta-nos considerar os resultados do pecado. Quais são as características que marcam o homem em estado de pecado? Já consideramos o assunto, quando mencionamos as consequências imediatas da queda. Naquela seção, refletimos brevemente sobre: a corrupção da *imago Dei* no homem, a vergonha e a alienação que nossos primeiros pais passaram a experimentar, os castigos específicos relacionados à gravidez, ao parto e aos relacionamentos conjugais e trabalhistas, e a própria degeneração da criação. Agora, precisamos apenas considerar as consequências naturais e judiciais do pecado em três aspectos: corrupção física, depravação moral e inabilidade espiritual.

Corrupção Física

No estado de pecado, o homem é marcado pela corrupção do corpo. É o salário do pecado em processo. O homem exterior se corrompe (2 Co 4:16). Como consequência da queda, "acabam-se os nossos anos como um breve pensamento. Os dias da nossa vida sobem a setenta anos ou, em havendo vigor, a oitenta; neste caso, o melhor deles é canseira e enfado, porque tudo passa rapidamente, e nós voamos" (Sl 90:9b-10), até que "o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu" (Ec 12:7). Inclusive "nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando... a redenção do nosso corpo" (Rm 8:23).

Essa corrupção se manifesta na limitação das capacidades físicas e intelectuais do homem. Manifesta-se nas enfermidades físicas e mentais que acometem a raça humana. E se consuma na morte física, na separação da alma do corpo e na completa corrupção deste (ver Gn 3:19; Rm 5:12-23; e 1 Co 15:12-23).

As limitações físicas e mentais que o pecado ocasionou à raça humana

são evidentes. Com muita dificuldade e bastante persistência e disciplina, os atletas nos dão uma pálida idéia das potencialidades físicas da raça humana, se não houvéssemos caído. Com relação à mente, usamos apenas uma parcela ínfima das nossas potencialidades. Aprendemos com dificuldade, esquecemos com facilidade, nossa lógica é deficiente, nosso conhecimento é falho. A existência de pessoas superdotadas de inteligência e habilidades mentais serve para nos dar um vislumbre das nossas limitações e das potencialidades intelectuais do cérebro humano.

As enfermidades que assolam a raça humana também são consequências do pecado. O homem não foi criado para adoecer, nem para padecer as terríveis enfermidades que o acometem nesta vida. Seus membros e órgãos estão todos sujeitos a uma quantidade enorme de moléstias. Minúsculos vírus ou bactérias podem levar à morte milhares de pessoas.

A morte física é a consumação da corrupção do corpo. É um acontecimento trágico, que só se explica por causa do pecado (Rm 6:23). Não há, portanto, nada mais antinatural do que a morte, a separação entre a alma e o corpo. Nada é mais estranho à obra criadora soberana de Deus.

Depravação Moral

O pecado não acarretou apenas limitações, enfermidades físicas e mentais e a morte física. Ele ocasionou também a depravação moral da raça humana. O homem em estado de pecado manifesta essa marca essencial de caráter. Trata-se da doutrina reformada da depravação total.

Isto não significa, como já frisei anteriormente, que todo homem em estado de pecado seja absolutamente depravado, que seja tão depravado quanto possível. Também não significa que, nesse estado, o homem não tenha nenhum conhecimento de Deus. Nem significa que ele não possa realizar nenhum ato externo virtuoso, ou que não seja capaz de sentir real misericórdia, amor, etc.

Significa, sim, que todo o seu ser (corpo e alma) foi contaminado pelo pecado; que todas as suas faculdades (intelecto, vontade e sentimentos) foram corrompidas como consequência natural e judicial da queda. Paulo afirma a depravação total do homem (incluindo o seu intelecto, vontade, sentimentos e ações), na conhecida passagem de Romanos 3:10-18:

> Como está escrito: ... não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer. A garganta deles é sepulcro aberto; com a língua, urdem engano, veneno de víbora está nos seus lábios, a boca, eles a têm cheia de maldição e de amargura; são os seus pés velozes para derramar sangue, nos seus caminhos, há destruição e miséria; desconheceram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante de seus olhos.

Intelectual

A depravação moral do intelecto humano se manifesta no erro, na mentira, no engano, na blasfêmia, na heresia, na oposição à verdade, na incredulidade, na idolatria. O homem natural prefere as trevas.

Além disso, ele está intelectualmente incapacitado para compreender salvificamente a revelação divina. Como Paulo explica, "o deus deste século cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus" (2 Co 4:4). O resultado é que "o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1 Co 2:14). Todos os homens naturais vivem "na vaidade dos seus próprios pensamentos, obscurecidos de entendimento, alheios à vida de Deus por causa da ignorância em que vivem, pela dureza do seu coração" (Ef 4:17-18; Cf. Rm 1:18-22).

Volitiva

A depravação da vontade do homem em estado de pecado consiste na rebeldia, na desobediência e na insubmissão a Deus, na determinação em transgredir a sua lei, na prática generalizada do pecado. A vontade do homem em estado de pecado não é governada pela revelação da vontade de Deus, nem mesmo pela razão. É governada pelas paixões da mente, da carne e pela vontade do diabo (Ef 2:1-3). "Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar" (Rm 8:7).

Emocional

A depravação das afeições, emoções e sentimentos do homem no estado de pecado se manifesta no prazer pelo pecado e no ódio ou aversão a Deus e à sua vontade. Se expressa através da alegria que sente em fazer a vontade da carne, e do desagrado em amar, obedecer, servir

e adorar a Deus. Nesse estado, o homem tem prazer na iniquidade, na luxúria, no adultério, na glutonaria, na bebedeira, na mentira, no orgulho, na auto-suficiência, na preguiça, etc. Por outro lado, ele sente insatisfação, pesar, amargura ou mesmo ódio contra aquilo que deveria ser o seu maior prazer. O homem natural ama o mundo e as coisas que há no mundo. Ama a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida (1 Jo 2:15-16) e não a Deus, ou o que representa e manifesta a vontade de Deus. Como observou Ryle, o que muitas vezes suscita a ira e oposição dos ímpios não são as deficiências dos crentes, mas a nova natureza que eles possuem.[43]

Inabilidade Espiritual

Outra consequência natural e judicial da queda e do pecado é a total inabilidade espiritual do homem. Nessa condição, o ser humano não é capaz de realizar nenhum bem espiritual. Ele não pode, pelos seus próprios méritos, alcançar o favor de Deus, o perdão dos pecados. Ele não está habilitado a fazer nada que possa mudar o estado de pecado em que se encontra. Não pode amar a Deus, nem viver ou cultuá-lo de modo que lhe seja agradável ou aceitável.

Várias passagens bíblicas revelam, com clareza, a trágica realidade da inabilidade espiritual do homem natural. Eis apenas algumas:

> Toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons (Mt 7:17-18).
>
> Não quereis vir a mim para terdes vida (Jo 5:40).
>
> Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia... E prosseguiu: Por causa disso, é que vos tenho dito: ninguém poderá vir a mim, se, pelo Pai, não lhe for concedido (Jo 6:44, 65).
>
> Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus (Rm 8:7-8).
>
> Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência; entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais (Ef 2:1-3).

Estas são duas das mais terríveis consequências do pecado: a

depravação moral e a inabilidade espiritual. O homem natural teve a sua natureza completamente contaminada pelo pecado e encontra-se totalmente inabilitado espiritualmente.[44]

Morte Eterna

Além da corrupção física e da depravação moral, o pecado acarreta também a morte eterna: a consumação da morte espiritual, a culminação da depravação moral do homem. Trata-se de uma existência absoluta e eternamente afastada de qualquer manifestação da graça de Deus. Um estado em que as corrupções físicas, intelectuais e morais do homem alcançarão o seu clímax: dores e enfermidades físicas, remorsos, angústias, tristezas, depressões sem fim, sentimento de culpa, intelecto pervertido, vontade totalmente inclinada para o erro e para o pecado.

O que marca esse estado é a impossibilidade de sair dele. Podemos imaginar um estado mais terrível do que a mais miserável, atribulada e angustiante condição que qualquer ser humano jamais experimentou nesta vida? E isto sem nenhum consolo, conforto ou alívio; e, o pior, sem nenhuma possibilidade de jamais escapar dele?

CONCLUSÃO

A concepção reformada de pecado não é filosófica nem metafísica, é bíblica e moral: pecado é a transgressão da lei de Deus, é qualquer falta de conformidade com a sua vontade revelada. Essa definição inclui não apenas as ações, mas também omissões, disposições, pensamentos e principalmente o estado de alienação, de rompimento, de oposição a Deus; isto é, o estado em que o homem não ama a Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma, e de todo o seu entendimento.[45] É nesse estado que se encontram todos os descendentes de Adão à parte da graça redentora de Deus em Cristo. Todo homem nesse estado é culpado, se encontra sob o domínio do pecado, debaixo da ira de Deus e sujeito à condenação eterna.

A doutrina reformada da transmissão do pecado sustenta que a pecaminosidade da raça humana foi herdada de Adão por geração ordinária, enquanto que a culpabilidade da raça humana foi-lhe imputada legalmente, por causa do pecado de Adão na condição de representante da raça humana.

Uma das implicações dessa concepção de pecado é a rejeição de qualquer idéia de perfeccionismo no presente mundo. Só a falta de compreensão da doutrina do pecado, da sua natureza e da sua extensão pode explicar tal idéia. A verdade bíblica é esta: "Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós... Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós" (1 Jo 1:8,10).

Outra implicação importantíssima é esta: visto que homem algum jamais satisfez integralmente as demandas da lei de Deus, nunca se conformou ao padrão moral divino, nem cumpriu integralmente a sua vontade revelada, e visto que Deus não pode ter por inocente o pecador, homem algum pode reivindicar justiça própria diante do seu Criador.

Visto que o pecado é algo tão terrível, e as suas consequências são tão trágicas, por que razões Deus permite o pecado e suas consequências naturais e legais? Entre outras razões, eles servem: (1) para manifestar a justiça de Deus – os castigos divinos proclamam a excelência dos atributos divinos; revelam a santidade e, especialmente, a justiça de Deus; (2) para reformar o pecador – é óbvio que esse propósito não se aplica aos anjos caídos, nem aos homens após a morte. Depois da morte, segue-se o juízo. Mas para com os homens em estado de pecado, um dos propósitos dos castigos pelo pecado é a reforma do pecador, o arrependimento e a conversão deles. Neste sentido, mesmo o crente experimenta os resultados do pecado, as disciplinas de Deus com vistas à sua correção e santificação; e, (3) como advertência contra o pecado – as próprias consequências do pecado servem de alerta com relação à sua natureza maligna.

---

[1] Ler a *Confissão de Fé de Westminster*, capítulo 6. Conferir *Fé para Hoje*, capítulo 6.

[2] Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, p. 292.

[3] Ibid., p. 293.

[4] Seguidores de Pelágio, que viveu no final do século IV, o qual enfatizava o livre-arbítrio da raça humana e a consequente capacidade de dar os passos iniciais em direção à salvação por seu próprio esforço e à parte da graça especial de Deus (ver B. L. Shelley, "Pelágio, Pelagianismo", em *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. 3, ed. Walter A. Elwell, trad. Gordon Chown (São Paulo: Vida Nova, 1990, 126-28.

[5] Seguidores de Fausto Socino, teólogo antitrinitariano nascido na Itália em 1539. Ele defendia a interpretação racionalista das Escrituras, negava a divindade de Cristo, o pecado original, etc. (ver P. Kubricht, "Socino, Fausto", em *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. 3. pp. 411-12.

[6] No grego, τὴν ἑαυτῶν ἀρχὴν. A palavra ἀρχὴν pode denotar *princípio*, *origem* (condição, natureza ou estado original); *autoridade*; ou *domínio*, *esfera de influência*. Este seria o sentido aqui, segundo Walter Bauer, *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*, trad. William F. Arndt e F. Wilbur Gingrich, 2 ed. rev. e ampl. por F. Wilbur Gingrich e Frederick W. Danker (Chicago: University of Chicago Press, 1979), s.v. "ἀρχή".

[7] Para um estudo mais pormenorizado acerca dos seres angelicais, inclusive dos anjos caídos, ver o segundo volume dessa trilogia: Anglada, *Soli Deo Gloria*, 201-25.

[8] Karl Barth, por exemplo, considera o relato de Gênesis 3:1-7, não como história, mas como *saga*. Adão, para ele, não foi uma pessoa histórica, mas um personagem *exemplar* (Karl Barth, *Church Dogmatics*, vol. 4 (Edinburgh: T. & T. Clark, 1956-60), 508. Emil Brunner também rejeita a historicidade de Adão, como inadmissível para o homem moderno (Emil Brunner, *The christian Doctrine of Creation and Redemption* (Philadelphia: Westminster Press, 1953), 48.

[9] Cf. 1 Crônicas 1:1; Oséias 6:7; Lucas 3:28; Romanos 5:12-21; 1 Coríntios 15:21-22; 45-47; 2 Coríntios 11:3 e 1 Timóteo 2:13.

[10] Cf. Mateus 8:31ss.

[11] Smith, *Systematic Theology*, vol. 1, p. 295.

[12] Dabney, *Systematic Theology*, 310.

[13] O termo πρόθεσις é composto pela preposição πρό (*antes, de antemão*) e pelo verbo τίθημι (*colocar, pôr, constituir*), significando, portanto, *aquilo que é colocado, designado, determinado, estabelecido de antemão*; ou seja, um *plano, decreto* (cf. Ef 3:11; 2 Tm 1:9 e Rm 8:28, 9:11).

[14] Ver mais sobre o sentido dos termos πρόθεσις (*propósito*), θέλημα (*vontade*), εὐδοκία (*beneplácito*) e βουλή (*desígnio*), em Anglada, *Soli Deo Gloria*, 148-52.

[15] Cf. Efésios 1:11; Gênesis 45:4,5,8; 50:20; Êxodo 7:1-13; 14:17-18 e Atos 2:23; 4:27-28. Para uma abordagem mais completa do assunto, ver Anglada, *Soli Deo Gloria*, 145-63.

[16] Cf. Gênesis 6:5; Salmo 14:3 e Romanos 3:8-18; 7:18. Para um tratamento mais abrangente da doutrina da depravação total, ver Paulo Anglada, *Calvinismo: As Antigas Doutrinas da Graça*, 3 ed. (Ananindeua: Knox Publicações, 2009), 31-46.

[17] Procksch (citado em Smith, *Systematic Theology*, vol.1, p. 302).

[18] João Calvino, *Commentary on Genesis*, trad. e ed. John King (Albany, Oregon:

Ages, 1998), 104.

19 Cf. C. F. Keil and F. Delitzsch, *Commentary on the Old Testament, vol. 1, Genesis-Leviticus* (Albany: Ages, 1999), 65.

20 Cf. Raymond C. Ortlung Jr., "Male-Female Equality and Male Headship: Genesis 1-3", em *Recovering Biblical Manhood and Womanhood: A Response to Evangelical Feminism*, ed. John Piper and Wayne Grudem (Wheaton: Crossway Books, 1991), 108-09.

21 Ver também 1 Reis 9:46; Jó 14:4; Salmo 130:3 e 143:2; Provérbios 20:9; Eclesiastes 7:20; Romanos 3:19-20 e 23 e 1 João 1:8,9.

22 Berkouwer, citado em Smith, *Systematic Theology*, vol, 1, p. 296.

23 Cf. Machen, *The Christian View of Man*, 178-80.

24 Tais como Spinoza e Leibnitz.

25 Smith, *Systematic Theology*, vol, 1, p. 297.

26 Hodge, *Systematic Theology*, vol. 2, p. 153.

27 Como, por exemplo, Charles Hodge, Alexander Hodges, Robert Dabney e Louis Berkhof.

28 Machen, *The Christian View of Man*, 174.

29 Resposta 14. (Cf. *Catecismo Maior*, pergunta 24; e *Confissão de Fé de Westminster*, 6:6).

30 No grego: ἡ ἁμαρτία ἐστὶν ἡ ἀνομία.

31 Berkhof, *Teologia Sistematica*, 276.

32 Isto é, *sem motivo, sem razão* (advérbio εἰκῇ, empregado no Texto Majoritário).

33 Breve Catecismo, resposta 14 (cf. também *Catecismo Maior*, pergunta 24; e *Confissão de Fé de Westminster*, 6:6)

34 Conferir Hoekema, *Created in God's Image*, 157-58.

35 Entre os quais Samuel Hopkins, Timothy Dwight e Nathanael Emmons (mencionados em Hoekema, *Created in God's Image*, 156).

36 Hodge, *Systematic Theology*, vol. 2, p. 194.

37 No original inglês: *guilt*, culpa.

38 Capítulo 6, parágrafos 3º e 4º (Cf. *Catecismo Maior de Westminster*, respostas 22-26). Cf. *Fé para Hoje*, 6:3-4.

39 John Murray, *The Imputation of Adam's Sin* (Publicado originalmente por Eerdmans, 1959; reimpressão: Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, n.d.), p. 22.

[40] Citado em Murray, *The Imputation of Adam's Sin*, 73.

[41] Segundo Murray, o uso de καὶ οὕτως, no meio do verso 12, é coordenativo ou continuativo (*e assim* ou *e de modo semelhante*) e não tem propósito de completar a comparação, como seria o caso se fosse usada a expressão οὕτως καί, *assim também* (como ocorre, por exemplo, nos versos 15, 18, 19, 21 e 6:4 e 11). Ibid., 7.

[42] Ibid., 74-75.

[43] J. C. Ryle, *Meditações no Evangelho de Mateus* (São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 1991), 86.

[44] Ver também: João 5:42; Romanos 7:18,23; 8:7; 2 Timóteo 3:2-4; Tito 1:15 e Hebreus 3:12.

[45] "Se alguém não ama o Senhor, seja anátema" (1 Co 16:22).

O PACTO DA REDENÇÃO[1]

A doutrina da aliança, particularmente o pacto da redenção, é muito importante para a teologia e para a vida cristã, e a fé reformada compreendeu isso melhor do que outros ramos do Cristianismo. Como resume Bavinck, a doutrina do pacto da salvação ocorre já em Olivianus, Junius e Gomarus, entre outros; foi desenvolvida plenamente em Cloppenburg e Cocceius; e encontrou lugar fixo na teologia, nas obras de Burman, Braun, Witsius, Vitringa, Turretin, Leydekker, Mastricht, Marck, Moor, e Brakel.[2]

As alianças históricas com Noé, Abrão, Davi e a igreja na nova dispensação não estão suspensas no ar. Elas estão solidamente firmadas na aliança intra-trinitariana da redenção, no pacto eterno da salvação, o *pactum salutis*.[3]

TERMINOLOGIA, NATUREZA E EVIDÊNCIAS

Pacto de Obras e Pacto da Redenção

À luz do ensino bíblico, como tenho ressaltado, a existência humana pode experimentar vários estados desde a sua criação até o estado eterno: estado de inocência, estado de pecado, estado de graça, estado intermediário dos salvos e dos perdidos, e estados eternos de glória e de condenação.

A desobediência de Adão ao pacto de obras foi a ponte maldita que levou a raça humana ao estado de pecado. A obediência de Cristo ao pacto da redenção é a ponte bendita que conduz os eleitos de Deus ao estado de graça.

Se Adão houvesse obedecido ao pacto de obras, teria assegurado eternamente, para toda a raça humana, o estado de santidade em que foi criado, e garantido a imutabilidade da *imago Dei*. A raça humana teria, em Adão, passado diretamente do estado de inocência para o estado de glória. Entretanto, Adão quebrou o pacto que Deus fez com ele, e como resultado, introduziu a raça humana no estado de pecado em que todos nascem.

Há alguma saída desse estado? Visto que o homem natural encontra-se

totalmente depravado e espiritualmente inabilitado para, por si mesmo, alterar a sua condição espiritual, existe alguma esperança para ele? Sim, apenas uma: o pacto da redenção ou da salvação (*pactum salutis*), por meio do qual Deus proporciona salvação gratuita aos eleitos, com base na obediência perfeita e na morte expiatória de Cristo, por meio da operação eficaz do Espírito produzindo arrependimento e fé salvadora nos eleitos.

Pacto da Redenção e Pacto da Graça

Dois termos são utilizados para designar o pacto por meio do qual o homem pode ser resgatado do estado de pecado em que nasce e introduzido no estado de graça: *pacto da redenção/salvação* e *pacto da graça*. O termo *pacto da redenção/salvação* denota o propósito dessa aliança divina: redimir os eleitos de Deus. O termo *pacto da graça* enfatiza a fonte e a natureza graciosa dessa aliança divina.

Essas expressões também são empregadas para designar dois pactos distintos, mas não independentes, de uma mesma disposição eterna. *Pacto da redenção/salvação* referindo-se ao pacto firmado na eternidade entre o Pai e o Filho, com vistas à salvação dos eleitos. *Pacto da graça*, com referência à nova aliança, na dispensação do evangelho, em contraste com a antiga aliança.

Contudo, para evitar confusão – dando a idéia equivocada de que as administrações da aliança na antiga dispensação não têm natureza graciosa – talvez fosse melhor restringir o uso de ambos os termos *pacto da redenção/salvação* e *pacto da graça* ao conselho eterno, firmado entre o Pai (representando a Trindade) e o Filho, o segundo Adão (representando os eleitos de Deus), com vistas à salvação destes; e utilizar a expressão *nova aliança*, com referência à administração histórica do pacto eterno da redenção na nova dispensação.[4]

Como administrador ou executor do pacto eterno da redenção, Cristo o implementaria historicamente por meio de várias alianças específicas. Exemplos: com Noé (Gn 9:11,15), com Abraão (Gn 17:9-13; Gl 3:15-17), com Davi (2 Cr 7:18) e com a igreja na nova dispensação, a nova aliança (Jr 31:31ss; 1 Co 11:23ss e Hb 8:8ss).

Todos esses pactos especiais devem ser considerados, à luz da revelação bíblica, como implementações históricas do pacto eterno da

redenção, a fim de assegurar os seus privilégios aos seus legítimos beneficiários: os eleitos de Deus. Esses pactos divino-humanos (com Noé, Abraão, Davi e os crentes na nova dispensação), embora historicamente distintos, não passam de etapas ou implementações de uma aliança divina e eterna: o *pacto da redenção*.

Natureza do Pacto da Redenção

Os termos *pacto* ou *aliança* (hebraico: בְּרִית) são sinônimos. Eles podem ser empregados indistintamente com duas concepções, dependendo da posição relativa entre as partes pactuantes. Como já foi mencionado, quando um pacto é feito entre iguais, ele toma a forma de um acordo voluntário, de um contrato entre partes que se comprometem mutuamente, assumindo compromissos mútuos.

O grego clássico emprega geralmente o termo συνθήκη para designar esse tipo de pacto entre iguais. Quando uma das partes pactuantes é muito superior à outra em autoridade ou poder, como no caso do pacto de um soberano com o seu povo, o pacto se assemelha mais a uma determinação, à publicação de uma disposição soberana envolvendo a outra parte, que é obrigada a submeter-se. É possível que, por isso mesmo, a *Septuaginta* e o Novo Testamento prefiram empregar outra palavra para denotar as alianças divino-humanas: διαθήκη. Na versão atualizada de Almeida, o termo grego διαθήκη é sempre traduzido por *aliança*, exceto em Hebreus 9:16 e 17, onde tem outro sentido, sendo traduzido por *testamento*.

Nos pactos de Deus com o homem, em virtude da infinita superioridade e absoluta soberania da parte divina, o aspecto unilateral é legitimamente realçado. Como criador e mantenedor soberano do universo, Deus tem o direito de envolver o homem na sua vontade soberana.

O pacto da redenção, tendo como partes o Pai e o Filho, envolvendo as três pessoas da Trindade, é um pacto entre iguais. Trata-se de um acordo voluntário entre vontades soberanas, tendo o homem como beneficiário condicional dessa aliança. Conforme ressalta Bavinck, o pacto da redenção "é um pacto (συνθήκη) no sentido pleno da palavra. Nele, a maior liberdade e a mais perfeita concordância coincidem... Assim como, por ocasião da criação da humanidade, Deus

intencionalmente consultou antecipadamente entre si mesmo (Gn 1:26), assim também, na obra da recriação..."[5]

Evidências Bíblicas

Seguem algumas evidências bíblicas gerais do pacto da redenção, isto é, de um acordo ou conselho eterno feito entre o Pai e o Filho, com vistas à salvação dos eleitos de Deus:

Primeiro, o Antigo Testamento anuncia a vinda de Jesus, o servo sofredor, o qual, com o seu sacrifício, realizaria a vontade de Deus, sendo recompensado por isso.

> Todavia, ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; *quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado*, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e *a vontade do Senhor prosperará nas suas mãos*. Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito; o meu Servo, o Justo, com o seu conhecimento, *justificará a muitos, porque as iniquidades deles levará* sobre si. *Por isso, eu lhe darei muitos como a sua parte*, e com os poderosos repartirá ele o despojo, porquanto derramou a sua alma na morte; foi contado com os transgressores; contudo, *levou sobre si o pecado de muitos* e pelos transgressores intercedeu (Is 53:10-13).

Segundo, a obra histórica da redenção é resultado da determinação divina, eterna e soberana de escolher e predestinar pessoas para a salvação:

> Devemos sempre dar graças a Deus, por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus *vos escolheu desde o princípio para a salvação*, pela santificação do Espírito e fé na verdade... (2 Ts 2:13).
>
> Participa comigo dos sofrimentos, a favor do evangelho, segundo o poder de Deus, que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, *antes dos tempos eternos* (2 Tm 1:8b-9).

Ver, especialmente, Efésios 1:3-12 (uma passagem longa demais para ser transcrita aqui).

Terceiro, Jesus declara ter recebido do Pai, antes da sua vinda a este mundo, a comissão de salvar aqueles a quem Ele destinou para a salvação:

> Disse-lhes Jesus: a minha comida consiste em fazer a *vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra* (Jo 4:34).
>
> Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim *a vontade daquele que me enviou*. E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu... (Jo 6:38-39a).

> Eu te glorifiquei na terra, consumando *a obra que me confiaste para fazer*... Manifestei o teu nome aos homens *que me deste* do mundo. Eram teus, *tu mos confiaste*, e eles têm guardado a tua palavra... É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas *por aqueles que me deste*, porque são teus (Jo 17:4,6,9).
>
> Por isso, o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. *Este mandato recebi de meu Pai* (Jo 10:17-18).

Quarto, o apóstolo Paulo ensina que a encarnação e o sacrifício vicário de Cristo foram atos de obediência à vontade de Deus, e que, em virtude dessa obediência, ele foi exaltado pelo Pai:

> Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, *tornando-se obediente até a morte* e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai (Fp 2:5-11).

Quinto, algumas passagens bíblicas relacionam diretamente a obra de Cristo a um pacto:

No Salmo 89:3, lê-se: "*Fiz aliança com o meu escolhido* e jurei a Davi, meu servo: Para sempre estabelecerei a tua posteridade e firmarei o teu trono de geração em geração." Essa passagem se refere imediatamente a Salomão (cf. 2 Sm 7:12ss).[6] Entretanto, é evidente que, na perspectiva profética, se trata de uma passagem messiânica, conforme se pode perceber de Hebreus 1:5, "pois a qual dos anjos disse jamais: Tu és meu Filho, eu hoje te gerei? E outra vez: Eu lhe serei Pai, e ele me será Filho?"

Isaías 42:1-7 também relaciona Cristo ao pacto, e elucida o Salmo 89:3.

> Eis aqui o meu servo, a quem sustenho; *o meu escolhido*, em quem a minha alma se compraz; pus sobre ele o meu Espírito, e ele promulgará o direito para os gentios. Não clamará, nem gritará, nem fará ouvir a sua voz na praça. Não esmagará a cana quebrada, nem apagará a torcida que fumega... Eu, o Senhor, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, *e te farei mediador da aliança com o povo* e luz para os gentios; para abrires os olhos aos cegos, para tirares da prisão o cativo e do cárcere, os que jazem em trevas.

Observe o leitor que, aqui, o Messias prometido é chamado de *o meu escolhido* (comparar com o Salmo 89:3) e de *o mediador da aliança*.[7]

Finalmente, o autor da carta aos Hebreus relaciona a obra redentora de Cristo, especialmente a sua morte e a sua ressurreição, a uma aliança eterna: "O Deus da paz, que tornou a trazer dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, o grande Pastor das ovelhas, *pelo sangue da eterna aliança*" (Hb 13:20).

ELEMENTOS DO PACTO DA REDENÇÃO

Com base em evidências bíblicas gerais como essas e em outras passagens mais específicas que serão mencionadas adiante, a teologia reformada concebe a obra da redenção em termos de um pacto eterno, firmado antes da fundação do mundo entre o Pai e o Filho, com vistas à salvação dos eleitos de Deus. Trata-se de um acordo envolvendo duas vontades soberanas, por meio do qual determinados benefícios seriam assegurados e alcançados, mediante o cumprimento de condições previamente estabelecidas.

Partes Pactuantes

As partes diretamente envolvidas no pacto da redenção são: o Pai, representando a Trindade, e Cristo, o segundo Adão, representando, na condição de Mediador e Fiador, os eleitos de Deus, embora o Espírito Santo, como uma das pessoas da Trindade, também tenha parte importante, como o aplicador dos benefícios alcançados por Cristo aos beneficiários da aliança.

Promessas do Pai ao Filho

No pacto da redenção, o Pai faz (e cumpre) as seguintes promessas ao Filho: (1) colocar todos os seus inimigos por estrado dos seus pés (Ef 1:20-22); (2) dar a Cristo um povo, proveniente de todas as nações e línguas (Ap 7:9-10); (3) conferir-lhe toda autoridade sobre os céus e sobre a terra (Mt 28:18); e (4) exaltá-lo acima de todo nome (Fp 2:11), recompensando-o com a mesma glória que tinha como Filho de Deus antes da fundação do mundo (Jo 17:1-5).

Cristo como Mediador

Cristo é revelado nas Escrituras como Mediador entre Deus e os homens: "Há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens: Cristo Jesus, homem" (1 Tm 2:5). Na carta aos Hebreus, ele é especificamente chamado de Mediador da aliança:

> Agora, com efeito, obteve Jesus ministério tanto mais excelente, quanto é ele também Mediador de superior aliança instituída com base em superiores promessas (Hb 8:6).
>
> Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados (Hb 9:15).[8]

A rigor, essas passagens de Hebreus referem-se diretamente à administração da aliança na nova dispensação, em contraste com a antiga ou inferior administração da aliança na antiga dispensação, conforme indicam o contexto e os adjetivos *superior* e *nova*. Contudo, as passagens citadas anteriormente revelam o caráter eterno da aliança da redenção. Portanto, a nova ou superior aliança não passa de uma nova e superior administração de uma mesma aliança eterna.

Em que sentido Cristo é o Mediador dos eleitos na aliança da redenção? Em vários sentidos: Como *contratante*. Foi Cristo quem a contratou com o Pai. Foi ele quem firmou o pacto da redenção na eternidade, como representante dos eleitos. Como *executor* ou *administrador*. É ele quem a administra ou a executa. Foi ele quem veio ao mundo, encarnou, obedeceu, morreu, ressuscitou e dispensa as bênçãos da aliança da redenção aos seus beneficiários. Como *expiador*. Foi Cristo quem cumpriu os requisitos da aliança em benefício daqueles que o Pai lhe deu. Foi ele quem pagou o preço dos nossos pecados, por meio da sua morte expiatória na cruz. Como *cumpridor* ou *justificador*. Foi ele quem obedeceu plenamente a vontade de Deus representada na lei, imputando-nos a sua justiça.

Ao colocar-se entre nós e Deus, Cristo agiu como Mediador da aliança da redenção, como representante dos beneficiários do pacto divino realizado em nosso favor.

Cristo como Fiador

Em Hebreus 7:21-22, o termo *fiador* também é aplicado a Cristo com relação ao pacto da redenção. "O Senhor jurou e não se arrependerá: Tu és sacerdote para sempre; por isso mesmo, Jesus se tem tornado fiador de superior aliança." O argumento se fundamenta na imutabilidade e eternidade do sacerdócio de Cristo (ver os versos 23ss).

Em que sentido Cristo é o fiador do pacto da redenção, na sua nova e superior dispensação? A palavra aqui empregada (ἐγγυος) é usada para

indicar que Cristo é a garantia do cumprimento do pacto da redenção. Um fiador é alguém que se compromete voluntariamente como responsável legal pelo cumprimento de obrigações de outras pessoas (como o fiador de um contrato de aluguel, por exemplo). Cristo é o fiador do pacto da redenção porque ele se comprometeu, na eternidade, a expiar o pecado daqueles que o Pai lhe dera, morrendo no lugar deles, e a satisfazer, no lugar deles, todas as exigências da lei de Deus, obedecendo-as voluntária e integralmente.[9] Essa foi a garantia oferecida, aceita e cumprida.[10]

Beneficiários e Benefícios

Os eleitos de Deus são os beneficiários diretos do pacto da redenção, embora toda a criação também se beneficie deste pacto (Rm 8:19-23). A aliança eterna entre o Pai e o Filho, envolvendo a Trindade, foi firmada em benefício deles. A salvação dos pecados e a vida eterna, incluindo todas as bênçãos espirituais e temporais envolvidas, são os grandes benefícios do pacto da redenção.

Como vimos, no pacto da redenção, o Pai prometeu ao Filho que, se as condições estabelecidas no pacto fossem cumpridas, ele lhe daria um povo, proveniente de todas as nações e línguas, colocaria todos os seus inimigos por estrado dos seus pés (Ef 1:20-22), conferindo-lhe toda autoridade sobre os céus e sobre a terra (Mt 28:18); o exaltaria acima de todo nome (Fp 2:11) e lhe recompensaria com a mesma glória que tinha como Filho de Deus antes da fundação do mundo (Jo 17:2).

Historicamente, essas promessas se traduziram nas promessas de Cristo à Igreja, fundamentadas na promessa do Pai. A grande promessa do pacto da redenção é revelada inicialmente na promessa do proto-evangelho, de que o descendente da mulher, com o calcanhar ferido, esmagaria a cabeça da serpente (Gn 3:15). Ela é manifestada, a seguir, na promessa do pacto com Noé, de não mais consumir a raça humana por meio de um dilúvio universal (Gn 9:11,15). Desdobra-se na promessa do pacto feito com Abraão, no sentido de fazer dele uma grande nação, de ser o seu Deus e da sua descendência, e de fazer desse povo uma bênção para as demais nações (Gn 17:9-13). Tal promessa desdobra-se, ainda, nas promessas feitas ao povo de Israel (Êx 34:27) e a Davi (2 Sm 7:15-16; 2 Cr 7:18). E é revelada de modo mais pleno na

nova dispensação, com a oferta explícita de salvação aos eleitos de Deus – incluindo a predestinação, o chamado externo do evangelho, a iluminação do coração, o convencimento do pecado, o arrependimento, a fé salvadora, a santificação, a perseverança na santidade, a ressurreição do corpo e a vida eterna.

Evidentemente, essas bênçãos espirituais não se restringem ao povo de Deus da nova dispensação. O povo de Deus da antiga dispensação foi beneficiário dos mesmos privilégios do pacto da redenção. Apenas, na dispensação do evangelho, a natureza espiritual desses benefícios é mais claramente revelada.

Condições

Os benefícios do pacto da redenção não são incondicionais. Todo pacto é firmado com base em determinadas condições a serem cumpridas pelas partes e seus beneficiários. Quais são as condições do pacto da redenção?

Da Parte do Filho

Para que os beneficiários do pacto da redenção pudessem usufruir dos seus benefícios, Cristo, como um segundo Adão, teria que se colocar no lugar deles e cumprir todas as exigências da Lei. Para isso, ele precisaria:

1. *Encarnar*. Teria que abdicar da glória que tinha na eternidade, condescender em vir a este mundo, nascendo de mulher, fazendo-se assim, membro da raça humana, com todas as suas debilidades, ainda que sem pecado:

> Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos (Gl 4:4-5).

2. *Cumprir a Lei*. Precisaria se submeter à Lei de Deus e cumpri-la integralmente, em uma relação legal representativa, com o propósito de adquirir a justiça que procede da Lei.

> Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir (Mt 5:17). [11]
>
> Aquele que me enviou está comigo, não me deixou só, porque eu sempre faço o que lhe agrada (Jo 8:29).
>
> Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes,

a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz (Fp 2:5ss).

3. *Expiar a culpa*. Obrigar-se-ia a pagar o castigo do pecado daqueles que o Pai lhe dera, por meio da sua morte substitutiva e expiatória na cruz, pois o castigo do pecado é a morte. Esse é o teor da profecia do capítulo cinquenta e três de Isaías. O Novo Testamento revela com clareza a natureza expiatória da morte de Cristo:

> Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus (2 Co 5:21).
>
> Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro (Gl 3:13).
>
> Andai em amor, como também Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave (Ef 5:2).

Da Parte do Pai

O Pai, por sua vez, comprometeu-se, no pacto da redenção, a tomar todas as providências necessárias, com vistas a garantir o sucesso da obra do Filho:

1. Ele *lhe prepararia um corpo*, por meio da concepção sobrenatural de Maria pelo Espírito Santo, livre da corrupção e da culpa do pecado:

> Por isso, ao entrar no mundo, diz: Sacrifício e oferta não quiseste; antes, um corpo me formaste (Hb 10:5; cf. Sl 40:6-8).
>
> [Palavras do anjo Gabriel à Maria] Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus (Lc 1:35).

2. Ele *ungiria Jesus*, capacitando-o com os dons, graça e poder extraordinários necessários à realização da sua tarefa:

> Eis aqui o meu servo, a quem sustenho; o meu escolhido, em quem a minha alma se compraz; pus sobre ele o meu Espírito, e ele promulgará o direito para os gentios... Eu, o Senhor, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, e te farei mediador da aliança com o povo e luz para os gentios; para abrires os olhos aos cegos, para tirares da prisão o cativo e do cárcere, os que jazem em trevas (Is 42:1,6-7).
>
> O Espírito do Senhor Deus está sobre mim, porque o Senhor me ungiu para pregar boas-novas aos quebrantados, enviou-me a curar os quebrantados de coração, a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados (Is 61:1).

Essa condição foi cumprida especialmente por ocasião do batismo de

Jesus, por João, no rio Jordão, quando o Espírito Santo veio sobre ele em forma de uma pomba, e uma voz vinda do céu declarou: "Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo" (cf. Mt 3:13-17 e Jo 1:32-34). Bem provavelmente, é a esse episódio que Jesus se refere em João 6:27, ao afirmar que o Pai o confirmou com o seu selo. De qualquer modo, Jesus aplicou a si mesmo a profecia de Isaías 61:1, ao lê-la em uma sinagoga, a caminho de Nazaré (Lc 4:16-21).

3. *Enviaria o Espírito Santo*, o qual procede do Pai e do Filho, em nome do Filho (isto é, daria ao Filho a autoridade para enviar o Espírito Santo), para aplicar os benefícios da obra que Cristo realizaria aos eleitos, iluminando-lhes o coração, convencendo-os do pecado, instruindo-os, santificando-os, guardando-os, consolando-os, etc.:

> O Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito (Jo 14:26).
>
> Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da Verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim (Jo 15:26).
>
> Exaltado, pois, à destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto que vedes e ouvis (At 2:33).

Da Parte dos Eleitos

Duas condições são requeridas dos eleitos para a sua salvação: *arrependimento* e *fé*, demonstradas na obediência aos mandamentos de Deus e simbolizadas nas ordenanças do batismo e da ceia do Senhor. Ninguém (que tenha juízo para o exercício da fé e arrependimento) se beneficia da salvação sem ter-se arrependido e crido no evangelho. Deve-se observar, entretanto, as seguintes verdades bíblicas relacionadas a essas condições:

1. Arrependimento e fé são *condições* para que os eleitos recebam os benefícios do pacto da graça: a salvação; e não condições para a eleição, como se a eleição divina se fundamentasse na presciência da fé e do arrependimento, e não o oposto: "Os gentios, ouvindo isto, regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e *creram todos os que haviam sido destinados* para a vida eterna" (At 13:48).[12]

2. O arrependimento e a fé também são os *meios* através dos quais o Espírito Santo aplica os benefícios do pacto ao coração dos seus eleitos. É este o ensino de Paulo escrevendo aos Tessalonicenses:

> Devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, *pela santificação do Espírito e fé na verdade* (2 Ts 2:13).

Paulo afirma aqui que Deus nos escolheu desde o princípio para a salvação, não *por causa*, mas "*pela* (por meio da) santificação do Espírito e fé na verdade". Deus não nos escolheu para a salvação *por causa* da santificação e da fé. Nem os arminianos diriam que Deus nos escolheu por causa da santificação do Espírito – isto significaria afirmar explicitamente a salvação pelas obras. Entretanto, a mesma preposição (ἐν) se refere a ambos os termos (ἁγιασμῷ πνεύματος - *santificação do Espírito* e πίστει ἀληθείας - *fé na verdade*). O que Paulo está dizendo, portanto, é que a santificação do Espírito e a fé na verdade são *meios* pelos quais Deus aplica a redenção aos seus eleitos.

O apóstolo ensina a mesma verdade quando declara que "pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2:8-9). A salvação é *mediante* a fé, e não *por causa* da fé. A preposição empregada[13] denota meio, agência intermediária (*por meio de, através de, por intermédio de*). Portanto, somos salvos *pela graça* de Deus (a graça de Deus é a fonte e causa da nossa salvação), *mediante a fé* (ou seja, por intermédio da fé), isto é, a fé é o *meio* através do qual Deus opera a salvação. Ela é o instrumento pelo qual a graça salvadora de Deus é efetivamente aplicada ao coração dos eleitos. Para que não reste qualquer dúvida, o apóstolo acrescenta que "isto não vem de vós, é dom de Deus".

E quanto ao arrependimento? Também é dom de Deus? Sim. Quando Paulo instrui a Timóteo, dizendo que "o servo do Senhor... deve ser brando para com todos, apto para instruir, paciente, disciplinando com mansidão os que se opõem", ele acrescenta que Timóteo deve fazer isso "na expectativa de que Deus lhes *conceda... o arrependimento* para conhecerem plenamente a verdade" (2 Tm 2:24-25). Em Atos 5:31, Pedro afirma: "Deus, porém, com a sua destra, o exaltou a Príncipe e Salvador, a fim de *conceder a Israel o arrependimento* e a remissão de pecados." E, em Atos 11:18, ao ouvir o relato de Pedro sobre o derramamento do Espírito Santo sobre Cornélio e sua casa, a Igreja de Jerusalém concluiu: "Logo, também aos gentios *foi por Deus concedido o arrependimento para vida*". É Deus, portanto, quem concede não só a

fé salvadora, mas também o arrependimento para a vida. Ambos não vêm de nós, são dons de Deus. São as condições e também os meios que o próprio Deus emprega, pelo seu Espírito, para operar a conversão dos eleitos.

3. Arrependimento e fé são *frutos* da eleição e não causas. Essa foi uma das grandes redescobertas dos reformadores: as boas obras, incluindo, evidentemente, arrependimento e fé, não eram a causa da salvação, mas o seu resultado. O apóstolo Paulo declara isso, ao escrever: "Não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus *para boas obras, as quais Deus de antemão* preparou para que andássemos nelas" (Ef 2:9-10). Deus nos elegeu para sermos santos e irrepreensíveis. Ele nos recriou em Cristo, para que viéssemos a andar em boas obras e não o contrário.

4. Arrependimento e fé são provas ou *evidências* da eleição, assim como o amor cristão e a esperança. É por essa razão que Paulo, ao recordar da operosidade da fé, da abnegação do amor e da firmeza da esperança em Cristo dos tessalonicenses, reconhecia a eleição deles (1 Ts 1:3-4). Escrevendo a Tito, Paulo se apresenta como "servo de Deus e apóstolo de Jesus Cristo, para promover a fé que é dos eleitos de Deus..." (Tt 1:1). Ou seja, a fé é a marca dos eleitos de Deus, pois "sem fé é impossível agradar a Deus". O mesmo é verdade com relação ao arrependimento.

Conclusão

A nossa salvação é resultado da obra soberana das três pessoas da Trindade. Para que ela fosse possível, o Pai e o Filho se comprometeram mutuamente, e cumpriram integralmente as condições que lhes cabiam.

Quanto a nós, devemos nos arrepender dos nossos pecados e confiar em Cristo como nosso único e absolutamente suficiente Salvador; evidenciar o nosso arrependimento e fé, e demonstrar a nossa gratidão por meio da obediência aos mandamentos de Deus. Não como causa da salvação, mas como condições, meios, frutos e evidências, requeridas no pacto da redenção.

A QUESTÃO DISPENSACIONALISTA

O pacto eterno da redenção firmado ente o Pai e o Filho com vistas à salvação dos eleitos não foi executado instantaneamente. Ele vem sendo

administrado, desde a queda, de maneira sábia e perfeita por Cristo, o Administrador do pacto, no decurso da história da redenção, por meio de várias alianças específicas, como, por exemplo, com Noé (Gn 9:11,15), com Abraão (Gn 17:9-13; Gl 3:15-17), com Davi (2 Sm 7:15-16; 2 Cr 7:18) e com a igreja na nova dispensação, a nova aliança. Essas alianças divino-humanas, embora historicamente distintas, são, na realidade, etapas ou implementações históricas progressivas de uma mesma aliança: o *pacto da redenção*.

Uma das questões relacionadas à execução histórica do pacto da redenção diz respeito às dispensações. A palavra dispensação é tradução do termo bíblico οἰκονομία, empregado dez vezes no Novo Testamento, denotando *administração, a execução de um projeto ou plano*. No caso, a administração ou implementação do pacto da redenção de uma determinada maneira na história.[14]

Quantas e quais são as dispensações ou maneiras peculiares de administração do pacto eterno na história da redenção? Diferentes respostas têm sido oferecidas a essas questões. As principais são as seguintes:

Três Dispensações

Na História da Igreja**,** houve quem distinguisse três dispensações na história da redenção. Irineu, por exemplo (130-200 AD), distinguiu as seguintes dispensações: *a primeira*, antes da lei, a dispensação da lei escrita nos corações; *a segunda*, a partir do Sinai, a dispensação da lei externa; *a terceira*, na nova aliança, a dispensação da restauração da lei no coração mediante a ação do Espírito Santo.[15]

No século XVII, Johannes Cocceius, na sua obra Doutrina da Aliança e dos Testamentos de Deus, escrita em 1648, também identifica três dispensações: a primeira, *ante legem* (anterior à lei); a segunda, *sub lege* (sob a lei); e a terceira, *post legem* (posterior à lei).

O Dispensacionalismo

Mais recentemente, uma posição diferente da idéia tradicional com relação ao número de dispensações tornou-se conhecida como *dispensacionalismo*, um sistema teológico concebido por J. N. Darby; defendido, dentre outros, por Lewis Chafer, Charles C. Ryrie, Charles L.

Feinberg, J. Dwight Pentecost e John F. Walvoord; e popularizado pela edição das Escrituras de Scofield.

O dispensacionalismo clássico é mais conhecido por distinguir sete ou mais dispensações completamente distintas na história da redenção (dispensação da inocência, da consciência, do governo humano, da promessa, da lei, da graça e do reino). Na concepção de Scofield, "uma dispensação é o período de tempo durante o qual o homem tem que ser provado com relação à sua obediência a alguma revelação definida da verdade de Deus".

Essa, entretanto, não é a única nem a característica mais distintiva do sistema teológico dispensacionalista. Depois de investigar o desenvolvimento do dispensacionalismo de Darby, Poythress resume como segue os principais pontos do seu pensamento:

> (a) Uma aguda distinção entre lei e graça; (b) a aguda distinção vertical entre o povo "terreno" e "celestial" de Deus, Israel e igreja; (c) um princípio de interpretação de profecia literal atrelando cumprimento com o nível terreno, os judeus; (d) uma consequente forte ênfase milenista.[16]

Morton Smith resume a diferença entre a teologia dispensacionalista de Scofield e a teologia reformada da administração do pacto da redenção como segue:

> A posição da fé reformada histórica, conforme registrada nos padrões de Westminster, é que o pacto da graça é essencialmente o mesmo em todos os seus diferentes estágios. Isto é, há uma unidade das várias graciosas alianças. Em outras palavras, nesta visão, a aliança Mosaica e a dispensação Mosaica foram de graça, e o principio que as governou era tal que, de si mesmo, fazia previsão para a salvação pela graça mediante a fé... não apesar da aliança Mosaica, mas nos termos da sua provisão".[17]

Sérias objeções podem ser levantadas contra o sistema teológico dispensacionalista, entre os quais, destaco as seguintes:

Primeiro, o termo bíblico dispensação (οἰκονομία) não denota um tempo de prova, nem um determinado período de provação, como imagina Scofield, mas uma administração, a execução de um projeto ou plano de uma forma característica. O termo se refere a um período histórico na implementação do plano eterno de Deus, sem relação necessária com provação.

Segundo, as dispensações concebidas pelo dispensacionalismo de

Scofield são bastante arbitrárias. Dois exemplos: a segunda dispensação é chamada de dispensação da consciência. No entanto, a consciência continua servindo de lei para os gentios, mesmo na nova dispensação (Rm 2:14,15). A distinção entre dispensação da promessa e dispensação da lei não se harmoniza com a afirmativa de Paulo de que a lei não anulou a promessa, a qual permanece em pleno vigor na nova aliança (Rm 4:13-17; Gl 3:15-29). A dispensação da lei está repleta de promessas, e a dispensação da graça não ab-rogou a lei como padrão moral de vida para o povo da aliança.

Terceiro, o dispensacionalismo tende a fragmentar a obra da redenção e o próprio conteúdo da revelação bíblica. Ao levantarem barreiras elevadas demais na história da redenção, os dispensacionalistas fazem com que os textos referentes a qualquer uma dessas múltiplas dispensações se tornem irrelevantes, do ponto de vista normativo, aos que viveram em outras dispensações.[18]

Quarto, a teoria dispensacionalista exagera a descontinuidade entre Israel, o povo de Deus no Antigo Testamento, e a Igreja, o povo de Deus no Novo Testamento, fazendo deles dois povos e dois reinos distintos, quando a Bíblia apresenta a igreja na nova aliança como um galho enxertado na oliveira de Israel (Rm 11:16-18), que tem Abraão como o pai de todos os crentes (Rm 4).

Quinto, ela enfatiza demasiadamente Israel como o povo terreno de Deus, fazendo da igreja na nova dispensação apenas um parêntesis na história da redenção, ao invés do cumprimento espiritual genuíno das profecias do Antigo Testamento.

Duas Dispensações

A teologia reformada, representando a posição histórica, distingue apenas duas dispensações ou administrações gerais do pacto da redenção: a *antiga* e a *nova dispensação*, identificando, na primeira, alguns períodos ou etapas relativamente características na revelação ou administração do pacto da redenção, como, por exemplo, o período pré-patriarcal (Adão-Abraão), o período patriarcal (Abraão-Moisés) e o período mosaico (Moisés-Cristo).

O conceito reformado de dispensação é o de um período com características bem distintas na administração da obra da redenção,

denotando as duas principais etapas da implementação do pacto da redenção na história humana, em virtude da vinda de Cristo ao mundo e da sua obra redentora, em cumprimento às prefigurações e tipos empregados na antiga dispensação. Esse conceito reflete o ensino do Novo Testamento, que reconhece dois grandes períodos contrastantes na administração da aliança: a *nova aliança* (Lc 22:20; 1 Co 11:25) em contraste com a *antiga aliança* (2 Co 3:14); uma *superior aliança* (Hb 7:22; 8:6) em contraste com uma *inferior aliança*; a *dispensação da plenitude dos tempos* (Ef 1:10) em contraste com a dispensação anterior à plenitude dos tempos; a *dispensação do evangelho* em contraste com *a dispensação da lei* (1 Co 9:17). Ainda assim, a teologia reformada não perde de vista a continuidade entre as dispensações, ressaltando que existe apenas uma igreja e uma maneira de salvação: pela graça de Deus mediante a fé, realizada pela obra redentora de Cristo e aplicada aos eleitos pelo Espírito Santo.

A teologia reformada reconhece que há algumas peculiaridades, na implementação do pacto da redenção na antiga dispensação, entre os períodos pré-patriarcal, patriarcal e mosaico, como veremos a seguir. Apesar disso, sustenta que as semelhanças entre esses períodos são maiores do que as suas peculiaridades, não justificando que esses períodos históricos sejam enfatizados ao ponto de virem a ser considerados como dispensações distintas, como acontece com a antiga e a nova dispensação; e muito menos, entende dispensação como "período de tempo durante o qual o homem tem que ser provado com relação à sua obediência a alguma revelação definida da verdade de Deus", como entendem os dispensacionalistas.

A maneira de Deus lidar com nossos primeiros pais *antes da queda* foi, sim, de fato, completamente distinta da maneira de como veio a se relacionar com o homem depois da queda. Entretanto, o período anterior à queda não constitui uma dispensação do pacto da graça. Trata-se, na realidade, de outro pacto, feito com o homem (Adão) enquanto ele se encontrava em outro estado: o estado de inocência.

O diagrama a seguir resume a concepção reformada dos pactos e da administração deles na história:

<table>
<tr><th>ETERNIDADE
(Plano Eterno)</th><th colspan="2">TEMPO
(Implementação do Plano Eterno de Deus)</th></tr>
<tr><td>Decreto do
Pacto Adâmico</td><td colspan="2">Pacto Adâmico
(Pacto de Obras)</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Pacto da Graça
Ou da Redenção</td><td rowspan="3">Na Antiga Dispensação</td><td>Período Pré-patriarcal (Adão-Abraão)</td></tr>
<tr><td>Período Patriarcal (Abraão-Moisés)</td></tr>
<tr><td>Período Mosaico (Moisés-Cristo)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Na Nova Dispensação</td></tr>
</table>

O PACTO NA ANTIGA DISPENSAÇÃO

Consideraremos, agora, *as peculiaridades* da administração do pacto da redenção nas duas dispensações e nos três principais períodos da história da redenção na antiga dispensação. Posteriormente, consideraremos *a unidade* do pacto da redenção, na antiga e na nova dispensação.

No Período Pré-Patriarcal (Adão-Abraão)

No período inicial da história da redenção na antiga aliança (o período pré-patriarcal), compreendido entre a queda e a aliança com Abraão, vários fatos podem ser assinalados com relação à administração do pacto da redenção, entre os quais: a proclamação do proto-evangelho; as condições biológicas, culturais, morais e religiosas pré-diluvianas; o pacto com Noé; e as condições biológicas, culturais, morais e religiosas favoráveis pós-diluvianas.

A Proclamação do Proto-evangelho

A proclamação do proto-evangelho a Adão, em Gênesis 3:15, é a primeira revelação histórica do pacto da redenção, apesar de ele já haver sido implicitamente sugerido nas roupas de pele que Deus fez para Adão e Eva (Gn 3:21), em substituição às vestes humanas de folhas de figueira. Ao afirmar que o descendente da mulher, com o calcanhar ferido, esmagaria a cabeça da serpente, foi revelado aos nossos primeiros pais, em forma embrionária, a natureza e o propósito do pacto da redenção: Cristo, nascido de mulher, nascido sob a lei, destruiria as obras do diabo por meio da sua morte expiatória na cruz do calvário.

Embora profundamente ferido, levando sobre si a culpa da pecaminosidade dos eleitos de Deus, e por meio de grandes sofrimentos, o Mediador da aliança exporia o grande dragão, a terrível serpente, ao desprezo público, triunfando dele na cruz. Não se pode esperar que Adão e Eva tenham compreendido plenamente o significado dessa promessa. Entretanto, à luz da revelação bíblica posterior, torna-se evidente a sua relação com o pacto da redenção.

Condições Pré-diluvianas

As condições biológicas, culturais, morais e religiosas pré-diluvianas também manifestam a graça comum e especial de Deus para com a humanidade em geral. Apesar da progressiva corrupção do gênero humano, como consequência imediata da queda, evidenciada no assassinato de Abel por Caim (Gn 4:8-15) e na violência e crimes de Lameque (Gn 4:23), acentuada com a miscigenação entre os filhos de Deus (os descendentes de Sete) e as filhas dos homens (descendentes de Caim),[19] a humanidade continuou a experimentar a graça comum e especial de Deus no período compreendido entre a queda e o dilúvio. *Biologicamente*, a raça humana continuou a ter elevadíssima expectativa de vida, que se estendia até quase mil anos (ver Gn 5:5-32). Mais importante, Adão e seus descendentes continuaram procriando, garantindo, assim, a continuidade do gênero humano (Gn 4:1-2,17; 5:3-4). *Culturalmente*, a raça humana começou a se urbanizar (Gn 4:17), a desenvolver a pecuária (v. 20), as artes (v. 21) e a ciência, com a invenção de instrumentos de bronze e de ferro (v. 22). *Moralmente*, Abel, os descendentes de Sete, chamados de filhos de Deus (antes que se misturassem com os descendentes de Caim), e Noé (cf. Gn 6:9) são exemplos de retidão moral nesse período, como expressão da graça de Deus, em contraste com a crescente depravação moral dos seus contemporâneos. *Religiosamente*, formas fixas de culto a Deus foram estabelecidas, quando o homem pré-diluviano começou a prestar culto a Deus por meio de ofertas de sacrifícios cruentos agradáveis a Deus, por parte de Abel (Gn 4:4), e a invocar o nome do Senhor, por meio dos filhos de Sete (Gn 4:25-26). Ademais, Noé não era apenas moralmente íntegro. Sua integridade provinha da sua comunhão com Deus (Gn 6:9).[20]

O Pacto com Noé

O pacto com Noé e com a criação (Gn 9:9-10), em Gênesis 9:8-17, também é conhecido como o *pacto da natureza*, uma vez que foi firmado com a criação em geral, ou da *longanimidade*, visto que manifesta a paciência de Deus para com a raça humana caída em geral. Nesse pacto, Deus prometeu não mais destruir a criação por meio de um dilúvio universal e selou a sua promessa com o sinal visível do arco-íris. Trata-se de uma revelação geral do pacto da redenção, e tem como promessa a graça comum de Deus. O pacto da redenção tem como propósito a redenção dos eleitos, mas também foi propósito gracioso de Deus abençoar, em vários sentidos, os demais descendentes de Adão. Deus poderia ter determinado destruir imediatamente todos os não eleitos, ou restringir completamente o seu favor para com eles (o que resultaria no mesmo). Entretanto, ele condescendeu em manifestar a sua bondade e tolerância mesmo para com os vasos de ira destinados à perdição. Por isso, Ele faz vir a chuva e o sol sobre bons e maus, institui autoridades civis, restringe o pecado por meio da operação geral do Espírito Santo e da influência do evangelho por meio da igreja.

A graça comum de Deus não está dissociada da sua graça especial para com os eleitos; elas interagem. O pacto com Noé diz respeito especificamente a bênçãos naturais. No entanto, ele consiste em uma revelação do pano de fundo geral do pacto da redenção. Afinal, como poderiam os eleitos de Deus ser preservados em um mundo corrompido pelo pecado e dominado pelo diabo, sem a graça comum, sem essa disposição favorável de Deus para com a raça humana em geral, revelada nessa implementação natural do pacto da redenção? A graça comum de Deus para com a criação e a humanidade em geral é indispensável para a existência e preservação da igreja.

Condições Pós-diluvianas

Após o dilúvio, um novo período começa na história da redenção. A corrupção humana continua a revelar-se na intemperança de Noé (Gn 9:20-21) e na atitude desrespeitosa de Cam (vv. 22,25-26). Apesar disso, "a graça que se manifestou imediatamente após a queda, agora manifesta-se mais fortemente na restrição ao mal".[21] As condições biológicas, culturais, morais e religiosas pós-diluvianas também

manifestam a graça comum e especial de Deus para com a humanidade em geral.

Biologicamente, apesar da expectativa de vida humana diminuir consideravelmente após o dilúvio, por determinação divina, até atingir a média máxima de cento e vinte anos (Gn 6:3), Deus restringiu a maldição da criação, limitando as suas potencialidades destruidoras, regulando as estações climáticas (Gn 8:21-22 e 9:8-17) e limitando as ameaças animais (9:2). Novamente, mais importante: continuou assegurada a perpetuação do gênero humano, sob a bênção de Deus (9:1,7) e, com esse propósito, a pena de morte foi estabelecida (9:6). *Culturalmente*, essas e outras manifestações da graça de Deus possibilitaram que o homem fizesse enormes progressos. O cumprimento da pena de morte em Gênesis 9:6 pressupunha a instituição de governos civis; a dispersão por causa de Babel deu início ao surgimento de idiomas, nações e diversidades culturais (Gn 10;5,20,31-32), e ao desenvolvimento técnico e científico no mundo de então. Conforme observa Bavinck, "tudo o que, depois da queda, ainda é bom, mesmo em mãos pecaminosas, em todas as áreas da vida, a estrutura inteira de justiça civil é fruto da graça comum de Deus".[22] *Moralmente e religiosamente* também, o pacto da redenção continuou a manifestar-se no período em que estamos considerando. A instituição de governos civis e a própria pressão social da época, por um lado, impunham restrições morais, e a verdadeira religião, por outro, promovia a retidão moral. Após o dilúvio, Noé imediatamente presta culto agradável a Deus, oferecendo-lhe animais limpos em holocausto (Gn 8:20-21). Sem e Jafé, diferentemente de Cam, agem respeitosa e caridosamente para como o pai (9:23,26-27). Abrão, quando chamado, obedeceu ao Senhor e, partindo da sua terra, prestou culto a Deus durante a sua peregrinação (cf. Gn 12:1,4,7-8).

Todas essas coisas: a proclamação do proto-evangelho, as condições biológicas, culturais e religiosas positivas pré-diluvianas, o pacto com Noé, e as condições biológicas, culturais, morais e religiosas favoráveis pós-diluvianas são manifestações históricas do pacto da redenção, com vistas à salvação dos eleitos de Deus.

No Período Patriarcal (Abraão-Moisés)

A segunda etapa na implementação histórica do pacto da redenção é o

período patriarcal, que começa com o chamado de Abraão e se estende até a promulgação da lei a Moisés, no Monte Sinai.

Vários acontecimentos manifestam a graça de Deus nesse período, e merecem ser ao menos mencionados. Entre os mais importantes estão: a escolha graciosa de Abraão, dentre os descendentes de Sem, para fazer dele uma grande nação; a preservação de Abraão durante a sua peregrinação; a promessa de um herdeiro natural apesar da esterilidade de Sara (Gn 11:30) e da idade avançada de ambos; a destruição de Sodoma e Gomorra; o nascimento e preservação de Isaque; a escolha e preservação de Jacó; a preservação dos descendentes de Abraão, pela instrumentalidade de José; a preparação e preservação de Moisés; e a libertação extraordinária do povo de Israel da escravidão egípcia. Esses e outros eventos históricos manifestam a vontade graciosa de Deus sendo colocada em prática, com vistas à formação de um povo peculiar, para o qual Deus se revelaria e com o qual se relacionaria de forma especial.

Aliança com Abraão

O acontecimento mais significativo desse período da história da revelação, entretanto, foi a aliança que Deus fez com Abraão, registrada especialmente em Gênesis 17:1-14. Deus havia chamado Abraão da sua terra e da sua parentela, e havia prometido abençoá-lo, fazer dele uma grande nação e torná-lo uma bênção para os demais povos (cf. Gn 12:1-3). Posteriormente, Deus encoraja Abraão assegurando-lhe que cumpriria a sua promessa de lhe dar um filho natural e a posse da terra prometida, no devido tempo, na sua quarta geração, quando se enchesse a medida da iniquidade dos amorreus (cf. Gn 15:1-18).

Aqui, no capítulo 17, encontra-se a instituição formal do pacto da redenção na história da revelação.[23] Até então, não havia fronteiras externas visíveis distinguindo a igreja de Deus (os *filhos de Deus*, dos *filhos dos homens*). A igreja era familiar. O chamado de Abraão e, especialmente, o pacto com ele firmado marcou o início da igreja institucional, que deixou de ser familiar, para ser nacional.

São os seguintes os elementos da instituição do pacto da redenção firmado com Abraão: (1) a*s partes*: Deus e Abraão; (2) o*s benefícios*: o favor de Deus, as bênçãos de Deus, incluindo bênçãos temporais como símbolos das bênçãos espirituais, e a promessa de ser para sempre o

Deus de Abraão e da sua descendência, e de fazer dele uma bênção para todas as nações; (3) a *condição*: a fé, demonstrada na obediência ao selo do pacto (ler Rm 4 e Gl 3:6-14); (4) o *selo*: o sacramento da circuncisão; (5) o*s beneficiários*: Abraão e a sua descendência; e, indiretamente, todas as nações.

Convém observar o seguinte: (1) O pacto da graça feito com Abraão não é um outro pacto, diferente do pacto da redenção, mas a primeira instituição histórica formal dessa aliança eterna. (2) À luz de Romanos 4 e Gálatas 3, o grande benefício do pacto com Abraão é espiritual: a justificação, a redenção. (3) A circuncisão foi o sacramento do pacto da redenção, o sinal externo e visível do pacto para a antiga dispensação. (4) À luz do NT, pode-se distinguir dois tipos de beneficiários do pacto da graça: os beneficiários externos, isto é, todos os descendentes naturais de Abraão, e os beneficiários internos, os descendentes espirituais de Abraão, isto é, os que andam nas pisadas de Abraão: o caminho da fé nas promessas de Deus, independentemente da nacionalidade. (5) As bênçãos materiais na antiga dispensação são de natureza simbólica: elas não são um fim em si mesmas, mas tipificam as bênçãos espirituais. Consequentemente, enfatizar a prosperidade material na nova dispensação é um retrocesso inadmissível na história da revelação.[24]

Libertação do Povo da Aliança

Outro acontecimento histórico importante no período patriarcal foi a libertação do povo de Israel do Egito, previamente anunciada para conforto de Abraão (Gn 15:8,13-18) e "lembrada" por Deus diante do sofrimento do seu povo (Êx 2:24).

A importância da libertação de Israel da escravidão egípcia, com relação ao pacto, reside principalmente no seguinte: (1) ela manifesta a fidelidade de Deus para com o povo da aliança na Antiga dispensação; (2) assegurou o cumprimento histórico das promessas materiais e espirituais da aliança com Abraão; (3) prefigura Cristo, o Mediador e Fiador da aliança, e a sua obra redentora para a libertação do seu povo da escravidão do pecado e do domínio de Satanás.

A manifestação da fidelidade de Deus para com o povo da aliança é evidenciada no seguinte: em preservá-los da fome, por meio de José,

apesar da iniquidade dos seus irmãos (Gn 45ss); na atitude das parteiras, em oposição às ordens de Faraó (Êx 1:15-21); na preservação de Moisés ao ser salvo da água, adotado e preparado na corte de Faraó (Êx 2:1-10); em Deus ouvir o clamor, lembrar-se da aliança e atentar para a opressão do povo de Israel no Egito (Êx 2:23-25); em se manifestar a Moisés, chamá-lo e conceder-lhe poderes extraordinários para libertar o seu povo (Êx 3-4); na preservação dos primogênitos hebreus, pelo sangue do cordeiro na verga das portas das suas casas (Êx 12); na passagem pelo mar vermelho e na destruição dos exércitos de Faraó (Êx 14:15ss); e em conceder o maná, água e todas as demais condições para a preservação do povo de Israel no deserto, apesar da sua ingratidão e constante murmuração do povo (Êx 16-17).

A segurança do cumprimento histórico das promessas materiais da aliança pode ser notada, por exemplo: na multiplicação da descendência no Egito, apesar da opressão de Faraó e das tentativas de eliminar os recém-nascidos (Êx 1:6-12 e 15-22); e na posse da terra prometida, apesar da ingratidão e rebeldia do povo e da opressão e oposições externas. Sem a fertilidade, preservação e libertação do povo de Israel do Egito, a descendência de Abraão não se tornaria uma grande nação nem conquistaria a terra prometida. Quanto às promessas espirituais da aliança asseguradas nesse período, podemos destacar: o testemunho do poder e da fidelidade de Deus na história da redenção (o Egito e as demais nações temeram diante do Deus de Israel); a comunicação da Lei a Moisés; e a influência e promoção do judaísmo entre as nações, provendo o alicerce teológico para a nova dispensação.

A prefiguração de Cristo, como Mediador e Fiador da aliança, e da sua obra redentora para a libertação do seu povo da escravidão do pecado e do domínio de Satanás é observada nos seguintes fatos: Moisés é tipo de Cristo, no que diz respeito a sua preservação, preparação, abandono da corte e libertação do povo de Israel. A redenção do Egito prefigura a redenção que Cristo realizaria através da sua morte. A peregrinação no deserto em direção à terra prometida prefigura a peregrinação da Igreja e suas tentações, provações e livramentos, a caminho da Canaã celestial.

No Período Mosaico (Moisés-Cristo)

Os eventos mais significativos nesse período da história da redenção

com relação à execução histórica do pacto da graça foram as alianças que Deus fez com Moisés e com Davi. Vários outros acontecimentos importantes na história de Israel nesse período estão, de um modo ou de outro, relacionados a essas implementações históricas do pacto eterno da redenção.

Aliança com Moisés

Na aliança com Moisés no Monte Sinai, Deus deu a Moisés "o livro da aliança", selado com "o sangue da aliança" (Êx 24:7-8; cf. Dt 9:9,11), "as palavras da aliança" (Êx 34:27-28; cf, Dt 4:13). O livro da aliança continha as leis morais, cerimoniais e civis que deveriam regular a vida da nação de Israel, as quais deveriam ser obedecidas para que Deus assegurasse ao povo da aliança as bênçãos da aliança, dentre as quais, a posse da terra prometida (ver Êx 34:10-11). A iniciativa e termos do pacto sinaítico é inteiramente de Deus. Contudo, grande ênfase é colocada na sua aceitação voluntária, por parte do povo. O pacto mosaico exige o assentimento do povo de Israel (Êx 19:5,8; 24:3).[25]

A entrega da lei a Moisés ocorre no contexto da libertação do povo da aliança, que, conforme já ressaltei, acontece como consequência da fidelidade de Deus à sua aliança com Abraão (Êx 2:24-25). Ela foi fundada sobre a aliança estabelecida com Abraão.[26] "A nação de Israel já se encontrava em uma relação pactual com o Senhor através de Abraão. A narrativa de Êxodo começa quando Deus ouve os gemidos de Israel, e lembra-se da sua aliança com Abraão, com Isaque e com Jacó (Êx 2:24)".[27] Além disso, quando Deus se dirige a Moisés em frente ao Monte Sinai, logo antes de comunicar-lhe as suas leis, ordena que ele lembrasse o povo de como os havia libertado do Egito (ver Êx 19:3-4), e faz referência à sua aliança, dizendo:

> Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa. São estas as palavras que falarás aos filhos de Israel.

Contudo, apesar da fidelidade de Deus para com o seu povo, manifestada nos poderes que Deus concedeu a Moisés com vistas a sua libertação, os beneficiários externos do pacto da redenção, os descendentes de Abraão, começaram a demonstrar rebeldia, ingratidão,

dureza de coração e tendência à impiedade e à idolatria (ver Êx 14:11-12; 15:24; 16:3,27-28; 17:2-3). Eles demonstram e continuariam a demonstrar dificuldade para compreender que eram um povo separado, escolhido por Deus para ser santo. A lei dada a Moisés no Sinai visava, entre outras coisas: convencer o povo de Israel com relação à sua pecaminosidade, conscientizá-lo acerca da sua condição especial, ensiná-lo a andar com Deus e levá-lo a depositar a sua confiança e esperança no Messias prometido.

Com relação à natureza do pacto sinaítico, é importante ressaltar o seguinte:

1) Ele representa outro passo na implementação histórica do pacto eterno da redenção, com vistas à salvação dos eleitos de Deus. No pacto com Abraão, Deus o chama com vistas à multiplicação de um povo com o qual se relacionaria de forma especial. Na aliança com Moisés, Deus se revela de maneira especial a esse povo, concedendo-lhe as leis que deveriam reger a sua vida religiosa, moral e civil. Na aliança com Davi, Deus lhe promete dinastia permanente, que se cumpriria em Cristo, o descendente de Davi. A aliança com Moisés representa, portanto, um avanço em relação à aliança com Abraão, especialmente no escopo da sua revelação, na sua capacidade para humilhar, e no seu significado tipológico.[28]

2) O pacto sinaítico não anulou o pacto com Abraão, nem ab-rogou a promessa (ler Gl 3:15-22). Ele não apresenta outra maneira de salvação, por obras da lei, diferente da salvação proporcionada anteriormente ou posteriormente. Antes, durante e depois da lei de Moisés, a salvação foi sempre pela graça de Deus mediante a fé em Cristo (seja nele prometido, contemplado em carne, ou ressurreto e glorificado). O pacto com Moisés, a lei e o período mosaico não representam uma religião diferente da religião de Noé, de Abraão e da igreja na nova aliança. "A aliança no Monte Sinai é e permanece uma aliança de graça... (Êx 20:2)".[29] Deus é o autor de ambos e, "em ambos, a causa motivadora é a graça de Deus".[30] A peculiaridade da aliança mosaica consiste em representar "um sumário exteriorizado da vontade de Deus".[31]

3) O uso da lei cerimonial no pacto sinaítico tem caráter simbólico e prefigurativo. Ela simboliza e aponta para realidades espirituais mais

profundas ou vindouras na administração do pacto da redenção. A grande bênção prometida a Abraão, de ser perpetuamente o seu Deus e da sua descendência (cf. Gn 17:7) continua a ser a bênção prometida ao povo de Israel no pacto mosaico: "se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos... vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa" (Êx 19:5-6; cf. 29:45-46).

O Novo Testamento deixa claro que a bênção do pacto implicava não apenas em benefícios temporais, como a multiplicação do povo e a terra prometida, mas em bênçãos espirituais simbolizadas na lei mosaica. Os sacrifícios simbolizavam perdão; a pureza cerimonial levítica indicava santidade; a longevidade prefigurava vida eterna; a posse da terra prometida simbolizava o estado eterno de bem-aventurança, etc. Uma das bênçãos mais significativas, simbolizada no tabernáculo, era a presença de Deus no meio do seu povo. Clowney chama atenção para isso, dizendo que "no Sinai, Deus deu a Israel não apenas a lei da sua aliança, mas também o tabernáculo da sua habitação"[32]; e que "ambos apontam para Cristo, o qual é o cumprimento da lei para todos os que crêem e o sacerdote celestial, o Cordeiro de Deus e o verdadeiro tabernáculo. Ambos, a lei e o culto no Sinai, eram expressões da aliança de Deus, uma aliança cumprida em Jesus Cristo, em quem ela foi feita nova".[33]

Qual a razão para o pacto sinaítico? Por que foi necessário que Deus fizesse uso da lei mosaica na administração do pacto da redenção nesse período? Qual a razão de ser da forma simbólica utilizada por Deus na antiga dispensação? Por condescendência divina. Por causa da existência temporal, sensorial e pecaminosa do homem, Deus teve que se acomodar ao nível humano, e progressivamente revelar-se, bem como a sua vontade e as suas bênçãos, em termos adaptados à existência e condição humana. Por essa razão, Ele se manifesta na história, expressando-se em linguagem humana, como se experimentasse sentimentos humanos, fazendo uso de pessoas, coisas, elementos e cerimônias humanas para se revelar, se relacionar e se fazer compreendido pelo seu povo. Com isso, Ele estava preparando Israel para discernir as realidades espirituais mais profundas envolvidas na linguagem e nos elementos acomodatícios usados na antiga dispensação

– realidades essas que seriam mais claramente reveladas na nova dispensação, com a vinda de Cristo, a realidade tipificada e prefigurada em todos os símbolos e figuras na antiga aliança.

A lei dada a Moisés e a peregrinação no deserto tinham vários propósitos para o povo de Israel:

1) Provar. O povo de Israel poderia ter sido introduzido quase imediatamente na terra de Canaã. Contudo, Deus fez com que ele peregrinasse durante quarenta anos no deserto, antes que permitisse que entrasse e conquistasse a terra prometida. Seu propósito era provar o povo, purgando-o dos incircuncisos de coração, dos aficionados às cebolas do Egito, os quais pereceram no caminho. Antes de entrar na terra prometida, Moisés admoesta o povo, dizendo:

> Recordar-te-ás de todo o caminho pelo qual o Senhor, teu Deus, te guiou no deserto estes quarenta anos, para te humilhar, *para te provar*, para saber o que estava no teu coração, se guardarias ou não os seus mandamentos. Ele te humilhou, e te deixou ter fome, e te sustentou com o maná, que tu não conhecias, nem teus pais o conheciam, para te dar a entender que não só de pão viverá o homem, mas de tudo o que procede da boca do SENHOR viverá o homem (Dt 8:2-3).

2) Preparar, santificar. A peregrinacão e a lei de Deus também tinham o propósito de preparar o povo, ensiná-lo, santificá-lo, criar uma identidade nacional e espiritual. Eles haviam sido escolhidos como descendência de Abraão para receber o favor de Deus e para ser uma bênção para as demais nações. Eles eram não apenas beneficiários externos, mas instrumentos do pacto da redenção. E só poderiam se apropriar das reais bênçãos do pacto da redenção e comunicá-las a outros, se também fossem beneficiários internos, espirituais, do pacto, isto é, se andassem nas pisadas de Abraão, temendo a Deus e confiando nas suas promessas. Eles precisavam ser santos como o Senhor Deus é santo (Lv 11:44-45). Conforme Bavinck corretamente observa: "Toda a lei que a aliança da graça no Sinai estabeleceu para o seu serviço, tem como propósito levar Israel como um povo a 'andar' no caminho da aliança. Ela é apenas uma explicação da ordem dada a Abraão: 'anda na minha presença e sê perfeito' (Gn 17:1)".[34]

3) Conduzir a Cristo. A lei dada a Moisés no Sinai era também um instrumento para revelar o pecado do povo da aliança, conduzi-lo ao arrependimento e, assim, levá-lo a colocar sua esperança de salvação

exclusivamente no Messias prometido (Rm 3:19-20). O povo da aliança necessitava aprender que arrependimento pelo pecado, fé nas promessas de Deus e santidade de vida eram condições indispensáveis para que se tornasse real beneficiário do pacto da redenção. Contudo, precisava aprender também que essas coisas só são alcançadas pela graça de Deus. A lei fora dada com estes propósitos: não como meio de justificação, mas como expressão do caráter de Deus, como instrumento de revelação do pecado, como aio para conduzir o povo a confiar nas promessas de Deus, guiando-os a Cristo (Gl 3:24), "porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê" (Rm 10:4). Cristo é o cumprimento da lei (Mt 5:17).

Na realidade, não apenas a lei, mas o tabernáculo, a água amarga de Mara, os livramentos, o maná, a serpente de bronze, e os demais acontecimentos na peregrinação de Israel no deserto tinham os propósitos de testar, ensinar e conduzir o povo de Deus a Cristo.[35]

Infelizmente, entretanto, os resultados do pacto sinaítico não foram exatamente os tencionados. A maioria do povo de Israel não compreendeu o propósito da aliança mosaica. Como consequência, a natureza graciosa do pacto da redenção e da lei foi eclipsada. A hipocrisia levou muitos entre o povo de Deus a enfatizarem apenas os aspectos cerimoniais, formais e externos da lei. Levou-os a enganarem-se a si mesmos, tendo-se por cumpridores da lei (como o jovem rico, acerca do qual lemos em Lucas 18:18-23, e os escribas e fariseus hipócritas que Jesus confrontou), e a confiarem na justificação pelas obras. Eles jamais compreenderam os propósitos do pacto sinaítico.

Aliança com Davi

Uma das características da aliança com Davi são as abundantes revelações acerca de Cristo, incluindo sua filiação eterna, seu triplo ofício de profeta, sacerdote e rei, sua encarnação, seus sofrimentos, morte, ressurreição, ascensão, etc. John Ball está correto ao afirmar que "Cristo é manifesto a Davi mais do que em qualquer administração anterior da aliança".[36]

A aliança que Deus estabeleceu com Davi se concentra na vinda do reino.[37] Nela, o Senhor lhe promete especificamente uma dinastia permanente sobre o trono de Israel (2 Sm 7:12-17; 23:5; Sl 89:3 e

132:11-12), que se cumpriria finalmente em Cristo, o descendente de Davi (Rm 1:3-4 e Hb 1:5; cf. 2 Sm 7:14).

Apesar de já ter sido ungido como rei (cf. 2 Sm 5:3), o pacto com Davi foi feito apenas após a realização de alguns eventos importantes: o estabelecimento do seu trono sobre Israel, na cidade de Jerusalém (2 Sm 5:6-10,12); o transporte da arca da aliança para Jerusalém (2 Sm 6); a promessa de paz ao seu reino (2 Sm 7:1). Razão: a aliança com Davi dizia respeito exatamente à estabilidade do seu reino em Jerusalém, em associação com a presença de Deus ali, simbolizada na arca da aliança.[38]

As bases bíblicas da aliança com Davi encontram-se em passagens como 2 Samuel 7:12-16, onde é registrado o seu estabelecimento (cf. 1 Re 11:11-13), e nas referências a ela em 2 Samuel 23:5; 2 Crônicas 7:17-20; Salmos 28:34-36; 89:3-4; e 132:11-12; e Jeremias 33:21.

Os elementos da aliança davídica são os seguintes:

Partes pactuantes: Deus e Davi, representando a sua descendência, os reis de Israel. Em um sentido mais amplo, como representante da nação de Israel. Em um sentido mais amplo ainda, como representante da igreja de Cristo em todas as épocas.

Condição do pacto: obediência à lei de Deus, indicada em 1 Reis 2:1-4; 8:23-25 e 2 Crônicas 7:17-20. "Como em todas as administrações da aliança, a aliança davídica requer que os israelitas 'andem nos caminho do Senhor... guardem os seus mandamentos... andem em santidade' ".[39] Os pecados de Davi e Salomão, e a infidelidade dos seus descendentes não implicaria na retirada do reino, como aconteceu com Saul (2 Sm 7:15). Entretanto, seria punida e o próprio reino sofreria as consequências da desobediência (1 Reis 11:11-13; ver também Sl 89:28-36). É preciso fazer distinção, portanto, "entre condicionalidade dentro da aliança e certeza de realização com relação ao propósito último da aliança".[40] Como observa Piper:

> Israel aprendeu, ao longo dos séculos seguintes a Davi e Salomão, que a desobediência do seu rei sempre levou a nação à ruína. Mas os piedosos entre eles tinham certeza de uma coisa: Deus havia prometido que o trono de Davi seria estabelecido para sempre (2 Sm 7:4). Assim, eles vieram a compreender que deveria vir um filho de Davi, o qual preencheria as condições da aliança, sentaria no trono de Davi e governaria para sempre. Uma sucessão de reis imperfeitos jamais poderia cumprir a promessa. Para ser fiel à sua palavra... em 2 Samuel 7, ele teria que

levantar um filho de Davi, justo e obediente, para sentar no seu trono.[41]

Sinal do pacto: o templo em Jerusalém, como se pode perceber em 2 Crônicas 7:15-25:

> Estarão abertos os meus olhos e atentos os meus ouvidos à oração que se fizer neste lugar. Porque *escolhi e santifiquei esta casa*, para que nela esteja o meu nome perpetuamente; nela, estarão fixos os meus olhos e o meu coração todos os dias. Quanto a ti, se andares diante de mim, como andou Davi, teu pai, e fizeres segundo tudo o que te ordenei, e guardares os meus estatutos e os meus juízos, também confirmarei o trono do teu reino, segundo a aliança que fiz com Davi, teu pai, dizendo: Não te faltará sucessor que domine em Israel. Porém, se vós vos desviardes, e deixardes os meus estatutos e os meus mandamentos, que vos prescrevi, e fordes, e servirdes a outros deuses, e os adorardes, então, vos arrancarei da minha terra que vos dei, *e esta casa, que santifiquei ao meu nome*, lançarei longe da minha presença, e a tornarei em provérbio e motejo entre todos os povos. *Desta casa, agora tão exaltada*, todo aquele que por ela passar pasmará e dirá: Por que procedeu o Senhor assim para com esta terra *e esta casa*?

Observe o leitor a relação entre dinastia e casa em 2 Samuel 7:5,11-13, e a frequência com que a palavra "casa" é usada nesse capítulo de 2 Samuel.[42] "Davi não construiria a casa de Deus; ao invés disso, Deus construiria a casa de Davi. Ele estabeleceria para sempre o trono de Davi".[43]

Os benefícios do pacto davídico são os seguintes (1) Ser o povo peculiar de Deus: "Estabeleceste teu povo Israel por teu povo para sempre e tu, ó Senhor, te fizeste o seu Deus" (2 Sm 7:24). (2) A presença de Deus com Davi e a sua descendência: "Disse Natã ao rei: Vai, faze tudo quanto está no teu coração, porque o Senhor é contigo... E fui contigo, por onde quer que andaste" (2 Sm 7:3,9). (3) Uma dinastia permanente (2 Sm 7:5, 11-16).

A promessa do pacto com Davi é cumprida em Cristo. Ela se refere não apenas ao reino de Israel, mas à Igreja e, em certo sentido, aos reinos do mundo inteiro. Jesus é o descendente de Davi, o príncipe da paz, que perpetuaria o reino de Deus, como se pode ver na relação entre "filho de Davi" e "filho de Deus" em 2 Samuel 7:14 (cf. Sl 2:7 e Hb 1:5).[44]

A igreja invisível é o cumprimento final de Jerusalém, a sede da dinastia prometida a Davi: "Tendes chegado ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, *à Jerusalém celestial*, e a incontáveis hostes de anjos, e à

universal assembléia e igreja dos primogênitos arrolados nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados" (Hb 12:22-23; cf. Gl 4:25-26).

O reino prometido a Davi não se restringe à nação de Israel: "Conferem com isto as palavras dos profetas, como está escrito: Cumpridas estas coisas, voltarei e reedificarei o tabernáculo caído de Davi; e, levantando-o de suas ruínas, restaurá-lo-ei. Para que os demais homens busquem o Senhor, e também todos os gentios sobre os quais tem sido invocado o meu nome" (At 15:15-17; cf. Amós 9:11-12). "O sétimo anjo tocou a trombeta, e houve no céu grandes vozes, dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo, e ele reinará pelos séculos dos séculos" (Ap 11:15).

Conclusão

A história do povo de Israel como povo da aliança revela a graça soberana eletiva, preservadora e libertadora de Deus. Ela manifesta a fidelidade de Deus: para com Abraão, Isaque, Jacó, José e a descendência de Abraão. Evidencia também a paciência de Deus para com o seu povo, e mesmo para com os demais povos, como os amorreus. Ela indica ainda que os genuínos descendentes de Abraão são aqueles que andam nas pisadas da fé de Abraão, e aponta para a natureza espiritual das bênçãos da aliança.

A aliança com Davi manifesta a graça e a fidelidade de Deus. A desobediência e a infidelidade dos descendentes de Davi exigiam um rei obediente e fiel, que cumprisse plenamente as condições da aliança. Jesus é descendente de Davi, tipificado em Salomão. A sua obediência irrestrita ao Pai assegurou à Jerusalém celestial um reino eterno de bem-aventurança na presença gloriosa do Príncipe da Paz, o Rei dos Reis e Senhor dos Senhores.

Os acontecimentos relacionados à aliança no Antigo Testamento encerram lições importantes para a igreja em todas as épocas: eles representam um alerta contra a ingratidão, a rebeldia e a hipocrisia. Destacam a grande bênção do pacto: ter o Senhor como Deus e ser o seu povo e a natureza espiritual das bênçãos de Deus. Ressaltam a condescendência de Deus em se acomodar à nossa realidade, principalmente, em adentrar essa realidade em Cristo e por meio do seu

Espírito. Apontam ainda para o propósito da aliança: a salvação e a santificação em Cristo: "O fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê" (Rm 10:4).

O Senhor Deus continua sendo fiel para com a sua igreja, o povo da aliança, os genuínos descendentes de Abraão, nos livrando, preservando e mantendo, como fez com Israel. A libertação do Egito e do pecado, e os demais atos de Deus na história da redenção asseguraram para nós, gentios, as bênçãos de Abraão. Cristo é o nosso Moisés, e a sua obra redentora na cruz é o fundamento do nosso êxodo do domínio do pecado, de Satanás e da morte eterna. Nossa vida nesse mundo é a nossa peregrinação no deserto, em direção à terra prometida, e devemos depender inteiramente da sua fidelidade. Assim como o povo de Israel, passamos por tribulações, somos tentados e afligidos. Contudo, Deus nos provê livramentos, meios de graça, para que possamos perseverar firmes na nossa peregrinação até o fim (1 Co 10:6-13). O convite de Isaías, relacionado à aliança com Davi, também se aplica a nós:

> Ah! Todos vós, os que tendes sede, vinde às águas; e vós, os que não tendes dinheiro, vinde, comprai e comei; sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite... Ouvi-me atentamente, comei o que é bom e vos deleitareis com finos manjares. Inclinai os ouvidos e vinde a mim; ouvi, e a vossa alma viverá; *porque convosco farei uma aliança perpétua, que consiste nas fiéis misericórdias prometidas a Davi* (Is 55:1-3).

O PACTO NA NOVA DISPENSAÇÃO

"A expulsão do povo de Deus da terra da promessa no tempo do exílio dramatiza o seu fracasso maciço sob a antiga aliança".[45] A infidelidade e o cativeiro de Israel, em cumprimento às ameaças proféticas, deixam evidente a necessidade de uma nova e definitiva forma de administração do pacto da redenção. "A impossibilidade de guardar a aliança sinaítica e de satisfazer as demandas da lei fizeram necessária outra e melhor dispensação da aliança da graça".[46] Por causa da sua obstinada desobediência, ao invés de assegurarem as bênçãos da aliança, os israelitas se colocaram sob a maldição da aliança (Dt 11:26). Contudo, o fracasso do povo da aliança jamais significaria o fracasso da aliança.

Natureza da Nova Aliança

Os profetas que anunciaram o juízo de Deus sobre o povo da aliança, não deixaram de proclamar o livramento e a fidelidade do Deus da aliança

(cf. Jl 18-21; Am 9:11-15; Ob 15-21; e Mq 7:18-20).[47] O Deus de Abraão, de Moisés e de Davi jamais deixaria de redimir um grande povo, com o coração circuncidado, que observaria a sua lei, debaixo do governo eterno do descendente de Davi, para a honra e glória do seu próprio nome. Conforme profetizou Jeremias:

> Eis aí vêm dias, diz o Senhor, em que firmarei *nova aliança* com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; porquanto eles anularam a minha aliança, não obstante eu os haver desposado, diz o Senhor. Porque *esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel*, depois daqueles dias, diz o Senhor: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo (Jr 31:31-33). [48]

A encarnação e especialmente a morte de Jesus – quando o véu do templo se rasgou – inauguraram a nova dispensação do pacto da redenção.[49]

A expressão *nova aliança* não designa outro pacto, uma aliança diferente, mas a renovação do pacto da graça. Trata-se de um novo estágio e uma revelação mais clara do pacto eterno da redenção; um novo e definitivo passo na administração da aliança eterna firmada entre o Pai e o Filho, com vistas à redenção de um povo para o louvor da sua glória.

Eventos Relevantes na Nova Dispensação

A nova dispensação se estende desde o nascimento, morte e ressurreição de Cristo, até a sua segunda vinda em glória, quando ele consumará o seu reino eterno. Vários acontecimentos manifestam a graça de Deus na nova dispensação, e merecem ser ao menos mencionados.

Os mais importantes são o nascimento, vida, morte e ressurreição de Cristo, o derramamento do Espírito, a expansão da igreja por meio da proclamação do evangelho e a conclusão do cânon bíblico. Esses eventos históricos manifestam a vontade graciosa de Deus colocada em prática, visando a formação de um povo peculiar universal, para o qual Deus continuaria a revelar-se e com o qual se relacionaria de forma especial, objetivando a salvação dos eleitos de todas as nações.

Todos esses acontecimentos estão incluídos na *nova aliança*. Eles são o cumprimento das bênçãos da aliança, prometidas nas administrações

anteriores do pacto da redenção.

Terminologia Empregada

A expressão "nova aliança" (בְּרִית חֲדָשָׁה no hebraico e καινή διαθήκη no grego) é usada várias vezes na Bíblia: uma no Antigo Testamento, e várias outras no Novo Testamento, com referência à administração do pacto da redenção a partir da vinda de Cristo.

Outros termos bíblicos também são utilizados, tais como: *aliança eterna* ou *perpétua* (Is 55:3; 61:8; Jr 32:40; Ez 16:60; 37:26; e Hb 13:20); *aliança do Espírito* (2 Co 3:6); e *superior aliança* (Hb 7:22; 8:6). A nova aliança também é conhecida como: *aliança da graça*, *aliança do evangelho* e *aliança da consumação*.

Elementos da Nova Aliança

São os seguintes os elementos da nova aliança:

As partes da nova aliança são Deus e o novo Israel, a sua igreja na nova dispensação. "Eis aí vêm dias, diz o Senhor, em que firmarei *nova aliança* com a casa de Israel e com a casa de Judá" (Jr 31:31).[50]

O Mediador da nova aliança: é Jesus, a segunda pessoa da Trindade, encarnado. "Há um só Deus e *um só Mediador* entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1 Tm 2:5). "Agora, com efeito, obteve Jesus ministério tanto mais excelente, quanto *é ele também Mediador* de superior aliança instituída com base em superiores promessas" (Hb 8:6). "Ele (Cristo) *é o Mediador da nova aliança*, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados" (Hb 9:15; cf. Hb 12:24).

Promessas e bênçãos: na sua profecia acerca da nova aliança, Jeremias menciona especialmente as seguintes promessas a ela relacionadas:

> Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: *Na mente, lhes imprimirei as minhas leis*, também no coração lhas inscreverei; *eu serei o seu Deus*, e eles serão o meu povo.[34] Não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor, porque *todos me conhecerão*, desde o menor até ao maior deles, diz o Senhor. Pois *perdoarei as suas iniquidades* e dos seus pecados jamais me lembrarei (Jr 31:33-34).

O autor da carta aos Hebreus resume, como segue, as promessas e bênçãos da nova aliança:

> Agora, com efeito, obteve Jesus ministério tanto mais excelente, quanto é ele também Mediador de superior aliança instituída com base em *superiores promessas*. Porque, se aquela primeira aliança tivesse sido sem defeito, de maneira alguma estaria sendo buscado lugar para uma segunda. E, de fato, repreendendo-os, diz: Eis aí vêm dias, diz o Senhor, e firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá, não segundo a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os conduzir até fora da terra do Egito; pois eles não continuaram na minha aliança, e eu não atentei para eles, diz o Senhor. Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: na *sua mente imprimirei as minhas leis*, também sobre o seu coração as inscreverei; e *eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo*. E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor; porque *todos me conhecerão*, desde o menor deles até ao maior. Pois, para com as suas iniquidades, usarei de misericórdia e *dos seus pecados jamais me lembrarei*" (Hb 8:6:12; cf. Jr 3:31-34).

Após ressaltar a superioridade das promessas da nova administração da aliança, em relação à antiga (v. 6), o autor da carta aos Hebreus, em consonância com Jeremias, menciona as seguintes bênçãos: (1) a bênção geral de ser o Deus do seu povo, pelo seu Espírito (8:10b; cf. Jr 31:33). (2) renovação interna por meio da Palavra de Deus (8:10a; cf. Jr 31:33). (3) fazer-se conhecido do seu povo, por meio da iluminação do Espírito (8:11; cf. Jr 31:34). (4) misericórdia e perdão eterno (8:12; cf. Jr 31:34).

Comentando Colossenses 1, Thomas Goodwin escreve que "tais são as revelações do evangelho, na nova aliança, que Deus coloca novamente os anjos na escola".[51] Além disso, a nova aliança "se atribui uma capacidade sem igual no seu poder para transformar os seus participantes de dentro do coração deles... Intimamente associada à renovação do coração dos participantes pactuais está o perdão de todos os pecados"[52] (cf. Jr 50:20).

Os sinais ou selos da nova aliança são: o batismo (Mt 28:18-20) e, mais explicitamente, a ceia do Senhor: "O Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é *a nova aliança no meu sangue*; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque, todas as vezes que

comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha" (1 Co 11:24-25).

A suas condições são arrependimento sincero e fé exclusiva em Cristo, demonstradas na obediência aos mandamentos de Deus e simbolizadas nas ordenanças do batismo e da ceia do Senhor. Ninguém (que tenha juízo para o exercício da fé e do arrependimento) se beneficia da salvação sem ter-se arrependido e crido no evangelho. Entretanto, a condicionalidade do pacto refere-se à participação individual na aliança, e não ao seu cumprimento geral.

Contudo, é necessário ressaltar que arrependimento e fé (ambos dons provenientes da graça de Deus) são condições para que os eleitos recebam os benefícios do pacto da graça (a salvação) e não condições para a eleição, como se a eleição divina se fundamentasse na presciência da fé e do arrependimento. "Os gentios, ouvindo isto, regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e *creram todos os que haviam sido destinados* para a vida eterna" (Atos 13:48), e não o oposto.

Quanto às boas obras cristãs, elas são expressão da gratidão do crente pela eleição e salvação, e não condição para a salvação.[53]

Peculiaridades da Nova Aliança

Como já foi ressaltado, a expressão *nova aliança*, empregada no Novo Testamento, não designa uma aliança diferente, mas a renovação do pacto da graça, uma revelação mais clara e profunda do pacto eterno da redenção. "O Antigo e o Novo Testamento são, em essência, uma só aliança (Lc 1:68-79; e At 2:39; 3:25).[54] Os adjetivos *nova* e *superior* são empregados no NT para contrastar apenas a forma interna e espiritual da administração da aliança na nova dispensação com a forma externa, ritual, simbólica e legal da administração da aliança na antiga dispensação, especialmente no período mosaico.

Embora o pacto da redenção, conforme revelado na antiga dispensação, não difira fundamentalmente do pacto da redenção conforme revelado na nova dispensação (Romanos 4 e Gálatas 3 demonstram isso), é evidente que a sua forma de administração, especialmente durante o período mosaico, apresenta importantes diferenças. Robertson ressalta que "as várias administrações da aliança através da história não aparecem como monótonas duplicações uma da

outra. Uma rica diversidade de administração pactual emerge à medida que a história progride".[55] Eis algumas das principais peculiaridades da administração do pacto da graça na antiga e na nova dispensação:

Alcance

Durante a antiga dispensação, o alcance do pacto era nacional, enquanto que na nova dispensação, o pacto adquiriu caráter universal. Ele inclui judeus e gentios, escravos e livres, homens e mulheres (Gl 3:28). Alcança pessoas de todas as tribos, línguas, povos e nações (Ap 5:9 e 5:9).

Revelação

Bavinck descreve a relação entre o Antigo e o Novo Testamento como segue:

> O Antigo e o Novo Testamento, como diferentes dispensações da mesma aliança da graça, estão relacionados como promessa e cumprimento (At 13:32; Rm 1:2), como sombra e substância (Cl 2:17; como a letra que mata e o Espírito que vivifica (2 Co 3:6ss); como servidão e liberdade (Rm 8:15; Gl 4:1ss, 22ss; Cl 2:20; Hb 12:18ss)..."[56]

Durante a antiga dispensação, a revelação do pacto era essencialmente simbólica, enquanto que na dispensação do evangelho é mais real e espiritual. As pessoas, ritos, sacrifícios, dias, edificações, festas, etc., do Antigo Testamento eram símbolos sensoriais de realidades espirituais mais direta e claramente reveladas no Novo Testamento. A própria história do povo de Israel na antiga dispensação: o chamado de Abraão, a saída do povo de Israel do Egito e sua peregrinação em direção à terra prometida por meio de um libertador, a posse da terra prometida (liderados por Josué), o reino, etc. – tudo isso tinha caráter simbólico. Eram pregações tipológicas anunciando realidades espirituais. O substituto de todas essas coisas na nova dispensação é Cristo e sua obra redentora, proclamados na pregação do evangelho. "Nada do Antigo Testamento é perdido no Novo, mas tudo é cumprido, amadurecido e alcança o seu pleno crescimento..."[57]

Ênfase

Durante a antiga dispensação, a administração do pacto foi mais legal, enquanto que na nova dispensação é mais evangélica. A lei e o evangelho estão presentes tanto na antiga como na nova dispensação. Contudo, o

Antigo Testamento enfatiza os preceitos e normas legais do pacto, enquanto que o novo enfatiza o seu caráter gracioso (daí ser conhecido como o pacto da graça). Afinal, a antiga dispensação anunciava a promessa; a nova, o seu cumprimento em Cristo.

Mais especificamente, a ênfase da nova aliança está no seu caráter gracioso, porque: (1) Deus permite que outro cumpra a nossa obrigação. (2) Deus mesmo provê um substituto, na pessoa do seu Filho, para cumprir todas as demandas da Lei. (3) O Espírito Santo graciosamente habilita o crente a cumprir as suas responsabilidades pactuais. "A [nova] aliança origina-se na graça de Deus, é executada em virtude da graça de Deus, e é realizada na vida de pecadores pela graça de Deus. Ela é graça do início ao fim ao pecador".[58]

Ação do Espírito

Outra peculiaridade da nova aliança encontra-se no seu caráter espiritual. Durante a antiga dispensação, a ação do Espírito Santo era mais limitada, enquanto que na nova dispensação, o seu ministério é mais abundante. A grande bênção prometida no Antigo Testamento, como resultado da obra do Messias prometido, era a promessa do derramamento do Espírito Santo sobre toda a carne, ou seja, sobre todas as nações, sobre todo tipo de pessoas. A mais conhecida dessas promessas encontra-se no livro de Joel:

> E acontecerá depois, que derramarei o meu Espírito sobre toda a carne; vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos velhos sonharão, e vossos jovens terão visões; até sobre os servos e sobre as servas derramarei o meu Espírito naqueles dias (Jl 2:28-29).

Jesus mesmo prometeu que depois da sua morte e ascensão, ele enviaria o Consolador, o Espírito da verdade, que convenceria o mundo do pecado, da justiça e do juízo, guiaria o seu povo em toda a verdade e glorificaria a Cristo (Jo 16:7-14). É evidente que essas profecias se cumpriram com o derramamento do Espírito no dia de Pentecostes, conforme registradas em Atos 2.

A nova dispensação é, portanto, por excelência, a dispensação do Espírito. Na antiga dispensação, Deus escreveu suas leis em tábuas de pedra; na nova dispensação, ele as escreve na mente e no coração do seu povo, por meio da ação iluminadora e santificadora do Espírito Santo falando pelas Escrituras (cf. Hb 8:8-10 e 2 Co 3:1-11).

Caráter Definitivo

A antiga dispensação era temporária e preparatória, enquanto que a nova dispensação é eterna, no sentido de historicamente final e definitiva. Vivemos na dispensação final da história da redenção, até que Cristo volte e restaure todas as coisas, dando início à nova ordem: o estado eterno. "Na condição de dispensação final do pacto da graça, a nova aliança no sangue de Cristo significa a consumação da plenitude da revelação especial".[59] O Antigo Testamento predizia constantemente uma nova dispensação histórica. O Novo Testamento prediz apenas o irrompimento do estado escatológico eterno, com o surgimento de novos céus e nova terra, e a consumação da obra da redenção. Como nota Robertson: "Essencial para uma plena apreciação da peculiaridade da nova aliança é uma consciência do seu caráter eterno... Não se trata apenas da nova aliança; é a última aliança".[60]

Sacramentos

As formas externas dos sacramentos do pacto da redenção também foram diferentes na antiga e na nova dispensação. Na antiga dispensação, a circuncisão foi instituída como selo da aliança da graça, como sinal externo de iniciação na igreja visível (Gn 17:1-14); e a celebração da páscoa foi instituída como sacramento comemorativo, lembrando a libertação do povo de Israel do poder de Faraó (Êx 12). Na nova dispensação, o sinal externo de iniciação na igreja visível é o batismo cristão (Cl 2:11-12); e o sacramento comemorativo da redenção do poder do pecado e do diabo é a ceia do Senhor, a comunhão (Mt 26:26-30).[61]

Cumprimentos de Promessas da Antiga Aliança

Quando estudamos os elementos da nova aliança, consideramos as seguintes promessas, com base em Jeremias 31:31-34: a promessa geral de ser o Deus do seu povo, pelo seu Espírito; imprimir a sua lei na mente e no coração do seu povo; fazer-se conhecido do seu povo, por meio da iluminação do Espírito; e misericórdia e perdão eterno.

Contudo, a nova aliança representa também o cumprimento mais pleno de outras promessas da antiga aliança, embora a consumação delas só ocorra por ocasião da segunda vinda de Cristo em glória. Ela cumpre

mais plenamente e, ao mesmo tempo, incorpora as promessas da antiga aliança, cujo cumprimento definitivo ocorrerá somente quando Cristo retornar em glória. "Na nova aliança, Deus cumprirá todas as promessas das alianças anteriormente estabelecidas com o seu povo".[62]

Todas as promessas da aliança têm em Cristo o seu cumprimento: "Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um *i* ou um *til* jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5:17). "Porque quantas são as promessas de Deus, tantas têm nele o sim; porquanto também por ele é o amém para a glória de Deus" (2 Co 1:20).

Multiplicação

Deus havia prometido a Abraão que multiplicaria a sua descendência e faria dele uma bênção para as nações: "De ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção!... em ti serão benditas todas as famílias da terra" (Gn 12:2-3; cf. 15:5 e 17:2). Essa promessa se cumpriu parcialmente na antiga aliança. Os descendentes de Israel se multiplicaram apesar de todas as ameaças e perseguições que sofreram.

Entretanto, ela se cumpre mais plenamente na igreja da nova aliança, numerosa e universal: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações" (Mt 28:18-19). "Recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém, como em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra" (At 1:8).

A promessa da multiplicação da descendência de Israel cumpre-se finalmente no estado eterno, conforme indicam, por exemplo, as seguintes passagens do livro de Apocalipse: "Depois destas coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos... dizendo: Ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação" (Ap 7:9-10). "As nações andarão mediante a sua luz, e os reis da terra lhe trazem a sua glória... E lhe trarão a glória e a honra das nações" (Ap 21:24,26).

Posse/Retorno à Terra

Deus havia prometido ao povo da aliança a posse de Canaã e, após o cativeiro, o seu retorno à terra prometida: "Toda essa terra que vês, eu ta darei, a ti e à tua descendência, para sempre" (Gn 13:15). "Porque eis que vêm dias, diz o Senhor, em que mudarei a sorte do meu povo de Israel e de Judá, diz o Senhor; fá-los-ei voltar para a terra que dei a seus pais, e a possuirão (Jr 30:3). Essa promessa foi parcialmente cumprida com a posse (não integral) da terra por Josué, e com o retorno (parcial) do povo de Judá do cativeiro babilônico.

Entretanto, ela está associada à nova aliança. "Um aspecto essencial da 'aliança eterna' conforme desenvolvida por Jeremias envolve reunir Israel de todas as nações"[63] (cf. Jr 32:37; 50:5-18 e Ez 37:21,26). Essa promessa se cumpre na reunião dos eleitos de todas as nações, chamados pelo evangelho e atraídos por Cristo para a sua igreja: "E eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a mim mesmo" (Jo 12:32). Entretanto, a promessa de posse/retorno à terra prometida encontrará cumprimento pleno apenas com os novos céus e a nova terra, com a nova Jerusalém celestial, que reúne todo o povo de Deus sob o governo de Cristo:

> Vi novo céu e nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe. Vi também a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo. Então, ouvi grande voz vinda do trono, dizendo: Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles (Ap 21:1-3; ver também Ap 21:9-27).

Unidade

Deus havia prometido ao povo da aliança que reuniria Israel e Judá em um só povo para sempre:

> Naquele tempo, chamarão a Jerusalém de Trono do Senhor; nela se reunirão todas as nações em nome do Senhor e já não andarão segundo a dureza do seu coração maligno. Naqueles dias, andará a casa de Judá com a casa de Israel, e virão juntas da terra do Norte para a terra que dei em herança a vossos pais (Jr 3:17-18).
>
> Eis que eu tomarei os filhos de Israel de entre as nações para onde eles foram, e os congregarei de todas as partes, e os levarei para a sua própria terra. Farei deles uma só nação na terra, nos montes de Israel, e um só rei será rei de todos eles. Nunca mais serão duas nações; nunca mais para o futuro se dividirão em dois reinos (Ez 37:21-22; cf. 34:13).

"Um pastor-rei da linhagem de Davi reinaria sobre a nação reunida (Ez 34:23)".[64]

Essa promessa tem cumprimento apenas na nova aliança: "Caifáz... profetizou que Jesus estava para morrer pela nação e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos (Jo 11:51-52). "Assim como num só corpo temos muitos membros, mas nem todos os membros têm a mesma função, assim também nós, conquanto muitos, somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros" (Rm 12:4-5). "Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus; porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus. E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa" (Gl 3:26-29).

Ainda assim, o seu cumprimento pleno ocorrerá apenas no estado eterno, uma vez que no presente, a unidade do corpo de Cristo é manifestada apenas de modo imperfeito, por causa da pecaminosidade dos seus membros.

Dinastia Eterna a Davi

Deus havia prometido a Davi que não lhe faltaria descendente no seu trono: "Quando teus dias se cumprirem e descansares com teus pais, então, farei levantar depois de ti o teu descendente, que procederá de ti, e estabelecerei o seu reino. Este edificará uma casa ao meu nome, e eu estabelecerei para sempre o trono do seu reino... a tua casa e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será estabelecido para sempre" (2 Sm 7:12-16).

Essa promessa tem cumprimento apenas parcial na antiga aliança. Por causa do pecado de Salomão, o reino foi dividido: "Disse o Senhor a Salomão: Visto que assim procedeste e não guardaste a minha aliança, nem os meus estatutos que te mandei, tirarei de ti este reino e o darei a teu servo. Contudo, não o farei nos teus dias, por amor de Davi, teu pai; da mão de teu filho o tirarei. Todavia, não tirarei o reino todo; darei uma tribo a teu filho, por amor de Davi, meu servo, e por amor de Jerusalém, que escolhi" (1 Re 11:11-13).

A perpetuação do reino de Davi alcança cumprimento apenas na nova aliança, com a vinda do Rei Jesus, e a inauguração do seu reino espiritual, conforme demonstram as seguintes passagens:

> Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz; para que se aumente o seu governo, e venha paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, para o estabelecer e o firmar mediante o juízo e a justiça, desde agora e para sempre (Is 9:6-7).
>
> Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim (Lc 1:31-33).
>
> Davi... sabendo que Deus lhe havia jurado que um dos seus descendentes se assentaria no seu trono, prevendo isto, referiu-se à ressurreição de Cristo... A este Jesus Deus ressuscitou, do que todos nós somos testemunhas. Exaltado, pois, à destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto que vedes e ouvis (At 2:29-33).
>
> Conferem com isto as palavras dos profetas, como está escrito: Cumpridas estas coisas, voltarei e reedificarei o tabernáculo caído de Davi; e, levantando-o de suas ruínas, restaurá-lo-ei. Para que os demais homens busquem o Senhor, e também todos os gentios sobre os quais tem sido invocado o meu nome (At 15:15-17).

Seu cumprimento pleno, entretanto, ocorrerá somente na consumação do Reino, quando o cavaleiro montado num cavalo branco, devidamente coroado, sairá vencendo e para vencer (Ap 6:2). Então, o sétimo anjo tocará a trombeta, e haverá "no céu grandes vozes, dizendo: *O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo*, e ele reinará pelos séculos dos séculos" (Ap 11:15).

Abundância de Bênçãos

Deus também havia prometido ao povo da aliança bênçãos em abundância em uma terra que manaria leite e mel (Êx 3:17; Lv 20:24; Nm 14:8), especialmente bênçãos espirituais, relacionadas à ressurreição (cf. Jr 31:38-40 3 Ez 37:12,26) e ao conhecimento de Deus. Essas promessas se cumpriram, inicialmente, com a posse da terra prometida e, posteriormente, com a restauração do povo de Judá após o cativeiro na Babilônia.

Entretanto, o cumprimento mais pleno dessas promessas está associado à nova aliança. Essas, assim como as demais promessas da antiga aliança, se cumprem mais plenamente apenas nas bênçãos

espirituais desfrutadas pelo crente na nova aliança (cf. Ef 1:3-14). Na nova aliança, "todas as bênçãos da salvação, incluindo o conhecimento de Deus, são ampliadas no escopo e aumentadas na clareza".[65] Contudo, elas encontram cumprimento pleno somente no estado eterno:

> Então, me mostrou o rio da água da vida, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro. No meio da sua praça, de uma e outra margem do rio, está a árvore da vida, que produz doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a cura dos povos. Nunca mais haverá qualquer maldição. Nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão, contemplarão a sua face, e na sua fronte está o nome dele. Então, já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos (Ap 22:1-5).

Conclusão

A nova aliança é a implementação histórica mais plena, perfeita e definitiva do pacto da redenção. Ela manifesta a pecaminosidade e infidelidade do povo da aliança na antiga dispensação. Por essa razão, muitos membros individuais do povo da aliança foram rejeitados: eles não tinham o coração circuncidado. Foram infiéis à aliança. Por outro lado, a nova aliança manifesta também a fidelidade de Deus às suas promessas. Apesar da iniquidade do seu povo, e mesmo dos descendentes de Davi, o Deus da aliança permaneceu fiel ao seu propósito: redimir um povo, abençoá-lo e fazer dele uma bênção para as nações, com vistas à glória do seu nome.

Como povo da aliança, devemos ser gratos, submissos e fiéis ao Deus da aliança. É um enorme privilégio fazer parte da nova aliança. Seu alcance é universal, sua revelação é real e espiritual, sua ênfase é evangélica, e nela o Espírito Santo age de maneira mais efusiva e abundante. Na nova aliança, todas as bênçãos da antiga se cumprem de maneira mais plena e espiritual. Nela, o povo da aliança se multiplica, abençoa as nações, torna-se um só corpo sob o reinado eterno de Cristo, e experimenta, de maneira muito mais plena, as bênçãos do pacto, tipificadas nas bênçãos materiais prometidas na antiga aliança. Afinal, trata-se da administração histórica final do pacto da redenção. Aguardamos apenas a inauguração do estado eterno, quando Cristo retornar em glória, para juízo dos ímpios e recompensa dos justos.

Isso deve encher o nosso coração de contentamento, gratidão e

alegria. Deve também mover a nossa vontade à determinação de servir a Deus promovendo o seu reino, suas bênçãos e a sua glória entre as nações. Na condição de verdadeiros descendentes de Abraão, e na qualidade de povo da aliança, fomos chamados para ser uma bênção para todas as nações da terra. Cabe a nós, portanto, povo da nova aliança, igreja do Deus vivo e coluna e baluarte da verdade, preservar a verdade, vivê-la e proclamá-la aos que se encontram fora da aliança, para que eles também sejam feitos povo da aliança. Finalmente, espera-se de nós que adoremos ao Deus da aliança em espírito e em verdade, com gratidão em nosso coração.

Contudo, a nossa esperança é escatológica. Aguardamos novos céus e nova terra. Vivemos na expectativa do estabelecimento do reino de Deus, quando as multidões dos redimidos, em perfeita união, desfrutarão plenamente das bênçãos da aliança, sob o governo eterno do Descendente de Davi. Essa é a grande esperança da aliança, a âncora da nossa alma, segura e firme, e que penetra para além do véu (Hb 6:19).

UNIDADE DO PACTO NAS DUAS DISPENSAÇÕES

Apesar de reconhecer as peculiaridades da administração do pacto da redenção nas duas dispensações (no que diz respeito a formas, ênfases e graus de revelação), a teologia reformada enfatiza a unidade do pacto da graça. Isto significa que para nós, reformados, há apenas um plano de salvação; que todas as pessoas, seja na antiga ou na nova dispensação, são salvas da mesma maneira; que os benefícios do pacto são essencialmente os mesmos; que há um só Redentor; que as condições e os selos do pacto da graça são basicamente os mesmos.

A Mesma Promessa

Várias passagens bíblicas indicam que a promessa geral do pacto feito com Abraão é a mesma para os crentes que vivem na nova dispensação. As palavras de Zacarias, pai de João Batista, em Lucas 1:67-73, revelam que o iminente nascimento de Jesus, o redentor de Israel, era o cumprimento do pacto com Abraão:

> Zacarias, seu pai, cheio do Espírito Santo, profetizou, dizendo: Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visitou e redimiu o seu povo, e nos suscitou plena e poderosa salvação na casa de Davi, seu servo, como prometera, desde a antiguidade, por boca dos seus santos profetas, para nos libertar dos nossos inimigos e das mãos de todos os que nos odeiam; para usar de misericórdia com os nossos pais e lembrar-

se da sua santa aliança e do juramento que fez a Abraão, o nosso pai.

Jesus afirma que o próprio Abraão anteviu e se regozijou na obra do Messias de Israel, nos dias da encarnação e obra de Cristo neste mundo (Jo 8:56). Em Atos 2:37-38, Pedro convoca o povo de Israel ao arrependimento, afirmando que o derramamento do Espírito, que eles acabavam de testemunhar, era o cumprimento da promessa feita a esse povo e aos seus descendentes – mas não limitada a eles:

> Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito. Pois para vós outros é a promessa, para vossos filhos, e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar.

Em Gálatas 3:8, após afirmar que Abraão foi justificado pela fé (v.6), e que, portanto, "os da fé é que são filhos de Abraão" (v.7), o apóstolo Paulo afirma que o evangelho havia sido preanunciado a Abraão, quando Deus afirmou que nele seriam abençoadas todas as nações: "Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti serão abençoados todos os povos." Logo adiante, em Gálatas 3:16 e 17, o apóstolo Paulo explica claramente que nem mesmo o regime da lei revogou o pacto da graça feito com Abraão na antiga dispensação – o qual permanece em pleno vigor na nova dispensação:

> Ora, as promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: E aos descendentes, como se falando de muitos, porém, como de um só: E ao teu descendente, que é Cristo.[66] E digo isto: uma aliança já anteriormente confirmada por Deus, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a pode ab-rogar, de forma que venha a desfazer a promessa.

A própria terminologia relacionada à promessa geral do pacto na antiga dispensação, seja com Abraão (Gn 17:7), no Sinai (Êx 19:5), ou com Davi (2 Sm 7:14) – de ser o seu Deus/Pai – é empregada com relação à nova aliança:

> Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o SENHOR: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei; *eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo* (Jr 31:33; cf. Hb 8:10).
>
> Que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos? Porque nós somos santuário do Deus vivente, como ele próprio disse: Habitarei e andarei entre eles; *serei o seu Deus, e eles serão o meu povo* (2 Co 6:16).

Essas e outras passagens bíblicas demonstram que a obra da redenção

é uma só, na antiga e na nova dispensação. Elas revelam que a antiga e a nova aliança não passam de implementações históricas de um mesmo pacto: o pacto eterno da redenção. Demonstram, ainda, que a encarnação e obra de Cristo, juntamente com a obra do Espírito Santo, na nova aliança, são o cumprimento da promessa do pacto feito com Abraão na antiga dispensação, de ser o seu Deus e da sua descendência, de abençoá-lo, de abençoar a sua descendência, e a todos os povos da terra. Essa promessa se cumpre mais plenamente na dispensação do evangelho, e se consumará na glória.

O Mesmo Redentor e Mediador

Não somente a promessa do pacto é a mesma, mas o Mediador é o mesmo, na antiga e na nova dispensação: Jesus. Várias passagens bíblicas revelam que há um só Mediador, um só Redentor. Ninguém chega ao céu, em qualquer período da história da redenção, senão por intermédio da morte expiatória de Cristo na cruz. "Aquele que foi predito como a semente da mulher, como descendência de Abraão, como o Filho de Davi, como Renovo, o Servo do Senhor, o Príncipe da paz, é o nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus manifesto em carne".[67]

Robertson conclui a sua discussão sobre a unidade do pacto ressaltando que "em Cristo, o tema do pacto encontra cumprimento final... Nessa única pessoa todos os propósitos de Deus encontram cumprimento climático. Ele é o cabeça do Reino de Deus e a incorporação do pacto de Deus. Na sua pessoa, a promessa: 'Eu serei o seu Deus e vós sereis o meu povo' alcança realidade encarnada".[68] Ele finaliza o seu capítulo sobre o tema, escrevendo:

> Na pessoa de Jesus Cristo, as alianças de Deus alcançam unidade encarnada. Porque Jesus, na condição de Filho de Deus e mediador da aliança, não pode ser dividido, as alianças não podem ser divididas. Ele mesmo garante a unidade das alianças, porque ele mesmo é o coração de cada uma das várias administrações da aliança.[69]

As conhecidas palavras de Paulo a Timóteo não poderiam ser mais explícitas: "há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1 Tm 2:5).

Outra passagem relacionada ao assunto é Atos 4:12, onde Pedro, cheio do Espírito Santo, declara ao Sinédrio: "E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome,

dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos."[70]

O próprio Senhor Jesus ordenou aos judeus: "Examinai as Escrituras (o Antigo Testamento), porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de mim" (Jo 5:39). Ele frequentemente demonstrou que as Escrituras judaicas estavam repletas de revelações a seu respeito, como por exemplo, em Lucas 24:27: "E, começando por Moisés, discorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras."

O apóstolo Paulo afirma, em Romanos 3:23-25, que a obra vicária de Cristo tem efeito retroativo:

> Todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos.

A mesma verdade é claramente revelada em Hebreus 9:15:

> Ele [Cristo] é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança, aqueles que têm sido chamados.

Por isso mesmo é dito em Apocalipse 13:8, do ponto de vista divino, que o "Cordeiro foi morto antes da fundação do mundo." Como argumenta Berkhof:

> A Bíblia ensina que há um só evangelho pelo qual o homem pode ser salvo. E porque o evangelho não é nada senão a aliança da graça, segue que não há senão uma aliança. Esse evangelho foi ouvido já na promessa maternal (Gn 3:15), foi pregado a Abraão (Gl 3:8), e não pode ser suplantado por nenhum evangelho judaizante (Gl 1:8-9).[71]

As Mesmas Condições

As condições impostas aos beneficiários do pacto da redenção foram as mesmas, na antiga e na nova aliança: arrependimento e fé, operados soberanamente pelo Espírito Santo nos eleitos de Deus.

A lei foi dada ao povo de Israel exatamente para suscitar arrependimento. Ela servia de espelho, para revelar o pecado e conduzir ao arrependimento:

> Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para que se cale toda boca, e todo mundo seja culpável perante Deus, visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado (Rm 3:19-20).

Infelizmente, entretanto, a maioria do povo de Israel na antiga aliança desprezou a bondade de Deus, não compreendendo que a sua tolerância e longanimidade para com eles tinham o propósito de levá-los ao arrependimento (Rm 2:4).

Com relação à fé, o capítulo quatro de Romanos demonstra que essa também era a condição imposta aos beneficiários do pacto da graça no Antigo Testamento. Fé nas promessas de Deus, incluindo a fé no Messias prometido que haveria de redimir o povo de Deus, era a condição para a salvação no Antigo Testamento:

> Essa é a razão porque provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme a promessa para toda a descendência, não somente ao que está no regime da lei, mas também ao que é da fé que teve Abraão (porque Abraão é pai de todos nós, como está escrito: Por pai de muitas nações te constituí) (vv. 16-17).

Não se trata de uma nova interpretação do apóstolo. Em Gênesis 15:6, está escrito que Abraão foi justificado pela fé: "Ele (Abraão) creu no Senhor, e isso lhe foi imputado para justiça".

Pedro declara a mesma verdade em Atos 10:43: "Dele (de Cristo) todos os profetas dão testemunho de que, por meio de seu nome, todo aquele que nele crê recebe remissão de pecados." E em Atos 15, no primeiro concílio da igreja Cristã, realizado por causa da controvérsia judaizante, Pedro fez algumas afirmativas importantes com relação ao meio de salvação de judeus e gentios:

> Havendo grande debate, Pedro tomou a palavra e lhes disse: Irmãos, vós sabeis que, desde há muito, Deus me escolheu dentre vós para que, por meu intermédio, ouvissem os gentios a palavra do evangelho e cressem. Ora, Deus, que conhece os corações, lhes deu testemunho, concedendo o Espírito Santo a eles, como também a nós nos concedera. E não estabeleceu distinção alguma entre nós e eles, purificando-lhes pela fé o coração. Agora, pois, por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós? Mas cremos que fomos salvos pela graça do Senhor Jesus, como também aqueles o foram (v.7-11).

Por outro lado, os reformados frequentemente fazem objeção ao uso da palavra *condição*, com relação à nova aliança. Contudo, como reconhece Berkhof, isso ocorre especialmente como reação ao arminianismo, pois "a Bíblia claramente reconhece que a entrada na vida pactual é condicionada pela fé" (Jo 3:16,36; At 8:37, ausente em alguns MSS; e Rm 10:9).[72]

Os Mesmos Selos

Como já mencionei, a forma dos símbolos do pacto da graça (os sacramentos) foi alterada, mas não o seu significado. A *circuncisão* – sacramento de iniciação na igreja visível na antiga dispensação – foi transformada no batismo, o sacramento de iniciação na igreja da nova aliança (Cl 2:11-12). A *páscoa* – sacramento de comemoração da redenção do povo de Deus do poder e domínio de Faraó na antiga aliança – foi transformada na ceia do Senhor, o sacramento de comemoração da redenção do povo de Deus do poder e do domínio do diabo (Mt 26:17,26-30). A forma externa desses ritos mudou. Mas o significado básico deles permanece o mesmo: ambos são sinais externos de iniciação e comemorações da igreja visível, tanto na antiga, como na nova aliança.

CONCLUSÃO

A Bíblia revela a existência de uma aliança firmada na eternidade entre o Pai, representando a Trindade, e o Filho, na condição de Mediador e Fiador dos eleitos de Deus, com vistas à redenção deles. Trata-se do pacto da redenção, que da perspectiva da sua natureza graciosa, é também chamado de pacto da graça – mais claramente revelada na nova dispensação.

Com vistas ao cumprimento desse pacto eterno, o Filho precisaria assumir a natureza humana, cumprir integralmente a vontade de Deus e expiar a culpa dos seus eleitos. O Pai, por sua vez, capacitaria o Filho para a sua obra, dando-lhe um corpo sem pecado e o pleno poder do Espírito. A aplicação dos benefícios do pacto aos eleitos se daria sob as condições e pela instrumentalidade do arrependimento e da fé, que o Espírito Santo conferiria graciosamente a eles. Ninguém, na nova ou na antiga aliança, com condições mentais para tal, pode receber as bênçãos da aliança sem que se arrependa dos seus pecados e creia em Cristo como único Salvador.

A implementação do pacto eterno da redenção na história apresenta características peculiares às duas dispensações. Entretanto, não se trata de duas alianças, mas de uma mesma aliança. Ambas oferecem uma mesma promessa: a redenção; são realizadas pelo mesmo redentor: Cristo; sob as mesmas condições: arrependimento e fé; com selos que simbolizam as mesmas verdades: iniciação na igreja visível e

comemoração da libertação do poder e do domínio do pecado.[73]

---

[1] Ler a *Confissão de Fé de Westminster*, capítulo 7; e Isaías 53:10-12.

[2] Bavinck, Hermann Bavinck, *Reformed Dogmatics*; vol. 3, Sin and Salvation, trad. John Vriend (Grand Rapids: Baker Academic, 2004), 212-13.

[3] Ibid., 215.

[4] Conferir a *Confissão de Fé de Westminster*, 7:3; e o *Breve Catecismo de Westminster* (pergunta 20), com o *Catecismo Maior de Westminster* (pergunta 31). Esses símbolos de fé parecem afirmar que o pacto da redenção/graça foi feito com Cristo, como representante dos eleitos. É melhor, portanto, falar dos eleitos como *beneficiários* da aliança, ou como partes *em Cristo*. Eis a questão 31 do *Catecismo Maior*: "Com quem foi feito o pacto da graça? O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão; e, nele, com todos os eleitos, como sua semente."

[5] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 215.

[6] "Quando teus dias se cumprirem e descansares com teus pais, então, farei levantar depois de ti o teu descendente, que procederá de ti, e estabelecerei o seu reino. Este edificará uma casa ao meu nome, e eu estabelecerei para sempre o trono do seu reino. Eu lhe serei por pai, e ele me será por filho..."

[7] Conferir Isaías 61:1-2 e Lucas 4:18-21.

[8] Conferir também Hebreus 12:24, "Jesus, o Mediador da Nova Aliança."

[9] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 319.

[10] A forma verbal aqui traduzida como *se tem tornado* (γέγονεν), tempo perfeito do verbo γίνομαι, indica uma ação completa realizada no passado, mas ainda em pleno vigor: *tornou-se (no passado) e continua (no presente)*. Isto implica que o contrato eterno de Deus firmado com o Filho na condição de mediador e fiador, nunca foi revogado.

[11] As expressões: "para se cumprir", "para que se cumprisse", "convém cumprir", etc. são refrões nos evangelhos (cf. Mt 3:15; 12:15; 21:4...).

[12] Ressalto, entretanto, que, segundo a Bíblia, tanto a fé como o arrependimento são dons de Deus aos seus eleitos (cf. Ef 2:8-9 e At 11:18). É competência do Espírito Santo produzir ambos no coração dos beneficiários da aliança (para um tratamento mais pormenorizado da doutrina bíblica da eleição, ver Anglada, *Calvinismo*, 47-64).

[13] Διά, com o caso genitivo (πίστεως).

[14] Cf. Lucas 16:2-4; Efésios 1:10; 3:2; 3:9; Colossenses 1:25 e 1 Timóteo 1:4.

[15] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 347.

[16] Vern S. Poythress, *Understanding Dispensationalists* (http://www.frame-

poythress.org/Poythress_books/bdisp/bd1.html, p. 10, acessado em 02/04/2009).

17 Smith, *Systematic Theology*, v. 1, p. 337.

18 Ver Berkhof, *Teologia Sistematica*, 345-46.

19 Cf. Gênesis 4:25 e 6:1-5.

20 Ver mais sobre as manifestações da graça comum e especial de Deus antes de Noé, em Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, pp. 216-17.

21 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 218.

22 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 218.

23 Observar o uso explícito e insistente do termo *aliança* (בְּרִית-*pacto*) no texto. Não pode haver nenhuma dúvida com relação à natureza pactual dessa transação divino-humana.

24 Com relação às distinções e semelhanças entre os pactos com Abraão e o pacto Sinaítico, ver Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, pp. 219-22.

25 Vos, *Biblical Theology*, 122.

26 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 220.

27 Robertson, *The Christ of the Covenants*, 171.

28 Ver Robertson, *The Christ of the Covenants*, 186-89.

29 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 220.

30 Patrick Gillespie, *The Ark of the Testament Opened*. Citado em Joel R. Beeke e Mark Jones, *A Puritan Theology: Doctrine for Life* (Grand Rapids: Reformation Heritage Books, 2012), 28.

31 Robertson, *The Christ of the Covenants*, 172

32 Edmund P. Clowney, *The Unfolding Mystery: Discovering Christ in the Old Testament* (Phillipsburg, NJ: P&R, 1988), 109.

33 Ibid., 116.

34 Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 220.

35 Cf. Clowney, *The Unfolding Mystery*, 116-19.

36 Citado em Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 271.

37 Robertson, *The Christ of the Covenants*, 229.

38 Ibid., 230-31

39 Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 272.

40 Robertson, *The Christ of the Covenants*, 246.

[41] John Piper, "God's Covenant with David" (www.soundofgrace.com/piper83/121883m.htm, acessado em 15/05/2009).

[42] Cf. Robertson, *The Christ of the Covenants*, 232-33.

[43] Clowney, *The Unfolding Mystery*, 165.

[44] Ver também Isaías 9:6-7; Mateus 1:1; Lucas 1:31-33 e Atos 2:29-36 (cf. Rm 1:3-4).

[45] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 271.

[46] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 222.

[47] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 272.

[48] Ver também Jeremias 32:27-44; 50:4-5 e Ezequiel 37:15-28.

[49] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 224.

[50] Para uma discussão acerca das partes pactuantes na nova aliança, ver Berkhof, *Systematic Theology*, 272-77.

[51] Citado em Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 276.

[52] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 276.

[53] Para uma discussão elaborada acerca das condições pactuais na teologia puritana, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 305-18. Ver também Berkhof, *Systematic Theology*, 280-81

[54] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 223.

[55] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 53.

[56] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 223.

[57] Ibid., 224.

[58] Berkhof, *Systematic Theology*, 278.

[59] Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 274.

[60] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 275.

[61] Para uma avaliação da diversidade da aliança, conforme as seguintes estruturas de distinção: pré e pós criação; aliança de obras e de graça; e antiga e nova aliança, ver Robertson, *The Christ of the Covenants*, 53-63. Para uma discussão acerca da relação entre o caráter individual e corporativo; e entre a realidade interna e a substância externa da nova aliança, incluindo a questão da identidade de Israel, ver Ibid., 286-300.

[62] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 275.

[63] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 274.

[64] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 277.

[65] Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 275. Ver também Berkhof, *Systematic Theology*, 281.

[66] O termo hebraico empregado em Gênesis 12:7 é זֶרַע, *descendência, semente, descendente* (substantivo masculino singular). O argumento do apóstolo é que por meio de Cristo, *o descendente* de Abraão, todas as nações seriam abençoadas. Isto não implica, entretanto, que o termo não possa ser empregado coletivamente, designando a descendência de Abraão em geral, a nação de Israel, como é evidentemente empregado em Gênesis 17:7,8,10, etc.

[67] Hodge, *Systematic Theology*, vol. 2, p. 370.

[68] Robertson, *The Christ of the Covenants*, 51.

[69] Ibid., 52.

[70] Conferir Atos 10:43.

[71] Berkhof, *Systematic Theology*, 279.

[72] Berkhof, *Systematic Theology*, 280-81.

[73] Para uma discussão acerca da relação entre a antiga e a nova aliança na teologia puritana, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 279-89.

O LIVRE-ARBÍTRIO

O capítulo nove da Confissão de Fé de Westminster resume a doutrina reformada com relação a um assunto muito importante: a doutrina antropológica do arbítrio humano.

Já estudamos o homem no estado de inocência, o pacto de obras, o homem no estado de pecado e o pacto da redenção. Antes de considerarmos o próximo estado do homem, o estado de graça, discutiremos brevemente a doutrina reformada acerca da capacidade da vontade humana com relação à salvação.

Trata-se, sem dúvida, de uma doutrina bíblica polêmica e frequentemente mal compreendida. A grande dificuldade reside em conciliar a doutrina da soberania absoluta de Deus, inclusive na obra da salvação, com a responsabilidade do homem como um ser pessoal, moralmente livre. A questão tem sido colocada geralmente nos seguintes termos: se Deus é absolutamente soberano, inclusive na obra da salvação, e faz todas as coisas de conformidade com a sua livre vontade, onde fica o livre-arbítrio humano?

ENSINO PELAGIANO, SEMIPELAGIANO E ARMINIANO

Ensino Pelagiano sobre o Livre-arbítrio

Pelágio – um asceta e moralista britânico que ensinou em Roma no final do século IV – e seus seguidores defenderam o pleno livre-arbítrio humano e rejeitavam "a idéia de que a vontade do homem tem qualquer tendência intrínseca à prática do mal como resultado da queda."[1]

Para Pelágio, o pecado de Adão afetou apenas a ele mesmo, não havendo transmissão nem de uma natureza pecaminosa, nem de culpa para os seus descendentes. Por essa razão, o homem natural teria plena capacidade para escolher entre o bem e o mal. Segundo ele, todo ser humano vem ao mundo nas mesmas condições de Adão, perfeitamente livre, externa e internamente, para fazer ou não a vontade de Deus, à parte de qualquer graça especial do Espírito Santo. O princípio determinante da antropologia de Pelágio é a convicção de que Deus não ordena nada ao homem que ele não possa fazer. "Se eu devo, eu posso"

é o axioma fundamental do pelagianismo.

Seguindo Harnack, R. C. Sproul resume o pensamento de Pelágio em 18 pontos. Os mais diretamente relacionados ao nosso assunto são os seguintes:

1. Tudo o que Deus cria é bom.
2. A natureza humana é indestrutivelmente boa.
3. O mal é um ato que podemos evitar.
4. O pecado vem através das armadilhas de Satanás e da concupiscência sensual.
5. É possível haver um homem sem pecado.
6. Os descendentes de Adão não herdaram dele a morte natural.
7. Nem o pecado de Adão nem a sua culpa foram transmitidos.
8. Todos os homens são criados como se encontrava Adão antes da queda.
9. O hábito de pecar enfraquece a vontade.
10. A graça de Deus facilita o bem, mas não é necessária para alcançá-lo.
11. A graça de Deus produz homem perfeito.
12. A graça de Deus ilumina e instrui.
13. Cristo opera principalmente pelo seu exemplo.
14. A graça é concedida de acordo com a justiça e o mérito.[2]

Philip Schaff faz a seguinte consideração sobre a antropologia pelagiana:

> Se a natureza humana não é corrompida, e a vontade humana é competente para todo bem, nós não precisamos de um Redentor para criar em nós uma nova vontade e uma nova vida, mas apenas um melhorador e enobrecedor; e a salvação é essencialmente obra do homem. O pelagianismo realmente não tem lugar para as idéias de redenção, expiação, regeneração e nova criação. Ele as substitui por nossos próprios esforços morais para aperfeiçoar nossas capacidades naturais.[3]

O pelagianismo foi condenado no Concílio de Éfeso, no ano 431.

Ensino Semipelagiano

Uma posição mais branda do pelagianismo, conhecida como semipelagianismo, foi defendida por João Cassiano (360-435) e Fausto de Riez (c.400-c.490), entre outros.

Diferentemente de Pelágio, Cassiano cria que a raça humana caiu em Adão, que o pecado era hereditário, que o livre-arbítrio de Adão e dos seus descendentes foi afetado pela queda, e que a graça de Deus era necessária para a retidão moral. Apesar disso, diferentemente de Agostinho, ele sustentava que a vontade humana não teria se tornado

totalmente inabilitada para o bem, que ela podia resistir à graça de Deus, que a salvação decorre da cooperação da graça de Deus com a vontade humana, e que a predestinação se fundamenta no conhecimento prévio da fé e da obediência humana.[4]

A diferença-chave entre o pensamento de Agostinho e de Cassiano, observa Sproul, reside na graça irresistível:

> Para Agostinho, a vontade humana, apesar de ainda capaz de tomar decisões, está moralmente inabilitada para inclinar-se em direção ao bem. A vontade não está espiritualmente enferma, mas espiritualmente morta. Somente a graça eficaz de Deus pode libertar o pecador para que ele possa crer. A diferença entre Agostinho e Cassiano é a diferença entre monergismo e sinergismo no início da salvação... O semipelagianismo é, no que diz respeito ao passo inicial para a salvação, decididamente sinergista. Deus coloca a sua graça disponível para o pecador, mas o pecador deve, com a sua vontade enferma, cooperar com essa graça a fim de ter fé ou ser regenerado. A fé precede a regeneração.[5]

O semipelagianismo foi condenado pelo Sínodo de Orange, no ano 529, mas tratado de forma ambígua no Concílio de Trento, embora para Calvino e outros, os cânones de Trento representem uma rejeição do pensamento agostiniano (e calvinista).[6]

Ensino Arminiano sobre o Livre-arbítrio

O ensino de Armínio, ou pelo menos dos seus seguidores,[7] sobre o livre-arbítrio não é muito diferente do ensino semipelagiano. O arminianismo crê na contaminação da raça humana pelo pecado de Adão, mas não ao ponto de inabilitá-lo para realizar a vontade de Deus. Também não crê na imputação da culpa de Adão. Na concepção arminiana, pela persuasão moral geral do Espírito Santo, todo homem, mesmo no estado de pecado, pode escolher livremente o bem, crer em Cristo e alcançar a salvação. O resultado prático desse ensino é a noção de que o homem pode cooperar com Deus na obra da sua salvação.[8]

O pensamento-chave do arminianismo consiste na idéia de que a graça de Deus, embora necessária e suficiente, pode não ser eficiente para a salvação, visto que ela pode ser resistida pelo pecador. Conforme Arminius:

> Todas as pessoas não regeneradas têm liberdade de vontade, e capacidade para resistir ao Espírito Santo, de rejeitar a graça oferecida por Deus, de desprezar o conselho de Deus contra si próprias, ou recusar a aceitar o evangelho da graça, e de

não abrir àquele que bate na porta do coração; e essas coisas eles podem de fato fazer, sem qualquer diferença do eleito e do réprobo".[9]

É verdade, como reconhece Berkhof, que o arminianismo de John Wesley difere daquele dos primeiros seguidores de Armínio, pelo menos quanto ao seguinte: (1) Com relação à natureza do pecado original: admite que não se trata de mera enfermidade ou contaminação, mas de pecado no sentido estrito do termo; embora isto não tenha deixado o homem totalmente inabilitado. (2) Com relação à imputação: reconhece que a culpa de Adão foi imputada à sua descendência; mas sustenta que a culpa original herdada por todo homem foi cancelada pela justiça de Cristo. (3) Nega que o homem tenha qualquer habilidade natural para cooperar com a graça de Deus; contudo, defende que em virtude da obra redentora de Cristo, Deus habilita todo homem com graça suficiente para que possa voltar-se para Ele em arrependimento e fé, independentemente de uma obra especial do Espírito.[10]

Especialmente por causa da influência de Finney e do metodismo wesleyano, a antropologia arminiana prevalece na maioria dos púlpitos evangélicos em nossos dias. Explícita ou implicitamente, a pregação evangélica contemporânea predominante sustenta a idéia de que "o homem tem um livre-arbítrio, e que a salvação vem ao pecador através da cooperação da sua vontade com o Espírito Santo." [11]

A consequência, conforme constata Pink, é a seguinte:

> Negar o livre-arbítrio humano, isto é, seu poder de escolher aquilo que é bom, sua habilidade natural de aceitar Cristo, acarreta imediata oposição, mesmo daqueles que professam ser ortodoxos."[12]

A realidade, contudo, é que o pensamento wesleyano não reflete o ensino bíblico acerca da vontade do homem.

Teologia Relacional

Além das antropologias equivocadas que já consideramos, as quais tentam, de alguma forma, a sustentar o livre-arbítrio humano, recentemente, outra doutrina antropológica tem sido proposta, relacionada à questão. Refiro-me à *teologia relacional*, promovida no Brasil por evangélicos arminianos conhecidos, como Ricardo Gondim, Darci Dusilek e René Kivitz, através de artigos em revistas evangélicas, livros, *blogs* e fóruns de discussão na *internet*.

Trata-se de uma antropologia radical, no que diz respeito ao livre-arbítrio humano, com sérias consequências para a doutrina cristã acerca de Deus e dos seus atributos. A teologia relacional não apenas sustenta o pleno livre-arbítrio humano. Ela constrói toda uma teologia com base nessa idéia, chegando a negar tanto a soberania, como a onisciência, a onipotência e a imutabilidade de Deus. Essa teologia desafia o teísmo clássico, e vai muito além do pensamento arminiano.

Histórico

A teologia relacional é nova apenas no rótulo, na aparência de modernidade e na pretensão de ser bíblica e representar um avanço da teologia evangélica. Na realidade, as idéias defendidas pela teologia relacional já foram sustentadas por filósofos gregos antigos. Noções como liberdade plena da vontade, deuses limitados pela vontade humana e de um mundo autônomo já eram sustentadas por filósofos pré-socráticos na Grécia Antiga. A teologia relacional também representa uma radicalização do pensamento pelagiano, semipelagiano e arminiano, ao atribuir total liberdade ao homem, inclusive com relação à providência de Deus. A teologia de Gondim também está associada à *teologia do processo*, a qual rejeita o teísmo clássico, defendendo que Deus está sujeito ao tempo, aprende, progride e evolui com o tempo e a História.

Entretanto, embora Gondim negue, a teologia relacional importa quase todo o seu pensamento de um movimento teológico norte-americano muito recente, conhecido como *teísmo aberto*. Apesar dos seus proponentes serem defensores de teologias autóctones, a teologia relacional nada mais é do que uma cópia tupiniquim do teísmo aberto norte-americano, o qual causou controvérsias, conflitos e divisões no evangelicalismo americano.

O teísmo aberto foi defendido por Clark Pinnock, John Sanders, Gregory Boyd, Richard Rice, David Basinger e outros, a partir de 1994. Suas bases teológico-filosóficas foram lançadas em um livro editado por Clark Pinnock em 1989, que tem como título: A Graça de Deus e a Vontade do Homem: Uma Defesa do Arminianismo.[13] O movimento cresceu com o lançamento de uma obra coletiva em 1994, intitulada: A Abertura de Deus: Um Desafio Bíblico à Compreensão Tradicional de Deus.[14]

O teísmo aberto propõe uma revisão radical do pensamento cristão clássico sobre a vontade humana, os atributos de Deus e a história. Para criar a vontade humana totalmente livre de qualquer influência, Deus teria limitado a sua soberania, onipotência e onisciência, deixando o futuro aberto para ser construído em conjunto com o homem. Conforme acertadamente conclui Carson, o teísmo aberto "redefine o Deus da Bíblia e da teologia de tal forma que, ao final, teremos um Deus totalmente diferente".[15]

Reações

As idéias defendidas pelo teísmo aberto e pela teologia relacional têm sido contestadas, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, por teólogos reformados e mesmo arminianos, e a sua influência parece ter arrefecido. Pelo menos três livros combatendo o teísmo aberto foram traduzidos e publicados no Brasil, dos seguintes autores ou organizadores: John Piper, Douglas Wilson e John Frame.[16]

Além dessas obras, há dois artigos acadêmicos e um pequeno livro dos autores brasileiros: Heber Carlos de Campos, Valdeci da Silva Santos e Augustus Nicodemus Lopes, analisando a teologia relacional.[17]

Teses Principais

A teologia relacional sustenta as seguintes teses hermenêuticas, históricas, antropológicas e teontológicas principais:

1) Hermenêuticas: as antropopatias bíblicas devem ser interpretadas literalmente. Deus pode se equivocar, se arrepender, aprender, mudar, progredir. etc.

2) Históricas o teísmo clássico representa o pensamento filosófico neo-platônico de Agostinho e não o ensino bíblico. O Deus da Bíblia não é distante, imóvel e insensível. É relacional, sensível e "humano".

3) Antropológicas: o homem tem livre-arbítrio absoluto. A sua vontade não é determinada por nada, nem externa, nem internamente. Logo, não há um futuro predeterminado que limite as decisões livres dos homens.

4) Teontológicas: o amor é o atributo principal de Deus. Todos os demais lhe estão subordinados. Isso faz dele um ser eminentemente sensível, relacional e mutável. Para que o homem pudesse ser livre, Deus se sujeitou ao tempo e auto-limitou a sua soberania, a sua onisciência e a

sua onipotência. Ele só conhece o passado e o presente, uma vez que o futuro inexiste, encontra-se em aberto, e depende das decisões humanas. O seu poder está limitado a essa realidade.

Para dar ao leitor uma idéia mais precisa do pensamento dos teólogos relacionais, destaco abaixo algumas citações de autores brasileiros dessa corrente de pensamento:

> Na teologia clássica o futuro já aconteceu, não apenas por determinação de Deus, que exaustivamente decretou que todas as coisas (boas e ruins) acontecessem, mas também porque ele em sua onisciência já sabe de tudo o que vier a acontecer como já "acontecido"... Assim, não sabemos como nos comportar direito quando oramos e nem sabemos como agir quando coisas ruins acontecem. Quando algum mal acontece, dizem-nos que a vontade de Deus nunca é frustrada, e que ele tem uma agenda secreta que ainda não entendemos. Tentam nos confortar afirmando que precisamos apenas acreditar que ele tem o melhor para nós... Assim, vivemos uma esquizofrenia espiritual tremenda, cremos em verdades dogmáticas e agimos contrariamente a elas. A Teologia Relacional traz consistência à nossa espiritualidade, pois reforça a nossa compreensão paternal de Deus, lança luz sobre nossa imensa responsabilidade e nosso infinito privilégio de cooperarmos com o Criador. Somos artesãos do futuro. Numa Teologia Relacional o futuro inexiste e Deus nos chama para sermos parceiros da sua construção.[18]
>
> [Deus] soberanamente decidiu abrir mão de parte de sua onipotência, quando criou seres à sua imagem e semelhança. Ele se tornou fraco porque quis abrir espaço para se relacionar conosco em amor.[19]
>
> Aquele que pensa que o destino de cada homem já está fixo e determinado de antemão se mostra estranhamente insensível ao clamor do coração e ao ritmo do pulso no Novo Testamento.[20]
>
> O Deus esvaziado não mantém relacionamentos à força, mediante manifestações do seu poder e imposição de sua autoridade soberana. O Deus esvaziado dá um passo atrás, para que você possa exercer sua liberdade de existir com Ele ou contra Ele.[21]
>
> Entre a onipotência e a bondade de Deus existe a liberdade do homem e o compromisso de Deus em respeitar esta liberdade... por esta razão Deus "se diminui", esvazia-se de sua onipotência, abre mão de se relacionar em termos de onipotência-obediência, e se relaciona com a humanidade com base no amor.[22]

Objeções

A teologia relacional não é apenas uma versão radical do arminianismo. O arminianismo nunca negou a onisciência de Deus. Trata-se de um grave desvio humanista da doutrina cristã acerca do ser e da pessoa de Deus. Com a intenção de justificar o livre-arbítrio

humano e de inocentar Deus da existência do mal moral e da culpa pelas tragédias, o teísmo aberto, e a sua versão brasileira, diminuíram o Deus das Escrituras, tornando-o um Deus irreconhecível.

As teses defendidas pela teologia relacional não se sustentam, nem hermenêutica, nem histórica, nem teologicamente.

A hermenêutica da teologia relacional é inconsistente. Para serem consistentes, os seus defensores teriam que negar não apenas as antropopatias bíblicas, mas também os antropomorfirmos. Ambos são metáforas por meio das quais órgãos, membros e sentimentos humanos são atribuídos a Deus, na Bíblia, a fim de que o ser humano possa compreender realidades espirituais acerca de dele. Quando a Bíblia atribui face, costas, olhos, braços e pés a Deus, ou afirma que ele *se arrependeu* (1 Sm 15:11) e lhe atribui sentimentos como ira (Rm 1:18) ou ciúme (Êx 34:14), não se deve compreender essas palavras com o mesmo sentido e significado com que elas são aplicadas a nós, seres humanos finitos e pecadores.

Evidentemente, é preciso compatibilizar essa linguagem à revelação bíblica geral acerca de Deus, como um ser espiritual puro, perfeito e santo, e não o contrário. Trata-se de uma linguagem acomodada ou adaptada à realidade humana. Entender literalmente as antropopatias bíblicas faria de Deus um ser corpóreo, com mãos, pés, costas, olhos, ouvidos, etc. Isso implicaria em idolatria. Significaria transformar Deus em um ídolo, criado à imagem e semelhança do homem, e não o contrário, como a Bíblia revela. "Deus não é homem, para que minta; nem filho de homem, para que se arrependa" (Nm 23:19).

As teses históricas da teologia relacional não se sustentam. É verdade que Agostinho utilizou conceitos neo-platônicos. Contudo, não ao ponto de subverter a revelação bíblica acerca de Deus. Ao sustentar que Deus é transcendente, espiritual e imutável, e afirmar que ele é o princípio absoluto de toda a realidade, Agostinho não negou que Deus é pessoal, e que se relaciona em amor com o homem. Segundo bons estudiosos do pensamento de Agostinho, como Warfield e Van Til, a influência da formação neoplatônica de Agostinho sobre o seu pensamento foi progressivamente submetida à revelação bíblica.[23] Ademais, "a verdade, onde ela estiver, é nossa", mesmo que, pela graça comum de Deus, ela

se encontre entre filósofos pagãos.

William Hasker, defensor do teísmo aberto, reconhece a contribuição da filosofia grega para a formulação do pensamento cristão, como segue:

> Não desejo criar a impressão de que penso que o fato de os pais antigos utilizarem fontes da filosofia grega em sua formulação da concepção cristã de Deus foi um erro completo. Pelo contrário, eu considero o uso da filosofia naquele sentido como uma manifestação da providência divina, permitindo à igreja atingir um progresso no pensamento claro e rigoroso sobre Deus.[24]

Contudo, como observa Van Til, o Deus de Agostinho não é o "princípio impessoal" de Plotino, mas "o Deus Triúno pessoal da Escritura".[25]

Os conceitos teológicos da teologia relacional são, no mínimo, heterodoxos. A sua antropologia não faz justiça à revelação bíblica acerca das sérias consequências que a queda produziu sobre a vontade humana: "Viu o Senhor que a maldade do homem se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração" (Gn 6:5). "É mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade" (Gn 8:21). "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá? (Jr 17:9)". Biblicamente, a vontade do homem em estado de pecado não é livre. É, antes, governada pelas paixões da mente, da carne e pela vontade do diabo (Ef 2:1-3).

Segundo Paulo, "todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer" (Rm 3:9-11); e "o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar" (Rm 8:7). Segundo Jesus, o coração do homem natural é como uma árvore má: não pode produzir frutos bons (Mt 7:17-18; cf. Mc 7:21-23). Por essa razão, ele não quer ir a Cristo para ter vida (Jo 5:40).

É na teontologia relacional, entretanto, que residem os principais problemas. A realidade é que o amor não é o único atributo moral de Deus. Ele não é apenas amoroso, misericordioso, bondoso e longânime. É também justo, santo, fiel e verdadeiro. Superenfatizar qualquer atributo de Deus, em detrimento dos demais, resulta em uma representação

humanista e deformada do Deus revelado nas Escrituras. Na Bíblia, o amor e a vontade soberana de Deus estão em perfeita harmonia: "De longe se me deixou ver o Senhor, dizendo: Com amor eterno eu te amei; por isso, com benignidade te atraí" (Jr 31:3). "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo que... nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade" (Ef 1:3-5; cf. 1 Pe 1:18-20).

Além disso, nada, na Bíblia, indica que Deus tenha limitado os seus atributos por causa da liberdade da vontade humana. Pelo contrário. Dezenas de passagens bíblicas afirmam a sua soberania, onipotência, onisciência e imutabilidade. Menciono apenas algumas delas, para ressaltar a falta de fundamentação bíblica da teologia relacional:[26]

> Se ele [Deus] resolveu alguma coisa, quem o pode dissuadir? O que ele deseja, isso fará (Jó 23:13).
>
> O conselho do Senhor dura para sempre, os desígnios do seu coração por todas as gerações (Sl 33:11).
>
> No céu está o nosso Deus, e tudo faz como lhe agrada (Sl 115:3).
>
> O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade (Is 46:10).
>
> [Deus] muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos entendidos (Dn 2:21).
>
> Segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes? (Dn 4:35).
>
> [Deus] faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade (Ef 1:11).
>
> [Nem um passarinho] "cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai (Mt 10:29).

O propósito de Deus inclui também a vontade e as decisões humanas. Lemos no livro de Provérbios, que "do Senhor procede toda decisão" (16:33); e que: "Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do Senhor; este, segundo o seu querer, o inclina" (21:1). E o apóstolo Paulo afirma: "Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2:13).

A idéia de que Deus desconhece o futuro também é completamente alheia à revelação bíblica, como se pode constatar nas seguintes passagens: "Se o nosso coração nos acusar, certamente, Deus é maior do que o nosso coração e conhece todas as coisas" (1 Jo 3:20).

“Senhor, tu me sondas e me conheces. Sabes quando me assento e quando me levanto; de longe penetras os meus pensamentos. Esquadrinhas o meu andar e o meu deitar, e conheces todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, Senhor, já a conheces toda... Tal conhecimento é maravilhoso demais para mim: é sobremodo elevado, não o posso atingir” (Sl 139:1-6). Até os dias da nossa vida já foram por ele decretados na eternidade: “os seus dias estão contados, contigo está o número dos seus meses; tu ao homem puseste limites além dos quais não passará” (Jó 14:5). “Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda” (Sl 139:16). “Não há criatura que não seja manifesta na sua presença; pelo contrário, todas as coisas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos de prestar contas” (Hb 4:13).

Deus não apenas conhece como também revela o que vai acontecer: “Eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim... que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam” (Is 46:9-10).

A onipotência divina também não é invenção dos teólogos cristãos, mas um atributo exclusivo do Deus revelado nas Escrituras: “Eu sou o Deus Todo-Poderoso” (Gn 17:1). “Grande é o Senhor nosso, e mui poderoso; o seu entendimento não se pode medir” (Sl 147:5). “Ah! Senhor Deus, eis que fizeste os céus e a terra com o teu grande poder e com o teu braço estendido; coisa alguma te é demasiadamente maravilhosa” (Jr 32:17). “Para Deus não haverá impossíveis em todas as suas promessas” (Lc 1:37; cf. Lc 18:27). Ele “é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós” (Ef 3:20).

O mesmo pode ser dito com relação ao atributo divino da imutabilidade: “Porque eu, o Senhor, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos” (Ml 3:6). “O conselho do Senhor dura para sempre, os desígnios do seu coração por todas as gerações” (Sl 33:11). “No princípio, Senhor, lançaste os fundamentos da terra, e os céus são obra das tuas mãos; eles perecerão; tu, porém, permaneces; sim, todos eles envelhecerão qual veste... tu, porém, és o mesmo, e os teus anos jamais terão fim” (Hb 1:10-12). Toda boa dádiva provém de Deus, “em

quem não pode existir variação, ou sombra de mudança" (Tg 1:17).

Conclusão

Nenhum dos conceitos que estivemos considerando faz justiça à revelação bíblica acerca da vontade do homem com relação à salvação. Como professa a Confissão de Fé de Westminster e veremos adiante, a vontade do homem natural é externamente livre, mas internamente escrava. Ela é livre para agir como quiser. Embora caído, o homem continua um ser moral e responsável. Entretanto, ele nunca quer verdadeiramente o bem espiritual genuíno, porque a sua natureza é corrompida e inclinada para o mal. As decisões e atos externos dos homens são determinados por sua disposição interna: a inclinação pecaminosa do seu coração.

O Deus em que cremos não é um Deus distante, impessoal e insensível, como sugerem os defensores da teologia relacional. Ele transcende o tempo e governa a história, mas é gracioso, amoroso, longânime e misericordioso. A teologia relacional é um exemplo de hermenêutica equivocada e inconsistente, e demonstra a importância do método histórico-gramatical – uma hermenêutica consagrada pelo tempo. Ela ilustra também o perigo de se exagerar qualquer atributo de Deus em detrimento dos demais. Isso é atrativo ao homem, visto que "provê" um Deus mais sensível e humano. Contudo, um Deus com essas características seria necessariamente também irresponsável, vulnerável e impotente. A teologia relacional evidencia ainda as consequências de se atribuir ao homem livre-arbítrio absoluto: uma visão completamente deturpada de Deus, do homem e do mundo. Finalmente, esse pensamento teológico equivocado confirma a necessidade de mantermos cativo o nosso pensamento às Escrituras. É melhor admitir que não compreendemos o que nos está oculto, do que distorcer o que está claramente revelado na Bíblia.

"Tens feito estas coisas, e eu me calei; pensavas que eu era teu igual; mas eu te arguirei e porei tudo à tua vista" (Sl 50:21). "Os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o Senhor, porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos

pensamentos" (Is 55:8-9).

DOUTRINA REFORMADA

A doutrina reformada sobre a vontade ou arbítrio humano expressa o pensamento de Agostinho, de Lutero e de Calvino. Ela reconhece a liberdade externa do homem no estado de pecado, mas nega o livre-arbítrio interno.

A Liberdade Externa

A fé reformada professa que, como consequência da queda, o homem no estado de pecado em que vem ao mundo tem livre-arbítrio apenas no sentido em que ele não é externamente forçado a fazer nem o bem, nem o mal. Essa liberdade não foi perdida quando a raça humana caiu em Adão, constituindo-se uma qualidade fundamental para a responsabilidade humana. Na condição de um ser pessoal e moral, o homem é naturalmente livre para arbitrar, decidir e agir, sendo, portanto, responsável pelos seus atos. O homem é externamente livre para fazer o que deseja, o que quer, o que decide fazer. Deus não o força a crer contra a sua vontade, nem o impede de crer.

Para Agostinho, por exemplo, o homem natural continua a ter livre-arbítrio, no sentido em que ele não perdeu a faculdade ou capacidade para escolher. "Por liberdade, Agostinho entende, em primeiro lugar, simplesmente *espontaneidade* ou auto-atividade, em contraste com ação sob compulsão externa ou oriunda de instinto animal. Ambos, o pecado e a santidade são voluntários, isto é, atos da vontade, não impulsos naturais necessários".[27] Segundo Agostinho, Deus "nos revela, através das suas Santas Escrituras, que há no homem uma livre escolha da vontade".[28] Para ele, "há... sempre dentro de nós uma vontade livre – mas ela não é sempre boa... Porque ou ela é livre da justiça, quando serve ao pecado – e então ela é má – ou então ela é livre do pecado, quando ela serve a justiça – e, então, é boa".[29]

Lutero também se opõe a idéia de que a vontade humana age por necessidade. Deus determina todas as coisas, e o que ele determina necessariamente acontecerá. Entretanto, isso não significa que as criaturas morais ajam compulsoriamente. Referindo-se ao uso do termo *necessidade*, nesse contexto, Lutero argumenta que "o seu significado é

muito tosco, e inadequado ao assunto; pois ele sugere algum tipo de compulsão, e alguma coisa que é contrária à vontade de alguém, o que não é parte da idéia em discussão. A vontade, seja de Deus ou do homem, faz o que faz, bom ou mal, não sob qualquer compulsão, mas exatamente como quer ou deseja, como se inteiramente livre".[30]

A posição de Calvino quanto ao assunto não é diferente da de Agostinho e Lutero. Para ele, apesar de obliterar gravemente a razão humana com relação às realidades espirituais, a queda não a destruiu no que diz respeito às realidades terrenas. Por essa razão, ele concorda que o que acontece por necessidade, por haver sido determinado por Deus, não acontece necessariamente por compulsão. Referindo-se à declaração de Pedro Lombardo, que "temos livre-arbítrio, não porque sejamos igualmente capazes de fazer ou pensar o que é bom ou mal, mas meramente porque somos livres de compulsão", Calvino reconhece que o homem tem "livre-arbítrio, não porque ele tem livre escolha igual do bem e do mal, mas porque ele age impiamente por vontade e não por compulsão".[31]

A liberdade externa da vontade implica que ninguém será salvo à força. Ninguém irá para o céu contra a sua vontade. Nenhum dos habitantes da Nova Jerusalém reclamará por ter sido libertado da escravidão do pecado e convencido a crer no evangelho pela graça de Deus. Por outro lado, ninguém que discirna o evangelho e deseje sinceramente a salvação será jamais lançado no inferno. Quem quer realmente ir a Cristo para ser salvo, pode ir. Nenhum daqueles que serão lançados no inferno poderá dizer que almejava a glória, desejava os céus, amava a Deus, se deleitava na sua Palavra e na comunhão dos santos, e, apesar disso, lhe foi impedida a entrada na cidade celestial. A vontade humana não é violentada ou forçada por Deus.

Portanto, uma vez que a queda não destruiu a razão ou a vontade humana, e que o homem permanece uma criatura moral externamente livre e responsável, podemos convidar honestamente os pecadores ao arrependimento, a crerem no evangelho e a se submeterem à vontade de Deus, a exemplo do que é feito nas Escrituras:

> [Moisés ao povo de Israel:] Os céus e a terra tomo, hoje, por testemunha contra ti, que te propus a vida e a morte, a bênção e a maldição: escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência (Dt 30:19).

> [Jesus:] Se alguém quiser fazer a vontade dele, conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus ou se eu falo por mim mesmo (Jo 7:17).
>
> Pedi, e dar-se-vos-á; buscai e achareis; batei, e abrir-se-vos-á. Pois todo o que pede, recebe; o que busca, encontra; e a quem bate, abrir-se-lhe-á (Mt 7:7-8).
>
> O Espírito e a noiva dizem: Vem! Aquele que ouve, diga: Vem! Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida (Ap 22:17).

O Servo-Arbítrio Interno

Apesar de o ser humano possuir essa liberdade externa de arbítrio, o mesmo não se pode dizer com relação ao arbítrio interno. A vontade humana não é soberana, não é independente, não é inteiramente livre: ela é serva. O arbítrio humano depende da razão humana, das suas inclinações naturais, dos seus sentimentos, das suas paixões. Na linguagem bíblica, como tenho ressaltado, as decisões e os atos externos dos homens (os desígnios humanos) são determinados por uma disposição interna, íntima e natural: a inclinação do coração. De acordo com Jesus, "de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios..." (Mc 7:21).[32] Ele ilustra essa verdade, comparando os homens a árvores: "toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons" (Mt 7:17-18). Um pouco adiante, Jesus aplica essa mesma verdade aos fariseus, dizendo: "Raça de víboras, como podeis falar cousas boas, sendo maus? Porque a boca fala do que está cheio o coração" (Mt 12:34-35).

A teologia reformada, portanto, contrariando o arminianismo prevalecente em nossos dias, e refletindo o pensamento de Agostinho, de Lutero e de Calvino, professa que, embora a vontade do homem natural seja externamente livre e ele seja plenamente responsável pelos seus atos, ela (a vontade) decidirá sempre em consonância com a sua natureza interna, de acordo com o estado do seu próprio coração, que, por ser mau, produz frutos maus.[33]

Na sua obra, *Enchiridion*,[34] Agostinho sustenta a escravidão interna da vontade, argumentando como segue:

> Quando o homem, pelo seu próprio livre-arbítrio pecou, então, sendo o pecado vitorioso sobre ele, foi perdida a liberdade da sua vontade. "Pois aquele que é vencido, fica escravo do vencedor". Este é o julgamento do apóstolo Pedro (2 Pe 2:19). E visto que é certamente verdadeiro, que tipo de liberdade, pergunto, pode o

> escravo possuir?... aquele que faz com prazer a vontade do seu mestre está em voluntária escravidão. Por conseguinte, aquele que é escravo do pecado, está livre para pecar. E, por isso, não estará livre para fazer o que é reto, até que, sendo libertado do pecado, comece a ser servo da justiça."[35]

Lutero faz o mesmo em várias das suas obras, especialmente no seu tratado *De Servo Arbítrio* (A Escravidão da Vontade), cuja versão condensada foi publicada em português com o título Nascido Escravo. Calvino também condena a doutrina do livre-arbítrio, especialmente no segundo capítulo do segundo livro das suas Institutas, principalmente porque ela tende a roubar a honra de Deus na salvação. Segundo ele, o homem "não pode reivindicar para si mesmo, ainda que o mínimo que seja além do que é corretamente seu, sem se perder em vã confiança e sem usurpar a honra de Deus".[36]

Restrições ao Uso do Termo

Para evitar confusão com relação ao significado do uso do termo livre-arbítrio, os reformadores e teólogos reformados preferem não fazer uso dele com relação ao homem no estado de pecado. Isto porque o termo pode dar a entender, erroneamente, que o homem natural ainda tem capacidade de, por si próprio, escolher o bem espiritual.

Por essa razão, Calvino explica que, apesar de detestar "contendas sobre palavras, com que a igreja é atormentada sem benefício algum", ele havia decidido conscientemente evitar fazer uso de palavras como esta, que podem dar a entender coisas absurdas. Afinal, pergunta ele, "quem, quando ouve [o termo] livre-arbítrio atribuído ao homem, não imagina imediatamente que ele é senhor tanto da sua mente, como da sua vontade, capaz de, por seu próprio poder, inclinar-se a si próprio tanto para o bem como para o mal?"[37]

Anthony Hoekema, por exemplo, emprega os termos "habilidade para escolher", a fim de designar a capacidade de escolha entre alternativas que o homem continua a ter no estado de pecado; e "verdadeira liberdade", para denotar a liberdade de escolher o bem, de amar e viver de modo que agrade a Deus, que o homem perdeu na queda. [38]

Conclusão

Em resumo, a doutrina reformada é clara: no estado de inocência, em que foi criado, o homem possuía genuíno livre-arbítrio para escolher

tanto o bem como o mal, embora, em virtude da sua retidão original, ele tivesse inclinação para o bem. No estado de pecado, entretanto, em que todo ser humano vem a esse mundo, apesar de ter liberdade externa de arbítrio, uma vez que não é coagido por Deus a querer ou fazer nem o bem, nem o mal, o homem natural não tem livre-arbítrio. Por causa da sua natureza pecaminosa, passou a ser "continuamente mau todo desígnio do seu coração" (Gn 6:5).

A VONTADE E OS ESTADOS HUMANOS

O resultado efetivo da servidão interna da vontade se manifesta de modo diferente, dependendo do estado do coração humano. Isto é, o fruto depende da natureza da árvore. Os desígnios do homem dependem do estado em que o seu coração se encontra: estado de inocência, de pecado, de graça ou intermediário e de glória.

A Vontade Humana no Estado de Inocência

No estado de inocência, em que Adão e Eva foram criados, a natureza interna deles era inclinada para o bem. Eles possuíam livre-arbítrio externo e interno para fazer o que era bom e agradável a Deus. Afinal, foram criados à imagem e semelhança do Criador. O intelecto deles era santo, os seus sentimentos eram santos e a sua vontade era, consequentemente, santa.

Eles encontravam-se, contudo, em um estado peculiar (com relação ao qual pouco sabemos, visto que as Escrituras pouco revelam acerca dele, e nós nunca o experimentamos) do qual poderiam cair. Nossos primeiros pais eram como balões cheios de gás, predispostos a subir, mas que poderiam ser retidos por alguma força externa. Eles poderiam perder a liberdade interna para praticarem o bem, com a qual foram criados, o que, de fato, veio a ocorrer, por interferência maligna do tentador.

Resumindo, Adão e Eva não apenas possuíam verdadeiro livre-arbítrio para querer o bem espiritual. Eles foram criados com a vontade inclinada para o bem – embora, na condição de seres moralmente livres, pudessem vir a cair desse estado.

A Vontade Humana no Estado de Pecado

No estado de pecado, no qual todos os descendentes de Adão vem ao

mundo, o ser humano tem uma natureza pecaminosa, uma inclinação geral para o pecado, para a desobediência, para a transgressão da vontade de Deus, uma disposição geral corrompida. Como vimos, todo ser humano está externamente livre para arbitrar, para decidir. Entretanto, visto que a disposição do seu coração é inclinada para o mal (cf. Mt 7:17-18; 12:34-35; Gn 6:5; Rm 1; Rm 3:9-11,23 e 8:7), ele se encontra inabilitado para fazer qualquer coisa agradável a Deus. "Sem fé, é impossível agradar a Deus..." (Hb 11:6). O homem natural está livre para escolher, mas visto que o seu coração é escravo do pecado, o seu ser é dominado pelo deus deste século, e está cego para as realidades espirituais, ele se encontra totalmente indisposto para sinceramente desejar submeter-se a Cristo como seu único e suficiente salvador.

A revelação bíblica é clara e abundante com relação à inabilidade do homem natural para agradar a Deus. Jesus mesmo declarou:

> Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou, não o trouxer... Ninguém poderá vir a mim, se pelo Pai não lhe for concedido (Jo 6:44,65).
>
> Eu sou a videira, vós os ramos. Quem permanece em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim, nada podeis fazer (Jo 15:5).

O apóstolo Paulo, por sua vez, expôs essas verdades, como segue:

> Todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do pecado; como está escrito: não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus... (Rm 3:9-11).
>
> O pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus (Rm 8:7-8).[39]
>
> Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente (1 Co 2:14).
>
> Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua (opera) nos filhos da desobediência; entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais (Ef 2:1-3; cf. Tt 3:3-5).

O homem em estado de pecado encontra-se externamente livre para ir a Cristo, se quiser. O problema, entretanto, é que ele não quer verdadeiramente isso. Eis o veredicto de Jesus: "não quereis vir a mim para terdes vida" (Jo 5:40).

É por essa razão que o apóstolo afirma que a salvação "não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia" (Rm 9:16). Não porque o homem seja impedido por Deus de querer a salvação, ou porque tenha sido criado sem a capacidade de desejá-la, ou porque tenha, na queda, perdido a liberdade externa da vontade; e, sim, porque, por causa da perversão do seu coração, ele não deseja aquilo que Deus quer.

Resumindo, nesse estado, o homem não pode, por si mesmo, deixar de pecar. Não porque seja externamente forçado a isso, mas porque essa é a disposição do seu próprio coração depravado. Nesse estado, ele encontra-se como uma bola de chumbo, livre para cair, a não ser que alguma força externa venha a agir sobre ela.

A Vontade Humana no Estado de Graça

No estado de graça, no qual somos introduzidos pela obra da redenção, somos libertados da escravidão do pecado. Por meio da pregação da Palavra, nossos olhos são abertos, somos convencidos da nossa pecaminosidade natural, a verdade nos liberta do domínio do pecado, o Espírito Santo converte o nosso coração. É essa profunda transformação interna, essa regeneração, esse novo nascimento, essa iluminação do Espírito que liberta e reabilita a nossa vontade a desejar realizar a vontade de Deus.

Esta é a essência do evangelho da graça de Deus, e as Escrituras estão repletas dessa verdade:

> Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará (Jo 8:32).
>
> Em verdade, em verdade, vos digo: Todo o que comete pecado é escravo do pecado... Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres (Jo 8:34).
>
> Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor (Cl 1:13).
>
> Uma vez libertados do pecado, fostes feitos servos da justiça... Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna (Rm 6:18,22).

A natureza pecaminosa permanece no crente. A inclinação natural para o pecado continua a existir nele. Apesar disso, a ação graciosa regeneradora do Espírito Santo no nosso íntimo nos habilita a querer o bem espiritual e a fazer o que é agradável a Deus.

No estado de graça, nós *podemos não pecar*. Podemos, por causa do

pendor do Espírito, militar contra o poder da carne, podemos resistir ao diabo e obedecer à vontade de Deus (Tg 4:7). Esse é, portanto, um estado transitório, temporário, essencialmente de conflito, de lutas, onde a carne milita contra o Espírito e o Espírito contra a carne. É um estado em que o querer o bem nos foi restaurado, mas não de modo perfeito. Como consequência, somos obrigados a travar intenso combate contra o pecado, esmurrando o corpo, reduzindo-o à escravidão, com vistas a mortificar a carne (a nossa natureza corrompida) e as suas concupiscências.

> Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que, porventura, seja do vosso querer (Gl 5:17).
>
> Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto... Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros (Rm 7:15,21-23).
>
> Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós... Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós (1 Jo 1:8,10).

A Vontade Humana nos Estados Intermediário e de Glória

É somente nesses estados que o crente descansará dessa tremenda peleja contra o pecado. Somente então, ele terá a sua vontade perfeitamente libertada para praticar apenas o bem, para agradar inteiramente a Deus. Melhor ainda: sem mais possibilidade de cair, de desobedecer, de transgredir, de pecar. Embora, no estado de graça, o homem regenerado experimente verdadeira liberdade, é somente nos estados intermediário e de glória que ele desfrutará de perfeita liberdade para desejar e realizar plenamente a vontade de Deus.

Nesses estados, o homem *não mais poderá pecar*. No estado eterno, o seu intelecto será perfeitamente santo, seus sentimentos perfeitamente puros, suas inclinações serão sempre para o bem, seus instintos naturais estarão perfeitamente restaurados, de modo que a sua vontade arbitrará sempre em perfeita harmonia com o estado de santidade perfeita em que se encontrará o seu coração. Este é o verdadeiro livre-arbítrio: a

liberdade de não mais querer o mal; de desejar sempre conformar-se à vontade boa, agradável e perfeita de Deus. Essa é a grande esperança do crente, a grande expectativa dos santos, a âncora da nossa alma.

ENSINO DOS SÍMBOLOS DE FÉ

Essa é a doutrina bíblico-reformada acerca da vontade do homem. Por mais que ela, hoje, tenha sido em grande parte imergida pela torrente arminiana que devasta a genuína fé evangélica, estejamos plenamente certos de que essa é a doutrina professada pelo protestantismo histórico. Já vimos o que professa a Confissão de Fé de Westminster sobre o assunto. Eis o que declaram outros símbolos de fé representativos do protestantismo histórico:

Os *Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra*:[40]

> A condição do homem depois da queda de Adão é tal que ele não pode voltar-se e preparar-se a si mesmo, pela sua própria capacidade natural e boas obras, para a fé e para buscar a Deus: Por conseguinte, não temos poder para fazer boas obras agradáveis a Deus, sem que a graça de Deus em Cristo nos habilite, a fim de que possamos ter uma boa vontade, e opere dentro de nós quando tivermos esta boa vontade.[41]

Catecismo de Heildelberg:[42]

> Pergunta 8: Somos nós de tal forma pervertidos que nos tornamos totalmente incapazes de praticar o bem e inclinados para o mal?
>
> Resposta: Sim, se não nascermos de novo pelo Espírito de Deus.

A *Segunda Confissão de Fé Helvética*,[43] no capítulo IX, afirma o seguinte com relação ao livre-arbítrio e à capacidade humana após a queda:

> Sem dúvida, seu entendimento não lhe foi retirado, nem foi por ele privado de vontade, nem foi transformado inteiramente numa pedra ou árvore; mas seu entendimento e sua vontade foram de tal sorte alterados e enfraquecidos que não podem mais fazer o que podiam antes da queda. O entendimento se obscureceu, e a vontade, que era livre, tornou-se uma vontade escrava. Agora ela serve ao pecado, não involuntária, mas voluntariamente. Tanto é assim que o seu nome é "vontade"; não é "não vontade".
>
> Portanto, quanto ao mal ou ao pecado, o homem não é forçado por Deus ou pelo diabo, mas pratica o mal espontaneamente e nesse sentido ele tem arbítrio muito livre.
>
> Na regeneração, o entendimento é iluminado pelo Espírito Santo, para que compreenda os mistérios e a vontade de Deus. E a sua própria vontade não é

somente mudada pelo Espírito, mas é também equipada com poderes, de modo que ela espontaneamente deseje o bem e seja capaz de praticá-lo (Rm 8:1ss).

Desde que o pecado permanece em nós, e nos regenerados, a carne luta contra o Espírito até o fim de nossa vida; eles não conseguem realizar livremente tudo o que planejaram (Rm 7 e Gl 5). Portanto, é fraco em nós o livre-arbítrio por causa dos remanescentes do velho Adão e da corrupção humana inata, que permanece em nós até o fim de nossa vida.

Esses, e outros símbolos de fé que o espaço não nos permite mencionar (como, por exemplo, a *Confissão Escocesa*,[44] e a *Confissão de Fé Batista de 1689*[45]), demonstram inequivocamente o ensino protestante histórico acerca da vontade humana.

CONCLUSÃO

Concluo este capítulo, considerando a seguinte objeção, de ordem prática, contra a doutrina reformada do servo-livre-arbítrio (livre externamente e internamente escravo da natureza pecaminosa) do homem em estado de pecado. Já que o homem não tem livre-arbítrio interno, isto é, já que a sua vontade não está habilitada para escolher o bem e a decidir-se por Cristo, por que, então, anunciar-lhe o evangelho? Por que convocá-lo ao arrependimento? Por que exortá-lo a buscar a Deus?

A resposta reformada a essa objeção é a seguinte: *Nós não pregamos o evangelho aos pecadores porque eles têm livre-arbítrio, mas para que venham a ter*. Não pregamos o evangelho aos perdidos porque creiamos que suas vontades estejam habilitadas para decidirem-se contra a própria natureza corrompida em que o seu coração se encontra. Pregamos, porque a pregação do evangelho é o meio que o Espírito Santo emprega para libertar a vontade do homem da escravidão do diabo e do pecado, a fim de que ele possa se arrepender e crer. Nós anunciamos as verdades de Deus aos incrédulos porque é exatamente por meio delas que Deus pode restaurar no pecador o livre-arbítrio, arrancá-lo do estado de pecado, introduzi-lo no estado de graça, habilitando-o a escolher o bem.

Esse não é um assunto de pouca importância. Há toda a diferença do mundo entre essas duas posições. Sem dúvida, a nossa compreensão da natureza humana, da obra da redenção e da própria pregação dependerá da concepção que sustentarmos quanto à doutrina bíblica sobre a vontade do homem. Se acreditamos que o homem não regenerado tem

livre-arbítrio interno, e pode decidir-se para o bem, contrariando toda a sua natureza pervertida e o seu coração pecaminoso, nada mais lógico do que pregar que a sua salvação depende da sua decisão.

Se, por outro lado, cremos que o homem não regenerado, embora não sendo forçado externamente, está totalmente inabilitado, por causa da sua natureza decaída, a fazer qualquer coisa para cooperar na obra da sua salvação; e, por outro lado, cremos que é por meio da pregação do evangelho que Deus pode libertá-lo desse estado, e restaurar nele o livre-arbítrio, nada mais razoável do que proclamar-lhe as verdades reveladas nas Escrituras, suplicando a Deus que, pela sua graça, essas verdades operem eficazmente nele, convencendo-o do estado em que se encontra, iluminando o seu coração, libertando-o do poder, do domínio, da condenação e da escravidão do pecado. Somente assim ele estará habilitado a crer no evangelho e a se submeter à vontade revelada de Deus.[46]

---

[1] Shelley, "Pelágio, Pelagianismo", 127.

[2] R. C. Sproul, *Willing to Believe: The Controversy over Free Will* (Grand Rapids: Baker Books, 1997), pp. 41-42.

[3] Philip Schaff, *History of the Christian Church*, 3:815. Ibid., 45.

[4] Mais sobre a antropologia pelagiana e semipelagiana pode ser encontrada em Louis Berkhof, *The History of Christian Doctrines* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1937; reimpressão: 1991), 132-38.

[5] Sproul, *Willing to Believe*, 72-73.

[6] Ibid., 77-80.

[7] Episcopius, Grotius, Limborch, e outros.

[8] Mais informaçãoes sobre a antropologia arminiana, em Berkhof, *The History of Christian Doctrines*, 150-51.

[9] Citado em Sproul, *Willing to Believe*, 130.

[10] Berkhof, *The History of Christian Doctrines*, 155-56.

[11] A. W. Pink, *God's Sovereignty and Human Will* (http://www.albatrus.org/english/theology/free_will/god_sovereignty_&_human_will.htm).

[12] Ibid.

[13] Clark H. Pinnock, ed, *The Grace of God, the Will of Man: A Case for Arminianism* (Grand Rapids: Zondervan, 1989).

[14] Clark Pinnock, Richard Rice, John Sanders, William Hasker e David Basinger, *The Openness of God: A Biblical Challenge to the Traditional Understanding of God* (Downers Grove, IL: InterVarsity, 1994).

[15] Citado em Valdeci da Silva Santos, "A Teologia Relacional: Suas Conexões com o Teísmo Aberto e Consequências para a Igreja Contemporânea", *Fides Reformata* 12:1 (2007): 37.

[16] Justin Taylor e Paul K. Helseth, *Teísmo Aberto: Uma Teologia Além dos Limites Bíblicos* (São Paulo: Vida, 2006); Douglas Wilson (org.), John MacArthur, R. C. Sproul e outros, *Eu não Sei Mais em Quem Tenho Crido: Confrontando a Teologia Relacional* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006); e John Frame, *Não Há Outro Deus: Uma Resposta ao Teísmo Aberto* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006).

[17] Heber Carlos de Campos, "O Teísmo Aberto: Um Ensaio Introdutório", *Fides Reformata* 9:2 (2004): 29-55; Santos, "A Teologia Relacional", 27-55; e Augustus Nicodemus Lopes, *Teologia Relacional: Suas Origens, Seus Ensinos, Suas Consequências* (São Paulo: PES, 2008).

[18] Ricardo Gondim Rodrigues, "Espiritualidade Cristã e uma Teologia Relacional" (Citado em Santos, "A Teologia Relacional", 29).

[19] Ricardo Gondim Rodrigues "Proposta de um Credo" (Ibid., 30.)

[20] Darci Dusilek, O Que Deus Sabe Sobre o Meu Futuro? (Ibid., 31).

[21] Ed René Kivitz, "O Deus Esvaziado" (Ibid., 38).

[22] Ed René Kivitz, "Teodicéia" (Ibid., 39).

[23] Ver Benjamin Warfield, "Augustine's Doctrine of Knowledge and Authority", *The Princeton Theological Review*, 5 (1907): 353-97; e Cornelius Van Til, "5. Saint Augustine", em *A Christian Theory of Knowledge* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian & Reformed, 1969).

[24] Citado em Santos, "A Teologia Relacional", 41

[25] Cornelius Van Til, Review de A. D. R. Polman: *De Leer van God bij Augustinus* (Kampen: J. H. Kok, 1995).

[26] Um estudo mais pormenorizado acerca do ser e dos atributos de Deus é encontrado no segundo volume desta trilogia: Anglada, *Soli Deo Gloria*, 55-127.

[27] Schaff, *History of the Christian Church* (citado em Sproul, *Willing to Believe*, 62).

[28] Agostinho, "Treatise on Grace and Free Will", em *Nicene and Post-Nicene Fathers*, vol. 5, ed. *Philip Schaff,* 1082-148 (Albany: SAGE, 1996), capítulo 2.

[29] Ibid., capítulo 31.

[30] Lutero, *The Bondage of the Will* (citado em Sproul, *Willing to Believe*, 91-92).

[31] Calvino, *Institutas* 2.2.7.

[32] Conferir Mateus 15:29 e 1 Coríntios 4:5.

[33] Ver também Martinho Lutero, *Nascido Escravo* (São José dos Campos, São Paulo: Editora Fiel, 1992), versão condensada em português de *De Servo Arbitrio* (*The Bondage of the Will*); e Charles Spurgeon, *Livre-arbítrio: Um Escravo* (São Paulo: Publicações Evangélicas Selecionadas, s.d).

[34] Do grego ἐγχειρίδιος, *que se tem à mão*: *manual*.

[35] Agostinho, "The Enchiridion: or On Faith, Hope and Love", em *Nicene and Post-Nicene Fathers*, vol. 3 (Albany: SAGE, 1996), 449-552. Ver também seu "Treatise on Grace and Free-Will", vol. 5, pp. 1082-148.

[36] Calvino, *Institutas*, 2.2.10.

[37] Ibid., 2.2.7.

[38] Hoekema, *Created in God's Image*, 228-34.

[39] Conferir João 15:18, onde Jesus afirma que o mundo o odeia. De fato, a crucificação de Jesus é a maior evidência da inimizade do homem natural contra Deus.

[40] Confissão de fé da Igreja Anglicana.

[41] Artigo 10º.

[42] Símbolo de fé das igrejas reformadas na Alemanha, Holanda, América e em outros países.

[43] Confissão preparada por Bullinger, sucessor de Calvino em Genebra, em 1564, e adotada como confissão de fé oficial das igrejas reformadas na Suíça, Escócia, França, Hungria e Polônia, na segunda metade do século XVI.

[44] Ver capítulo 13.

[45] Ver capítulo 9.

[46] A doutrina do livre-arbítrio de Pelágio, Agostinho, Lutero, Calvino, Armínio, Jonathan Edwards, Finney e outros é investigada em Sproul, *Willing to Believe*. Para uma abordagem prática e pastoral da doutrina do livre-arbítrio e doutrinas relacionadas, ver Francisco Leonardo Schalkwijk, *Confissão de um Peregrino: Para Entender a Eleição e o Livre-Arbítrio* (Viçosa: Ultimato, 2002).

O HOMEM NO ESTADO DE GRAÇA: A *ORDO SALUTIS*[1]

INTRODUÇÃO

As Escrituras revelam que o ser humano passa por vários estados durante a sua existência: estado *de inocência* (em que foi criado), estado *de pecado* (em que todos nascem), estado *de graça* (em que se encontram os redimidos nesta vida), estado *intermediário dos salvos* (entre a morte e a ressurreição, nas regiões celestiais, com Cristo), estado *intermediário dos perdidos* (entre a morte e a ressurreição, nas regiões infernais, com Satanás); estado de *glória eterna* (destinado aos salvos após a ressurreição do corpo) e de *condenação eterna* (destinado aos perdidos após a ressurreição do corpo).

Até aqui, consideramos os dois primeiros estados: o estado original de inocência, no qual nossos primeiros pais foram criados e viveram antes da queda; e o estado de pecado, no qual todos nós, descendentes de Adão, viemos ao mundo, como consequência da queda. Além disso, estudamos o pacto de obras, o pacto da redenção (e sua administração no Antigo e no Novo Testamento) e a questão do arbítrio humano.

Assunto do Capítulo

Neste capítulo e no próximo, estudaremos a revelação bíblica acerca do estado de graça, em que se encontram aqueles que respondem com arrependimento e fé à administração do pacto da redenção.

O estado de graça é abordado em outros departamentos da teologia sistemática: a *cristologia* (ou soterologia objetiva), onde se estuda a obra salvadora de Cristo; e a *soterologia* (ou soterologia subjetiva), onde se estuda a aplicação da obra salvadora de Cristo pelo Espírito Santo. A soterologia estuda pormenorizadamente os vários elementos da *ordo salutis* (a ordem da salvação). Ela abrange as doutrinas bíblicas do chamado para a salvação, da regeneração, da conversão, da justificação, da adoção, da santificação, da união com Cristo, da perseverança cristã, da certeza da salvação e da glorificação.

Por essa razão, considerarei o assunto, aqui, de maneira bem resumida, indicando apenas alguns temas importantes, passagens

bíblicas relevantes e referências bibliográficas reformadas básicas, com relação às obras do Espírito Santo na salvação. No capítulo seguinte, daremos continuidade ao tema do estado de graça, considerando a revelação bíblica acerca da restauração da *imago Dei* no homem regenerado. Os estados intermediários de condenação e de glória são temas escatológicos, e estão naturalmente fora do escopo deste livro.[2]

A Ordem da Salvação

Qual a ordem lógica em que são realizadas as várias obras do Espírito na salvação dos eleitos de Deus, como consequência da obra redentora de Cristo? Qual é o melhor arranjo, do ponto de vista bíblico-teológico, para se compreender mais adequadamente as várias atividades do Espírito Santo na implementação dos benefícios da obra da redenção nos eleitos de Deus?

Há diferenças de opinião quanto a essas questões, mesmo entre os reformados. Entre as razões, estão as seguintes dificuldades: primeiro, a Bíblia não contém uma ordem completa da aplicação da obra da salvação. Ela indica apenas a relação lógica entre alguns dos seus elementos. Segundo, a obra da salvação pode ser abordada por diferentes perspectivas. A obra da justificação, por exemplo, pode ser considerada do ponto de vista teontológico (dos decretos de Deus), cristológico (da obra objetiva da redenção) e soteriológico (da sua aplicação subjetiva pelo Espírito Santo). Terceiro, alguns termos, como *regeneração* e *conversão*, podem ser usados com sentido específico ou geral.

Por essas e outras razões, as seguintes ordens de salvação (entre várias) têm sido propostas:

Calvino, por exemplo, aborda as obras do Espírito na salvação dos eleitos de Deus na seguinte ordem: fé e chamado, regeneração e conversão, santificação, justificação, predestinação e ressurreição.[3] Geerhardus Vos sugere a seguinte sequência lógica: regeneração, chamado, conversão, fé, justificação e santificação. Em Herman Bavinck, a *ordo salutis* é entendida como segue: chamado e regeneração, fé e conversão, justificação, santificação e glorificação. Abraham Kuyper propõe a seguinte ordem: justificação, regeneração, vocação, conversão, fé, e santificação. Para Herman Hoeksema, a ordem da salvação acontece nesta sequência: regeneração, chamado, fé, conversão,

justificação, santificação, preservação e perseverança, e glorificação.[4] A Confissão de Fé de Westminster aborda os temas relacionados à aplicação da obra da salvação como segue: vocação, regeneração, conversão, justificação, adoção, santificação, perseverança, certeza de salvação e glorificação. Morton Smith, por sua vez, segue a seguinte ordem: chamado e regeneração, conversão (arrependimento e fé), justificação, adoção, santificação e glorificação.[5]

Resumo da *Ordo Salutis*

Em resumo, são as seguintes as obras do Espírito na salvação:

1. Vocação. É o chamado externo e interno do Espírito Santo pela Palavra. Jesus se refere a essa obra em Mateus 22:14, quando disse que "muitos são *chamados*, mas poucos, *escolhidos*", e a ilustra na parábola do semeador (Mt 13:13-22). É acerca dessa obra que Paulo fala na conhecida passagem de Romanos 8:30: "aos que predestinou, a esses também *chamou*; e aos que *chamou*, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou".

2. Regeneração. É a transformação realizada no coração do homem em estado de pecado, também chamada de novo nascimento, pela qual o Espírito Santo produz uma nova natureza, espiritualmente reabilitada. "Se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus... quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus" (Jo 3:3,5).

3. Conversão. Inclui a iluminação do coração, o arrependimento e a fé salvadora em Cristo (todas essas, obras do Espírito Santo), acerca da qual lemos, por exemplo, em Mateus 13:15: "O coração deste povo está endurecido, de mau grado ouviram com os ouvidos e fecharam os olhos; para não suceder que vejam com os olhos, ouçam com os ouvidos, entendam com o coração, se convertam e sejam por mim curados". Ver também Atos 3:19 e 26:18.

4. Justificação. É um ato legal negativo e positivo. Inclui a expiação (o perdão por meio da morte de Cristo) e a imputação da justiça de Cristo. "Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 5:1). "Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei, e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados

pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado" (Gl 2:16). Ver, ainda, Romanos 3:19-28.

5. Adoção. É o ingresso do homem regenerado, convertido e justificado na família da fé, acerca da qual Paulo escreve: "Não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai" (Rm 8:15). "Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos" (Gl 4:4-5). "E em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade" (Ef 1:5).

6. Santificação. É a obra progressiva (negativa e positiva) do Espírito Santo, de purificação do coração do crente, pela qual ele recupera a *imago Dei* corrompida na queda. Essa obra é referida, por exemplo, nas seguintes passagens bíblicas: "Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade" (Jo 17:17). "Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor" (Hb 12:14). Ver também Romanos 6:6,14 e 2 Coríntios 7:1.

7. União com Cristo. É a incorporação mística do crente no corpo de Cristo, mencionada pelo apóstolo Paulo, em passagens como: Romanos 6:5; 12:5; Efésios 5: 28-32 e 1 Tessalonicenses 5:9-10.

8. Perseverança na Salvação. Consiste na permanência do crente na fé, pelo poder do Espírito, referida a seguir: "Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada?... nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 8:35, 38-39; cf. Efésios 1:16-19).

9. Certeza de Salvação. É a obra do Espírito, distinta da obra da salvação, pela qual ele produz (vários graus de) convicção no crente acerca da sua própria salvação. "Não me envergonho, porque sei em quem tenho crido e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia" (2 Tm 1:12). "Ora, sabemos que o temos conhecido por isto: se guardamos os seus mandamentos" (1 Jo 2:3).

"Nisto conhecemos que permanecemos nele, e ele, em nós: em que nos deu do seu Espírito" (1 Jo 4:13). "Estas coisas vos escrevi, a fim de saberdes que tendes a vida eterna, a vós outros que credes em o nome do Filho de Deus" (1 Jo 5:13).[6]

O CHAMADO PARA A SALVAÇÃO

Bavinck ressalta o papel da Palavra de Deus na aplicação da obra da redenção: "Assim como na criação e na providência, também na recriação Deus trouxe todas as coisas à existência por meio da Palavra".[7] Ele "produz ambos, criação e nova criação pela sua Palavra e Espírito. Por sua fala, ele traz todas as coisas à existência do nada (Gn 1; Sl 33:6; Jo 1:3; Hb 1:3; 11:3)".[8] Realmente, a obra subjetiva da salvação começa com o chamado para a salvação por meio do evangelho, especialmente através da pregação.

A teologia reformada reconhece dois aspectos do *chamado* ou *vocação* para a salvação:[9] externo (geral) e interno (eficaz). A distinção entre chamado geral e chamado eficaz é encontrada em Agostinho, foi empregada por Calvino e é ressaltada na teologia reformada. Essa distinção é indicada, por exemplo, em Mateus 22:13, onde lemos que "muitos são chamados, mas poucos, escolhidos".

Chamado Externo

O chamado externo não exclui aquele que é feito ao homem por meio da criação, da história e da consciência. Contudo, apesar de assegurar a continuidade da existência humana, com certa ordem familiar e social, e produzir vários outros benefícios, "esse chamado é admitidamente insuficiente para a salvação, visto que ele não conhece nada de Cristo e de sua graça, e, portanto, não pode conduzir ninguém ao Pai (Jo 14:6; At 4:12; Rm 1:16)". [10]

O chamado externo para a salvação, é verbalizado. "Consiste na apresentação e oferta de salvação em Cristo a pecadores, juntamente com uma grave exortação para aceitarem Cristo pela fé, a fim de obterem o perdão dos pecados e a vida eterna".[11] Ele inclui a apresentação do evangelho, abrangendo os fatos históricos e o seu significado ou interpretação: a doutrina da redenção; o convite ou exortação aos pecadores para aceitarem a oferta de salvação em Cristo; e

a promessa de perdão e vida eterna, sob a condição de arrependimento e fé em Cristo.[12]

O chamado externo para a salvação é referido várias vezes na Bíblia, como, por exemplo, nas seguintes passagens: "Tão certo como eu vivo, diz o Senhor Deus, não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho e viva. *Convertei-vos, convertei-vos* dos vossos maus caminhos; pois por que haveis de morrer, ó casa de Israel?" (Ez 33:11). "*Vinde a mim*, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei" (Mt 11:28). "O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; *arrependei-vos e crede no evangelho*" (Mc 1:15).[13]

As características principais do chamado externo são a universalidade, a sinceridade e a condicionalidade. Ele é geral ou universal, porque é dirigido a toda classe de pessoas a quem o evangelho é anunciado, incluindo os não eleitos. É *bona fide*, isto é, de boa fé, visto que Deus sinceramente chama e deseja a salvação dos pecadores. É condicional, porquanto depende de arrependimento e fé em Cristo.[14] Os Cânones de Dort resumem essas características do chamado externo para a salvação, como segue:

> Todos quantos são chamados pelo evangelho são sinceramente chamados. Pois Deus declara com muita veemência e verdade em sua Palavra o que lhe é aceitável; isto é, que todos os que são chamados devem obedecer ao convite. Além disso, Ele promete seriamente vida eterna e descanso a todos os que venham a Ele, e creiam nele... Não é falta do evangelho, nem de Cristo, oferecido nele, nem de Deus... que aqueles que são chamados pelo ministério da palavra se recusem a vir, e a ser convertidos. A falta reside neles próprios.[15]

Os propósitos da vocação externa para a salvação são: manifestar a soberania de Deus sobre os pecadores – a inabilidade dos pecadores para o arrependimento e a fé não diminui o direito de Deus exigir deles obediência à sua vontade; converter os eleitos de todas as nações, através da obra missionária; revelar a santidade e a bondade de Deus, ao dissuadir os pecadores do pecado e adverti-los acerca da condenação eterna; e acentuar a justiça de Deus, tornando os não eleitos totalmente indesculpáveis.

Chamado Interno

O chamado interno consiste – em adição à "apresentação e oferta de

salvação em Cristo a pecadores, juntamente com uma grave exortação para aceitarem Cristo pela fé, a fim de obterem o perdão dos pecados e a vida eterna" – na obra do Espírito Santo, em nos convencer do pecado e miséria, iluminar nossa mente com o conhecimento de Cristo e renovar a nossa vontade, nos persuadindo a abraçá-lo como nosso Salvador e Senhor.[16]

Segundo a Confissão de Fé de Westminster, Deus chama eficazmente aqueles a quem predestinou para a vida, mediante a sua Palavra e o seu Espírito:

> Iluminando espiritualmente o entendimento deles, a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes coração de carne, renovando as suas vontades e determinando-as, pela sua onipotência, para aquilo que é bom, e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vão mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.[17]

O chamado interno para a salvação está intimamente relacionado ao chamado externo. Ele é operado pela mesma palavra ouvida no chamado externo, tornada eficaz pela ação do Espírito no coração dos eleitos de Deus. Lemos, em Atos 16:14, acerca do chamado de Lídia para a salvação, que quando ela "escutava, o Senhor lhe abriu o coração para atender às coisas que Paulo dizia".[18]

Ele também está intimamente associado à regeneração. Contudo, como sugere Smith:

> Para a nossa melhor compreensão dos dois aspectos da obra do Espírito, é bom distingui-las. Regeneração é o ato de Deus em gerar novamente. Ele ocorre no subconsciente. Ele independe de qualquer atitude do homem. O chamado, por outro lado, é dirigido ao nível da consciência da vida do homem. Regeneração é uma atividade criadora de Deus. Chamado é uma atividade de persuasão moral.[19]

Entre as características do chamado interno para a salvação, podemos mencionar as seguintes: é um chamado pela Palavra, aplicado pelo Espírito Santo. É indispensável, irresistível, eficaz, irreversível e tem como objetivo a salvação. É operado através de persuasão moral e espiritual, pela ação do Espírito. Opera no nível da consciência, no entendimento humano, convencendo, iluminando e persuadindo.[20] O puritano John Flavel enfatiza a necessidade do chamado interno do Espírito para a conversão, como segue:

> Toda a pregação no mundo jamais pode efetuar essa união com Cristo por ela

> mesma e por sua própria virtude, a não ser que um sobrenatural e enorme poder a acompanhe com vistas a esse fim e propósito. Ainda que Boanerges e Barnabé tentem ao máximo, e que os anjos do céu sejam os pregadores, enquanto Deus não as atrair, as almas não podem vir a Cristo.[21]

O chamado interno tem os seguintes objetivos: (1) a *liberdade*: "Vós, irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne; sede, antes, servos uns dos outros, pelo amor" (Gl 5:13); (2) a *paz*: "Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz" (1 Co 7:15); (3) a *comunhão com Cristo*: "Fiel é Deus, pelo qual fostes chamados à comunhão de seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor" (1 Co 1:9); (4) a *santidade*: "Deus não nos chamou para a impureza, e sim para a santificação" (1 Ts 4:7); (5) a *esperança*: "Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação" (Ef 4:4); (6) conferir as *bênçãos do evangelho*: "Sede todos de igual ânimo, compadecidos, fraternalmente amigos, misericordiosos, humildes, não pagando mal por mal ou injúria por injúria; antes, pelo contrário, bendizendo, pois para isto mesmo fostes chamados, a fim de receberdes bênção por herança" (1 Pe 3:9); (7) promover o *reino e glória de Deus*: "Como pai a seus filhos, a cada um de vós, exortamos, consolamos e admoestamos, para viverdes por modo digno de Deus, que vos chama para o seu reino e glória" (1 Ts 2:11-12); (8) e a *vida eterna*: "Combate o bom combate da fé. Toma posse da vida eterna, para a qual também foste chamado" (1 Tm 6:12).

Conclusão

Uma vez que o chamado eficaz ocorre mediante o chamado externo pela Palavra, e que a comunicação do Evangelho cabe à igreja, compete a nós comunicar o evangelho por todos os meios adequados disponíveis.

Visto que o chamado externo por meio da Palavra só se torna eficaz pela obra do Espírito no coração daqueles que são chamados externamente, nos compete suplicar a operação indispensável do Espírito, com vistas à salvação daqueles a quem é pregado o evangelho.[22]

A REGENERAÇÃO

Na teologia reformada, regeneração é "a infusão do primeiro princípio

da nova vida e, como tal, precede a fé" e as demais obras do Espírito na salvação dos eleitos de Deus.[23] É a obra do Espírito Santo, na qual ele implanta na alma humana um novo princípio de vida, santificando o coração (o centro espiritual de governo da alma), assegurando a disposição santa do homem, anteriormente morto nos seus delitos e pecados e naturalmente inclinado para o pecado, por causa da queda. Trata-se, portanto, de "uma reconstrução radical da natureza humana"[24] – o que a Bíblia também chama de novo homem, nova criatura ou novo nascimento.

Termos e Textos Bíblicos relacionados à Regeneração

Palavras diferentes são usadas no Novo Testamento para designar a obra da regeneração, sendo algumas delas mais específicas e outras mais gerais. A mais específica é o substantivo παλιγγενεσία, *regeneração*, encontrado em Tito 3:5: "Não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar *regenerador* e renovador do Espírito Santo".

O verbo γεννάω (com o substantivo ἄνωθεν), *gerar do alto* ou *de novo*; e o verbo composto ἀναγεννάω, *regenerar*, *fazer nascer de novo*, também são usados com esse sentido, como nas seguintes passagens: "Em verdade te digo que, se alguém não *nascer de novo*, não pode ver o reino de Deus" (Jo 3:3); "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua muita misericórdia, nos reg*enerou* para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos" (1 Pe 1:3); "Fostes *regenerados* não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente" (1 Pe 1:23).

Os termos genéricos mais usados com referência à regeneração são os seguintes: ἀποκυέω, *dar à luz*, *trazer à existência*: "Segundo o seu querer, ele nos *gerou* pela palavra da verdade, para que fôssemos como que primícias das suas criaturas" (Tg 1:18); κτίζω, *criar*, *produzir uma nova vida*: "Somos feitura dele, *criados* em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (Ef 2:10); καινή κτίσις, *nova criatura*: "Se alguém está em Cristo, é *nova criatura*; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas" (2 Co 5:17; cf. Gl 6:15); καινὸν ἄνθρωπον, *novo homem*: "Fostes

instruídos, segundo é a verdade em Jesus, no sentido de que... vos revistais do *novo homem*, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade" (Ef 4:21,24); e συζωοποιέω, *dar vida juntamente com*: "Estando nós mortos em nossos delitos, nos *deu vida juntamente com* Cristo, − pela graça sois salvos" (Ef 2:5; cf. Cl 2:13).

Desenvolvimento Histórico da Doutrina

O termo *regeneração* é empregado com sentidos variados na história da Igreja. A Igreja Antiga não fazia distinção clara entre *regeneração* e *justificação*. Nem Agostinho distinguia claramente os termos, embora distinguisse regeneração de conversão. Na Igreja Católica, há muita confusão, principalmente por causa do conceito não forense ou legal, mas moral, de justificação: o homem não é declarado justo, mas tornado justo. Os reformadores usaram o termo de forma ampla, incluindo as idéias de justificação, regeneração, conversão e até santificação. No século XVII, os termos regeneração e conversão são geralmente usados como sinônimos, sendo a doutrina da regeneração geralmente tratada juntamente com a da vocação eficaz.[25]

A teologia reformada distingue regeneração de justificação e de conversão. *Regeneração* é uma obra do Espírito, sem qualquer participação humana, pela qual ele comunica nova vida espiritual ao pecador. *Justificação* é um ato forense de Deus, pelo qual o pecador culpado é declarado justo, com base na obra redentora de Cristo. *Conversão* é uma obra do Espírito em que o homem tem parte ativa. Refere-se às influências e transformações do coração regenerado, abrangendo a mente, os sentimentos e a vontade.

Natureza da Regeneração

A regeneração não deve ser entendida no sentido ontológico, perfeccionista ou moral. Essa obra do Espírito não muda a substância humana: nenhuma nova substância é implantada, adicionada ou subtraída da alma humana. Ela também não consiste em uma mudança completa da natureza humana ou de qualquer das suas partes, de sorte que o homem não possa mais pecar. Nem consiste em mera mudança ou aperfeiçoamento de uma ou mais faculdades da alma – seja emocional (como, por exemplo, o amor a Deus) ou racional (como a iluminação da mente).

Ela deve ser compreendida em termos espirituais. A obra da regeneração consiste na recriação de um princípio de vida espiritual no homem pelo Espírito, que transforma radicalmente a disposição espiritual do coração, o centro de controle da alma. Trata-se de uma obra soberana, de iniciativa divina, independentemente de méritos humanos. Ela é integral e não parcial: afeta o homem inteiro: intelecto, vontade e sentimentos. É instantânea e não gradual: não há estágios, nem é um processo, como a santificação. É subconsciente e não consciente: é uma obra inescrutável de Deus, não imediatamente percebida pelo homem. E está inseparavelmente ligada à Palavra de Deus, embora não necessariamente de forma imediata.[26]

"Regeneração", escreve Thomas Boston, "é uma transformação sobrenatural do homem inteiro, adequadamente comparada à geração natural".[27] E acrescenta: "É uma transformação real e total, pela qual o homem é feito nova criatura (2 Co 5:17)... O homem, no que diz respeito ao seu estado espiritual, está totalmente desconjuntado pela queda; todas as faculdades da alma estão como que deslocadas; na regeneração, o Senhor recupera cada junta, e a restabelece corretamente, no devido lugar".[28]

Necessidade de Regeneração

A necessidade de regeneração é negada pela teologia liberal, que a concebe meramente em termos morais, como "um passo vital no desenvolvimento natural da vida espiritual, um reajustamento radical ao processo moral da vida".[29]

Não obstante, ela é inferida do ensino bíblico acerca da condição espiritual do homem caído: morto em seus delitos e pecados (Ef 2:1) e revelada claramente na Bíblia, conforme as passagens citadas no início desta seção.

Conclusão

A regeneração não é ontológica nem meramente moral. É, sim, espiritual. Ela corresponde à geração e à concepção de uma nova vida. Consiste na vivificação do coração, o centro de comando da alma humana, naturalmente morto como consequência da queda.

A doutrina da regeneração encerra importantes implicações para a

pregação, a evangelização, a educação, a criação de filhos, o governo civil, etc. O homem natural não precisa apenas ser ensinado, instruído ou reformado. Ele precisa ser transformado, regenerado, nascer de novo espiritualmente.

Esse é o fundamento da obra da salvação, sem o qual, nada de efetivamente relevante pode ser edificado. Trata-se de uma obra divina, diretamente relacionada à Palavra lida, ouvida e pregada. Uma vez que se trata de uma obra soberana do Espírito, vinculada à Palavra de Deus, cabe a nós anunciar e ensinar o evangelho, bem como suplicar por ela, agradecê-la e desenvolvê-la, cooperando com o Espírito nas obras de conversão e santificação, e na obediência e no serviço a Deus e ao próximo.[30]

A CONVERSÃO

Conversão é a obra do Espírito Santo no homem regenerado pela qual, arrependido dos seus pecados e convencido da sua culpa, ele abandona com aversão o curso anterior pecaminoso da sua vida e se volta para Deus, confiando-se a Cristo como o seu único, indispensável e suficiente Salvador.

Termos e Textos Bíblicos relacionados à Conversão

As seguintes palavras são principalmente usadas nas línguas originais para designar essa obra do Espírito: o termo hebraico: שׁוּב e os termos correlatos gregos: ἐπιστροφή, ἐπιστρέφω e στρέφω.

O termo hebraico שׁוּב significa *tornar, virar, mudar de direção, voltar, retornar, converter-se*. Como observa Berkhof, a conversão é um retorno para Deus de quem o pecado separou o homem.[31] Esse termo é usado geralmente com referência ao retorno da nação de Israel ao Deus da aliança (1 Re 8:33-34); não apenas formalmente, mas de coração (Dt 30:1-3).

Os termos gregos ἐπιστροφή, ἐπιστρέφω e στρέφω significam *voltar, retornar, tornar, voltar-se, mudar* (em sentido moral-religioso), *converter-se*. Eles comunicam a idéia de "mudar a maneira de viver de alguém para uma direção em particular, com a implicação de retornar para Deus".[32] O substantivo ἐπιστροφή é usado apenas uma vez no Novo Testamento, em Atos 15:3. Mas os verbos ἐπιστρέφω e στρέφω

ocorrem várias vezes, tanto com sentido literal (cf. Mt 24:18 e At 15:36), como com sentido figurado (cf. Mt 18:3; At 15:3 e 1 Ts 1:9).

Sentidos Bíblicos de Conversão

A Bíblia faz uso figurado da palavra conversão, com referência a conversões nacionais, conversões temporárias e conversões genuínas.[33]

Várias vezes no Antigo Testamento, o povo de Deus se afastou dele. O arrependimento e o retorno do povo de Israel e de outras nações a Deus (como nos dias de Ezequias, Josias e como ocorreu com Nínive) é chamado na Bíblia de conversão. Essa conversão nacional refere-se a uma mudança de atitude e de direção do caminho da rebelião e do pecado para o caminho da submissão e obediência a Deus.

As conversões temporárias são mudanças de atitudes que parecem verdadeiras, mas que não se mostram duradouras, porque não refletem uma transformação genuína do coração (a regeneração). Jesus refere-se a esse tipo de "conversão" na parábola do semeador, e Paulo com relação a Himeneu e Alexandre (1 Tm 1:19-20) e Demas (2 Tm 4:10). As passagens conhecidas de Hebreus 6:4-6 e João 2:19 também se referem a esse tipo falsificado de conversão.

As conversões genuínas são enraizadas em corações regenerados. Diferentemente da regeneração, entretanto, elas ocorrem no nível do consciente humano. Elas alteram o curso inteiro da vida, e implicam em transformação radical da mente, das emoções e da vontade. A conversão genuína abrange dois aspectos: abandonar o pecado, com arrependimento pelo curso da vida anterior, e voltar-se para Deus com fé salvadora em Cristo.

Características da Conversão

A conversão é desejada por Deus (Ez 18:23; cf. Ez 33:11) e é obra dele (Jr 31:18). Contudo, o homem tem parte ativa nela (Ez 18:32; Ez 33:11, Jl 2:12-13 e At 3:19).

Ela resulta do ensino e compreensão da Palavra de Deus (Sl 51:13; Mt 13:15 e 2 Co 3:15), está relacionada à obediência a Deus (Dt 30:9-10 e Ne 1:9), e é acompanhada de reconhecimento e confissão de pecados e súplicas (1 Re 8:47-48 e 2 Cr 6:24,37). "A conversão pode ser uma crise aguda e marcante na vida do indivíduo, mas pode vir na forma de um

processo gradual".[34]

Elementos da Conversão

São dois os elementos essenciais da conversão: arrependimento pelo pecado e fé salvadora (cf. At 11:20-21 e 26:20).

Arrependimento

Arrependimento é o elemento retrospectivo da conversão. Consiste não apenas em reconhecimento e tristeza (*remorso*),[35] mas também em aversão e abandono do pecado.[36] A palavra *arrependimento*, "no Novo Testamento, denota uma mudança de mente, uma visão mais sábia do passado, incluindo arrependimento pelo mal então realizado, conduzindo a uma mudança de vida para melhor... inclui oposição e aversão conscientes à condição anterior".[37] Trata-se de uma obra soberana do Espírito Santo (At 11:18; 2 Tm 2:25-26). Entretanto, é requerida do homem, como criatura moral responsável diante de Deus (Mt 4:17; Ap 2:5).

A conversão alcança todas as áreas da vida: intelectual, emocional e volitiva. Intelectualmente, ela abrange o reconhecimento do pecado, da depravação moral e da culpa (Sl 51:3-5; Rm 3:20). Emocionalmente, implica em mudança de sentimento para com o pecado: aversão e tristeza (Sl 51; 2 Co 7:9-10), e para com as realidades espirituais: prazer e alegria (Sl 51:10,15,17). Volitivamente, inclui a determinação de abandonar o pecado e obedecer a Deus (Sl 51:2,7,10; 7:16-20).[38]

Fé Salvadora

Fé salvadora é o aspecto prospectivo da conversão. "É a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem" (Hb 11:1). Ela envolve os seguintes aspectos: conhecimento do evangelho e do seu significado (os fatos salvíficos e a sua correta interpretação); assentimento (reconhecimento da veracidade e genuinidade do evangelho); e confiança (entrega pessoal e confiante a Cristo como único e suficiente Salvador, baseada nos aspectos anteriores).[39]

Fé salvadora é um dom soberano de Deus (Ef 2:8). Entretanto, é requerida do homem, na condição de criatura moralmente responsável (Mc 1:15; At 16:31 e Hb 11:6). O "objeto" da fé salvadora é Cristo. "O poder salvífico da fé reside não nela própria, mas no todo-poderoso

Salvador. Não é a fé que salva, mas Cristo, por meio da fé"[40] (cf. Jo 3:16; 2 Tm 3:15 e Rm 10:9).[41]

Conclusão

A regeneração é obra soberana e exclusiva de Deus no coração do homem. A conversão também é obra soberana de Deus, enraizada na regeneração, mas nesta o homem tem parte. Tanto o arrependimento como a fé (elementos indispensáveis da conversão) são dons soberanos de Deus. Contudo, o homem é convocado a se arrepender dos seus pecados e a crer em Cristo como único e suficiente Salvador.

O homem natural, morto em seus delitos e pecados, por si mesmo, nada pode fazer. O homem regenerado, entretanto, com a graça soberana de Deus, que comunica arrependimento e fé, pode se converter dos seus maus caminhos para Deus.

A nós, convertidos, cabe anunciar o evangelho, seu significado e implicações, e convocar pecadores ao arrependimento e à fé em Cristo e na sua obra salvadora.

Os não-convertidos precisam suplicar a graça de Deus e converterem-se a Ele. Precisam mudar de mente, arrepender-se dos seus pecados e convencer-se da sua impiedade; denunciar, rejeitar e abandonar com aversão o curso anterior pecaminoso da sua vida. Precisam, igualmente, voltar-se para Deus, depositar fé em Cristo, confiando inteiramente nele como o seu único e suficiente Salvador.[42]

A JUSTIFICAÇÃO

A relevância da doutrina bíblico-reformada da justificação é ilustrada nas seguintes palavras de John Owen:

> Ouso dizer... que se perdermos a antiga doutrina da justificação pela fé no sangue de Cristo, e a imputação da sua justiça a nós, a pública profissão da religião rapidamente conduzirá ao papado ou ao ateísmo... No meu julgamento, Lutero fala a verdade quando diz: "a perda da doutrina da justificação implica na perda de todas as doutrinas cristãs".[43]

O verbo *justificar* é oriundo do latim *justificare* (*justus*+*facere*): *fazer justo*. Esse é o conceito católico-romano (causativo-moral): *fazer* ou *tornar justo*. Contudo, não é esse o significado dos termos originais bíblicos, especialmente com relação à doutrina da justificação. Os termos originais denotam a idéia declarativa-judicial de *declarar justo, considerar*

justo ou *ter como justo*.

Portanto, "*justificação* é um ato judicial de Deus, no qual ele declara, com base na justiça de Cristo, que todas as exigências da lei estão satisfeitas com relação ao pecador".[44] É o ato judicial por meio do qual Deus declara que um pecador culpado, ao depositar fé salvadora em Cristo, é considerado legalmente em harmonia com a sua lei, uma vez que a morte expiatória de Cristo é aceita em seu lugar, e a justiça de Cristo lhe é imputada. Segundo a definição do Breve Catecismo de Westminster: "É um ato da livre graça de Deus, no qual ele perdoa todos os nossos pecados e nos aceita como justos diante dele, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé".[45]

Termos e Textos Bíblicos Relacionados à Justificação

As Escrituras empregam dois conjuntos de palavras (hebraicas e gregas) com referência à doutrina da justificação.

O Antigo Testamento utiliza o verbo צָדַק e palavras derivadas, com os significados de: *justificar*, *estar justificado*, *demonstrar estar justificado*, e, principalmente: *declarar*, *considerar*, *ter por justo* ou *justificado*. Na grande maioria das ocorrências, o verbo significa: "declarar judicialmente que o estado de alguém está em harmonia com as demandas da lei"[46] (cf. Êx 23:7; Dt 25:1; Pv 17:15 e Is 5:23).

O Novo Testamento usa o verbo δικαιοώ e palavras derivadas, com significados semelhantes: *justificar*, *declarar estar em conformidade com a lei*; principalmente: *declarar justificado*. Em Paulo, especialmente, o verbo significa: declarar judicialmente que as demandas da lei foram plenamente satisfeitas com relação a alguém (cf. At 13:39; Rm 5:1; Rm 8:30,33 e Gl 2:16; 3:11).

Fundamento ou Base da Obra de Justificação

O fundamento ou base da justificação não se encontra em qualquer justiça gerada ou infundida em nós, como entende a Igreja Católica, e, sim, na graça soberana de Deus; no seu favor imerecido. Mais especificamente, na justiça que Cristo alcançou para nós, por meio da sua morte expiatória e da sua obediência integral à lei de Deus, a qual nos é imputada.[47]

O ensino bíblico é claro: "Ninguém será justificado diante dele por

obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado" (Rm 3:20; cf. v. 24). "O homem não é justificado por obras da lei, e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado" (Gl 2:16). "Não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós ricamente, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que, justificados por graça, nos tornemos seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna" (Tt 3:5-7).

Instrumento da Obra de Justificação

A justificação não deve ser considerada apenas pelo ponto de vista objetivo, como um ato de Deus, fundamentado na sua graça e manifestado na obra redentora de Cristo. É necessário ressaltar que a justificação não acontece à parte da nossa resposta ao chamado do evangelho.[48]

Qual é o instrumento da justificação? Nem cerimônia nem obras, mas fé salvadora em Cristo (acompanhada, evidentemente, de arrependimento). Contudo, a fé não é a base da justificação. Também não é consequência ou fruto da justificação. A fé é o instrumento da justificação: "Concluímos, pois, que o homem é justificado *pela fé*,[49] independentemente das obras da lei" (Rm 3:28). "Justificados, pois, *mediante a fé*,[50] temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 5:1).

Como a justificação se relaciona com os demais elementos da *ordo salutis* consideradas até aqui: vocação, regeneração e conversão? Visto que a fé (elemento essencial da conversão) é o instrumento da justificação, podemos concluir que a conversão precede logicamente a justificação. Assim, chegamos à seguinte *ordo salutis*: vocação → regeneração → conversão → justificação.

Elementos da Obra da Justificação

A obra da justificação inclui dois elementos: um negativo e outro positivo. O elemento negativo é o perdão da culpa, a remissão dos pecados, por meio da obediência passiva de Cristo na sua morte

expiatória (cf. Mt 26:28; Ef 1:7 e Rm 4:7-8). O elemento positivo é a imputação da justiça que Cristo conquistou por meio da sua obediência ativa, perfeita e integral à lei de Deus (cf. Mt 5:18; Rm 5:19 e Fp 2:8).[51]

Conclusão

A justificação é o ato judicial por meio do qual, em virtude da obra redentora de Cristo, Deus declara justo um pecador culpado. A base da obra da justificação não se encontra em obras ou virtudes humanas, mas na graça soberana de Deus em Cristo. O instrumento da justificação é a fé salvadora em Cristo. Os elementos da justificação são a obediência passiva e ativa de Cristo. Por sua obediência passiva (morte), a nossa culpa é expiada. Por meio da sua obediência ativa (cumprimento integral da lei), a sua justiça nos é imputada.

Qual a importância da justificação? Simplesmente, dela depende o nosso destino eterno: vida eterna, ao invés de condenação eterna. Bem-aventurança eterna com Cristo ao invés de sofrimento eterno. "Cristo *nos resgatou da maldição da lei*, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)" (Gl 3:13). "Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, *fôssemos feitos justiça* de Deus" (2 Co 5:21).[52]

A ADOÇÃO

Adoção é um propósito eterno e soberano de Deus Pai, fundamentado nos méritos de Cristo, realizado pela agência eficaz do Espírito Santo,[53] e consumado com a ressurreição do nosso corpo, por meio do qual ele nos liberta do estado de escravidão e temor no qual nos encontrávamos, nos recebe como filhos amados e herdeiros das suas promessas, e, pelo seu Espírito, confirma a nossa condição de filhos, criando em nós afeição filial para com Deus.

Raramente, a doutrina bíblica da adoção recebe destaque na teologia sistemática. Geralmente, ela é abordada apenas como uma das consequências da obra da justificação, junto com a vida eterna, como acontece em Turretin, Charles Hodge, Dabney, Bavinck e Berkhof[54]. Trata-se, entretanto, de uma doutrina bíblica importante e explicitamente ensinada nas Escrituras. Embora a aborde de maneira sucinta, em apenas

um parágrafo, a Confissão de Westminster dedica um capítulo separado à doutrina da adoção:

> Todos os que são justificados, é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome dele, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados a clamar 'Abba, Pai'; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia da redenção, e herdam as promessas, como herdeiros da eterna salvação (CFW, 12).[55]

Os privilégios e bênçãos que usufruímos por meio da adoção, levaram Thomas Watson a escrever: "Temos o suficiente em nós para mover Deus a nos corrigir, mas nada para movê-lo a nos adotar, portanto, exaltem a livre graça, comecem a obra de anjos aqui; bendigam com os seus louvores aquele que abençoou vocês fazendo-os seus filhos e filhas".[56]

A Paternidade de Deus

A Bíblia revela quatro tipos de paternidade de Deus: eterna, universal, nacional e adotiva.

A paternidade eterna de Deus se refere a Cristo, a Segunda Pessoa da Trindade, o eterno Filho de Deus (Mt 3:17; 14:33; 16:16; Mc 1:1; Jo 1:34; 3:18; 20:31; etc). A paternidade universal de Deus diz respeito à criação em geral. Nesse sentido, ele é pai de toda criatura, inclusive de toda a humanidade (At 17:24-29). A paternidade nacional de Deus está relacionada ao povo de Israel (Is 43:6; 63:16; Rm 9:4). A paternidade adotiva de Deus diz respeito aos que são justificados em Cristo. Esses se encontram em uma relação especial com Deus, adotados como filhos amados de Deus: "Veio para o que era seu, e os seus não o receberam. Mas, a todos quantos o receberam, *deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus*, a saber, aos que crêem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus" (Jo 1:11-13; cf. 1 Jo 3:1-2).[57]

Termo e Textos Bíblicos

O termo grego traduzido por adoção, na Bíblia, é υιοθεσία (composto por υιός e τίθημι), *colocar* ou *estabelecer na condição de filho*. Ele é

usado nas seguintes passagens, para designar a paternidade adotiva de Deus:

> Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de *adoção*, baseados no qual clamamos: Aba, Pai. O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo (Rm 8:14-17).
>
> A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus. Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora. E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a *adoção* de filhos [a realização plena da nossa adoção, por ocasião da], a redenção do nosso corpo (Rm 8:19-23).
>
> Durante o tempo em que o herdeiro é menor, em nada difere de escravo... Mas está sob tutores e curadores até ao tempo predeterminado pelo pai. Assim, também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo; vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a *adoção* de filhos. E, porque vós sois filhos, enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus (Gl 4:1-7).
>
> Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a *adoção* de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado (Ef 1:3-6).

Natureza e Benefícios da Adoção

A adoção é um ato legal declarativo da primeira pessoa da Trindade, e um dos propósitos da predestinação (Ef 1:4-5). Ela é testificada pelo Espírito Santo, o qual produz em nós afeição filial em relação à Primeira Pessoa da Trindade (Rm 8:15; Gl 4:6). Ela está fundamentada na obra redentora de Cristo (Gl 4:4-5; Ef 1:5), nos liberta da escravidão e do temor (Rm 8:15; Gl 1,2,7), nos torna herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo (Rm 14:17; Gl 4:6-7), e será consumada na ressurreição (Rm 8:23; 1 Jo 3:2).[58]

Entre os benefícios da adoção, Hodge menciona os seguintes:

participar da natureza de Deus (Jo 1:13; Tg 1:18; 1 Jo 5:18); nascer de novo (Rm 8:29; 2 Co 8:18; Cl 3:10; 2 Pe 1:4); ter o seu nome (1 Jo 3:1; Ap 2:17 e 3:12); ser objeto do seu amor peculiar (Jo 17:23; Rm 5:5-8; Tt 3:4 e 1 Jo 4:7-11); a habitação do Espírito de Cristo (Gl 4:5-6); proteção, conforto e abundante provisão (Sl 125:2; Is 66:13; Lc 12:27-32; Jo 14:18; 1 Co 3:21,23 e 2 Co 1:4); disciplina paternal para o nosso bem (Sl 51:11-12 e Hb 12:5-11); e herança divina, já mencionada acima.[59]

Conclusão

O ensino bíblico acerca da adoção representa um clímax na *ordo salutis*. Deus não apenas nos chama eficazmente, regenera, converte e justifica. Ele também nos concede a graça da adoção. Nos proporciona os privilégios de filhos: liberdade, nome, o Espírito, afeições, confiança, proteção, correção, sustento, herança, etc.

A nós, compete cultivar a gratidão por tamanho e imerecido privilégio e honrar a nossa condição, como filhos de Deus.[60]

A SANTIFICAÇÃO

Santificação é a obra graciosa, contínua, indispensável e segura do Espírito Santo, mediante a Palavra, no homem justificado, com a participação deste,[61] na qual o Espírito progressivamente purifica-o da corrupção do pecado, restaura a sua natureza inteira à imagem e semelhança do Criador e habilita-o a realizar a sua vontade para a glória de Deus.[62] Mais resumidamente: "Santificação é a obra da livre graça de Deus, pela qual somos renovados em todo o nosso ser, segundo a imagem de Deus, habilitados a morrer cada vez mais para o pecado e a viver para a retidão".[63]

Conceitos Equivocados

O catolicismo romano tem um conceito sacramentalista de santificação. Ele sustenta que a natureza corrompida é purificada no batismo, e que pecados cometidos após o batismo são purificados por meio da eucaristia (os veniais) ou por meio de penitências e de boas obras (os mortais).

O pelagianismo apresenta um pensamento legalista de santificação. Visto que o homem vem ao mundo nas mesmas condições de Adão, e o

pecado é considerado simplesmente como uma transgressão voluntária da lei, a santificação é vista simplesmente como a auto-submissão habitual da vontade à lei de Deus.

O perfeccionismo sustenta uma idéia mística de santificação. Justificação e santificação são graças separadas, alcançadas por atos distintos de fé. A santificação é uma segunda bênção, alcançada passivamente por um ato instantâneo de fé e rendição a Cristo. Essa doutrina incorpora os conceitos de crente carnal, e faz diferença entre Cristo como Salvador e Senhor.

O liberalismo professa noções moralistas de santificação. Rejeitando o sobrenatural, considera a santificação meramente como o aperfeiçoamento moral alcançado pelas forças naturais do homem.[64]

Termos Bíblicos

O Antigo Testamento utiliza principalmente as seguintes palavras para comunicar a idéia de santificação: קָדַשׁ, *separar*, *consagrar*, *santificar*; קָדוֹשׁ, *separado*, *consagrado*, *santo*; e קֹדֶשׁ, *separação*, *consagração*, *santificação*. Quase certamente, essas palavras derivam-se da raiz hebraica קָד, *cortar*, *separar*. Elas se aplicam primariamente a Deus: o qual é *separado*, *majestoso*. Aplicam-se também a tudo o que está relacionado a Deus: pessoas, lugares e coisas.

O Novo Testamento faz uso principalmente dos termos: ἁγιάζω, *separo*, *consagro*, *santifico*; ἅγιος, *separado*, *consagrado*, *santificado*; ἁγιασμός, *santificação* (focalizando o processo) e ἁγιότης/ἁγιοσύνη, *santificação* (focalizando o resultado de um processo). Eles são usados especialmente com relação ao Espírito Santo. Apenas a partir de, e ligado a esse relacionamento de consagração e devoção a Deus, é que se origina o sentido ético de pureza e retidão moral.

Conceito Bíblico-Reformado

Santidade é uma qualidade que, na Bíblia, se aplica primeiramente a Deus. "O significado ético do termo se desenvolveu a partir do significado majestático... O pecador se torna consciente da sua impureza em contraste com a majestade e pureza de Deus".[65]

Embora seja uma obra distinta, a santificação é inseparável da justificação. Não há regeneração sem santificação: "Sem santificação,

ninguém verá o Senhor" (Hb 12:14). Ela pressupõe o chamado eficaz, a regeneração, a conversão e a justificação. Não existe santificação sem regeneração.

A santificação está alicerçada na obra redentora de Cristo: "Se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da sua ressurreição, sabendo isto: que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos" (Rm 6:5-6).

Trata-se de uma obra realizada pelo Espírito Santo: "Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita" (Rm 8:11; cf. 1Pe 1:2); alcançada através dos meios de graça, especialmente da Palavra: "Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade" (Jo 17:17; cf. 2 Ts 2:13 e 1 Pe 1:22-23); levada a efeito progressivamente, com a participação do homem, como indicam as seguintes passagens bíblicas: "Santificai-vos e sede santos, pois eu sou o Senhor, vosso Deus. Guardai os meus estatutos e cumpri-os" (Lv 20:7-8); "Tendo, pois, ó amados, tais promessas, purifiquemo-nos de toda impureza, tanto da carne como do espírito, aperfeiçoando a nossa santidade no temor de Deus" (2 Co 7:1); "Desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2:12b-13).

Como observa Berkhof, "no Novo Testamento, santidade desponta como a característica especial do Espírito de Deus, pela qual os crentes são santificados, são qualificados para o serviço e são guiados para o seu destino eterno".[66]

A obra de santificação alcança o homem inteiro: corpo e alma (Rm 6:19; 1 Ts 5:23), intelecto (Jr 31:33; 2 Co 3:15-16), vontade (Fp 2:13), emoções (Gl 5:24-25) e a própria consciência (Hb 9:13-14). Contudo, ela é sempre incompleta nesta vida (Rm 7:18-19,23; 1 Jo 1:10), embora seja segura e vitoriosa, pela graça de Deus e operação do Espírito (Rm 6:14; 2 Co 3:18; 1 Jo 5:4).[67]

Ensino da Confissão de Fé

Refletindo o pensamento reformado, a Confissão de Fé de

Westminster resume a doutrina da santificação em três parágrafos, no capítulo XXIII, como segue:

> I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.
>
> II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.
>
> III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Elementos e Instrumentos da Santificação

A santificação tem necessariamente dois elementos: um negativo e outro positivo. O elemento negativo diz respeito à mortificação do velho homem, à remoção gradual da corrupção e depravação do pecado sobre a natureza humana: "Fazei, pois, morrer a vossa natureza terrena: prostituição, impureza, paixão lasciva, desejo maligno e a avareza, que é idolatria... despojai-vos, igualmente, de tudo isto: ira, indignação, maldade, maledicência, linguagem obscena do vosso falar. Não mintais uns aos outros..." (Cl 3:5ss; cf. Rm 6:6). Berkhof observa que o elemento negativo da santificação é "frequentemente representado na Bíblia como a crucificação do velho homem, e é, assim, conectado à morte de Cristo na cruz".[68]

O elemento positivo da santificação consiste na vivificação do novo homem. Trata-se, portanto, "daquele ato de Deus pelo qual a disposição santa da alma é fortalecida".[69] O apóstolo Paulo recomenda o elemento positivo da santificação, em todas as suas cartas. Colossenses 3:12-16 serve de exemplo:

> Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de ternos afetos de misericórdia, de bondade, de humildade, de mansidão, de longanimidade. Suportai-vos uns aos outros, perdoai-vos mutuamente, caso alguém tenha motivo de queixa contra outrem... Acima de tudo isto, porém, esteja o amor, que é o vínculo da

> perfeição... Habite, ricamente, em vós a palavra de Cristo; instruí-vos e aconselhai-vos mutuamente em toda a sabedoria, louvando a Deus, com salmos, e hinos, e cânticos espirituais, com gratidão, em vosso coração.

Os instrumentos da santificação são os meios de graça (no sentido geral) que Deus coloca à nossa disposição: a Palavra lida, pregada e representada nos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; a oração, a leitura de bons livros cristãos, a comunhão dos santos e a obediência à vontade revelada de Deus.

Conclusão

Visto que a santificação está alicerçada na obra redentora de Cristo, devemos cultivar sentimentos de gratidão a ele. Uma vez que a santificação é obra do Espírito, devemos suplicar que ele opere em nós o querer e o realizar, segundo a boa e agradável vontade de Deus. Porquanto a santificação se dá progressivamente, mediante a Palavra, com a participação humana, devemos nos expor diligente e constantemente a ela de todas as formas, nos esforçando para não sermos ouvintes negligentes, mas operosos praticantes da vontade revelada de Deus.[70]

A UNIÃO MÍSTICA DO CRENTE COM CRISTO

A união com Cristo é uma obra do Espírito Santo biblicamente relacionada a várias outras obras da *ordo salutis*. Ela está implícita sempre que expressões como: *em Cristo*, *no Amado*, *nele*, *no qual* (com referência a Cristo) são empregadas na Bíblia (cf. Ef 1:3ss). Por essa razão, alguns, como Alexander Hodge, discutem a doutrina no início da sua exposição da *ordo salutis*. Outras vezes, como ocorre na Confissão de fé de Westminster, o assunto é tratado de maneira integrada com as demais obras. Outros, ainda, a consideram apenas no final, como faz Morton Smith. A fim de prover uma abordagem mais sistemática da doutrina, seguirei Morton Smith, examinando-a separadamente.

Natureza da União com Cristo

A união do crente com Cristo não é uma união de essência, como entre as pessoas da Trindade. Não é uma união de personalidades: não há confusão entre a nossa pessoa e a pessoa de Cristo. Por outro lado, também não é mera união de pensamentos, sentimentos e propósitos,

como entre membros de uma sociedade. É, sim, uma união espiritual, vital, mística (naturalmente incompreensível, mas revelada na Bíblia), orgânica, fundamental, indissolúvel, pessoal e transformadora.

Boston explica a razão da indissolubilidade da união mística do crente com Cristo, como segue:

> Se fosse assim, que apenas o crente apreendesse a Cristo, mas Cristo não o apreendesse, poderíamos prometer pouco acerca da estabilidade dessa união – ela poderia cedo ser dissolvida; mas, quando o crente apreende a Cristo pela fé, também Cristo o apreende pelo seu Espírito, e ninguém o arrebatará da sua mão... Portanto, sejam quais forem as intermissões pecaminosas que possam ocorrer no exercício da fé, ainda assim a união permanece segura, por causa da permanente habitação do Espírito.[71]

Podemos, portanto, definir a união do crente com Cristo como a obra salvífica determinada por Deus na eternidade, realizada por Cristo e implementada pelo Espírito (o elo dessa união), na qual os regenerados e convertidos são espiritual, vital, misteriosa e indissoluvelmente unidos a Cristo e, consequentemente, com os demais membros do seu corpo, com os quais compartilham os sofrimentos, a morte, a ressurreição, a glória e a vida espiritual de Cristo.

Conforme observa Smith: "De alguma maneira misteriosa que ultrapassa o nosso entendimento e a nossa capacidade para demonstrar, Cristo habita nos crentes e os crentes em Cristo... há uma qualidade misteriosa de relacionamento que transcende qualquer mera união de sentimento, convicção ou propósito, colocando os crentes em Cristo e Cristo nos crentes."[72]

Aspectos da União com Cristo

A união de um ser humano a outro não é estranha à existência humana. Toda a raça humana está unida naturalmente (Gn 5:3; 1 Co 15:45-49) e representativamente com Adão (Rm 5:12-19; 1 Co 15:21-22). Marido e mulher também se unem, física (Gn 2:24; Ef 5:31), funcional (Gn 1:26-28; Ef 5:22-27) e simbolicamente (Ef 5:22-32), pelos laços do matrimônio, formando um só corpo.

A união mística do crente com Cristo tem dois aspectos: representativo e espiritual. O aspecto representativo da união com Cristo, de caráter legal, é indicado em passagens como 1 Coríntios 15:21-22: "Visto que a morte veio por um homem, também por um homem veio a

ressurreição dos mortos. Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo" (cf. Rm 5:17-21). O aspecto espiritual dessa união se dá mediante a habitação do Espírito de Cristo no coração do crente. Ela é ressaltada, por exemplo, em 1 Coríntios 12:12-13: "Assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo. Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito" (cf. 1 Co 6:15,17,19 e 1 Jo 3:24, 4:13).

Analogias Bíblicas da União com Cristo

A Bíblia faz uso de conhecidas analogias para representar a união mística do crente com Cristo, ressaltando especialmente os aspectos fundamental, vital, orgânico e místico dessa união. As principais são as seguintes:

O fundamento e as pedras ou tijolos de uma casa: "Ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi posto, o qual é Jesus Cristo... Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?" (1 Co 3:11-16; cf. 1 Pe 2:4-6).

Uma árvore e seus ramos: "Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o agricultor... permanecei em mim, e eu permanecerei em vós. Como não pode o ramo produzir fruto de si mesmo, se não permanecer na videira, assim, nem vós o podeis dar, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira, vós, os ramos. Quem permanece em mim, e eu, nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer" (Jo 15:1-5; cf. 14:19; Rm 8:10; 2 Co 13:5 e Gl 2:20; 4:19).

A cabeça e os membros de um corpo: "Mas, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor" (Ef 4:15-16).

Um marido e sua esposa: "O marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo... Somos membros do seu corpo. Eis por que deixará o homem a seu pai e a sua mãe e se unirá à sua mulher, e se tornarão os dois uma só

carne. Grande é este mistério, mas eu me refiro a Cristo e à igreja" (Ef 5:23, 30-32).

O Pai e o Filho, na condição de Mediador: "Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da sua palavra; a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós" (Jo 17:20-21).

Por melhor que essas analogias representem a união mítica do crente com Cristo, entretanto, é preciso reconhecer, com Hodge, que: "A designação técnica dessa união na linguagem teológica é 'mística', porque ela transcende de tal maneira todas as analogias das relações terrenas, quanto à intimidade das suas conexões, quanto ao poder transformador da sua influência e quanto à excelência das suas consequências".[73]

Os Fundamentos, a Realização e os Instrumentos da União com Cristo

Os fundamentos da união mística do crente com Cristo são o propósito eterno do Pai e a obra redentora de Cristo. A relação entre o propósito eterno do Pai e a união do crente com Cristo pode ser visto no uso das expressões "em Cristo", e "nele", em Efésios 1:3-4: "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais *em Cristo*, assim como nos escolheu, *nele*, *antes da fundação do mundo*" (cf. 2 Tm 1:9). A relação da obra redentora de Cristo com a união mística do crente com ele é indicada em passagens como Hebreus 2:14-17.

A realização ou efetivação da união mística do crente com Cristo, assim como as demais partes da *ordo lalutis*, é obra do Espírito Santo, o qual habita no coração do crente e é o elo da sua união com Cristo: "Assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo. Pois, *em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo*, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E *a todos nós foi dado beber de um só Espírito*" (1 Co 12:12-13; cf. Rm 8:9-11; 1 Co 12:13 e 2 Co 3:17-18).

O instrumento da união do crente com Cristo é a fé salvadora nele: "Me ponho de joelhos diante do Pai, de quem toma o nome toda família,

tanto no céu como sobre a terra, para que, segundo a riqueza da sua glória, vos conceda que sejais fortalecidos com poder, mediante o seu Espírito no homem interior; e, assim, *habite Cristo no vosso coração, pela fé*" (Ef 3:14-17). A fé que está envolvida na união do crente com Cristo, explica Smith:

> Não é apenas um assentimento à verdade, é uma comunhão viva com a pessoa exaltada e sempre presente do Redentor... Fé, na sua essência, é uma relação de pessoas, não uma aceitação de proposições. Ela envolve proposições, mas a sua essência está em uma relação de união e comunhão de amor.[74]

Consequências da União com Cristo

A união espiritual do crente com Cristo resulta em duas consequências práticas diretas para o crente: vida espiritual e comunhão com Cristo e com o seu corpo.

A Bíblia deixa claro que a vida espiritual do crente decorre e é mantida por sua união com Cristo: "Ainda por um pouco, e o mundo não me verá mais; vós, porém, me vereis; *porque eu vivo, vós também vivereis*. Naquele dia, vós conhecereis que eu estou em meu Pai, e *vós, em mim, e eu, em vós*" (Jo 14:19-20; cf. Gl 2:19-20 e Jo 15:1-5). Isso, como observa Berkhof:

> Assegura ao crente o poder continuamente transformador da vida de Cristo, não apenas na alma, mas também no corpo. A alma é gradualmente renovada à imagem de Cristo... (2 Co 3:18). E o corpo é consagrado no presente para ser um instrumento adequado da alma renovada, e será no final ressuscitado à semelhança do corpo glorificado de Cristo.[75]

A comunhão do crente com Cristo (nos seus labores, sofrimentos, morte e ressurreição) e com o seu corpo, a igreja, também resultam e são mantidas por sua união mística com Cristo: "Porventura, o cálice da bênção que abençoamos não é *a comunhão do sangue de Cristo?* O pão que partimos não é *a comunhão do corpo de Cristo?* Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque *todos participamos do único pão*" (1 Co 10:16-17; cf. Fp 2:1; 3:10; Cl 2:11-12; 3:1-4; 1 Pe 4:13; Gl 3:27; 1 Co 10:16-17; 11:24-25; 2 Co 13:14 e Fp 2:1).

A comunhão entre os membros do corpo de Cristo inclui: amor mútuo (Rm 12:10; 13:8), comunhão na doutrina (At 2:42; Ef 4-6), obrigações recíprocas no exercício dos dons e ofícios (1 Co 12:12-27; Ef 4:11-16),

honra e subordinação mútuas (Rm 12:10; 1 Co12:26-27, Ef 5:17,21). “Eles são animados pelo mesmo Espírito, são cheios do mesmo amor, estão firmados na mesma fé, estão engajados na mesma luta, e estão unidos no mesmo objetivo. Juntos, eles estão interessados nas coisas de Cristo e na sua igreja; de Deus e do seu Reino”.[76]

Conclusão

A nossa relação com Jesus não é apenas federal (representativa). É espiritual, vital e mística, isto é, transcendental (conhecida apenas porque nos é revelada nas Escrituras). O Espírito de Cristo que em nós habita e santifica nos une a Cristo e ao seu corpo. Por essa razão, compartilhamos a mesma espécie de vida espiritual e mantemos e devemos manter comunhão com Cristo e com os membros do seu corpo.[77]

PERSEVERANÇA NA SANTIDADE

A teologia reformada professa a doutrina da perseverança dos santos. Trata-se de um dos temas teológicos das doutrinas calvinistas da graça.

A doutrina da perseverança dos santos não ensina que os salvos não pecam, ou que não podem se afastar parcial e temporariamente de Deus. Ela também não ensina que os crentes alcançarão a salvação final, à força, apesar de viverem de maneira pecaminosa. O que a doutrina ensina é que aqueles a quem Deus chama eficazmente, regenera, converte, justifica, santifica, adota e une a Cristo, não podem se apartar total e definitivamente desse estado, mas perseveram nele, pela obra contínua e eficaz do Espírito, até alcançarem a vida eterna. Em última instância, trata-se da perseverança do Espírito e não do crente. O crente tem importante parte nessa obra, mas ela só é bem sucedida pelo poder do Espírito Santo que habita neles. Por essa razão, a perseverança do crente pode ser definida como: “aquela contínua operação do Espírito Santo no crente, pela qual a obra da graça divina, que é iniciada no seu coração, é continuada e completada”.[78]

Ensinos Equivocados

A doutrina reformada da perseverança dos santos é negada por católicos, arminianos e luteranos. Segundo a teologia romana, “a graça recebida da justificação é perdida não apenas pela infidelidade, pela qual a

própria fé é perdida, mas também por qualquer outro pecado mortal, embora (nesse caso) a fé não se perca".[79] Por meio do sacramento da penitência, esses pecados podem ser expiados e a salvação recuperada.

Para os arminianos, a perseverança dos salvos não é consequência da eleição, ou dom do Espírito alicerçado na obra redentora de Cristo. É, sim, uma "condição da nova aliança, a qual o homem deve cumprir pelo seu livre arbítrio, antes da sua decisiva eleição" (*Cânones de Dort*, 5:1). Isto é, a perseverança na santidade é obra humana, não necessariamente alcançada. Nem todos perseverarão em santidade.

Para os luteranos, os salvos não podem perder finalmente a salvação, mas podem perdê-la totalmente, por um tempo. Dessa maneira, eles tentam conciliar a certeza final da salvação, ensinada em passagens como Romanos 8:28-39, com passagens bíblicas que exortam e admoestam os salvos contra a apostasia. Segundo Smith, diferentemente dos arminianos, os luteranos não atribuem a perseverança ao homem. Eles desejam apenas conciliar as Escrituras.[80]

Ensino da Confissão de Fé

A Confissão de Fé de Westminster dedica um capítulo inteiro (o capítulo 17) à doutrina da perseverança dos santos:

> I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim, e serão eternamente salvos.
>
> II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.
>
> III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

No primeiro parágrafo, a Confissão de Fé de Westminster declara inequivocamente que os salvos em Cristo "não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente", mas perseverarão nesse estado até

o fim. Argumentando em favor da perseverança dos santos em conexão com a sua união com Cristo, Boston escreve:

> Às vezes, um vento tempestuoso de tentação sopra do inferno, e sacode os galhos que estão em Cristo, a vinha verdadeira. Contudo, a união deles com Ele é a sua segurança. Eles podem ser sacudidos, mas jamais serão arrancados. O Senhor, "juntamente com a tentação também proverá livramento" (1 Co 10:13)... Às vezes, o vento do inferno é tão violento, e sopra tão furiosamente, que faz até os galhos mais altos tocarem o chão. Apesar disso, presos a Cristo, o seu tronco, eles se levantam novamente, apesar dos mais violentos esforços do príncipe das potestades do ar (Sl 94:18).[81]

O segundo parágrafo da Confissão atribui os méritos da perseverança do crente, não a ele próprio, mas ao pacto da graça: à imutabilidade da vontade eterna e do amor do Pai, à eficácia dos méritos e da intercessão de Cristo, e à permanência da operação do Espírito nele. Nas palavras de Dabney:

> Essa perseverança no estado de graça não é inata e necessária à nova natureza, mas graciosa. Ela não procede de nada no estado interior da alma regenerada, mas totalmente do propósito de misericórdia de Deus... Segurança contra queda é um atributo de ninguém, exceto de Deus. Adão, no paraíso, foi capaz de apostatar. Anjos santos foram capazes de apostatar... Muito mais os crentes estariam sujeitos à queda, no estado de imperfeição. [82]

No terceiro e último parágrafo, a Confissão reconhece que, apesar de não poder cair nem total nem finalmente do estado de graça, o crente pode cair em pecados e permanecer neles por algum tempo, ao ponto de terem o seu coração endurecido pelo pecado, entristecerem a Deus, e trazerem juízos temporais sobre si. Contudo, ela não quer dizer com isso, acrescenta Dabney:

> Que um homem pode viver em pecado habitual e deliberado, e mesmo assim estar em um estado justificado, porque aquele que foi uma vez justificado não pode cair em tentação. Ele se une de coração em tudo o que pode ser dito contra tão odiosa doutrina. É impossível, porque a vida em tal estado de pecado prova que um homem nunca foi, nem se encontra agora, em um estado justificado...[83].

Bases Inferenciais

A doutrina reformada da perseverança dos santos é inferida legitimamente de outras doutrinas bíblicas, como a doutrina da eleição e predestinação do Pai. Esses decretos de Deus têm por fim: a perfeição moral e espiritual da igreja para a glória de Deus (Ef 1:3-6, 11-12); a

união do crente com Cristo e a eficácia da sua intercessão por eles (Hb 7:25; 1 Jo 1:1); a eficácia da obra do Espírito (Rm 8:11; Ef 1:16-20).[84]

Bases Bíblicas

A doutrina da perseverança dos crentes na fé é diretamente ensinada em várias passagens bíblicas. Entre as principais, destaco as seguintes:

> A vontade de quem me enviou é esta: q*ue nenhum eu perca* de todos os que me deu; pelo contrário, *eu o ressuscitarei no último dia*. De fato, a vontade de meu Pai é que todo homem que vir o Filho e nele crer, tenha a vida eterna; e *eu o ressuscitarei no último dia*" (Jo 6:39-40).
>
> As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; *jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão*. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e *da mão do Pai ninguém pode arrebatar*. Eu e o Pai somos um (Jo 10:27-30).
>
> *O pecado não terá domínio sobre vós*; pois não estais debaixo da lei, e, sim da graça (Rm 6:14);
>
> Os dons e a vocação de Deus *são irrevogáveis*" (Rm 11:29); "Quem és tu que julgas o servo alheio? Para o seu próprio senhor está em pé ou cai; mas *estará em pé, porque o Senhor é poderoso para o suster* (Rm 14:4).
>
> Sei em quem tenho crido e estou certo de que *ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia* (2 Tm 1:12; cf. 2 Tm 4:18).
>
> Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós *há de completá-la* até ao Dia de Cristo Jesus (Fp 1:6).
>
> Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua muita misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus para vós outros *que sois guardados pelo poder de Deus*, mediante a fé, para a salvação preparada para revelar-se no último tempo (1 Pe 1:3-5).

Conclusão

Nós não fomos eleitos por nossos méritos, não fomos redimidos por causa das nossas virtudes, nem perseveraremos na fé como consequência do nosso livre-arbítrio. Se o Senhor dos Exércitos não tivesse deixado um remanescente, segundo a eleição da graça, já nos teríamos tornado como Sodoma e Gomorra (Is 1:9; Rm 11:5). Entretanto, visto que somos guardados pelo poder do Espírito de Deus, podemos estar seguros de que ninguém nos arrebatará das mãos do nosso Redentor.

Que grande motivo de regozijo: o nosso nome está escrito no livro da vida! Jesus disse aos seus discípulos: "alegrai-vos, não porque os espíritos se vos submetem, e, sim, porque os vossos nomes estão arrolados nos céus" (Lc 10:20). Eles deveriam alegrar-se porque eram eleitos de Deus, porque tinham seus nomes escritos no livro do Cordeiro, e porque a salvação deles era firme, estável, segura e eterna. Assim também nós (Rm 8:28-39).[85]

CERTEZA DE SALVAÇÃO

A teologia reformada professa a doutrina da certeza de salvação – outro tema teológico de grande importância prática. Trata-se da possibilidade que o crente sincero tem de alcançar plena e confortadora convicção de que se encontra no estado de graça.

Há diferenças de opinião quanto a se essa certeza subjetiva está necessariamente incluída na fé salvadora. Mesmo entre os que sustentam a fé reformada, discute-se a relação entre fé salvadora e certeza de salvação. Muitos reformados, dentre os quais Kuyper, Bavinck, Vos e Berkhof, seguindo Calvino, sustentam que a fé salvadora inclui certeza de salvação.[86] Os presbiterianos, em geral, e alguns reformados negam que a fé salvadora inclua necessariamente certeza de salvação.

Dabney comenta: "Alguns pensam que a certeza de esperança é arrogante, como se fosse modéstia ou algo semelhante estar em suspense acerca da nossa salvação. Respondo: Se esperássemos salvar a nós mesmos, assim seria". Contudo, acrescenta ele: "Permanecer em suspense quando Cristo é capaz, deseja e é fiel, certamente não é marca de humildade nossa; mas, pelo contrário, é uma desonra a ele".[87]

Na realidade, entretanto, essa diferença é mais conceitual ou de ênfase do que real. Na prática, como veremos adiante, Calvino e os reformados em geral reconhecem que a certeza que faz parte da essência da fé salvadora não é absoluta; e os presbiterianos em geral reconhecem que existe sempre algum elemento de certeza na fé salvadora. Dabney, por exemplo, após definir certeza de salvação como "uma infalível certeza de fé que o sujeito está no estado de graça, e será salvo", define fé salvadora como:

> A ação direta de uma crença plena e cordial na promessa do evangelho, com uma recepção e confiança de coração em Cristo... Ninguém que professa a visão de

> Westminster nega que, mesmo a fé genuína mais fraca é acompanhada de um elemento de esperança... tudo o que asseveramos é que pode haver fé salvadora, mesmo que não haja uma πληροφορία ελπίδις [plena certeza de esperança].[88]

Breve Histórico da Doutrina

A Igreja de Roma nega a certeza pessoal de salvação, exceto em casos excepcionais, por revelação especial. Ordinariamente, visto que a salvação é resultado de obra humana, o crente não desfruta desse conforto nesta vida. Segundo o Concílio de Trento: "Embora nenhuma pessoa piedosa deva duvidar da misericórdia de Deus, dos méritos de Cristo e do poder dos sacramentos, ainda assim, quando ele considera a si mesmo e sua própria indisposição, pode ter temor e apreensão quanto à sua própria graça (estado); visto que ninguém pode saber com uma certeza de fé... que ele alcançou a graça de Deus".[89]

O metodismo histórico, por outro lado, crê que a conversão acarreta, necessariamente, certeza de salvação.[90] Entretanto, visto que, para os metodistas, o crente pode perder a salvação, eles, evidentemente, não acreditam em uma certeza final de salvação.

Os reformadores, em oposição à Igreja Católica, enfatizaram que certeza pessoal de salvação faz parte da fé salvadora. Para Calvino, certeza de salvação faz parte da essência da fé. Para ele, fé genuína inclui necessariamente um elemento de certeza, não apenas objetiva, com relação à veracidade das promessas de Deus e sua fidelidade em cumpri-las, mas também subjetiva, incluindo a convicção de que essas promessas nos dizem respeito individualmente. Segundo ele:

> Podemos obter uma completa definição de fé, se dissermos que é um conhecimento firme e certo da vontade misericordiosa de Deus para conosco, a qual, sendo fundada na verdade da graciosa promessa em Cristo, é tanto revelada às nossas mentes, quanto selada em nossos corações pelo Espírito Santo.[91]

Isso não significa, contudo, que, para Calvino, o elemento de certeza incluído na fé salvadora seja sempre uma confiança estável e inabalável, isenta de qualquer dúvida ou desconfiança. Para ele, a confiança do crente pode ser abalada ao ponto de fazer com que ele chegue a se envergonhar da sua incredulidade e a desconfiar da fidelidade de Deus.[92]

Para Turretin, importante teólogo da pós-reforma, a diferença de opinião entre os reformados acerca do tema resulta dos diferentes usos

da palavra *fiducia* (confiança): (1) *Confiança* ou *persuasão* que surge do julgamento acerca da verdade e bondade das promessas evangélicas e acerca do poder, beneplácito e fidelidade da promessa de Deus. (2) O *ato de confiar-se* ou *receber Cristo*, pelo qual o crente refugia-se em Cristo, recebe-o e confia-se exclusivamente aos seus méritos para a salvação. (3) A *confiança*, *satisfação* e *tranquilidade* mental que resulta do refúgio da mente em Cristo e da aceitação dele. "No primeiro e segundo uso, confiança (*fiducia*) pertence à essência da fé... é uma confiante apreensão de Cristo e de todos os benefícios oferecidos no evangelho. Entretanto, no terceiro uso, confiança não faz parte da essência, mas é fruto da fé, porque nasce dela, mas não está incluída nela".[93]

Definição

Certeza de salvação é a convicção que os crentes sinceros podem alcançar nesta vida, pela operação soberana do Espírito, fazendo uso diligente dos meios de graça que Deus oferece, de se encontrarem em estado de graça. Essa plena certeza de fé não faz parte necessariamente da essência da fé. Ela estimula e promove as virtudes cristãs, mas pode ser abalada, diminuída e interrompida, bem como restaurada e sempre aumentada, pela graça de Deus em Cristo.

Evidências Bíblicas

As Escrituras reconhecem a possibilidade da certeza de salvação, em vários graus. Paulo declara que "o próprio Espírito *testifica com o nosso espírito* que somos filhos de Deus" (Rm 8:16), e afirma a sua própria convicção, em 2 Timóteo 1:12, "*sei* em quem tenho crido *e estou certo* de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia" (cf. 4:7). Pedro recomenda que os crentes devem procurar, diligentemente, *confirmar a sua vocação e eleição*; a fim de não virem jamais a tropeçar (2 Pe 1:10). E o apóstolo João elabora o tema de maneira especial, na sua primeira carta, como por exemplo, nas seguintes passagens:

> "Ora, sabemos que o temos conhecido por isto: se guardamos os seus mandamentos" (2:3; cf. 3:24). "Nisto sabemos que estamos nele: aquele que diz que permanece nele, esse deve também andar assim como ele andou" (2:5-6). "Aquele que ama a seu irmão permanece na luz..." (2:10); "Todo aquele que permanece nele não vive pecando... Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática de pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver

pecando, porque é nascido de Deus" (3:6, 9). "Nós *sabemos* que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos; aquele que não ama permanece na morte" (3:14). "Nós somos de Deus; aquele que conhece a Deus nos ouve; aquele que não é da parte de Deus não nos ouve... Amados, amemo-nos uns aos outros, porque o amor procede de Deus; e todo aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus" (4:6-7). "Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo é nascido de Deus; e todo aquele que ama ao que o gerou também ama ao que dele é nascido" (5:1). "Estas coisas vos escrevi, a fim de saberdes que tendes a vida eterna, a vós outros que credes em o nome do Filho de Deus" (5:13).

Confissão de Westminster

A Confissão de Fé de Westminster distingue "fé salvadora" de "certeza de salvação," dedicando a esses temas capítulos distintos: 14 e 18. Para os teólogos de Westminster, fé salvadora é a graça ordinariamente operada pelo Espírito Santo através do ministério da Palavra, "por meio da qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas," e pode ser aumentada e fortalecida pelo ministério da Palavra, pela ministração dos sacramentos e pela oração (14:1). Certeza de salvação, por sua vez, é a convicção que crentes verdadeiros e sinceros em Cristo podem alcançar nesta vida, de "se acharem em estado de graça" (18:1).

Essa doutrina é resumida, na Confissão de Westminster, em quatro parágrafos. O parágrafo primeiro professa a possibilidade dessa segurança, apesar da vã esperança e presunção dos hipócritas. O parágrafo segundo concentra-se nos fundamentos da certeza da salvação. O parágrafo terceiro explica a natureza, os meios pelos quais ela pode ser buscada e os seus benefícios. O parágrafo quarto discute como ela pode ser abalada e restaurada.[94] O que segue é uma breve exposição desse capítulo da Confissão.

Certeza de Salvação e Presunção Hipócrita

A Confissão de Westminster começa o capítulo XVIII reconhecendo a possibilidade de o crente sincero alcançar certeza de salvação, apesar da vã presunção dos hipócritas. Ela admite, portanto, dois tipos de certeza de salvação: falsa e genuína. A falsa certeza de salvação é a presunção carnal dos hipócritas e de outros não regenerados, de se acharem no favor de Deus e em estado de salvação. Trata-se de uma vã ilusão e falsa esperança, que fatalmente perecerá. A genuína certeza de salvação, entretanto, é possível aos que crêem verdadeiramente e amam

sinceramente o Senhor Jesus, e procuram andar diante dele em boa consciência. Ela consiste na certificação de se acharem em estado de graça e no regozijo na esperança da glória de Deus. Esses, jamais serão decepcionados:

> *Ainda que os hipócritas* e os outros não regenerados possam iludir-se inutilmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de salvação, esperança essa que perecerá, contudo, *os que verdadeiramente crêem* no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará (parágrafo I).

Natureza da Certeza de Salvação

O parágrafo segundo, e a primeira parte do parágrafo terceiro do capítulo XVIII da Confissão de Westminster determinam a natureza e o fundamento da certeza de salvação:

> Esta certeza *não é* uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, *mas* uma infalível segurança da fé, *fundada* na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção (parágrafo II).
>
> Esta segurança infalível *não pertence* de tal modo à essência da fé, *que um verdadeiro crente*, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades... (parágrafo III).

Quanto à natureza da certeza de salvação, esses parágrafos da Confissão professam, negativamente, por um lado: que não se trata de uma simples conjectura infundada; e, por outro: que ela não se encontra necessariamente presente na fé salvadora, uma vez que ela pode vir a ser alcançada apenas em um estágio posterior na vida do crente. Positivamente, trata-se de uma plena convicção que o crente pode alcançar nesta vida, de ser objeto da graça salvadora de Deus em Cristo.

Quanto aos fundamentos da certeza de salvação, a Confissão reconhece pelo menos três. Primeiro, a Palavra de Deus: "a divina verdade das promessas de salvação" contida nas Escrituras. Segundo, a evidência da graça no crente: indicações da presença da graça de Deus na sua vida, percebida por meio do auto-exame. Terceiro: o testemunho direto do Espírito Santo para com o seu espírito, de ser filhos de Deus (Rm 8:15-16).[95]

Meios de Se Buscar a Certeza de Salvação

A segunda parte do parágrafo terceiro do capítulo XVIII da Confissão indica os meios que o crente deve buscar, com vistas a alcançar certeza de salvação:

> Contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode *alcançá-la* sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. *É, pois, dever* de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição...

Segundo a Confissão de Westminster, a certeza de salvação é alcançada: (1) Com paciência e esforço, porque o crente pode ter que esperar um tempo considerável e se empenhar bastante até possuí-la. Sendo, entretanto, seu dever ser diligente em buscá-la. (2) Pela obra soberana do Espírito Santo, o único que pode habilitar o crente "a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus". (3) Sem necessidade de revelação extraordinária. (4) Pelo uso devido dos meios ordinários: a Palavra lida e pregada; os sacramentos (a palavra representada); a oração perseverante e confiante; e, podemos acrescentar: a leitura de bons livros, a comunhão com os irmãos, a obediência de fé, a observação da providência de Deus, etc.

Benefícios da Certeza de Salvação

A parte final do parágrafo terceiro relaciona alguns privilégios oriundos da certeza de salvação, e conclui ressaltando que, ao invés de levar os crentes à negligência, como sugere a Igreja de Roma, as bênçãos proporcionadas pela certeza de salvação promovem a diligência espiritual:

> *A fim de que* por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

São os seguintes os privilégios proporcionados pela certeza de salvação, indicados pela Confissão: a confirmação do coração pelo Espírito; a paz de Deus que excede todo entendimento (Fp 4:7); alegria indizível e cheia de glória (1 Pe 1:8); amor a Deus, fruto da convicção do seu amor por nós; amor aos irmãos e ao próximo; gratidão a Deus por tão grande salvação; e firmeza e alegria nos deveres da obediência (ao invés de negligência; cf. 1 Co 15:58).

Desenvolvimento da Certeza de Salvação

O parágrafo quarto do capítulo XVIII da Confissão de Westminster adverte sobre como a certeza de salvação pode ser abalada e reconhece que ela pode ser restaurada:

> Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação *abalada*, diminuída e interrompida, *negligenciando* a conservação dela, *caindo* em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, *cedendo* a fortes e repentinas tentações, *retirando* Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; *contudo*, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser *restaurada* pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto (parágrafo IV).

Segundo a Confissão, a certeza de salvação pode ser abalada, diminuída e interrompida, das seguintes maneiras: (1) Quando a sua conservação é negligenciada. (2) Quando o crente cai em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo. (3) Quando o crente cede às tentações.

Quando isso acontece, Deus retira a luz do seu rosto, permitindo que andem em trevas aqueles que antes desfrutavam de segurança da salvação, embora nunca fiquem inteiramente privados da fé verdadeira, do amor a Cristo e aos irmãos, e da sinceridade de coração e consciência do seu dever. Contudo, "a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito".

Conclusão

A certeza subjetiva de salvação não faz necessariamente parte da essência da fé salvadora, a não ser de modo implícito. Ela é, antes, uma graça adicional à conversão, que o crente sincero pode alcançar pela ação soberana do Espírito Santo no seu coração e na sua mente.

Cremos, contudo, que o crente sincero não apenas pode, mas deve esforçar-se para alcançar plena certeza da sua salvação pessoal. Trata-se de uma bênção preciosa, que vale a pena ser buscada, visto que produz excelentes frutos espirituais: paz, alegria, gratidão, diligência, etc. – na proporção em que for alcançada.

Para isso, precisamos: (1) Ter cuidado com a presunção hipócrita, examinando-nos a nós mesmos se estamos realmente na fé; provando-

nos a nós mesmos (2 Co 13:5). (2) Fazer uso diligente dos meios de graça que Deus nos oferece (2 Pe 1:10). (3) Empenhar-nos para obedecer a vontade revelada de Deus.[96]

---

[1] Ler João 3:3-5; Romanos 3:19-28; 8:30 e Gálatas 2:16.

[2] Esses estados serão considerados em outra obra, sobre escatologia individual reformada, que pretendo publicar oportunamente, se Deus permitir.

[3] Bavinck explica que, ao colocar justificação e eleição após fé, regeneração e conversão, Calvino não tenciona indicar que esta é a ordem em que essas obras objetivamente se originam, e, sim, que "eleição é um decreto eterno, mesmo se as pessoas só se tornem conscientes dela pela fé" (Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 523). Ele esclarece também, que, enquanto na teologia católico-romana, os benefícios da graça de Deus são dispensados pelos sacerdotes por meio dos sacramentos, a teologia reformada os vê como "obra do Espírito Santo, pela qual os benefícios de Cristo são aplicados aos membros do corpo" de Cristo (Ibid., 579).

[4] Ver Hoeksema, *Reformed Dogmatics*, 446-51.

[5] Para uma discussão mais elaborada sobre a *ordo salutis* na teologia reformada, em comparação com a teologia luterana, ver Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, pp. 522-28.

[6] Para uma discussão mais completa da *ordo salutis*, pela perspectiva reformada, ver Berkhof, *Teologia Sistematica*, 494-502.

[7] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 580.

[8] Ibid., vol. 4, p. 33.

[9] Tradução dos termos hebraico קָרָא (*chamar*); e gregos: καλέω (*chamo*), κλῆσις (*chamado*, *chamamento*) e κλητός (*chamado*).

[10] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, p. 34.

[11] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 548.

[12] Smith, *Systematic Theology*, v. 2, pp. 431-32.

[13] Ver também João 3:16 e 2 Coríntios 5:11 e 20.

[14] Cf. Isaías 45:22; 55:1; Mateus 22:2-6; Marcos 16:15-16; Ezequiel 18:23, 32; 33:11; 1 Timóteo 2:1-5 e Ap 22:17.

[15] Títulos 3-4, artigos 8-9 (citado em Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 510). Ver também Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 35-38

[16] Hodge, *Teologia Sistemática*, 1049.

[17] Capítulo 10, parágrafo 1º (cf. *Breve Catecismo*, pergunta 31).

[18] Ver também a parábola do semeador.

[19] Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 434.

[20] Ver Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, p. 433. Cf. Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 43-44. Ver Atos 13:48; 1 Coríntios 1 23-24 e 1 Tessalonicenses 1:4-5.

[21] Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 511.

[22] Para um tratamento mais completo da doutrina da vocação para a salvação, pelo prisma reformado, ver Hodge, *Teologia Sistemática*, 961-1028; Dabney, *Systematic Thology*, 553-79; Hodge, *A Confissão de Fé*, 231-41; Berkhof, *Teologia Sistematica*, 541-54. O ensino puritano acerca do chamado para a salvação é resumido em Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 507-18; e J. I. Packer, *A Quest for Godliness: The Puritan Vision of the Christian Life* (Wheaton, IL: Crossway Books, 1990), 291-308. A doutrina da vocação para a salvação é abordada de maneira prática e pastoral em Schalkwijk, *Confissão de um Peregrino*, 29-32.

[23] Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, p. 582.

[24] Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 439.

[25] Ver Berkhof, *Systematic Theology*, 465-66.

[26] Cf. Berkhof, *Systematic Theology*, 468-69.

[27] Thomas Boston, *Human Nature in Its Fourfold State* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1964; reimpressão, 2002), 204.

[28] Ibid., 207.

[29] Youtz, "Regeneration", em *A Dictionary of Religion and Ethics*, citado em Berkhof, *Teologia Sistematica*, 558.

[30] Para uma abordagem mais completa da doutrina da regeneração do ponto de vista reformado, ver Hodge, *Teologia Sistemática*, 1029-56; Dabney, *Systematic Thology*, 579-99; Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, p. 29-95; e Berkhof, *Teologia Sistematica*, 555-72 (Bavinck e Berkhof tratam em conjunto as doutrinas da regeneração e do chamado eficaz). Com referência ao ensino puritano acerca da regeneração, incluindo a sua necessidade, natureza e sinais, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 463-80.

[31] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 573.

[32] Louw and Nida, *Lexicon*, s.v. "ἐπιστρέφω" [41.51].

[33] Ver Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 441; e Berkhof, *Systematic Theology*, 482-84.

[34] Berkhof, *Systematic Theology*, 580.

[35] Tradução do termo grego μεταμελείᾳ.

[36] Expressada, no NT, geralmente pelo termo grego μετανόια.

[37] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 574.

[38] Ver Hodge, *A Confissão de Fé*, 285-96; Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 443; e Berkhof, *Systematic Theology*, 486.

[39] Cf. Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 451.

[40] B. B. Warfield, *Biblical Doctrines* (Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1988), 504.

[41] Para uma abordagem elaborada da doutrina reformada acerca da "fé", ver Warfield, *Biblical Doctrines*, 467-508; Hodge, *Teologia Sistemática*, 1057-110; Dabney, *Systematic Thology*, 600-612; Hodge, *A Confissão de Fé*, 275-82; e Berkhof, *Teologia Sistematica*, 590-610.

[42] Para um tratamento mais completo da doutrina da conversão, do ponto de vista reformado, ver Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 96-175; e Berkhof, *Teologia Sistematica*, 573-89.

[43] John Owen, *The Doctrine of Justification by Faith* (citado em Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 491).

[44] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 615.

[45] Pergunta 33 (cf. *Confissão de Fé de Westminster*, 11:1).

[46] Berkhof, *Teologia Sistematica*, 611.

[47] Cf. Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 458.

[48] Ver Smith, *Systematic Theology*, v. 2, p. 459.

[49] Dativo instrumental grego.

[50] No original: ἐκ πίστεως, no sentido instrumental, como na versão de Almeida.

[51] Ver Berkhof, *Systematic Theology*, 514-16.

[52] Para um tratamento mais completo da doutrina da justificação, pela ótica reformada, ver Hodge, *Teologia Sistemática*, 1111-181; Dabney, *Systematic Thology*, 618-50; Hodge, *A Confissão de Fé*, 245-56; Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 173-229; e Berkhof, *Teologia Sistematica*, 611-30. Com relação ao ensino dos puritanos sobre a doutrina da justificação, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 491-506; e Packer, *A Quest for Godliness*, 149-61.

[53] Cf. Hodge, *Outlines of Theology*, 519.

[54] Cf. Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, p. 465; Dabney, *Outlines of Theology*, 607; Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp.226-27; e Berkhof, *Systematic Theology*, 515-

16.

55 Cf. o *Breve Catecismo de Westminster*, resposta 34; e o *Catecismo Maior de Westminster*, resposta 74.

56 Citado em Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 537.

57 Ver Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 466-68. Bavinck faz diferença entre adoção do ponto de vista ético, principalmente em João, e forense, principalmente em Paulo (*Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 226-27). Berkhof faz distinção entre a nossa filiação a Deus por adoção e por regeneração e santificação, embora reconheça que elas não podem ser separadas, visto que são mencionadas juntas em João 1:12; Romanos 8:15-16; Gálatas 3:26-27 e 4:6-7 (*Systematic Theology*, 516).

58 Ver Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 468-70; e Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 226-27.

59 Hodge, *Outlines of Theology*, 518-19.

60 Mais informações acerca da doutrina bíblica da adoção, em Hodge, *Outlines of Theology*, 515-19; Hodge, *A Confissão de Fé*, 261-63; Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 226-27; e Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 465-70. Com relação ao ensino dos puritanos sobre a doutrina da adoção, especialmente acerca da sua importância, poder transformador, marcas, privilégios e responsabilidades, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 537-54.

61 Conferir as advertências bíblicas contra o pecado, em Romanos 12:9,16-17; 1 Coríntios 6:9-10 e Gálatas 5:16-23; e as exortações à santidade, em João 15:2,8,16; Romanos 8:12-13; 12:1-2,17 e Gálatas 6:7,8,15.

62 Cf. Berkhof, *Systematic Theology*, 532.

63 *Breve Catecismo de Westminster*, pergunta 35 (cf. *Confissão de Fé de Westminster*, 8:1).

64 Tratamentos mais elaborados acerca de conceitos equivocados de santificação são encontrados em Berkhof, *Systematic Theology*, 529-31; e Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 471-83.

65 Berkhof, *Systematic Theology*, 531.

66 Berkhof, *Systematic Theology*, 532.

67 Ver *Confissão de Fé de Westminster*, 8:1-2.

68 Berkhof, *Systematic Theology*, 533.

69 Ibid., 533.

70 Para um tratamento mais completo da doutrina da santificação, em língua portuguesa, ver J. C. Ryle, *Santidade: Sem a Qual Ninguém verá o Senhor* (São Paulo: Editora Fiel, 1987); Hodge, *Teologia Sistemática*, 1182-215; e Hodge, *A Confissão de*

Fé, 265-72. Ver também Dabney, *Systematic Thology*, 660-87; Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 230-66; e Berkhof, *Teologia Sistematica*, 631-52. Sobre o ensino dos puritanos acerca da santificação, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 525-35.

71 Ver Boston, *Human Nature*, 282-83.

72 Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, p. 494.

73 A. A. Hodge, *Outlines of Theology*, 483 (citado em Berkhof, *Systematic Theology*, 449).

74 Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 497-98.

75 Berkhof, *Systematic Theology*, 552.

76 Ibid., 553.

77 Para um tratamento mais completo da doutrina da união do crente com Cristo, pelo prisma reformado, ver Boston, *Human Nature*, 253-320; Dabney, *Outlines of Theology*, 612-17; Berkhof; *Teologia Sistematica*, 533-40; e Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 491-98. Com relação ao ensino dos puritanos sobre a união do crente com Cristo e sua relação lógica com as obras da regeneração e da justificação, ver Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 481-89.

78 Berkhof, *Systematic Theology*, 546.

79 Concílio de Trento, 15.

80 Ver Smith, *Systematic Theology*, vol. 2, pp. 499-501.

81 Boston, *Human Nature*, 308.

82 Dabney, *Systematic Theology*, 688.

83 Ibid., 688-89.

84 Cf. Berkhof, *Systematic Theology*, 547-48.

85 Para uma discussão mais elaborada da doutrina da perseverança dos santos, do ponto de vista reformado, ver Hodge, *Teologia Sistemática*, 732-33 e 1108-110; Dabney, *Systematic Theology*, 687-98; e Hodge, *Outlines of Theology*, 542-47; Hodge, *A Confissão de Fé*, 315-21; Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 4, pp. 266-70; Berkhof, *Systematic Theology*, 524-49; e Anglada, *Calvinismo*, 103-20. A doutrina da perseverança dos santos é trata de maneira prática em Schalkwijk, *Confissão de um Peregrino*, 39-43.

86 Ver Berkhof, *Systematic Theology*, 508-09

87 Dabney, *Systematic Theology*, 712.

88 Ibid., 698-99.

89 Concílio de Trento, Seção 6, capítulo 9.

90 Berkhof, *Teologia Sistematica*, 608-09.

91 *Institutas*, 3.2.7.

92 Para um tratamento mais elaborado acerca da posição de Calvino quanto ao tema, ver Paulo R. B. Anglada, "A Confissão de Fé de Westminster é realmente calvinista? Uma avaliação crítica de "A modificação puritana da teologia de Calvino", de R. T. Kendall, *Fides Reformata* 3/2 (Jul-Dez 1998): 5-24.

93 Citado em Hodge, *Outlines of Theology*, 481.

94 Quanto à posição da Confissão de Westminster em relação à doutrina de Calvino acerca dessa questão, ver Anglada, "A Confissão de Fé de Westminster é realmente calvinista?".

95 Esses e outros fundamentos da certeza de salvação, como o amor de Deus, os méritos de Cristo e o pacto da redenção, são mencionados por Hodge, *Teologia Sistemática*, 1105-106.

96 Para um tratamento mais elaborado da doutrina reformada sobre a certeza de salvação, ver Dabney, *Systematic Theology*, 698-713; e Hodge, *A Confissão de Fé*, 323-34.

O HOMEM NO ESTADO DE GRAÇA: RESTAURAÇÃO DA *IMAGO DEI*

Assim como a queda afetou toda a *imago Dei* no homem em estado de pecado, assim também a regeneração se reflete de forma integral, restaurando-a progressivamente no homem em estado de graça. Como salienta Boston, a regeneração "é uma transformação universal; 'todas as coisas se fazem novas' (1 Co 5:17). É um abençoado fermento, que leveda a massa inteira... o pecado original infecta o homem inteiro; e a graça regeneradora, que é a cura, vai até onde vai a enfermidade".[1]

A imagem de Deus não é restabelecida no homem em estado de graça de maneira imediata nem absoluta. Isso só ocorrerá após a ressurreição do corpo. A restauração da *imago Dei* nesta vida, "é apenas uma transformação imperfeita. Apesar de cada parte do homem ser renovada, não há uma parte dele perfeitamente renovada".[2] Contudo, ela é progressiva e real, no que diz respeito a todos os seus aspectos: ontológico, moral e funcional.

Assuntos Tratados neste Capítulo

Neste capítulo, consideraremos brevemente a doutrina da *imago Dei* no homem em estado de graça, isto é, o que acontece com a imagem de Deus ontológica, moral e funcional no homem regenerado.

O esboço abaixo indica as várias áreas da *imago Dei* no homem no estado de inocência em que foi criado. Todas elas foram gravemente afetadas pela queda, são restauradas pela regeneração, conversão e santificação, e serão aperfeiçoadas na glorificação. Não poderemos senão refletir apenas brevemente sobre a restauração da *imago Dei* nessas áreas, no homem em estado de graça:

1) *Imago Dei* Ontológica:
   - Imaterial: na mente (razão, sentimentos e vontade), no coração e na consciência
   - Material: no corpo
2) *Imago Dei* Espiritual e Moral: piedade e integridade
3) *Imago Dei* Funcional:

- Na família
- Na igreja
- Na sociedade
- Na criação

Passagens Bíblicas Relacionadas ao Assunto

A Bíblia revela que a imagem de Deus corrompida na queda é restaurada no homem regenerado:

> Os que de antemão conheceu, também os predestinou *para serem conformes à imagem de seu Filho*, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos (Rm 8:29).
>
> Todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho [espelhando], a glória do Senhor, *somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem*, pelo Senhor, o Espírito (2 Co 3:18).
>
> Não mintais uns aos outros, uma vez que vos despistes do velho homem com os seus feitos e vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, *segundo a imagem daquele que o criou* (Cl 3:9-10).
>
> Vos despojeis do velho homem, que se corrompe segundo as concupiscências do engano, e vos renoveis no espírito do vosso entendimento, e vos revistais do novo homem, *criado segundo Deus*, em justiça e retidão procedentes da verdade (Ef 4:22-24).

Essas passagens indicam que a restauração da imagem de Deus no homem regenerado é um dos objetivos da predestinação (Rm 8:29); é obra progressiva do Espírito Santo (2 Co 3:18), o qual nos transforma segundo a imagem de Cristo; está relacionada ao novo homem e inclui o pleno conhecimento da vontade de Deus (Cl 3:9-10); e é criada em justiça e retidão operadas através da verdade revelada nas Escrituras (Ef 4:22-24). Apesar de ser consumada apenas na eternidade,[3] ela é iniciada e levada a efeito já agora, por meio da regeneração, conversão e santificação do Espírito, mediante a Palavra de Deus.

Outras passagens bíblicas assinalam a responsabilidade do homem regenerado na restauração da *imago Dei*: ela é realizada por meio da imitação de Cristo e daqueles que o seguem (Ef 5:1; 1 Co 11:1), e inclui amor abnegado (Ef 5:2), bem como humildade e obediência incondicional à vontade de Deus (Fp 1:5-9). Isso significa que a restauração da *imago Dei* no homem regenerado não é uma realização exclusivamente do Espírito Santo, na qual o homem é passivo. Ela

envolve também a participação do homem regenerado, na sua conversão e, especialmente, na obra da santificação, a qual ocorre por meio da imitação de Cristo:

> *Sede, pois, imitadores de Deus*, como filhos amados; e *andai em amor, como também Cristo nos amou* e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave (Ef 5:1-2).
>
> *Sede meus imitadores*, como também eu sou de Cristo (1 Co 11:1).
>
> *Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus*, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo *se humilhou*, *tornando-se obediente* até à morte e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome (Fp 2:5-9).

Em adição, outras passagens apontam para a natureza escatológica da restauração da *imago Dei*: ela só se consumará no estado de glória quando, refeitos à imagem de Cristo, teremos um corpo semelhante ao seu corpo glorioso e refletiremos a sua glória. O contraste é entre a nossa manifesta e presente condição decaída, em Adão, e a nossa condição escatológica gloriosa, em Cristo, ainda por ser manifestada, por ocasião da sua segunda vinda.

> Assim como trouxemos a imagem do que é terreno, *devemos trazer também a imagem do celestial*... (1 Co 15:49).
>
> A nossa pátria está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo, *o qual transformará o nosso corpo de humilhação, para ser igual ao corpo da sua glória*, segundo a eficácia do poder que ele tem de até subordinar a si todas as coisas (Fp 3:20-21; cf. Rm 8:18,23 e 2 Co 5:1-4).
>
> Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então, vós também *sereis manifestados com ele, em glória* (Cl 3:4).
>
> Amados, agora, somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que haveremos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, *seremos semelhantes a ele*, porque haveremos de vê-lo como ele é (1 Jo 3:2).

Conclusão

O propósito da obra da redenção com relação ao homem é a recuperação da imagem de Deus deformada na queda. Trata-se de uma obra fundamentada em Cristo e realizada pelo seu Espírito (como estudamos no capítulo anterior), relacionada ao conhecimento e conformação a Cristo. Entretanto, nós temos responsabilidades no seu desenvolvimento, imitando as virtudes de Cristo, como o seu amor,

humildade e obediência.

A restauração da imagem de Deus no homem só se realizará plenamente no estado eterno, com a glorificação do nosso corpo, à semelhança de Cristo. Entretanto, ela é progressiva e genuinamente realizada no crente, ainda nesta vida, na medida em que, pela obra do Espírito e auxílio da igreja, desenvolvemos a nossa salvação com temor e tremor (ler Ef 4:7-16).

RESTAURAÇÃO DA *IMAGO DEI* ONTOLÓGICA

Como já vimos, o conceito reformado da imagem e semelhança de Deus é amplo: ontológico, moral e funcional. Portanto, assim como a queda afetou toda a *imago Dei* no homem em estado de pecado, a regeneração também se reflete de forma integral no homem em estado de graça, em todas essas áreas.

A restauração da *imago Dei* ontológica abrange a razão, a vontade, as emoções, o coração, a consciência e o corpo. Todos esses aspetos da vida humana foram gravemente afetados pela queda, são restaurados na regeneração, conversão e santificação, e serão aperfeiçoados na glorificação.

Imago Dei Racional

A razão, a inteligência e o conhecimento são fundamentais à natureza humana. A palavra hebraica (שָׁעַר) traduzida por *imagina*, em Provérbios 23:7, "como *imagina* em sua alma, assim ele é", significa *raciocina*, *pensa*. Portanto, o que o ser humano é está intimamente associado à sua capacidade de pensar. Ele é uma criatura racional.

No Estado Original e no Estado de Pecado

Diferentemente dos animais, que têm apenas instinto e capacidade muito limitada de aprendizado, o ser humano foi criado com enorme capacidade para raciocinar, conhecer, compreender, aprender, imaginar, etc. Apesar das profundas limitações ocasionadas pela queda, o potencial mental humano é manifestado nas suas realizações literárias, artísticas, científicas e tecnológicas.

Essa capacidade (incluída na *imago Dei*, e profundamente afetada pela queda) não é meramente intelectual. Ela envolve o conhecimento de Deus. O homem em estado de pecado teve a sua capacidade para

conhecer a Deus e a sua vontade revelada seriamente afetada. A depravação do intelecto humano se manifesta no erro, na mentira, no engano, na heresia, na oposição à verdade, na incredulidade e na idolatria. Ele tornou-se intelectualmente incapacitado principalmente para compreender, de maneira salvífica, a revelação divina. Ele se encontra em trevas (Jo 3:19-20). "O deus deste século cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo" (2 Co 4:4).[4]

O resultado trágico dos efeitos da queda sobre a racionalidade humana é que "o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1 Co 2:14). Todos os homens naturais vivem "na vaidade dos seus próprios pensamentos, obscurecidos de entendimento, alheios à vida de Deus por causa da ignorância em que vivem, pela dureza do seu coração" (Ef 4:17-18; cf. Rm 1:18-22).

No Estado de Graça

A revelação bíblica sobre a racionalidade do homem regenerado é considerável. Jesus reivindica ser "a luz do mundo", e promete que aquele que o segue "não andará nas trevas; pelo contrário, terá a luz da vida" (Jo 8:12; cf. v. 46). Paulo declara: "outrora, éreis trevas, porém, agora, sois luz no Senhor" (Ef 5:8). Ele ensina, mais especificamente, que a restauração da imagem de Deus no homem no estado de graça inclui o verdadeiro conhecimento de Deus: "Vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou" (Cl 3:10). Em contraste com o homem em estado de pecado, o qual perdeu a capacidade de compreender e, consequentemente, de aceitar as verdades espirituais, o homem em estado de graça tem uma mente regenerada, provida de entendimento para reconhecer a divindade de Cristo, e de capacidades mentais e espirituais comparadas com as de Cristo, que é o nosso modelo e nós, a sua imagem (1 Co 2:14,16; 1 Jo 5:20). Resumindo, o homem em estado de graça tem a mente iluminada com relação às realidades espirituais: ao conhecimento de Deus (Os 2:20), ao conhecimento do pecado (Rm 7:13), ao conhecimento de si mesmo (Ez 36:31), ao conhecimento de Cristo (1 Co 1:18-24) e ao conhecimento da vaidade do mundo (Ec

1:2).[5]

Apesar de o homem no estado de graça ainda possuir uma natureza pecaminosa que o impede de obedecer inteiramente a Deus, pela sua graça e obra redentora de Jesus, a sua mente é levada cativa à lei de Deus. O velho homem é apenas um rebelde: "Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor. De maneira que eu, de mim mesmo, *com a mente, sou escravo da lei de Deus*, mas, segundo a carne, da lei do pecado" (Rm 7:25). Conforme escreve Boston: "A graça santifica [até] a memória... Ela é um depósito sagrado, do qual um crente é suprido no seu caminho para Sião... A Palavra de Deus armazenada em uma memória santificada serve para um homem resistir às tentações, coloca a espada na sua mão contra os seus inimigos espirituais, e é uma luz para dirigir seus passos no caminho da religião e da retidão".[6]

A restauração da *imago Dei* racional é um processo do qual participamos. "Nós não obtemos uma mente renovada através de alguma forma misteriosa de osmose espiritual. Deus não fala a uma mente inativa e preguiçosa. Nosso entendimento jamais será aberto e a nossa mente jamais será transformada se nos recusarmos a pensar".[7] Esse processo exige a inconformação com o mundo, a renovação da mente e a consequente compreensão e experiência da excelência da vontade de Deus (Rm 12:1-2). Exige também que nos despojemos do velho homem, que se corrompe segundo as concupiscências do engano, e que nos renovemos no espírito do nosso entendimento, e nos revistamos do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade (Ef 4:17-24).

A paz de Deus, que excede todo entendimento, guarda a mente do homem regenerado. Para que isso ocorra, entretanto, apenas o que é verdadeiro, respeitável, justo, puro, amável, de boa fama, virtuoso e louvável deve ocupar o nosso pensamento (Fp 4:6-8).

Conclusão

A restauração da imagem de Deus no homem em estado de graça inclui a racionalidade, especialmente a capacidade para conhecer a Deus e a sua vontade. Ele tem a mente de Cristo, no sentido em que ela é cativa à lei de Deus e aprova a sua vontade, ainda que imperfeitamente.

Isso implica em que ela não deve se conformar a este século, mas

precisa ser renovada e orientada pela Escritura, para que possa experimentar cada vez mais o fato de que a vontade de Deus é boa, perfeita e agradável. O homem regenerado não deve mais viver como o homem natural, o qual, obscurecido de entendimento, se entrega à dissolução e à impureza. Pelo contrário, deve abastecer a mente com tudo o que é verdadeiro, respeitável, justo, puro, amável, de boa fama, virtuoso e louvável. Os principais focos da mente regenerada são o conhecimento de Deus e de Cristo, como o Filho de Deus e verdadeiro Deus.

Imago Dei Volitiva

O ser humano não foi criado apenas com instintos. Ele possui uma vontade. Ele tem capacidade para desejar, tomar decisões e agir, de conformidade com a sua vontade.

No Estado Original e no Estado de Pecado

Originalmente, a vontade humana foi criada com inclinação para o bem, apesar de poder cair e inclinar-se para o mal. Na condição de criatura moral, o ser humano não foi criado como um autômato, sem capacidade para decidir. Ele foi criado livre para desejar o bem, arbitrar e escolher, de conformidade com o seu coração, com a sua razão e sentimentos puros, semelhantemente ao seu Criador.

No estado de pecado, o ser humano não deixa de possuir uma vontade, de ter capacidade para tomar decisões e de ser responsável por elas e pelos seus atos. Ele continua externamente livre para decidir e agir. Contudo, a sua vontade foi gravemente afetada pela queda. A vontade do homem em estado de pecado tornou-se rebelde, desobediente, insubmissa, determinada a transgredir a lei de Deus e a pecar. A vontade do homem natural não é governada pela vontade de Deus, nem mesmo pela razão, mas pelas paixões da mente, da carne e pelo diabo (Ef 2:1-3).

Apesar de morto para o bem espiritual, o homem natural encontra-se vivo e ativo na prática da impiedade e da iniquidade. Ele é inimigo de Deus. É um militante espiritual contra o seu Reino: “O pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar” (Rm 8:7). “A carne milita contra o Espírito” (Gl 5:17). Isso significa que apenas uma intervenção extraordinária e sobrenatural de Deus pode alterar essa condição do homem. Apenas por meio da obra

redentora de Cristo e da intervenção do Espírito – como vimos na parte anterior do nosso estudo – a vontade humana pode ser restaurada.

No Estado de Graça

O homem regenerado tem não apenas a mente restaurada para conhecer e crer em Deus. Ele tem também a sua vontade renovada, para obedecer ao seu Criador. Enquanto a vontade não for renovada para obediência, não há conversão: "Aquele que tem os meus mandamentos *e os guarda*, esse é o que me ama" (Jo 14:21). "Se alguém me ama, *guardará* a minha palavra" (Jo 14:23). "Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas *aquele que faz* a vontade de meu Pai, que está nos céus" (Mt 7:21). Como escreve Boston:

> A graça regeneradora é poderosa e eficaz, e dá à vontade uma nova direção. Ela não a força, contudo a arrasta poderosamente, de sorte que o seu povo se apresenta voluntariamente no dia do seu poder (Sl 110:3). Há uma oratória celestial nos lábios do Mediador, para persuadir pecadores: "nos teus lábios se extravasou a graça" (Sl 45:2). Há cordas humanas e laços de amor em suas mãos, para atrai-los para Si (Os 11:4).[8]

Algumas passagens bíblicas, ao descreverem a condição do homem natural, lançam luz sobre a vontade do homem regenerado. É o caso, por exemplo, de João 5:37-40, onde aprendemos que, enquando o homem natural não quer confiar em Cristo para alcançar a vida eterna, o homem em estado de graça quer e vai a Cristo. O mesmo ocorre também em Efésios 2:1-3, onde a vontade e os desejos carnais do homem natural, inclinados para o pecado e para a transgressão da vontade de Deus por influência do diabo, são contrastados com a vontade espiritual do homem regenerado, inclinada para Deus e para a santidade, por influência do Espírito Santo, mediante a sua Palavra. Esse é o caso, ainda, de 1 Pedro 4:1-3, onde a decisão do homem natural de viver segundo as suas paixões e vontade pecaminosas é contrastada com a determinação do homem regenerado, de viver de maneira oposta, encorajado pelo exemplo de Jesus.

Outros textos das Escrituras lançam luz diretamente sobre a condição da vontade do homem regenerado. Romanos 7:15-20, por exemplo, revela que apesar de não conseguir realizar plenamente o que deseja, o homem no estado de graça deseja sinceramente fazer a vontade de Deus, e sofre quando não consegue. Esse desejo e determinação (e

consequentes conflitos) são marcas do homem regenerado. E Filipenses 2:12-13, ensina que a determinação de obedecer a Deus é obra do próprio Deus, pelo seu Espírito. É Ele quem efetua (ὁ ἐνεργῶν) no homem regenerado o *querer e o realizar*, conforme a sua boa vontade. Entretanto, somos responsáveis por essa obediência: "desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor...".

Finalmente, várias passagens bíblicas se referem à vontade do homem regenerado como uma "boa vontade". Essas passagens ilustram o fato de que a vontade do homem nesse estado foi reabilitada para desejar o que é agradável a Deus. Elas se referem à vontade de Paulo com relação ao bem espiritual dos seus compatriotas, quanto à saúde espiritual dos membros das igrejas, e à sua alegria na vontade de Deus; à vontade dos crentes para assistirem seus irmãos necessitados; à vontade de Tito para servir à igreja; à vontade de servos para obedecerem e servirem a seus senhores; e à vontade de presbíteros para pastorearem o rebanho de Deus (cf. Rm 10:1; 2 Co 8:16-19; 12:8-9, 14-15; Ef 6:6-7; 1 Pe 5:1-2, etc.).

Conclusão

A restauração da imagem de Deus no homem em estado de graça inclui não apenas a racionalidade – especialmente a capacidade para conhecer a Deus e a sua vontade, e crer nele. Ela inclui também a vontade: o desejo de ir a Cristo, de crer nele, obedecê-lo e servi-lo. Apesar de ainda ter uma natureza pecaminosa, a sua vontade, antes inabilidada espiritualmente, agora é progressivamente inclinada para querer o que Deus quer, e obedecer a sua vontade revelada. O Espírito Santo "ilumina a mente para nos conduzir à fé; ele convence a consciência para nos conduzir ao arrependimento; ele renova a vontade para nos conduzir à obediência".[9]

A restauração da vontade é obra do Espírito, contudo não dispensa a participação do homem regenerado, no uso diligente dos meios de graça. Por essa razão, o homem em estado de graça não sucumbe à vontade, aos desejos e às paixões pecaminosas da carne. Ao invés de se entregar à dissolução, à concupiscência e à idolatria, ele se inclina à santidade, à piedade, ao serviço e promoção do reino de Deus no mundo.

Imago Dei Emocional

O homem é um ser emocional. Ele tem sentimentos e afeições. Ele se alegra e se entristece; ri e chora; se amargura, sente raiva, indignação, inveja, ressentimento, medo, vergonha, saudade, amor, gratidão, contentamento, etc.

No Estado Original e no Estado de Pecado

No estado original, Adão e Eva tinham as suas afeições, sentimentos ou emoções harmonizados com o verdadeiro conhecimento de Deus. Eles amavam a Deus e ao próximo, alegravam-se em fazer a sua vontade e desconheciam sentimentos pecaminosos. O prazer deles consistia em realizar a vontade do Criador, em todas as coisas.

No estado de pecado, suas afeições se desordenaram. Ao invés de amar a Deus, eles passaram a fugir dele e a experimentar sentimentos de medo, vergonha, descontentamento, conflitos, etc. A depravação das afeições, emoções e sentimentos do homem no estado de pecado se expressa no prazer em fazer a vontade da carne, e no desagrado em amar, obedecer, servir e adorar a Deus, bem como em amar e servir ao próximo.

No Estado de Graça

No estado de graça, o homem tem as suas afeições progressivamente restauradas. À medida que ele conhece a Deus e a sua vontade, e o seu caráter é transformado pela ação santificadora do Espírito Santo mediante as Escrituras, o homem convertido tem as suas emoções santificadas. É isso que chamamos de restauração da *imago Dei* emocional.

A restauração da *imago Dei* emocional se manifesta em todas as relações do homem regenerado: com Deus e a sua Palavra, consigo próprio, com o pecado e com o próximo.

Na Relação com Deus e a Sua Palavra

A restauração da *imago Dei* emocional no homem regenerado se manifesta primeiramente na sua relação com Deus e com a sua vontade revelada, incluindo temor e amor a Ele e à sua Palavra. Isto é, na reverência e prazer em obedecê-lo e agradá-lo, próprios da criatura para com o seu soberano Criador.

A transformação ocasionada pela regeneração corrige as afeições humanas, colocando-as onde deveriam estar (2 Ts 3:5). Conforme

explica Boston:

> A graça regeneradora coloca as afeições tão firmemente em Deus, que o homem é disposto, ao comando de Deus, a libertar-se de tudo o mais, a fim de apegar-se a Cristo... Se "a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida" têm o trono no nosso coração, o qual deveria ser possuído pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo; se nunca tivemos tanto amor a Deus quanto a nós mesmos... somos estranhos a essa graça transformadora.[10]

A Bíblia ensina que "o temor do Senhor é o princípio do saber" (Pv 1:7); que a salvação deve ser desenvolvida "com temor e tremor" (Fp 2:12); e que o temor a Deus é uma marca do crente e da igreja (At 2:43; At 9:31; Hb 12:28). Ensina também que o homem regenerado ama a Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de toda a sua força (Dt 6:5; cf. Mt 12:30; Dt 30:6; Sl 18:1; Sl 1167:1); que o amor a Deus é fruto do Espírito Santo (Gl 5:22); e que esse sentimento se expressa na obediência aos seus mandamentos (Dt 11:1; 1 Jo 5:3).

Na Relação Consigo Próprio

A restauração da *imago Dei* emocional também se manifesta na relação do homem regenerado consigo próprio, especialmente, na paz genuína (Sl 119:165; Jo 14:27; At 10:36; Rm 5:1; Gl 5:22; Ef 6:15; Rm 15:33; Cl 3:15), na profunda alegria espiritual (Sl 16,11; Sl 19:8; Lc 2:10; At 2:46; Rm 14:17; Gl 5:22; 2 Co 6:10; 1 Pe 1:18; Fp 4:4) e no contentamento com a providência de Deus que ele passa a experimentar (Pv 19:23; Fp 4:11; 1 Tm 6:6; 1 Tm 6:8).

Na Relação com o Pecado

A restauração da *imago Dei* emocional também se manifesta na relação do homem regenerado com o pecado. Ele, que antes era atraído e tinha prazer no pecado, passa a experimentar sentimentos de aversão, tristeza e arrependimento por suas transgressões. Como Salomão, ele declara: "A minha boca proclamará a verdade; os meus lábios *abominam* a impiedade" (Pv 8:7). Como o salmista, ele confessa a sua iniquidade, e suporta tristeza por causa do seu pecado (Sl 38:18); e, abomina e detesta a mentira, porém ama a sua lei (Sl 119:163). Ver também os Salmos 32:5; 51:2 e 2 Coríntios 7:9-10.

Na Relação com o Próximo

Finalmente, a restauração da *imago Dei* na esfera das emoções também se manifesta na relação do homem regenerado com o seu

próximo, principalmente por meio dos sentimentos de amor e humildade. O homem convertido não apenas ama a Deus de todo o seu coração. Porque Deus o amou primeiro (1 Jo 4:19), ele ama ao próximo como a si mesmo (Mc 12:33; Mt 22:37-39). As suas relações humanas estão arraigadas e alicerçadas em amor (Ef 3:17), o vínculo da perfeição (Cl 3:14), a evidência maior da sua nova natureza (1 Pe 4:8; 1 Jo 3:14; 4:8,16; 5:2).

Além disso, as suas relações com o próximo são governadas pelo sentimento de humildade, decorrente de uma compreensão apropriada da sua natureza corrompida, da sua culpa e da graça de Deus (Mt 5:3; Ef 4:2; Cl 3:12; 1 Pe 5:5).

Conclusão

A restauração da imagem de Deus no homem em estado de graça inclui a racionalidade, a vontade e as afeições, sentimentos ou emoções. O homem inteiro é restaurado à imagem de Deus com a qual foi originalmente criado. Todas as suas faculdades são progressivamente transformadas. Elas são santificadas pelo Espírito Santo que opera neles a vontade graciosa de Deus, mediante a sua Palavra, adequando-os à vida eterna.

Com relação às emoções, a restauração da *imago Dei* se expressa no temor e amor a Deus e à sua vontade; na paz, alegria e contentamento individuais com a providência de Deus; na aversão, tristeza e arrependimento pelo pecado; e no amor ao próximo e humildade nos seus relacionamentos.

A restauração das emoções também é obra do Espírito, contudo não dispensa a nossa participação, pelo uso diligente dos meios de graça colocados à nossa disposição. Ela não é estática, é dinâmica. Essa é a razão das várias exortações bíblicas para amarmos a Deus e ao próximo, nos alegrarmos e termos paz em Cristo, e odiarmos, mortificarmos e nos arrependermos do pecado.

Restauração do Coração

A restauração da *imago Dei* imaterial do homem inclui a mente (razão, vontade e emoções) o coração e a consciência. Já refletimos sobre a restauração da mente. Nesta seção, consideraremos a restauração da *imago Dei* com relação ao coração.

O uso extensivo da palavra *coração* na Bíblia[11] indica a sua importância: ela aparece mais de 600 vezes no Antigo Testamento e 210 no Novo. Nas Escrituras, o termo *coração* não designa apenas um órgão físico. Ele representa "o centro da vida interior do homem e a fonte ou centro de comando de todas as forças e funções da alma".[12] O uso figurado do coração decorre de ser ele um órgão essencial à vida física. Assim como fisicamente o sangue é irrigado pelo coração para todos os membros, assim também, em um sentido metafórico espiritual, toda a vida da alma flui do coração.

Na psicologia bíblica, o coração desempenha um papel fundamental. Ele é o órgão espiritual central e essencial da alma. É a sede de todo o ser humano. Dele procedem as fontes da vida e, ao mesmo tempo, o pecado. Ele determina a nossa condição espiritual, bem como os nossos pensamentos, sentimentos, vontade e conduta. Por causa da queda, ele precisa ser regenerado e santificado pelo Espírito Santo (cf. Pv 4:23; Mt 15:19).

Em resumo, segundo a Bíblia, o coração é o centro intelectual, emocional, volitivo, moral e espiritual do homem.

No Estado Original e no Estado de Pecado

No estado original, o coração do homem refletia a santidade de Deus. Ele era santo, puro e bom. E, porque ele é o centro de comando da alma, todas as faculdades humanas (razão, emoções e vontade) e ações do corpo eram santas. Todas as qualidades mencionadas da razão, das emoções e da vontade no homem em estado original fluem do coração santificado com que foram criados os nossos primeiros pais.

No estado de pecado, o coração do homem se corrompeu. Ele tornou-se pecaminoso, impuro e mau. Consequentemente, todas as faculdades humanas tornaram-se pecaminosas. Toda a corrupção, depravação e pecaminosidade da razão, das emoções e da vontade do homem em estado de pecado mencionadas anteriormente, fluem do seu coração ímpio e iníquo (Gn 6:5; Jr 17:9; Mt 15:18-19).

A Bíblia descreve o coração do homem em estado de pecado como um coração de pedra, duro, incircunciso, maligno, mau, desviado, pervertido, orgulhoso, arrogante e soberbo. Um coração fingido, insensato, perverso, ímpio, inconstante, obstinado, insensível, iníquo,

infiel, invejoso, enganoso, cego, idólatra, impuro, imundo, incrédulo, impenitente e distante de Deus.

No Estado de Graça

No estado de graça, o coração é o primeiro "órgão" espiritual a ser recuperado. Como vimos no capítulo anterior, as obras realizadas pelo Espírito Santo, mediante a Palavra, começam com a regeneração do coração: aquele ato pelo qual o Espírito comunica nova vida espiritual ao pecador. A restauração do coração é o fundamento da obra da salvação, sem o qual, nada de efetivamente relevante pode ser edificado.

Regeneração é a obra do Espírito Santo, na qual ele implanta na alma humana um novo princípio de vida, santificando o coração, o centro espiritual de governo da alma, assegurando a disposição santa da alma – anteriormente morta nos seus delitos e pecados e naturalmente inclinada para o pecado, por causa da queda. É o que a Bíblia também chama de novo homem, nova criatura ou novo nascimento.

No estado de graça, o coração pecaminoso, impuro e mau do homem é transformado, santificado, purificado. Consequentemente, todas as faculdades humanas são positivamente afetadas. Todas as qualidades da razão, das emoções e da vontade no homem em estado de graça que mencionamos, fluem do coração regenerado, purificado e santificado pelo Espírito Santo.

A Bíblia descreve o coração do homem em estado de graça como: quebrantado, compungido, contrito (Sl 51:17; 34:18), crente (Rm 10:9-10), circunciso (Rm 2:29), novo (Ez 18:31; 36:26), iluminado (2 Co 4:6; Ef 1:18), habitação de Cristo no Espírito (Gl 4:6; Ef 3:17), puro (Sl 51:10; 2 Tm 2:22) santo (1 Ts 3:13), reto (Sl 32:11; 64:10), íntegro (Sl 119:7), sincero (Sl 101:2; Ef 6:5), firme (Sl 112:7), sábio (Pv 10:8), em paz (Fp 4:7) e obediente (Rm 6:17). Um coração que conhece (Jr 24:7), ama (Dt 6:5), teme (Jr 32:40), honra (Ml 2:2) e louva a Deus (Sl 9:1), e guarda a sua Palavra (Dt 11:18; Sl 40:8; 119:11; Hb 10:16; Ef 5:19).

Conclusão

A restauração da imagem de Deus imaterial no homem em estado de graça inclui não apenas a mente (racionalidade, a vontade e as emoções), mas o coração. O coração, no sentido bíblico, desempenha um papel fundamental. Ele é o "órgão" espiritual central e essencial da alma. É a

sede de todo o ser humano. Por essa razão, o coração é o primeiro "órgão" espiritual humano a ser reabilitado.

No estado de pecado, o coração do homem se corrompeu. Ele se tornou pecaminoso, impuro e mau. Consequentemente, todas as faculdades humanas tornaram-se pecaminosas. No estado de graça, o coração do homem é regenerado pelo Espírito Santo. Como resultado, ele pode ser descrito com as qualidades que consideramos, embora não perfeitamente, pois ainda possuímos uma natureza pecaminosa.

Diante da importância do coração, como centro de controle da alma, é importantíssimo o conselho de Salomão: "Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração, porque dele procedem as fontes da vida" (Pv 4:23).

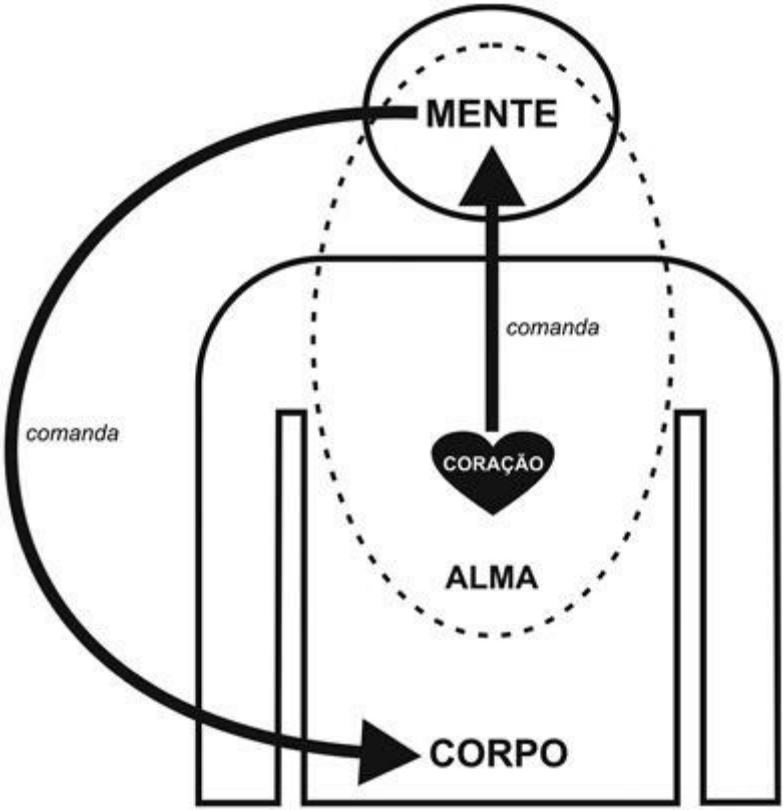
Restauração da Consciência

Como escreve John MacArthur:

> A consciência tem sido vista pelo mundo moderno como um defeito que rouba das pessoas sua auto-estima. Porém, longe de ser um defeito ou um desequilíbrio, a habilidade de discernir a nossa própria culpa é um enorme dom de Deus... Ela é o sistema de alarme que nos diz: "Levante! Levante!" antes da queda e do fogo.[13]

Segundo o ensino bíblico, parece haver a seguinte relação entre a alma, o coração, a mente (razão, vontade e emoções) e o corpo: o coração é o centro de comando da alma; mente é o seu órgão operacional; o corpo realiza o que a mente ordena. A mente é a *interface* entre o coração e o corpo: o coração comanda a mente; a mente comanda o corpo. O centro de comando da alma está ligado ao coração; órgão operacional da alma (a mente) está ligado ao cérebro.

O desenho a seguir tenta representar graficamente essas relações:



Segundo a Bíblia, além da alma humana ter uma sede de comando (o coração) e um órgão executivo (a mente), ela tem também um órgão judicial: a consciência. O coração legisla, a mente ordena, o corpo realiza e a consciência julga. A consciência fiscaliza os propósitos do coração, os planos da mente e as ações do corpo. Ela é uma juíza de Deus na alma humana. "É a alma se autocensurando", escreve o puritano Richard Sibbes.[14]

A Palavra Consciência

A palavra *consciência* não aparece no Antigo Testamento, mas a idéia sim, como, por exemplo, em Gênesis 3:8 e 1 Samuel 24:5. No Novo

Testamento, *consciência* é tradução do grego συνείδησις, um termo que ocorre cerca de 32 vezes.[15]

Os termos português, grego e latino (*conscientia*) têm a mesma etimologia: *conhecer com* outro ou consigo mesmo. Eles designam a capacidade da "alma de distinguir entre o que é moralmente bom ou mal, sugerindo o primeiro e evitando o segundo, recomendando um e condenando o outro".[16]

Funções da Consciência

A consciência, na Bíblia, exerce as seguintes funções: Primeiro, testemunhar acerca da correção dos pensamentos, ações ou omissões, acusando ou defendendo, como em Romanos 2:14-15: "Quando, pois, os gentios, que não têm lei, procedem, por natureza, de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração, *testemunhando-lhes também a consciência* e os pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se" (cf. Jo 8:9; Rm 9:1 e 2 Co 1:12).

Segundo, orientar, determinando um dever: "É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também *por dever de consciência*" (Rm 13:5).

Terceiro, reconhecer a integridade das ações e omissões de terceiros: "Tendo este ministério, segundo a graça que nos foi feita, não desfalecemos; pelo contrário, rejeitamos as coisas que, por vergonhosas, se ocultam, não andando com astúcia, nem adulterando a palavra de Deus; antes, *nos recomendamos à consciência de todo homem*, na presença de Deus, pela manifestação da verdade" (2 Co 4:1-2; cf. 2 Co 5:11).

No Estado Original e no Estado de Pecado

No estado original, as consciências de Adão e de Eva funcionavam perfeitamente, aprovando os seus pensamentos, sentimentos, vontade e atos santos. Elas testemunhavam corretamente em favor da santidade deles, determinavam precisamente os seus deveres, e reconheciam a integridade, justiça e santidade da vontade de Deus a eles revelada.

No estado de pecado, a consciência do homem se corrompeu. Como consequência da depravação do coração, da razão, das emoções e da vontade dos nossos primeiros pais, a consciência deles (e de toda a raça

humana) deixou de ser confiável. Eles também deixaram de dar ouvidos ao testemunho da consciência e de reconhecer a boa e perfeita vontade de Deus. Resultado: uma consciência má, corrompida e cauterizada pelo pecado. Má, no sentido de impura e não pacificada pelo sangue de Cristo (Hb 9:9,14 e 10:22). Corrompida, porque se encontra avariada, visto que não é orientada pela Palavra de Deus (Tt 1:15). Cauterizada, uma vez que se encontra incapaz de exercer a sua função por causa do pecado da hipocrisia (1 Tm 4:1-2).

No Estado de Graça

"A consciência em si mesma", ressalta Roberts, "não é adequada; para ser útil, a consciência precisa ser informada. E a informação não deve vir dos padrões estabelecidos pela sociedade, mas da única regra infalível de fé e prática".[17] Além disso, a consciência precisa ser obedecida. Como disse D. L. Moody, "a consciência é como um despertador; ela nos desperta, mas é fácil cair no sono novamente".[18]

No estado de graça, portanto, a consciência do homem regenerado é progressivamente restaurada pela Palavra de Deus. À medida que ela é reorientada pela Bíblia e fortalecida pela obediência de fé, ela se torna cada vez mais habilitada para exercer as suas funções. "Quando uma nova luz é acesa na alma, na regeneração, a consciência é iluminada, instruída e informada. A lâmpada do Senhor (Pv 20:27) é abrasada e flamejada; de sorte que brilha, e envia a sua luz aos recônditos mais distantes do coração..."[19] Ela, que se encontrava adormecida, é acordada, "e faz ouvir a sua voz por toda a alma", estimulando à obediência, restringindo o pecado, submetendo o homem à autoridade de Deus, e engajando-o nos seus deveres.[20]

O resultado de uma consciência corretamente informada e obedecida é uma consciência boa e pura ou limpa (apesar de ainda poder ser fraca). *Boa*, no sentido de sincera, em conformidade com a lei de Deus (ver At 23:1; 1 Tm 1:5,19; Hb 13:18 e 1 Pd 3:15). *Pura ou limpa*, visto que é inculpável, sem acusar, clara; imaculada, no sentido moral (ver At 24:16 e 1 Tm 3:8-9). A consciência do homem regenerado pode ser boa e limpa somente porque foi purificada pelo sangue de Cristo (cf. Hb 10:22 e 9:14). "Um aspecto do milagre da salvação", observa MacArthur, "é o efeito purificador e renovador que o novo nascimento provoca na

consciência. Na salvação, o coração do crente é 'purificado de má consciência' (Hb 10:22)".[21] Por essa razão, Paulo exclama: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará?" (Rm 8:33-34).

Apesar disso, a consciência do homem em estado de graça pode ser *fraca*, visto que ainda é induzível ao erro, por falta de conhecimento (cf. 1 Co 8:7; 1 Co 8:10,12).

Conclusão

Apesar do dever que temos de dar ouvidos aos veredictos da consciência, a realidade é que, no homem em estado de pecado, ela não funciona como deveria. Nesse caso, a consciência encontra-se como uma bússola avariada. Ela pode ser corrompida (desorientada com relação à verdade), má (não purificada) e cauterizada pela hipocrisia (incapacitada para julgar).

Uma consciência boa ou pura, por outro lado, é aquela purificada pelo sangue de Cristo. Ela atesta a sinceridade do seu possuidor à luz da lei de Deus, alerta quando contraria a Sua vontade, e o move à obediência. Para Paulo, a glória do crente é esta: o testemunho sadio da sua consciência, diante de Deus e dos homens, quanto à integridade da sua conduta (2 Co 1:12; cf. 4:1-2).[22]

Restauração do Corpo

Como tenho procurado ressaltar, o conceito reformado da imagem e semelhança de Deus é amplo. Ele não se limita apenas a um ou outro aspecto da existência humana, mas abrange o seu ser, as suas faculdades e a sua funcionalidade. Para Calvino, embora a *imago Dei* se encontre especialmente na alma, ela inclui toda a natureza humana, inclusive a sua constituição física: o corpo. Segundo ele, a imagem de Deus inclui:

> A integridade com a qual Adão esteve adornado quando gozava de retidão de espírito, seus afetos e todos os seus sentidos eram regulados pela razão, e representava verdadeiramente, com suas graças e dons, a excelência do seu Criador. Ainda que a principal sede e lugar da imagem de Deus estivesse na mente e no espírito e no coração, na alma e nas suas propriedades, ainda assim, não havia parte alguma, *incluindo o seu próprio corpo*, em que não brilhassem alguns raios de glória.[23]

A *imago Dei* não é corpórea, no sentido de que o homem tenha sido criado com um corpo semelhante ao de Deus, visto que Deus é espírito incorpóreo. Apesar disso, a *imago Dei* se manifesta também na perfeição do corpo humano e por ser este o instrumento de manifestação da alma. O corpo humano, mais do que o de todas as demais criaturas, reflete as perfeições do ser de Deus.

Já abordamos a questão da restauração do elemento imaterial da *imago Dei* ontológica, o qual inclui a mente (razão, vontade e emoções) o coração e a consciência. Nesta seção, consideraremos brevemente a restauração do elemento material da imagem de Deus ontológica, isto é, o que a Bíblia ensina acerca do corpo do homem no estado de graça. Existe alguma relação entre o pecado e a regeneração com a condição física do corpo humano?

No Estado Original e no Estado de Pecado

No estado original, o corpo humano manifestava plenamente a excelência da obra criadora de Deus. Apesar de terreno, como os animais, o corpo humano é único. Alguns animais possuem um ou outro sentido aguçado, como o olfato, a audição ou a visão. Entretanto, o conjunto do corpo humano é singular – e isso se reflete nas suas faculdades intelectuais, e nas suas realizações científicas, tecnológicas e artísticas. Isto é realidade mesmo no estado de pecado, em que o corpo humano, assim como a alma, veio a se encontrar, após ter sido profundamente afetado pela queda.

Quais devem ter sido as capacidades, habilidades e potencialidades do corpo dos nossos primeiros pais? Podemos inferir que eram bem superiores às do homem no estado de pecado. Os corpos de Adão e Eva não apenas não conheciam enfermidades e degradação. Eles certamente eram potencialmente superiores.

Entretanto, a queda afetou seriamente o corpo do homem em estado de pecado. Entre as consequências da queda para o corpo humano, estão: as limitações físicas, o envelhecimento (Ec 12:1ss), enfermidades múltiplas e inclinação para o pecado (Rm 7:5ss).

No Estado de Graça

O corpo também experimenta consequências importantes decorrentes da regeneração. Como ressalta Charles Sherlock:

> É perigoso dizer que ser feito à imagem de Deus não tem nada a ver com a nossa natureza física... Cristo não veio para nos redimir da matéria, mas do pecado, e para restaurar a nossa natureza através da ressurreição do corpo. Ser feito à imagem de Deus, e ser renovado nessa imagem, portanto, envolve a pessoa inteira.[24]

Isso não significa que o corpo do homem em estado de graça se torne necessariamente mais saudável (a não ser, como resultado de hábitos saudáveis e santos). Juntamente com o restante da criação, nós gememos e suportamos angústias por causa do pecado (Rm 8:22-23). Visto que mesmo os regenerados ainda estão sujeitos à morte, o homem em estado de graça também experimenta a degeneração do corpo. Ele também tem um corpo corruptível, que envelhece e morre. O apóstolo Paulo reconhece que embora o "nosso homem interior se renove, o nosso homem exterior se corrompe" (2 Co 4:16); e que embora tenhamos uma "casa eterna nos céus", a "nossa casa terrestre deste tabernáculo se desfaz" (2 Co 5:1).

Somente no estado eterno, o corpo dos redimidos estará completamente livre dos efeitos danosos da queda e do pecado. Quando Jesus retornar, o nosso corpo ressuscitará em glória, e a *imago Dei* física será plenamente restaurada: teremos um corpo semelhante ao corpo glorioso de Cristo. "Os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós" (Rm 8:18). Então, "a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram" (Ap 21:4). Em linguagem figurada, João revela que no meio da praça da Jerusalém celestial, banhada pelo rio da vida que sai do trono de Deus e do Cordeiro, "está a árvore da vida, que produz doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a cura dos povos. Nunca mais haverá qualquer maldição" (Ap 22:1-3).

Entretanto, apesar da natureza escatológica da restauração física, um importante aspecto da *imago Dei* física começa a ser necessariamente restaurado no estado de graça: a santificação do corpo. O apóstolo Paulo aborda esse tema no capítulo seis da sua Carta aos Romanos:

> Foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos... Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões; nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniquidade; mas oferecei-vos a Deus, como ressurretos dentre os mortos, e os vossos membros, a

> Deus, como instrumentos de justiça. Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça.... Graças a Deus porque, outrora, escravos do pecado, contudo, viestes a obedecer de coração à forma de doutrina a que fostes entregues; e, uma vez libertados do pecado, fostes feitos servos da justiça. Falo como homem, por causa da fraqueza da vossa carne. Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade, assim oferecei, agora, os vossos membros para servirem à justiça para a santificação (Rm 6:6, 12-14 e 17-19).

Thomas Boston ilustra essa transformação, como segue:

> Os olhos, que conduziam imaginações pecaminosas ao coração, encontram-se sob uma aliança (Jó 31:1) de não mais fazer isso, mas servir a alma, ao contemplar as obras e ler a Palavra de Deus. Os ouvidos, que frequentemente tinham sido porteiros para deixar entrar o pecado, foram tornados em portões de vida, pelos quais a Palavra da vida entra na alma. A língua, que incendiava todo o curso da natureza, é restaurada ao ofício que lhe fora designado pelo Criador, qual seja, de ser um instrumento para glorificá-lo, e proclamar os seus louvores.[25]

A participação na ceia do Senhor também influencia a saúde do nosso corpo: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e, assim, coma do pão, e beba do cálice; pois quem come e bebe sem discernir o corpo, come e bebe juízo para si. *Eis a razão por que há entre vós muitos fracos e doentes e não poucos que dormem.* Porque, se nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados. Mas, quando julgados, somos disciplinados pelo Senhor, para não sermos condenados com o mundo" (1 Co 11:28-31).

Contudo, não devemos associar necessariamente as enfermidades a pecados particulares. A história da Igreja está repleta de exemplos de servos fiéis de Deus, que viveram vida santa, e que, apesar disso, padeceram de muitas e graves enfermidades físicas, como Calvino, Spurgeon e David Brainerd. O melhor exemplo bíblico é o de Jó. Apesar de padecer de terríveis enfermidades, ele é descrito como "homem íntegro e reto, temente a Deus e que se desviava do mal" (Jó 1:1).

Para o homem em estado de graça, as enfermidades são a disciplina de um pai amoroso (Hb 12:6). Elas servem para nos conduzir pelo caminho da santidade: "Deus nos disciplina para aproveitamento, a fim de sermos participantes da sua santidade..." (Hb 12:10-11). As enfermidades, juntamente com outras provações, nos aperfeiçoam espiritualmente: "tende por motivo de toda alegria o passardes por várias provações, sabendo que a provação da vossa fé, uma vez confirmada, produz

perseverança. Ora, a perseverança deve ter ação completa, para que sejais perfeitos e íntegros, em nada deficientes" (Tg 1:4). Além disso, os sofrimentos físicos servem para nos aproximar de Deus, como aconteceu com Jó: "Eu te conhecia só de ouvir, mas agora os meus olhos te vêem" (Jó 42:5).

Conclusão

Em última instância, as enfermidades decorrem da queda e do pecado. Aqueles que participam indevidamente da ceia do Senhor podem ser disciplinados com enfermidades físicas, para não serem condenados com o mundo. Apesar disso, não devemos associar necessariamente enfermidades a pecados particulares, nem saúde à santidade.

Por meio de enfermidades e de outras tribulações, nosso gracioso Pai *nos corrige*, *nos aperfeiçoa*, *nos santifica* e *nos aproxima* dele próprio e do seu Filho. Aprendamos, portanto, ao invés de oferecer nosso corpo ao pecado, a usá-lo como instrumento de justiça, para a nossa própria edificação, e para a promoção do reino e da glória do Deus santíssimo.

RESTAURAÇÃO DA *IMAGO DEI* ESPIRITUAL E MORAL

Até aqui, estivemos considerando a restauração da *imago Dei* ontológica. Como vimos, ela inclui um elemento imaterial, constituído da mente (razão, vontade e emoções), do coração e da consciência; e um elemento material: o corpo.

Nesta seção, vamos considerar brevemente a restauração da *Imago Dei* espiritual e moral.

No Estado Original

Originalmente, o ser humano foi criado em santidade e retidão. Isso significa que existia uma semelhança não apenas ontológica, mas espiritual e moral entre o homem e Deus. Nossos primeiros pais foram criados *espiritualmente* semelhantes a Deus e, consequentemente, com capacidade para se relacionar com Ele. Eles foram criados espiritualmente vivos, com capacidade e inclinação para conhecer, amar, adorar, obedecer e servir a Deus.

Eles também foram feitos *moralmente* semelhantes a Deus, isto é, inclinados para se relacionarem retamente entre si. Entre outras coisas,

isso incluía os frutos do Espírito: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio (Gl 5:22-23).

Em resumo, nossos primeiros pais amavam a Deus de todo o coração, alma, entendimento e força; e amavam um ao outro como a si mesmos, cumprindo os dois grandes mandamentos de Deus.

No Estado de Pecado

No estado de pecado, o homem perdeu a santidade e retidão originais. Isso significa que ele perdeu a *imago Dei* espiritual e moral com a qual havia sido criado. Ele tornou-se "morto em seus delitos e pecados", isto é, espiritualmente inabilitado (ímpio) e moralmente depravado (iníquo).

Consequentemente, o homem natural perdeu a capacidade de conhecer a Deus e de se relacionar santamente com ele, em amor, adoração, obediência e serviço. Ele também perdeu a capacidade de se relacionar retamente com os seus semelhantes. O relacionamento deles tornou-se caracterizado pelas obras da carne: prostituição, impureza, lascívia, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, etc. (Gl 5:19-21). Ele tornou-se incapaz de amar a Deus de todo o coração, alma, entendimento e força, e ao próximo como a si mesmo.

No Estado de Graça

Como obaserva John Murray, o homem regenerado experimenta "um rompimento radical com o poder e amor ao pecado"[26] (cf. Rm 6:6,14-18 e 1 João 3:9 e 5:4,18). Isso não significa santidade absoluta, mas uma santa determinação de não mais viver para o pecado. A partir daí, ele tem progressivamente restauradas a santidade e retidão originais com que foi criado. O homem em estado de graça é vivificado pela obra regeneradora do Espírito Santo, mediante a Palavra, e novamente habilitado a conhecer a Deus e se relacionar com Ele em amor, lealdade, adoração, obediência e serviço. Ele muda radicalmente o curso da sua vida, da impiedade e perversão moral, para a piedade e retidão, pela obra da conversão.

Ele também readquire, progressivamente, por meio da obra da santificação, a capacidade e a inclinação para se relacionar retamente com os seus semelhantes. O relacionamento dele com o próximo, antes marcado pelas obras da carne, passa a manifestar cada vez mais os

frutos do Espírito: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio (Gl 5:22-23). Essa capacidade não é ainda perfeita, mas é maneira real e verdadeira.

Em resumo, o homem em estado de graça tem restaurada a capacidade e inclinação originais para amar a Deus de todo o coração, alma, entendimento e força; e ao seu próximo como a si mesmo.

Ensino Bíblico

Várias passagens bíblicas, no Antigo e no Novo Testamento, vinculam a santidade e retidão do homem em estado de graça (o povo da aliança) à sua relação com Deus, como se pode ver abaixo:

> Isto é o que o Senhor disse: *Mostrarei a minha santidade naqueles que se cheguem a mim* e serei glorificado diante de todo o povo (Lv 10:3).
>
> *Santificai-vos* e *sede santos, pois eu sou o Senhor, vosso Deus*. Guardai os meus estatutos e cumpri-os. Eu sou o Senhor, que vos santifico (Lv 20:7-8; cf. 1 Pe 1:16)
>
> *Ser-me-eis santos, porque eu, o Senhor, sou santo* e separei-vos dos povos, para serdes meus (Lv 20:26).
>
> A nossa glória é esta: o testemunho da nossa consciência, de que, *com santidade e sinceridade de Deus*, não com sabedoria humana, mas, na graça divina, temos vivido no mundo (2 Co 1:12).
>
> Deus, porém, nos disciplina para aproveitamento, a fim de sermos *participantes da sua santidade* (Hb 12:10).
>
> À igreja de Deus que está em Corinto, aos *santificados* em Cristo Jesus, *chamados para ser santos*, com todos os que em todo lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo (1 Co 1:2).
>
> [Deus] Nos escolheu, nele [em Cristo], antes da fundação do mundo, *para sermos santos e irrepreensíveis* perante ele (Ef 1:4).
>
> O mesmo Deus da paz *vos santifique* em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados *íntegros e irrepreensíveis* na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo (1 Ts 5:23).
>
> *Segundo é santo aquele que vos chamou, tornai-vos santos* também vós mesmos em todo o vosso procedimento (1 Pe 1:15).
>
> Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, *nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus*, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz (1 Pe 2:9).

Esse aspecto da restauração da *imago Dei* é explicitamente indicado em Efésios 4:24: "Vos revistais do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade". Essa passagem não apenas

declara que a restauração da *imago Dei* inclui o aspecto espiritual/moral, como relaciona essa retidão com a verdade revelada (Jo 17:17).

Restauração da *Imago Dei* Espiritual no Homem em Estado de Graça

Resumidamente, as Escrituras ensinam o seguinte sobre a restauração da *imago Dei* espiritual no homem em estado de graça: ela decorre da obra da regeneração; é operada pelo Espírito mediante a Palavra; envolve principalmente o nosso relacionamento com Deus; é caracterizada pela piedade e santidade (que inclui conhecimento, amor, fidelidade, adoração, obediência e serviço a Deus); e é sintetizada na primeira tábua da Lei (em Êxodo 20:1-11) e no primeiro grande mandamento.

A transformação operada na regeneração de uma pessoa manifesta-se no seu desempenho quanto aos deveres religiosos. "Aquele que vivia na negligência desses deveres não mais procederá assim, uma vez que a graça de Deus alcance o seu coração. Se um homem nascer de novo, ele desejará o leite genuíno da palavra (1 Pe 2:2-3)".[27]

Restauração da *Imago Dei* Moral no Homem em Estado de Graça

Quanto à restauração da *imago Dei* moral, a Bíblia ensina que ela ocorre por meio das obras da conversão e da santificação operadas pelo Espírito, mediante a Palavra, com participação humana. Ela envolve o nosso relacionamento com o próximo; é caracterizada pela retidão: os frutos do Espírito (Gl 5:22-23); e é resumida na segunda tábua da Lei (em Êxodo 20:12-17) e no segundo grande mandamento.

Como escreve Boston: "Um novo coração produz novidade de vida. Quando 'a filha do rei é formosa no interior, suas vestes são recamadas de ouro' (Sl 45:13). Os olhos bons tornam o corpo inteiro luminoso (Mt 6:22)".[28]

Conclusão

A restauração da *Imago Dei* não é apenas ontológica, é também espiritual e moral. Ela inclui a vivificação espiritual e o restabelecimento da nossa relação vertical com Deus, bem como a reabilitação moral e o restabelecimento da nossa relação horizontal com o próximo. A restauração da *imago Dei* espiritual e moral nos habilita a cumprir

progressivamente a lei de Deus, resumida nos dois grandes mandamentos: amar a Deus de todo o nosso coração, força e entendimento; e ao próximo como a nós mesmos.

A recuperação da *imago Dei* ontológica deve se manifestar na restauração da *imago Dei* espiritual e moral. A restauração da nossa razão, emoções, vontade, coração e consciência deve se expressar no amor incondicional a Deus e ao próximo. A piedade e a integridade são as marcas da reabilitação da imagem de Deus espiritual e moral no homem regenerado.[29]

RESTAURAÇÃO DA *IMAGO DEI* FUNCIONAL

A semelhança entre Deus e o homem vai além do ser, da espiritualidade e da retidão moral. Ele foi criado para exercer funções semelhantes às funções exercidas pelo próprio Deus. Foi criado para ser *governante* da criação e *representante* de Deus no mundo.

No Estado Original

Esse aspecto da *imago Dei* é enfatizado em Gênesis 1 e no Salmo 8:

> Disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; *tenha ele domínio* sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou (Gn 1:26-27).
>
> E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, *multiplicai-vos*, *enchei a terra e sujeitai-a*; *dominai* sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra. E disse Deus ainda: Eis que *vos tenho dado* todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente (Gn 1:28-29).
>
> Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembres? E o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. *Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob os seus pés tudo lhe puseste*: ovelhas e bois, todos, e também os animais do campo; as aves do céu, e os peixes do mar, e tudo o que percorre as sendas dos mares (Sl 8:3-8).

A atribuição ao homem da função de sujeitar e dominar a criação, inserida no contexto de Gênesis 1, indica que se trata de outro aspecto da *imago Dei*, conhecido como mandato cultural da humanidade.

O mandato cultural está relacionado às nossas vocações: conhecer, dominar, administrar, desenvolver e utilizar as potencialidades da criação;

bem como à preparação do povo da aliança para o exercício dessa função. Esse mandato deveria se manifestar nas mais diversas áreas da atividade humana: educação, trabalho, agricultura, pecuária, indústria, comércio, serviços, cultura, ciência, artes, política, lazer, etc.

Na condição de vice-regente de Deus no mundo, o homem deveria desenvolver as suas vocações e as potencialidades da criação de maneira sábia, prudente, justa e diligente, para benefício próprio e glória de Deus.

No Estado de Pecado

A queda trouxe sérias consequências à *imago Dei* funcional, em todas as áreas. Apesar disso, a história humana é testemunha do domínio do homem sobre as leis, forças e recursos naturais com vistas à realização dos seus objetivos. Ele tem dominado a terra, o mar, o ar e os seres viventes; os átomos, os micro-organismos, os genes e o espaço. Tem desenvolvido meios de transporte, materiais, substâncias, equipamentos, sistemas e tecnologias. À medida que o homem progride no conhecimento, compreensão e domínio da criação, descobre mais maneiras de subjugá-la e de utilizar os seus recursos e potencialidades para o seu próprio conforto e desenvolvimento. Exemplo: extração de energia a partir do petróleo, do carvão, da força dos rios, dos mares, do vento, do sol, da cana de açúcar e até de átomos. Não há como negar: Deus criou o homem a sua imagem, dando-lhe domínio sobre a criação, vocação e habilidade para realizá-lo.

Contudo, a queda se manifesta também no que diz respeito à *imago Dei* funcional. O homem caído tornou-se um déspota, rebelado contra a vontade do Soberano Criador. O pecado maculou todas as áreas da atividade humana: a família, o culto, a educação, o trabalho, a economia, a política, a cultura, a ciência, as artes, o lazer, etc. Por essa razão, escreve Paulo, "a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora" (Rm 8:20-22). E, em Romanos 3:11-18:

> Não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer. A garganta deles é sepulcro aberto; com a língua, urdem engano, veneno de víbora está nos seus lábios, a boca, eles a têm

> cheia de maldição e de amargura; são os seus pés velozes para derramar sangue, nos seus caminhos, há destruição e miséria; desconheceram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante de seus olhos.

No Estado de Graça

A regeneração, a conversão e a santificação restauram, progressiva, mas verdadeiramente, a *imago Dei* funcional. Essas obras do Espírito manifestam-se em todas as áreas da atividade humana: educação, agricultura, pecuária, indústria, comércio, serviços, cultura, ciência, artes, política, esportes, lazer, etc. Como observa Kuyper, não existe nenhum aspecto da vida, no qual Jesus não coloque seus dedos e diga: é meu, é meu. Ele escreve:

> Deus está presente em toda vida com influência de seu poder onipresente e Todo-Poderoso e nenhuma esfera da vida humana é concebida na qual a religião não sustente suas exigências para que Deus seja louvado, para que as ordenanças de Deus sejam observadas, e que todo *labora* seja impregnado com sua *ora* em fervente e contínua oração. Onde quer que o homem possa estar, tudo quanto possa fazer, em tudo que possa aplicar sua mão – na agricultura, no comércio e na indústria –, ou sua mente, no mundo da arte e ciência, ele está, seja no que for, constantemente posicionado diante da face de Deus, está empregado no serviço de Deus, deve obedecer estritamente seu Deus e, acima de tudo, deve objetivar a glória de seu Deus.[30]

Nesse estado, o homem passa a exercer as suas funções como nova criatura, como filho da luz, fazendo tudo para a glória de Deus (2 Co 5:17; Ef 5:8; 1 Co 10:31). Thomas Boston refere-se ao efeito da graça de Deus nas relações humanas, como segue:

> A graça torna o homem gracioso nas suas várias relações, e naturalmente leva-o a uma realização conscienciosa dos seus deveres inerentes às suas relações. Ela não apenas faz bons homens e boas mulheres, mas faz bons cidadãos, bons maridos, boas esposas, bons filhos, bons servos, e, em uma palavra, bons nas suas relações, na igreja, na sociedade e na família.[31]

A restauração da *imago Dei* funcional no homem regenerado evidencia-se especialmente nas seguintes áreas: na família, na sociedade, na igreja e na criação (cf. Cl 3:1-4:6). A seguir, consideraremos resumidamente a restauração da *imago Dei* funcional com relação a essas áreas da atividade humana.

Restauração da *Imago Dei* Funcional na Família

A família é uma área fundamental em que se manifesta a restauração

da *imago Dei* funcional. Trata-se de um aspecto não apenas relevante, mas urgente da restauração da imagem de Deus, visto que a família cristã está sendo violentamente atacada por todos os lados: pelos governos, pela sociedade, pelas filosofias vigentes, por teorias pedagógicas, sociológicas e psicológicas, pela mídia, pelo trabalho, etc. Infelizmente, até igrejas, têm contribuído para a desagregação familiar, separando desnecessariamente os membros da família.

Já tive oportunidade de considerar mais pormenorizadamente o ensino bíblico sobre a família em outra ocasião.[32] Por essa razão, apesar da sua importância, considerarei o assunto resumidamente aqui. Desejo somente ressaltar alguns dos ensinos bíblicos mais relevantes acerca dos pressupostos bíblicos da família cristã e de cada estágio das relações familiares: namoro, noivado, solteiros adultos, casamento, filhos, pais, divórcio e novo casamento, viúvos e idosos.

Os pressupostos bíblicos da restauração da *imago Dei* funcional encontram-se em vários departamentos da teologia: bibliologia, teontologia, antropologia, cristologia e pneumatologia. Eles estão relacionados principalmente às doutrinas da autoridade e suficiência das Escrituras (cf. 2 Tm 3:16-17);[33] à instituição divina da família (Gn 2:18-24); ao fato de a família ser objeto especial da providência de Deus (Rm 8:28); ao seu propósito, que é agradar a Deus; à queda (Gn 3); à regeneração proporcionada pela obra redentora de Cristo; e à habitação e obra do Espírito Santo no crente (1 Co 6:19). O Espírito nos capacita a fazer a vontade de Deus nas relações familiares (Fp 2:13).

O que caracteriza um lar cristão não é a ausência de pecado, mas o reconhecimento, o arrependimento e a mortificação do pecado (a santificação). Para isso, a família cristã conta com o precioso auxílio da igreja, por meio da comunhão dos santos: oração, conselhos, admoestação, encorajamento, exemplo, etc.; e dos ofícios eclesiásticos: pregação, ensino, supervisão espiritual, oração, aconselhamento, admoestação, disciplina, assistência diaconal, etc.

A restauração da *imago Dei* funcional no namoro cristão se evidencia na compreensão e reconhecimento de que, da maneira como é entendido na sociedade ocidental (como permissão para intimidades), esse costume contraria a vontade de Deus. Os jovens crentes devem se concentrar em

se preparar, especialmente no que diz respeito ao seu caráter cristão e também funcionalmente (na formação profissional, trabalho, etc.) para o casamento. Devem buscar do Senhor um cônjuge crente, e focalizar as qualidades espirituais e morais (inclusive a diligência). Não devem nem se precipitar nem procrastinar. Não devem acordar o amor antes do tempo, nem deixá-lo dormir além do tempo devido (cf. Sl 119:9; Pv 12:27b; 24:27; Ct 3:5 e 2 Tm 2:22).

O noivado também não deve ser compreendido como permissão para intimidades que são próprias apenas no âmbito do casamento; ou como um período de teste, "para ver se dá certo"; nem como mera oficialização de uma intenção (um compromisso relativo, que pode ser quebrado sem maiores consequências). O noivado cristão é o primeiro estágio do casamento, um período para conhecimento mútuo e preparação; um compromisso tão sério quanto os votos de casamento, que só pode ser quebrado por razões graves e excepcionais (cf. Ec 5:5; Ml 2:14; Mt 5:37; Mc 10:19 e 1 Ts 4:4-6).

Os adultos solteiros e as adultas solteiras devem certificar-se da sua vocação: a vocação regular é para o casamento (Gn 2:24). Contudo, há exceções: vocação extraordinária para o celibato (Mt 19:10-12), circunstâncias adversas (1 Co 7:7-9,26,32-34) e a providência soberana de Deus (1Ts 5:18). Eles devem se preparar em todas as áreas, na prioridade correta: espiritual, funcional e estética (também!). Devem guardar-se da rebeldia contra a providência de Deus e dos pecados sexuais; precisam ter cuidado com a ansiedade e, enquanto se encontrarem nessa condição, podem se realizar no serviço à família, à sociedade e especialmente a Deus, servindo à sua igreja (cf. Sl 119:9; Pv 24:27; Ct 3:5; 1 Co 7:17-40 e 2 Tm 2:22).

O casamento é uma instituição divina, um mandato da criação, um pacto de companheirismo, incluído na restauração da *imago Dei* funcional familiar.[34] A recuperação da *imago Dei* funcional nas esposas cristãs se manifesta na compreensão e realização do seu papel bíblico de auxiliadoras idôneas, na atitude correta de submissão ao marido – como a igreja a Cristo – desenvolvendo o seu caráter cristão, com o propósito de glorificar a Deus, agradando e honrando o esposo. Evidencia-se também no exercício das suas funções e tarefas de complementação do marido, procriação, criação dos filhos e administração do lar para a glória

de Deus. Resultados: contribuirão para a estabilidade e felicidade do lar, e serão reconhecidas, amadas e honradas (cf. Gn 2:18; Pv 31:10-31; Ef 5:22-24; Cl 3:18 e 1 Pe 3:1-6).

Quanto aos maridos, eles devem ser líderes idôneos; devem amar sacrificialmente a sua esposa como Cristo ama a igreja – com o propósito de glorificar a Deus – agradando a esposa, orientando e educando os filhos. Eles devem exercer suas funções e tarefas de modo a refletir os ofícios real, sacerdotal e profético de Cristo. Os maridos são reis, sacerdotes e profetas do lar. Resultados: desfrutarão de comunhão com Deus, de suas bênçãos no lar, e se qualificarão para serem líderes na igreja e na sociedade (cf. Sl 128; Ef 5:25-33; 6:4; Cl 3:19,21; 1 Tm 3:1-5; 12-13; Tt 1:6 e 1 Pe 3:7).

Quanto aos filhos crentes, eles devem ser ensinados e devem compreender que são imagem de Deus e dos pais, são bênçãos de Deus, herdeiros do pecado e da promessa (na condição de filhos da aliança). Eles têm direito à vida, direito de ser tratados com dignidade, de conhecer a sua real condição espiritual e de ser preparados em todas as áreas, especialmente pelos pais, para a salvação, serviço e promoção do reino e da glória de Deus. Seus deveres incluem: amar, honrar e obedecer aos pais, ser gratos, diligentes, aceitar a correção, cuidar dos pais idosos e necessitados e exercitar-se na piedade. Assim fazendo, eles experimentarão as bênçãos de Deus, especialmente a bênção da longevidade, ligada ao quinto mandamento (cf. Ex 20:12; Dt 21:18ss; Pv 1:8; 6:20ss; 23:22; Mc 7:11-13; Ef 6:1-3 e Cl 3:20).

Quanto aos pais, eles são responsáveis pela criação dos filhos na disciplina e admoestação do Senhor, e devem manifestar as qualidades fundamentais da piedade e compromisso com a Palavra de Deus. Seus deveres incluem: reconhecer e fazer conhecida a condição dos seus filhos, amá-los, orar por eles e com eles, dar-lhes bom exemplo, se relacionar com os filhos, vigiá-los, ensiná-los, corrigi-los e encorajá-los. Fruto do bom exercício da paternidade cristã são as bênçãos imerecidas de Deus para nós e para nossos filhos (cf. Dt 6:4-8; Sl 78:3-4; Pv 1:8ss; 2:1-22; 1 Co 15:33; Ef 6:4; Cl 3:21e Hb 12:9ss).

Com relação ao divórcio, a Bíblia não o instituiu, mas o regula, como matéria de fato. Deus não deseja o divórcio. Pelo contrário, em Malaquias 2:16 ele afirma que "odeia o repúdio". O divórcio não faz

parte da sua vontade para a sociedade, contudo não é um pecado sem perdão. O divórcio é o rompimento da aliança de companheirismo do casamento. Divórcios entre crentes e com incrédulos são abordados na Bíblia de forma diferente. O divórcio só se justifica em razão de adultério ou abandono de um dos cônjuges. Entre crentes, o divórcio deve ser evitado a todo custo, observando-se Mateus 18. Havendo obstinação da parte de um dos cônjuges, ele deve ser excluído do rol de membros da igreja. O outro cônjuge deve ter o respeito e apoio da igreja, continua responsável pelos filhos, deve dar bom testemunho, deve empenhar-se para viver piedosamente e pode contrair novo casamento (cf. Gn 2:24; Dt 24:1-4; Ml 2:14-16; Mt 19:3-12 e 1 Co 7: 10-20).

Com relação às viúvas, elas são objeto do cuidado especial de Deus. Ele ouve o seu clamor e as ampara. Elas devem ser defendidas, honradas, recompensadas e assistidas, primeiramente pelos filhos e parentes, depois pela igreja. Quanto às suas responsabilidades, as viúvas crentes devem estar alerta contra a impiedade, a leviandade, a ociosidade e a tagarelice (especialmente as mais novas, as quais fazem bem se casarem novamente). Positivamente, devem confiar e esperar em Deus, perseverar em oração, ser zelosas na prática das boas obras, ser boas mães e boas donas de casa (cf. Dt 10:18; 26:12; Sl 146:9; 1 Tm 5:3-7 e Tg 1:27).

Quanto aos idosos, eles enfrentam provações peculiares, como fraqueza física e mental, enfermidades, dependência e perda de pessoas queridas. Eles devem ser mantidos, respeitados e honrados pelos filhos, netos e pela igreja. Por outro lado, devem ser temperantes, respeitáveis, sadios na fé, pacientes na tribulação, ter domínio próprio e servir de exemplo para os mais jovens. Entre as tentações que enfrentam, estão: a irritação, o descontentamento, o apego exagerado ao mundo e à vida, o cansaço da vida e a negligência dos meios de graça, dos quais tanto necessitam. Contra essas tentações, eles devem inclinar o coração para Deus, através dos meios de graça que dispõem: o culto, a comunhão dos santos, a leitura da Bíblia e de bons livros e a oração. Os idosos crentes desfrutam, por outro lado, dos privilégios próprios da idade, que devem servir-lhes de conforto e alegria, como: ter completado a carreira, haver alcançado sabedoria para viver a etapa final da vida de modo agradável a Deus, contemplar e colher os frutos das suas vocações, avanço no

caminho da santidade e da piedade cristã, e a posse confortadora das promessas de vida e herança eternas (cf. Lv 19:32; Pv 17:6; 20:29; 1 Tm 5:1 e Tt 2:2).

Conclusão: a restauração da *imago Dei* funcional deve se manifestar em todos os estágios da vida familiar. A base da família encontra-se na autoridade e suficiência das Escrituras. A sua segurança encontra-se na vontade soberana e graciosa de Deus, na obra redentora de Cristo e na santificação e direção do Espírito Santo. Seu auxílio encontra-se na igreja, nos meios de graça, na comunhão dos santos e nos ofícios eclesiásticos.[35]

Restauração da *Imago Dei* Funcional na Igreja

Na seção anterior, consideramos a primeira área da restauração da *imago Dei* funcional: a família. Nesta seção, refletiremos brevemente sobre a segunda área em que se manifesta a restauração da *imago Dei* funcional: a igreja.[36]

A família é a célula básica da igreja e é preparada dentro da própria comunidade dos santos para desempenhar as suas vocações, tanto no contexto familiar, como eclesiástico, social e ambiental. Na concepção bíblica, existe uma relação muito próxima entre a família e a igreja. No Antigo Testamento, a igreja é chamada de "família bendita do Senhor" (Is 61:9). No Novo Testamento, a relação entre marido e esposa é comparada à relação de Cristo com a igreja (Ef 5:25,32).

Os ofícios de Cristo também servem de modelo para a família e para a igreja. Na família, os pais (os maridos, em particular), exercem funções de profeta, sacerdote e rei. Na igreja, os diáconos são sacerdotes, os presbíteros regentes e docentes são reis, e os presbíteros docentes são profetas.

Já tive oportunidade de estudar vários aspectos relacionados à vida da igreja: dons, ofícios, culto, sacramentos, etc., do ponto de vista bíblico e confessional reformado.[37] Aqui, desejo apenas ressaltar alguns aspectos principais da restauração da *imago dei* funcional eclesiástica, com relação às seguintes áreas de atividades da igreja: *poimenia* (pastorado), *didaskalia* (ensino), *diakonia* (assistência), *koinonia* (comunhão), *leiturgia* (culto) e "*euangelia*" (evangelização).

Poimenia

Uma das principais atividades no âmbito eclesiástico é a *poimenia*. O termo grego designa o pastorado, a atividade própria dos pastores: o cuidado ou supervisão espiritual do rebanho. Essa atividade é exercida formalmente, em conjunto, pelos presbíteros regentes e docentes, chamados na Bíblia de pastores (ποιμήν), bispos (ἐποίσκοπος) ou presbíteros (πρεσβύτερος), focalizando a atividade ou a experiência espiritual desses oficiais. As qualificações para o exercício do presbiterato são indicadas em 1 Timóteo 3:1-13 e Tito 1:5-9.

O apóstolo Paulo se refere a esse ofício em Atos 20:28. Dirigindo-se aos presbíteros da igreja de Éfeso, ele escreve: "Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu *bispos*, para *pastoreardes* a igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue" (cf. 1 Pe 5:1-5).

São os seguintes os principais deveres pastorais dos presbíteros regentes (compartilhados pelos presbíteros docentes), na concepção reformada: zelar pela saúde espiritual e pureza moral dos membros, bem como pela unidade e pureza doutrinária da igreja. Isso inclui ensino, conforto, aconselhamento, admoestação e disciplina.[38]

Didascalia

O aspecto mais importante da restauração da *imago Dei* funcional na igreja é o ensino e a pregação, em particular.[39] O termo grego *didascalia* designa essas atividades formais próprias dos ministros do evangelho (os presbíteros docentes ou ministros da Palavra), uma especialização do presbiterato (cf. 5:17 e At 6:2-4). Essa função é mencionada por Paulo, por exemplo, quando ele exorta Timóteo:

> Conjuro-te, perante Deus e Cristo... prega a palavra, insta, quer seja oportuno, quer não, corrige, repreende, exorta com toda a longanimidade e doutrina. Pois haverá tempo em que não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, cercar-se-ão de mestres segundo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos; e se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas.Tu, porém, sê sóbrio em todas as coisas, suporta as aflições, faze o trabalho de um evangelista, cumpre cabalmente o teu ministério (2 Tm 4:1-2).

O ofício dos presbíteros docentes inclui, além dos deveres dos presbíteros regentes, o ensino formal e a pregação pública da Palavra de Deus, com diligência e fidelidade (Rm 12:7; 1 Pd 4:11). A Igreja

Presbiteriana do Brasil descreve com propriedade o ministro da Palavra como:

> O oficial consagrado pela Igreja, representada no Presbitério, para dedicar-se especialmente à pregação da Palavra de Deus, ministrar os sacramentos, edificar os crentes e participar com os presbíteros regentes, do governo e disciplina da comunidade.[40]

A pregação deve ser entendida como a proclamação verbal, autoritativa e pública da Palavra de Deus, por pessoas legitimamente comissionadas para essa tarefa. Deve ser considerada o elemento principal do culto. Ela corresponde, na nova dispensação, ao sacrifício na antiga. Trata-se do principal meio de graça, através do qual a igreja é edificada, pessoas são salvas do pecado e o Reino de Deus é promovido neste mundo. ‘‘Aprouve a Deus salvar aos que crêem, pela loucura da pregação” (1 Co 1:21; cf. 2 Tm 4:1-4).

Diaconia

O termo *diaconia* (serviço) refere-se ao ofício dos diáconos (do grego διάκονος): os homens ordenados para cuidarem das tarefas materiais na igreja, a fim de liberarem os presbíteros regentes e docentes para o exercício da supervisão espiritual do rebanho, do ensino e da pregação.

Esse ofício foi instituído com esse propósito, em Atos 6:1-6, e sua natureza é indicada em Mateus 20:26-28: “Quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos *sirva*; e quem quiser ser o primeiro entre vós será vosso servo; tal como o Filho do Homem, que não veio para ser servido, mas *para servir*”.

Os deveres principais dos diáconos incluem: a assistência aos necessitados (enfermos, carentes, desempregados, etc.); a manutenção do templo, dos móveis e utensílios necessários à realização do culto a Deus; e da ordem e decência por ocasião do culto. A Igreja Presbiteriana do Brasil define as atribuições do ofício diaconal como segue:

> O diácono é o oficial eleito pela igreja e ordenado pelo Conselho, para sob a supervisão deste, dedicar-se especialmente: à arrecadação de ofertas para fins piedosos, ao cuidado dos pobres, doentes e inválidos; à manutenção da ordem e reverência nos lugares reservados ao serviço divino; [e] exercer a fiscalização para que haja boa ordem na casa de Deus e suas dependências.[41]

Koinonia

O termo grego κοινωνία (*comunhão*) é usado com referência à relação

e aos deveres fraternais dos crentes. Várias passagens bíblicas ressaltam a união dos crentes e a comunhão cristã, como, por exemplo:

> Oh! Como é bom e agradável viverem unidos os irmãos! (Sl 133:1)
>
> E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações (At 2:42).
>
> Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, sejais inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer. Pois a vosso respeito, meus irmãos, fui informado... de que há contendas entre vós (1 Co 1:10).
>
> Se há, pois, alguma exortação em Cristo, alguma consolação de amor, alguma comunhão do Espírito, se há entranhados afetos e misericórdias, completai a minha alegria, de modo que penseis a mesma coisa, tenhais o mesmo amor, sejais unidos de alma, tendo o mesmo sentimento. Nada façais por partidarismo ou vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo. Não tenha cada um em vista o que é propriamente seu, senão também cada qual o que é dos outros" (Fp 2:1-4).

Entre os deveres dos membros da igreja, podemos mencionar os seguintes: viver de modo digno da vocação cristã (Ef 4:1); não deixar de congregar-se (Hb 10:25); fazer uso diligente dos meios de graça; servir a igreja com os dons que Deus dá (1 Co 12:7) e submeter-se, respeitar, encorajar e apoiar os oficiais (1 Ts 5:12-13; Hb 13:17), desde que eles permaneçam fiéis às Escrituras.

A Confissão de fé de Westminster resume os deveres dos membros da igreja na comunhão dos santos, nos parágrafos primeiro e segundo do capítulo XXV, como segue:

> Todos os santos... estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior, como no exterior. Os santos são, pela profissão de fé, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto a Deus e na realização de outros serviços espirituais que contribuam para a sua mútua edificação, bem como socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as várias habilidades e necessidades; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Leiturgia

O termo grego λειτυργία (de onde vem a palavra portuguesa *liturgia*) refere-se ao culto, quando os membros da igreja se congregam com vistas à adoração a Deus e ao estudo da sua Palavra. O culto cristão inclui dois aspectos, ambos importantes: a forma e o espírito, isto é, a

maneira como Deus deve ser adorado e a atitude dos adoradores. A restauração da *imago Dei* funcional, no que diz respeito ao culto, inclui a conformação de ambos à revelação bíblica para a nova dispensação.

O princípio que deve regular o culto cristão é indicado em passagens como Deuteronômio 12:32, Colossenses 2:8,16-23 e 1 Coríntios 14:32-33,40. Ele é expresso na seguinte declaração da Confissão de Fé de Westminster: "o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo, e é tão limitado pela sua própria vontade revelada, que ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções humanas" (Cap. 21:1).[42]

A natureza e atitude dos adoradores no culto cristão são indicadas em passagens como João 4:24: "Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em *espírito* e em *verdade*"; 1 Timóteo 2:8-10: "Os *varões* orem em todo lugar, levantando mãos santas, sem ira e sem animosi-dade. Da mesma sorte, que as *mulheres*, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém com boas obras (como é próprio às mulheres que professam ser piedosas)"; e nos capítulos 12 a 14 de 1 Coríntios.

"Euangelia"

A restauração da *imago Dei* funcional inclui, também, o avanço do reino de Deus, especialmente por meio da obra de evangelização. Isso implica "na preocupação especial com o avanço do reino de Cristo no mundo". As pessoas regeneradas "esposam os interesses da religião, e 'preferem Jerusalém acima das suas maiores alegrias' (Sl 137:6)".[43]

A igreja é "coluna e baluarte da verdade" (1 Tm 3:15). A missão principal da igreja, portanto, é a promoção do reino de Deus no mundo, por meio da pregação e da evangelização, acompanhadas do testemunho cristão. Convém observar que evangelização não deve ser definida em termos de uma metodologia (campanhas, culto em praças, distribuição de folhetos, etc.) ou dos seus resultados (que pertencem a Deus), mas do seu conteúdo. Evangelização é o anúncio ou testemunho das verdades reveladas nas Escrituras, com vistas à salvação dos perdidos para a glória de Deus (cf. Mt 28:19-20; Mc 16:15; 1 Pe 2:12 e 3:15-16).[44]

Conclusão

A restauração da *imago Dei* funcional deve se manifestar em todas as áreas da vida eclesiástica. Ela inclui o desempenho fiel dos ofícios eclesiásticos (vocações), os deveres de cada membro da congregação (dons), e a unidade da igreja. Os resultados dessa restauração funcional são: a adoração em espírito (sincera) e em verdade (bíblica), e a promoção do reino de Deus no mundo, para a glória de Deus.[45]

Restauração da *Imago Dei* Funcional na Sociedade

Nas seções anteriores, consideramos dois aspectos da *imago Dei* funcional: na família e na igreja. Nesta seção, refletiremos sobre a imagem de Deus no homem regenerado com relação à sociedade em geral: educação, trabalho, artes, ciência, política, lazer, etc.

O homem foi criado para viver em sociedade, e o mandato cultural e a restauração funcional do homem regenerado implicam na restauração da sua participação em todas as áreas mencionadas acima. Como observa Kuyper, na ótica reformada, a vida do mundo foi emancipada do domínio da Igreja, mas não de Deus.[46]

No Mundo, Mas Não do Mundo

Isso significa que a cosmovisão monástica não representa a vontade de Deus para a relação do homem regenerado com a sociedade. O crente não deve ser um monge, um recluso, nem se refugiar em um gueto cultural evangélico. A reforma redescobriu o lugar do homem regenerado na sociedade. Ele não deve abandonar as suas vocações ou desempenhá-las apenas na esfera eclesiástica. Toda vocação é sagrada (é um serviço a Deus), como a Bíblia ensina (cf. 1 Co 10:31; Cl 2:20-23 e 1 Tm 4:1-5).

Por outro lado, a cosmovisão materialista e secularizada também não representa uma opção para o papel do crente na sociedade. Não devemos nos deixar influenciar pela mentalidade deste século. A eficácia do testemunho cristão depende da sua peculiaridade. O povo da aliança é diferente. Ele não precisa assumir a mentalidade do mundo ou adotar costumes secularizados para influir na sociedade (cf. Rm 12:1-2 e 2 Co 6:14-16).

Horton resume bem esse aspecto do restabelecimento da imagem de

Deus funcional no título do seu livro, O Cristão e a Cultura: Nem Separatismo nem Mundanismo.[47] O homem regenerado manifesta e exerce a restauração da imagem de Deus funcional na sociedade, não se separando dela, nem se moldando a ela, mas transformando-a, por meio da sua santidade, excelência e piedade. Thomas Boston comenta assim esse aspecto da restauração funcional com relação aos negócios: "Embora os santos se dediquem aos negócios seculares, assim como os outros, o seu coração não é engolido por eles. É evidente que eles estão fazendo comércio com o céu, assim como com a terra (Fp 3:20)".[48]

O papel do crente na sociedade encontra-se implícito na oração de Jesus:

> Já não estou no mundo, mas eles continuam no mundo... Eu lhes tenho dado a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não são do mundo, como também eu não sou. *Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal. Eles não são do mundo... Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade*. Assim como tu me enviaste ao mundo, *também eu os enviei ao mundo* (Jo 17:11-18).

Sal da Terra e Luz do Mundo

Outra passagem bíblica importante quanto à restauração da *imago Dei* funcional do homem regenerado, em sua relação com a sociedade, encontra-se no Sermão do Monte. Logo após as bem-aventuranças, indicando o caráter do cidadão do reino, Jesus faz uso de duas figuras para indicar a função do cidadão do reino na sociedade: o sal da terra e a luz do mundo (Mt 5:13-16).

O crente, vivendo no mundo, mas não sendo do mundo, não se deixa moldar por ele, antes, influencia o mundo, como o sal tempera o alimento, e como a luz ilumina um ambiente. O argumento de Jesus é que, assim como a função do sal é salgar e a função da luz é iluminar, a função do crente é transformar a sociedade com o poder purificador da santidade do Espírito, e iluminar o mundo com a verdade reveladora, salvadora e transformadora da Palavra de Deus.

O Fermento da Sociedade

Outra passagem bíblica relevante quanto à restauração da imagem de Deus funcional do homem regenerado na sociedade encontra-se em Mateus 13. Entre as parábolas do Reino, Jesus compara a influência do reino de Deus na sociedade com o fermento: "O reino dos céus *é*

semelhante ao fermento que uma mulher tomou e escondeu em três medidas de farinha, *até ficar tudo levedado*" (Mt 13:33).

A parábola ensina o poder permeador do reino de Deus na sociedade. Ela ressalta a pequena quantidade de fermento, em comparação com a massa, e, principalmente, a capacidade do fermento de afetar ou levedar a massa inteira. A lição da parábola é que, apesar de pequeno, ao ser misturado na grande massa do mundo, o cidadão do reino acaba por afetar todas as relações sociais humanas: casamento, família, educação, trabalho, cultura, governo, lazer, etc. O fermento da igreja age na sociedade por meio da pregação da lei, da manifestação do amor de Deus, e da demonstração do poder do evangelho na transformação de pecadores à imagem de Cristo.[49]

Peregrinos e Forasteiros

Pedro também aborda a questão do papel do crente na sociedade, escrevendo: "Amados, exorto-vos, *como peregrinos e forasteiros* que sois, a *vos absterdes das paixões carnais*, que fazem guerra contra a alma, *mantendo exemplar* o vosso procedimento no meio dos gentios, *para que*, naquilo que falam contra vós outros como de malfeitores, *observando-vos em vossas boas obras, glorifiquem a Deus* no dia da visitação" (1 Pe 2:11-12).

O crente afeta positivamente a sociedade em que vive, abstendo-se das condutas pecaminosas características da sua cultura, às quais é tentado a reproduzir. O seu procedimento exemplar no meio dos incrédulos é um instrumento utilizado por Deus para a transformação da cultura e da sociedade, conduzindo outros à salvação e a um modo de vida que glorifique a Deus.

Agentes Responsáveis

Gerard Van Groningen aborda essa questão no seu livro: A Família da Aliança, especialmente nos capítulos 14, sobre o mandato social; 15, acerca do mandato cultural; e 18, com relação à família da aliança como fermento na sociedade. Nesses capítulos, o van Groningen ressalta alguns pontos importantes, os quais desejo destacar:

A preparação dos filhos para desempenharem biblicamente o mandato cultural cabe, inicialmente à família, substancialmente à escola cristã, e, finalmente, à igreja. Na família, a criança deve aprender o amor, a

reverência, o respeito, a disciplina, a obediência, a diligência, a fidelidade, a lealdade, a gratidão, o contentamento, a abnegação, a humildade, a pureza, etc. É no lar que os filhos devem aprender os princípios bíblicos fundamentais de relacionamento social. Os pais devem ensinar aos filhos noções e valores bíblicos básicos de educação, trabalho, economia, finanças, administração, liderança, responsabilidade, linguagem, literatura, governo, saúde, higiene, artes, serviços, trabalhos manuais, tecnologia, ciência, história, geografia, etc. Penso que a vida moderna e a ausência dos pais deixam muito a desejar com relação a essas responsabilidades sociais e culturais dos pais para com os seus filhos.

Quanto à igreja, ela "tem como intenção desenvolver, reforçar e enriquecer a dimensão espiritual na vida das pessoas".[50] Ela deve ensinar pais, filhos e os membros em geral, a exercerem as suas vocações e a desenvolverem suas relações sociais de conformidade com os princípios bíblicos. Afinal, o mundo é o mundo de Deus. E a restauração da *imago Dei* funcional na sociedade jamais acontecerá à parte do aspecto espiritual: regeneração, conversão, santificação, obediência à Lei, temor a Deus, etc.

A escola cristã também tem um papel importante na restauração da *imago Dei* funcional na sociedade. Ela deve dar continuidade e aprofundar os conceitos bíblicos aprendidos na família e na igreja, aplicando-os na sua administração, nos relacionamentos, na prática do ensino e no currículo escolar. Por meio da integridade moral, excelência profissional e piedade cristã dos seus administradores, técnicos, funcionários e professores, os alunos devem avançar no relacionamento social, progredir no conhecimento e ser encorajados na fé.

O que se deseja é que os princípios bíblicos ensinados na igreja, sejam cultivados e promovidos no lar e aprofundados e praticados na escola. O conhecimento de Deus, da sua vontade revelada e do mundo devem contribuir para a restauração da *imago Dei* funcional social dos nossos filhos. O lar, a escola e a igreja devem preparar o crente para cumprir o mandato cultural que lhe foi confiado, como agentes de transformação da sociedade, para a glória de Deus.

Conclusão

O crente tem a imagem de Deus funcional social restaurada estando

no mundo, mas não sendo do mundo. No seu relacionamento social, o crente não deve se separar ou fugir do mundo, nem confundir-se ou amoldar-se a ele. Ele deve ser o sal da terra, a luz do mundo e o fermento da sociedade, purificando, iluminando e influindo em todas as áreas da vida, sem se deixar contaminar.

Isso pressupõe regeneração, conversão e santificação. O lar, a igreja e a escola têm seus papéis. No lar, deve-se aprender os princípios bíblicos básicos de relação com Deus e com o próximo. A igreja deve desenvolver, reforçar e enriquecer a dimensão espiritual na vida dos seus membros. A escola cristã deve dar continuidade e aprofundar os conceitos bíblicos aprendidos na família e na igreja, aplicando-os na administração, nos relacionamentos, na prática do ensino e no currículo escolar.

Deus nos conceda graça a todos: família, igreja e escola cristãs, para cumprirmos os nossos papéis com vistas à restauração da imagem de Deus funcional social nos eleitos de Deus, para a sua glória. A restauração da *imago Dei* funcional social no crente é indicada na ordem e na promessa de Deus a Abraão, por ocasião do seu chamado e comissão: "Sê tu uma bênção... em ti serão benditas todas as famílias da terra" (Gn 12:2-3).[51]

Restauração da *Imago Dei* Funcional na Criação

Nas últimas décadas, tem havido uma preocupação crescente com o meio ambiente. Entre as razões que ocasionaram essa preocupação, estão: o crescimento populacional, a destruição de florestas, maior compreensão das potencialidades da biodiversidade da natureza, a poluição das fontes de água potável e do ar, a emissão de gases danosos à atmosfera, a escalada na produção industrial e descarte de embalagens, o aumento na produção e consumo de energia não renovável e seus perigos, etc.

O resultado tem sido o surgimento de movimentos, ONGs e partidos políticos defensores do meio-ambiente, a criação de inúmeras áreas de preservação ambiental, o aparecimento de sociedades, a organização de reuniões internacionais, painéis e grupos de trabalho, pesquisas para desenvolvimento de energias alternativas, publicação de vasta literatura sobre o assunto, lançamento de filmes alertando para os perigos

ambientais, etc.

Qual deve ser a nossa posição e atitude diante dessas questões? Em sentido mais amplo, qual deve ser a relação do homem regenerado para com a criação? Como devemos nos relacionar com o mundo animal, vegetal, com os recursos minerais e com o meio ambiente em geral? Em termos teológicos: Qual é a implicação do mandato cultural e da restauração da *imago Dei* funcional para o nosso relacionamento com a criação?

Ensino Bíblico

A Bíblia tem muito a dizer com relação a toda essa questão ecológica. Em primeiro lugar, ela ensina que o mundo é o mundo de Deus (Sl 89:11). Não é produto do acaso ou de evolução cega. É criação de Deus, e nisso reside o seu valor intrínseco (Gn 1:1-25). O homem é a coroa da criação, mas antes mesmo de havê-lo formado, lemos que o Senhor contemplou a obra da criação, "e viu Deus que isso era bom" (Gn 1:13,21,25).

Em segundo lugar, a Bíblia nos ensina que o homem é mordomo de Deus, e que a criação foi confiada a ele, como representante de Deus, para sujeitá-la, dominá-la, cultivá-la e guardá-la **(**Gn 1:26-28; 2:15; Sl 8:3-8).

Em terceiro lugar, as Escrituras explicam a razão teológica dos problemas ecológicos: a criação foi amaldiçoada por Deus. O mundo sofre as consequências da queda. Ele não sofre apenas devido ao abuso humano, mas por causa da queda humana: "E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, *maldita é a terra por tua causa*; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. *Ela produzirá também cardos e abrolhos*" (Gn 3:17-18).

Em quarto lugar, a Bíblia revela que Deus é o grande preservador da criação. Como observa Douma:

> Ele tem cuidado com todo ser vivente. Animais e plantas recebem o seu alimento e água de Deus (Sl 104:11-30; Mt 6:26-30)... [Ele] veste as flores, mesmo as flores mais comuns do campo, com um espelendor superior ao esplendor humano, uma moda com a qual nem as vestes ricamente coloridas de Salomão podem competir (Mt 6:29). Deus supre os animais com uma força e sagacidade que deveriam fazer o homem modesto... (Jó 40:15-24)...

> O lugar importante que os animais ocupam é expresso também pelo fato de Deus aceitar de Israel animais como sacrifícios em lugar da vida humana... A vida dos animais pertece a Yavé, e por essa razão, o sangue podia ser oferecido a Ele, mas não podia ser usado ou desfrutado como alimento para pessoas (Lv 17:10-14).[52]

Deve ser notado que o Senhor Deus preservou não apenas a raça humana, mas toda a biodiversidade animal, através de Noé. O pacto da criação não foi apenas com Noé e os seus descendentes, foi com a criação inteira:

> Contigo, porém, estabelecerei a minha aliança; entrarás na arca, tu e teus filhos, e tua mulher, e as mulheres de teus filhos. De tudo o que vive, de toda carne, dois de cada espécie, macho e fêmea, farás entrar na arca, para os conservares vivos contigo. Das aves segundo as suas espécies, do gado segundo as suas espécies, de todo réptil da terra segundo as suas espécies, dois de cada espécie virão a ti, para os conservares em vida (Gn 6:18-19).
>
> Eis que estabeleço a minha aliança convosco, e com a vossa descendência, e com todos os seres viventes que estão convosco: tanto as aves, os animais domésticos e os animais selváticos que saíram da arca como todos os animais da terra (Gn 9:9-10).

Em quinto lugar, aprendemos na Bíblia que, apesar da queda e das suas consequências trágicas para a criação, a diversidade da criação manifesta o poder, a sabedoria e a glória de Deus; e que ele se regozija com as obras das suas mãos (Sl 104:24, 31).

Em sexto lugar, a Palavra de Deus deixa claro que a solução definitiva para os problemas ecológicos está na obra reconciliadora de Cristo, o qual é não apenas o agente da criação e mantenedor do mundo, mas também o reconciliador do mundo com Deus:

> Este (Cristo) é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprouve a Deus que, nele, residisse toda a plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele, reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus (Cl 1:15-20).

John Davis intitula essa passagem de "o escopo cósmico da redenção". Ele observa corretamente que ela "liga a obra de Cristo na criação e na redenção", e sustenta que "há um sentido real em que Cristo 'morreu pela biosfera' bem como pela humanidade pecaminosa... Se a

biosfera estava no propósito da expiação de Cristo, existem as mais fortes razões teológicas para que essa mesma biosfera seja objeto da mordomia cuidadosa da humanidade".[53]

Em sétimo lugar, aprendemos que a obra reconciliadora de Cristo com relação ao mundo se fundamenta na sua obra redentora. A criação não apenas sofre as consequências da queda. Ela também experimentará os benefícios da redenção. E a sua redenção está ligada à consumação da redenção do homem. Os planos escatológicos de Deus incluem a criação inteira. A criação será recuperada plenamente no estado eterno, para habitação do homem glorificado:

> A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus. Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora (Rm 8:19-22).

Teologia do Meio-ambiente

Essas e outras informações que a Bíblia provê nos permitem construir um pequeno esboço do que poderíamos chamar de teologia bíblica do meio-ambiente:

O mundo não é obra do acaso ou da evolução natural. Ele é obra de Deus. Foi Ele quem o criou, mantém e preserva, para o sustento e bem-estar do homem e para a sua própria glória. A relação de Deus com a criação é vista principalmente nesses fatos: Ele a criou, preservou do dilúvio, se regozija nela, reconciliou-a consigo em Cristo e a recuperará completamente estado eterno.

Ao homem, representante de Deus no mundo, foi concedida autoridade e capacidade para governar, cultivar e preservar a criação. Trata-se do mandato cultural da humanidade. Esse mandato inclui: conhecer, desenvolver, proteger e utilizar as forças e recursos naturais com sabedoria, prudência e moderação para benefício próprio (presente e futuro) e para a glória de Deus. O mandato cultural deve ocorrer nas mais diversas áreas da atividade humana: educação, trabalho, agricultura, pecuária, indústria, comércio, serviços, cultura, ciências, artes, política, lazer, etc. Kuyper observa que, por meio do calvinismo:

> A vida doméstica recobrou a sua independência, os negócios e o comércio atualizaram as suas forças em liberdade, a arte e a ciência foram libertadas de todo

> vínculo eclesiástico e restauradas à sua própria inspiração, e o homem começou a entender a sujeição de toda natureza, com suas forças e tesouros ocultos, a ele mesmo como um santo dever, imposto sobre ela pela ordenança original do Paraíso: "Tenha domínio sobre eles". Doravante, a maldição não deveria mais repousar sobre si mesmo, mas sobre aquilo que é pecaminoso nele. Em vez de vôo monástico para fora *do* mundo é agora enfatizado o dever de servir a Deus *no* mundo, em cada posição na vida.[54]

A igreja, a família, a escola e a universidade exercem funções relevantes para a restauração desse aspecto da imagem de Deus no mundo. O homem tem não apenas o direito, mas o dever de explorar (no bom sentido) a criação. Afinal, trata-se de um mandato. Para isso, ele deve conhecê-la, compreender as suas leis, natureza, forças, recursos, funcionamento, relações, fragilidades, etc. Domínio pressupõe conhecimento, e isso requer estudo e pesquisas, iluminadas pela revelação bíblica. A família, a escola e a universidade cristã devem preparar o crente para isso. Como escreve John Murray: "O principal incentivo em dominar a terra e o principal fim a ser promovido por isso deveria ser a descoberta e manifestação da multiforme sabedoria e poder de Deus".[55]

Contudo, por causa da queda, a criação encontra-se debaixo da maldição divina. Além disso, o homem falha terrivelmente no exercício do seu papel para com meio-ambiente. Ele o explora de forma desordenada e pecaminosa (com desperdício e para o esbanjamento), ao invés de fazer uso dela com sabedoria e moderação, para o seu próprio bem, da sua posteridade e para a glória de Deus.

O crente, diferentemente, deve manifestar a *imago Dei* funcional na sua relação sábia, prudente e moderada com o mundo de Deus. A restauração da *imago Dei* funcional proíbe o crente de fazer uso desordenado e irresponsável dos recursos naturais. A *imago Dei* funcional não o autoriza a destruir a criação e a degradá-la. Infelizmente, muitos crentes parecem não perceber bem as responsabilidades envolvidas na *imago Dei*. Nós "temos uma responsabilidade moral para com os animais, como de fato temos para com todo o meio-ambiente em que vivemos."[56]

Por outro lado, a natureza não deve ser divinizada ou sacralizada. Os seres humanos não são seus iguais, muito menos seus súditos. Ela não

deve ser preservada *em detrimento* do ser humano, como ecologistas extremados parecem defender. O ser humano – coroa da criação – feito à imagem e semelhança de Deus, é infinitamente mais importante do que macacos, pinguins, peixes-boi, araras, tartarugas, jacarés, mognos, ipês, sucupiras, cedros e jacarandás. Precisamos estar alertas contra o alarmismo ecológico, que preconiza consequências catastróficas para o mundo inteiro.[57] Quando alguma conduta ou atitude é considerada politicamente correta, não faltam interessados em defendê-la, para benefício próprio e reconhecimento público. Sherlock está correto ao argumentar que, embora a fé cristã rejeite o antropocentrismo como um pensamento egoísta e idólatra, ela reconhece "o lugar único que foi dado à humanidade em relação ao restante da criação" – verdade que deve ser ressaltada, continua ele – "especialmente em contextos onde a idéia de antropocentrismo é substituída por uma visão 'biocentrista', a qual considera a 'vida' (*bios* em grego) como de maior significado do que quaisquer das suas formas particulares", inclusive a vida humana.[58]

A *imago Dei* funcional é uma responsabilidade que o homem regenerado deve desempenhar, conforme a intenção do Criador: a promoção do reino e da glória de Deus no mundo. Para isso, ele deve ser orientado por princípios bíblicos. Mais do que ninguém, ele deve fazer uso da autoridade que recebeu de modo sábio, responsável, prudente, moderado e santo, com vistas ao seu bem estar, ao bem estar das gerações futuras e para a glória do Criador.

Precisamos ter uma compreensão bíblica acerca do meio-ambiente: foi Deus quem o criou para o bem do homem e o preserva para a sua própria glória. Ele se encontra sob a maldição de Deus. Cristo o redimiu e reconciliou consigo mesmo, na cruz. A plena restauração do meio-ambiente é escatológica: ela aguarda a redenção dos eleitos de Deus.

Conclusão

A Bíblia oferece diagnóstico preciso e respostas profundas para os problemas do homem, do mundo e do meio-ambiente. Ela vai à raiz dos problemas e proporciona respostas verdadeiras e definitivas. À parte da Bíblia, o diagnóstico humano é superficial e as soluções não passam de paliativos desequilibrados. A solução real e final é soteriológica e escatológica: a redenção do homem e os novos céus e nova terra.

Conforme a Bíblia, o cativeiro da criação *decorre* da queda, foi *agravado* pela deformação da imagem de Deus no homem, *foi solucionado* por Cristo, *depende* da restauração da *imago Dei* no crente, e só será definitivamente *eliminado* quando o último eleito de Deus for redimido, e o mundo presente for purgado de todas as consequências da queda e do pecado, e for gloriosamente recuperado para habitação do homem regenerado e para a glória de Deus.[59]

---

[1] Boston, *Human Nature*, 208.

[2] Ibid., 209.

[3] Cf. James D. G. Dunn, *Romans 1-8*, Word Biblical Commentary 38a, eds. David A. Hubbard, Glenn W. Barker et al [(Dallas: Word Books, 1988), 482.

[4] Trevas e luz são figuras frequentemente empregadas na Bíblia com referência à ignorância e ao discernimento espiritual.

[5] Ver Boston, *Human Nature*, 210-13

[6] Ibid., 221-22.

[7] Roberts, *Le Us Make Man*, 90.

[8] Boston, *Human Nature*, 213.

[9] Roberts, *Let Us Make Man*, 104-05.

[10] Boston, *Human Nature*, 219-20.

[11] Καρδία, no grego, e לֵב ou לֵבָב, no hebraico.

[12] G. Kittel & G. Friedrich, eds., *Theological Dictionary of the New Testament*, trad. Geoffrey W. Bromiley, 10 vols. (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), s.v. "καρδία".

[13] John MacArthur Jr., *Sociedade sem Pecado* (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002), 34.

[14] Citado em MacArthur Jr., *Sociedade sem Pecado*, 34.

[15] Sendo 23 vezes nos escritos de Paulo, uma vez em João, cinco em Hebreus e três em Pedro.

[16] J. H. Thayer, *A Greek-English Lexicon of the New Testament* (Grand Rapids: Zondervan, 1979). s.v. "συνείδησις".

[17] Roberts, *Let Us Make Man*, 97.

[18] Citado em Roberts, *Let Us Make Man*, 96.

[19] Boston, *Human Nature*, 220.

[20] Ibid.

[21] MacArthur Jr., *Sociedade sem Pecado*, 38.

[22] Estudos mais aprofundados sobre a consciência, do ponto de vista reformado, são encontrados em MacArthur Jr., *Sociedade sem Pecado*; e Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 909-26.

[23] Calvino, *Institutas*, 1.15.3.

[24] Sherlock, *The Doctrine of Humanity*, 75.

[25] Boston, *Human Nature*, 222.

[26] Citado em Terry Johnson, *A Doutrina da Graça na Vida Prática: A Diferença que Faz Crer na Soberania de Deus*, trad. Paulo Correa Arantes (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001), 101.

[27] Boston, *Human Nature*, 224.

[28] Boston, *Human Nature*, 222.

[29] Mais sobre a restauração da *imago Dei* espiritual e moral, no capitulo anterior, especialmente nas seções acerca da regeneração, da conversão e da santificação.

[30] Abraham Kuyper, *Calvinismo*, trad. Ricardo Golvêa e Paulo Arantes (São Paulo: Cultura Cristã, 2002), 62-63.

[31] Boston, *Human Nature*, 223.

[32] Ver Paulo Anglada, "Família Bendita do Senhor: Ensino Bíblico sobre a Família Cristã" (série de 41 estudos, em 10 DVDs. Ananindeua: Knox Publicações, 2008). Esse material está agendado para ser lançado no formado de livro pela editora Knox Publicações, no próximo ano, se o Senhor permitir.

[33] Cf. também *Confissão de Fé de Westminster*, 1:6.

[34] Cf. Jay E. Adams, *Marriage, Divorce, and Remarriage in the Bible: A Fresh Look at What the Scripture Teaches* (Grand Rapids: Zondervan, 1980), 11-12.

[35] Com relação à restauração da *imago Dei* funcional na família, ver: Jacobus Koelman, *The Duties of Parents*, trad. John Vriend, ed. M. Eugene Osterhaven (Grand Rapids: Baker Academic, 2003); Ashton Oxenden, *O Segredo para Envelhecer Feliz*, trad. Anna Layse Anglada Davis (Ananindeua: Knox Publicações, 2008); John Murray, *Principles of Conduct: Aspects of Biblical Ethics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), 45-81; J. Douma, *The Ten Commandments: Manual for the Christian Life*, trad. Nelson O. Kloosterman (Phillibsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 2006), 161-178 e 260-81; Jay E. Adams, *Christian Living in the Home* (Phillipsburgh, NJ: Presbyterian and Reformed Publishing, 1972); Adams, *Marriage, Divorce, and Remarriage*; Harriet e Gerard van Groningen, *A Família da Aliança: Instruções Bíblicas para a Vida Familiar*

que Honra a Deus, 2 ed., trad. Bethania Fonseca da Silva e Maria Priscila Barros (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002); Roberts, *Let Us Make Man*, 123-31. Quanto ao pensamento e prática puritanos sobre o tema, ver Packer, *A Quest for Godliness*, 259-73; Leland Ryken, *Santos no Mundo: Os Puritanos como Realmente Eram* (São José dos Campos: Editora Fiel, 1992), 53-69 e 87-101; e Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 859-76.

36 Seguindo a ordem da área mais estrita ou básica, para a mais ampla ou geral: Família → Igreja → Sociedade → Criação.

37 Em *O Princípio Regulador no Culto* (São Paulo: Publicações Evangélicas Selecionadas, 1998); e *Governo Eclesiástico Reformado* (em preparo para publicação pela editora Knox Publicações).

38 "Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil", em *Manual Presbiteriano*, 2 ed. (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1960), art. 51.

39 Com relação à importância da pregação, na concepção reformada, ver Paulo Anglada, *Introdução à Pregação Reformada: Uma Investigação Histórica sobre o Modelo Bíblico-Reformado de Pregação* (Ananindeua: Knox Publicações, 2005).

40 "Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil", Art. 30.

41 "Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil", Art. 53.

42 Para uma exposição mais pormenorizada do princípio regulador do culto reformado, ver Anglada, *O Princípio Regulador no Culto*.

43 Boston, *Human Nature*, 224.

44 Ver Anglada, *Introdução à Pregação Reformada*, 22-49 e 60-85; J. I. Packer, *Evangelism & the Sovereignty of God* (Downers Grove, Illinois: InterVarsity Press, 1961); e Packer, *A Quest for Godliness,* 291-308.

45 Mais sobre a restauração da *imago Dei* funcional na igreja, em: Charles Bridges, *The Christian Ministry: With an Inquiry into the Causes of its Inefficiency* (publicado originalmente em 1830; reedição, Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1967; reimpressão, 1997); Fairbairn, *Pastoral Theology*. Com relação ao ensino e prática puritana relacionada ao tema, ver Packer, *A Quest for Godliness*, 233-57 e 277-308; Ryken, *Santos no Mundo*, 121-64; e Beeke e Jones, *A Puritan Theology*, 621-769.

46 Kuyper, *Calvinismo*, 39.

47 Michael S. Horton, *O Cristão e a Cultura: Nem Separatismo nem Mundanismo*, trad. Elizabeth C. Gomes (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998).

48 Boston, *Human Nature*, 223-24.

49 Ver Roberts, *Let Us Make Man*, 142-51. O papel da família cristã como fermento da sociedade, sob a ótica reformada, é resumido em van Groningen, *A Família da*

Aliança, 207-18.

50 van Groningen, *A Família da Aliança*, 178.

51 Para uma discussão mais completa acerca da restauração da imagem de Deus funcional do homem regenerado na sociedade, sob a ótica reformada, ver Kuyper, *Calvinismo*; Van Groeningen, *A Família da Aliança*; e Horton, *O Cristão e a Cultura*. Com relação à ordenança do trabalho e finanças, ver Murray, *Principles of Conduct*, 82-106; e Douma, *The Ten Commandments*, 292-311. Com relação ao pensamento e prática puritanos sobre o assunto, especialmente no que diz respeito à educação, ao trabalho e às finanças, ver: Ryken, *Santos no Mundo*, 37-51; 71-85 e 167-81.

52 Douma, *The Ten Commandments*, 207-08.

53 John Jefferson Davis, *Evangelical Ethics: Issues Facing the Church Today*, 3. ed. (Phillipsburg, NJ: P&R, 2004), 272-73

54 Kuyper, *Calvinismo*, 39.

55 Murray, *Principles of Conduct*, 37-38.

56 J. Douma, *Responsible Conduct: Principles of Christian Ethics*, trad. Nelson O. Kloosterman (Phillibsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 2003), 37.

57 Recentemente, alguns deles, ligados ao grupo de trabalho da ONU para o aquecimento global, foram descobertos falsificando dados para alcançarem os seus objetivos.

58 Sherlock, *The Doctrine of Humanity*, 124-25.

59 Com relação à responsabilidade moral do homem regenerado para com o meio-ambiente pela ótica reformada, ver Douma, *The Ten Commandments*, 207-10. Ver também Davis, *Evangelical Ethics*, 263-74.

BIBLIOGRAFIA

A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Edição Revista e Atualizada no Brasil, trad. João Ferreira de Almeida, 2 ed., Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil. 2009.

A Constituição da Igreja Presbiteriana da América. Parte I: O Livro de Confissões. São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969. (Contendo o *Credo Niceno*, o *Credo dos Apóstolos*, *a Confissão Escocesa*, o *Catecismo de Heidelberg*, a *Segunda Confissão de Fé Helvética*, a *Confissão de Fé e o Catecismo Menor de Westminster*, a *Declaração Teológica de Barmen*, e a *Confissão de 1967)*.

Adams, Jay E. *Christian Living in the Home*. Phillipsburgh, NJ: Presbyterian and Reformed Publishing, 1972.

_____. *Marriage, Divorce, and Remarriage in the Bible: A Fresh Look at What the Scripture Teaches*. Grand Rapids: Zondervan, 1980.

Aland, K, M. Black, C. M. Martini, B. M. Metzger & A. Wikgren, eds. *The Greek New Testament*. 3 ed. New York: United Bible Societies. 1975.

Anglada, Paulo. *Calvinismo: As Antigas Doutrinas da Graça*, 3 ed. Ananindeua: Knox Publicações, 2009.

_____. "A Confissão de Fé de Westminster é realmente calvinista? Uma avaliação crítica de 'A modificação puritana da teologia de Calvino', de R. T. Kendall". *Fides Reformata* 3/2 (Jul-Dez 1998): 5-24.

_____. "Família Bendita do Senhor: Ensino Bíblico sobre a Família Cristã". Série de 41 estudos, em DVDs. Ananindeua: Knox Publicações, 2008.

_____. *O Princípio Regulador do Culto Reformado*. São Paulo: Publicações Evangélicas Selecionadas, 1998.

_____. *Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras*, 2 ed. atualizada. Ananindeua: Knox Publicações, 2013.

_____. *Soli Deo Gloria: O Ser e Obra de Deus*. Ananindeua: Knox Publicações, 2007.

Agostinho. "*The Enchiridion*: Sobre a Fé, Esperança e Amor." Em *Nicene and Post-Nicene Fathers*, vol. 3, ed. *Philip Schaff,* 449-52. Albany: SAGE, 1996.

_____. "Treatise on Grace and Free-Will." Em *Nicene and Post-Nicene Fathers*, vol. 5, ed. *Philip Schaff,* 1082-148. Albany: SAGE, 1996.

Barth, Karl. *Church Dogmatics*. 4 vol. Edinburgh: T. & T. Clark, 1956-60.

Bauer, Walter. *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*, trad. William F. Arndt e F. Wilbur Gingrich, 2 ed. rev. e ampl. por F. Wilbur Gingrich e Frederick W. Danker. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

Bavinck. Hermann. *Reformed Dogmatics*, 4 vols., trad. John Vriend. Grand Rapids: Baker Academic, 2004.

_____. *Teologia Sistemática: Fundamentos Teológicos da Fé Cristã* , trad. Vagner Barbosa. Santa Bárbora d'Oeste, São Paulo: SOCEP, 2001.

Beck, J. T. *Outlines of Biblical Psychology*. Edinburgh: T & T Clark, 1877.

Beeke, Joel R. e Mark Jones. *A Puritan Theology: Doctrine for Life*. Grand Rapids: Reformation Heritage Books, 2012.

Berkhof, Louis. *The History of Christian Doctrines*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1937; reimpressão: 1991.

_____. *Teologia Sistematica*. 3 ed. espanhola. Grand Rapids: T.E.L.L, 1976.

Boston, Thomas. *Human Nature in Its Fourfold State*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1964; reimpressão, 2002.

Bridges, Charles. *The Christian Ministry: With an Inquiry into the Causes of its Inefficiency*. Publicado originalmente em 1830; reedição, Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1967; reimpressão, 1997.

Bruce, F. F. *1 & 2 Thessalonians*. Word Biblical Commentary, vol. 45, ed. David A. Hubbard, Glenn W. Barker et al. Waco: Word Books, 1988.

Brunner Emil. *The Christian Doctrine of Creation and Redemption*. Philadelphia: Westminster Press, 1953.

Calvino, João. *Commentary on Genesis*, trad. e ed. John King. Albany, Oregon: Ages, 1998.

_____. *Institución de la Religión Cristiana*. 2 vol. Rijswijk: Fundacion Editorial de Literatura Reformada, 1967.

Clowney, Edmund P. *The Unfolding Mystery: Discovering Christ in the Old Testament*. Phillipsburg: Puritan and Reformed, 1988.

Confissão de Fé de Westminster, O Catecismo Maior, *O Breve Catecismo*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.

"Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil". Em *Manual Presbiteriano*, 2 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1960.

Dabney, Robert. L. *Systematic Theology*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1985.

Dagg, John L. *Manual de Teologia*. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 1989.

Davis, John Jefferson. *Evangelical Ethics: Issues Facing the Church Today*, 3. ed. Phillipsburg, NJ: P&R, 2004.

de Aquino, Tomás. *Summa Theologica*, vols. 1 e 2. Albany: Ages, 1997.

de Campos, Heber Carlos. "O Teísmo Aberto: Um Ensaio Introdutório". *Fides Reformata* 9:2 (2004): 29-55.

Delitzsch, Franz. *A System of Biblical Psychology*, 2 ed. Edinburgh: T. & T. Clark, 1867.

Douma, J. *Responsible Conduct: Principles of Christian Ethics*, trand. Nelson O. Kloosterman. Phillibsburg, NJ: P&R, 2003.

Dunn, James D. G. *Romans 1-8*. Word Biblical Commentary 38a, eds. David A. Hubbard, Glenn W. Barker et al (Dallas: Word Books, 1988).

Fairbairn, Patrick. *Pastoral Theology: A Treatise on the Office and Duties of the Christian Pastor*. Publicado originalmente em 1875; reedição, Audubon, New Jersey: Old Paths Publications, 1992.

Fé Para Hoje: Confissão de Fé Batista de 1689. São José dos Campos: Editora Fiel, 1991.

Frame, John. *Não Há Outro Deus: Uma Resposta ao Teísmo Aberto*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

Green, William Henry. "Primeval Chronology". *Bibliotheca Sacra* (April, 1890): 285-303.

Hendriksen, William, *1 e 2 Tessalonicenses*. Comentário do Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

Hodge, A. A. *Evangelical Theology: A Course of Popular Lectures*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1976.

_____. *Outlines of Theology*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust.

_____. *A Confissão de Fé*. São Paulo: Os Puritanos, 1999.

Hodge, Charles. *Systematic Theology*. 3 vol. Grand Rapids: Eerdmans, 1940.

_____. *Teologia Sistemática*, trad. Valter Martins. São Paulo: Hagnos, 2001.

Hodges, Z. C. & Farstad, A. L. *The Greek New Testament According to the Majority Text*. Nashville, Camden e New York: Thomas Nelson Publishers. 1985.

Hoekema, Anthony A. *Created in God's Image*. Grand Rapids: Eerdmans & Curlisle, UK: Paternoster Press, 1986.

Hoekesema, Herman. *Reformed Dogmatics*. Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1966.

Horton, Michael S. *O Cristão e a Cultura: Nem Separatismo nem Mundanismo*, trad. Elizabeth C. Gomes. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998.

_____. "Post-Reformation Reformed Anthropology". Em Richard Lints, Michael S. Horton and Mark R. Talbot, eds. *Personal Identity in Theological Perspective*, 45-69. Grand Rapids and Cambridge: Eerdmans, 2006.

Johnson, Terry. *A Doutrina da Graça na Vida Prática: A Diferença que Faz Crer na Soberania de Deus*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001.

Keil, C. F. e F. Delitzsch. *Commentary on the Old Testament. Vol. 1, Genesis-Leviticus.* Albany: Ages, 1999.

Kline, Meredith. *By Oath Consigned*. Grand Rapids: Eerdmans, 1968.

Kittel, G. & G. Friedrich, eds. *Theological Dictionary of the New Testament*, trad. Geoffrey W. Bromiley, 10 vol. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

Koelman, Jacobus. *The Duties of Parents*, trad. John Vriend, ed. M. Eugene Osterhaven. Grand Rapids: Baker Academic, 2003.

Kubricht, P. "Socino, Fausto". Em *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. 3, ed. Walter A. Elwell, trad. Gordon Chown, 411-12. São Paulo: Vida Nova, 1990.

Abraham Kuyper, *Calvinismo*. Trad. Ricardo Golvêa e Paulo Arantes. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

Ladd, G. E. *A Theology of the New Testament*. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1974.

Lane, William L. *Hebrews 1-8*. Word Biblical Commentary, vol. 47A, ed. David A. Hubbard, Glenn W. Barker et al. Dallas: Word Books, 1991.

Lints, Richard. "Introduction: Theological Anthropology in Context". Em Richard Lints, Michael S. Horton and Mark R. Talbot, eds. *Personal Identity in Theological Perspective*, 1-10. Grand Rapids and Cambridge: Eerdmans, 2006.

Lopes, Augustus Nicodemus. *Teologia Relacional: Suas Origens, Seus Ensinos, Suas Consequências*. São Paulo: PES, 2008.

Louw, Johannes P. & Eugene A. Nida, eds. *Greek-English Lexicon of the New Testament Based on Semantic Domains*, 2 vols., 2 ed. New York: United Bible Societies, 1989.

Lutero, Martinho. *Nascido Escravo*. São José dos Campos, São Paulo: Editora Fiel, 1992.

MacArthur Jr., John. *Sociedade sem Pecado*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

Machen, J. Gresham *The Christian View of Man*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 2002.

Marsahall, I. Howard. *I e II Tessalonicenses: Introdução e Comentário*. Série Cultura Bíblica, trad. Gordon Chown. Reimpressão, São Paulo: Vida Nova, 2005.

Murray, John. *Collected Writings of John Murray*, vol. 2. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1977.

_____. *The Imputation of Adam's Sin*. Publicado originalmente por Eerdmans, 1959; reimpressão: Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed, n.d.

_____. *Principles of Conduct: Aspects of Biblical Ethics*. Grand Rapids: Eerdmans, 1957.

Ortlung Jr, Raymond C. "Male-Female Equality and Male Headship: Genesis 1-3". Em *Recovering Biblical Manhood and Womanhood: A Response to Evangelical Feminism*, eds. John Piper e Wayne Grudem, 95-112. Wheaton: Crossway Books, 1991.

Oxenden, Ashton. *O Segredo para Envelhecer Feliz*, trad. Anna Layse Anglada Davis. Ananindeua: Knox Publicações, 2008.

Packer, J. I. *Evangelism & the Sovereignty of God*. Downers Grove, Illinois: InterVarsity Press, 1961.

_____. *A Quest for Godliness: The Puritan Vision of the Christian Life*. Wheaton, IL: Crossway Books, 1990.

Pink A. W. *God's Sovereignty and Human Will*. http://www.albatrus.org/english/theology/free_will/god_sovereignty_&_human_will.htr (acessado em 15/04l/2013).

Pinnock, Clark H., ed. *The Grace of God, the Will of Man: A Case for Arminianism*. Grand Rapids: Zondervan, 1989.

Pinnock, Clark, Richard Rice, John Sanders, William Hasker e David Basinger. *The Openness of God: A Biblical Challenge to the Traditional Understanding of God*. Downers Grove, IL: InterVarsity, 1994.

Piper, John. "God's Covenant with David". http://www.soundofgrace.com/piper83/121883m.htm (acessado em 15/05/2009).

Piper, John, Justin Taylor e Paul K. Helseth. *Teísmo Aberto: Uma Teologia Além dos*

Limites Bíblicos. São Paulo: Vida, 2006.

Poythress, Vern S. *Redeeming Science: A God-Centered Approach*. Wheaton, Illinois: Crossway Books, 2006.

_____. *Understanding Dispensationalists*. http://www.frame-poythress.org/Poythress_books/bdisp/bd1.html, p. 10 (acessado em 02/04/2009).

Ryken, Leland. *Santos no Mundo: Os Puritanos como Realmente Eram*. São José dos Campos: Editora Fiel, 1992.

Ryle, J. C. *Meditações no Evangelho de Mateus*. São José dos Campos, São Paulo: Editora Fiel, 1991.

_____. *Santidade: Sem a Qual Ninguém verá o Senhor*. São Paulo: Editora Fiel, 1987.

Roberts, Linleigh J. *Let Us Make Man*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1988.

Robertson, Palmer O. *The Christ of the Covenants*. Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1980.

Santos, Valdeci da Silva. "A Teologia Relacional: Suas Conexões com o Teísmo Aberto e Consequências para a Igreja Contemporânea". *Fides Reformata* 12:1 (2007): 27-55.

Schalkwijk, Francisco Leonardo. *Confissão de um Peregrino: Para Entender a Eleição e o Livre-Arbítrio*. Viçosa: Ultimato, 2002.

Schultze, Henry. "God's Image Bearer in the State of Perfection: Man's Twofold Function in Life". Em *Fundamentals in Christian Education: Theory and Practice*, ed. Cornelius Jaarsma, 141-55. Grand Rapids: Eerdmans, 1953.

Shedd, William. *Dogmatic Theology*, 3 vol. Grand Rapids: Zondervan, s.d.

Shelley, B. L. "Pelágio, Pelagianismo". Em *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. 3, ed. Walter A. Elwell, trad. Gordon Chown, 126-28. São Paulo: Vida Nova, 1990.

Sherlock, Charles. *The Doctrine of Humanity: Contours of Christian Theology*. Downers Grove: InterVarsity Press, 1996.

Smith, Morton H. *Systematic Theology*, vol. 1. Greenville, South Carolina: Greeenville Seminary Press, 1994.

Sproul, R. C. *Willing to Believe: The Controversy over Free Will*. Grand Rapids: Baker Books, 1997.

Spurgeon, Charles, H. *Livre-arbítrio: Um Escravo*. São Paulo: Publicações Evangélicas Selecionadas, s.d.

Stott, John R. W. *The Message of Thessalonians: The Gospel & the End of Time*. The Bible Speaks Today, ed. John R. W. Stott. Loicester, England and Downers Grove, Illinois: Inter-Varsity Press, 1991.

Strong, Augustus. *Systematic Theology*, vol. 2. Albany: AGES, 2000.

Tertuliano. "A Treatise on the Soul." Em *The Ante-Nicene Fathers*, vol. 3, eds. A. Roberts e J. Donaldson, 335-447. Albany: SAGE, 1996.

Thayer, J. H. *A Greek-English Lexicon of the New Testament*. Grand Rapids: Zondervan,

1979.

van Til, Cornelius. "*A Christian Theory of Knowledge*. Phillipsburg, NJ: Presbyterian & Reformed, 1969.

_____. Review de A. D. R. Polman: *De Leer van God bij Augustinus*. Kampen: J. H. Kok, 1995.

van Groningen, Harriet e Gerard. *A Família da Aliança: Instruções Bíblicas para a Vida Familiar que Honra a Deus*, 2 ed., trad. Bethania Fonseca da Silva e Maria Priscila Barros. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

Vos, Geerhardus. *Biblical Theology: Old and New Testaments*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1992.

Warfield, B. B. "Augustine's Doctrine of Knowledge and Authority". *The Princeton Theological Review*, 5 (1907): 353-97.

_____. *Biblical Doctrines*. Edinburgh e Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1988.

_____. *Studies in Tertullian and Augustine*. Dallas: Digital Publications, 2003.

_____. *Studies in Theology*. Dallas: Digital Publications, 2003.

Wilken, Robert Louis. "Biblical Humanism: The Patristic Convictions". Em *Personal Identity in Theological Perspective*, eds. Richard Lints, Michael S. Horton and Mark R. Talbot, 13-28. Grand Rapids and Cambridge: Eerdmans, 2006.

Wilson, Douglas (org.), John MacArthur, R. C. Sproul et al. *Eu não Sei Mais em Quem Tenho Crido: Confrontando a Teologia Relacional*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

Young, Davis A. "Scripture in the Hands of Geologists", partes 1 e 2. *Westminster Theological Journal* 49:1 (1987): 1-34; e 49:2 (1987): 257-304.

Table of Contents

Imago Dei
PREFÁCIO
INTRODUÇÃO
- Divisão do Assunto na Confissão de Fé
- Ordem e Abordagem do Assunto na Confissão
- Abordagens Reformada e Humanista
- Dificuldade do Estudo

O HOMEM NO ESTADO ORIGINAL
- A Origem do Homem
- Idade e Unidade da Raça Humana
- A Natureza Essencial do Homem
- A Doutrina da Imago Dei
- Conclusão

O PACTO DE OBRAS
- Termos, Conceito e Natureza do Pacto de Obras
- Elementos do Pacto de Obras
- Princípios Gerais Revelados no Pacto de Obras
- O Pacto de Obras no Contexto dos Mandatos da Criação
- Conclusão

O HOMEM NO ESTADO DE PECADO
- Origem do Pecado
- Natureza do Pecado
- Transmissão do Pecado e da Culpa
- Resultados do Pecado
- Conclusão

O PACTO DA REDENÇÃO
- Terminologia, Natureza e Evidências
- Elementos do Pacto da Redenção
- A Questão Dispensacionalista
- O Pacto na Antiga Dispensação
- O Pacto na Nova Dispensação
- Unidade do Pacto nas Duas Dispensações
- Conclusão

O LIVRE-ARBÍTRIO

Ensino Pelagiano, Semipelagiano e Arminiano
Doutrina Reformada
A Vontade e os Estados Humanos
Ensino dos Símbolos de Fé
Conclusão
O HOMEM NO ESTADO DE GRAÇA: A ORDO SALUTIS
Introdução
O Chamado para a Salvação
A Regeneração
A Conversão
A Justificação
A Adoção
A Santificação
A União Mística do Crente com Cristo
Perseverança na Santidade
Certeza de Salvação
O HOMEM NO ESTADO DE GRAÇA: RESTAURAÇÃO DA IMAGO DEI
Restauração da Imago Dei Ontológica
Restauração da Imago Dei Espiritual E Moral
Restauração da Imago Dei Funcional
BIBLIOGRAFIA